



VOL. 39
(3-4)

SOCIETÀ DI PORTO

PORTO

1999



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

Fundada em 1918.

Instituição Colectiva de Utilidade Pública

(D. R. n° 89, 2ª série, de 16/04/1987)

Inscrita na Cons. do Registo Com. do Porto sob o n° 49

Pessoa Colectiva n° 501 663 614



Sede: Faculdade de Ciências do Porto

Praça Gomes Teixeira

4050 Porto - Portugal

Órgãos sociais

Mesa da Assembleia Geral: *Presidente* – Susana Oliveira Jorge; *Secretários* – Mário Jorge Barroca; Ana Bettencourt.

Direcção: *Presidente* – Vítor Oliveira Jorge; *Vice-Presidente* – Henrique Gomes de Araújo; *Secretário* – Paulo Castro Seixas; *Tesoureira* – Ana Leite da Cunha; *Vogais* – Maria de Jesus Sanches; Paula Mota Santos; António Manuel Silva; Margarida Santos Silva; Leonor Sousa Pereira.

Conselho Fiscal: *Presidente* – Eduardo Jorge Silva; *Secretários* – Sérgio Monteiro Rodrigues; Carla Stockler Nunes.

Trabalhos de Antropologia e Etnologia



TRABALHOS
DE
ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Revista inter e transdisciplinar de Ciências Sociais e Humanas

VOL. XXXIX
Fasc. 3-4

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1999

TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA

publicação da

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

(Registada na D. G. da Comunicação Social sob o nº 112408)

Ano 81º vol. XXXIX fascs. 3-4 1999

Direcção

Vítor Oliveira Jorge

Redacção

Direcção da S.P.A.E.

Edição e Propriedade

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

Faculdade de Ciências do Porto

Praça Gomes Teixeira

4050 PORTO (Portugal)

(Inscrita na D.G. da Comunicação Social sob o nº 212407).

Composição, Impressão e Acabamento

Litografia A.C.

Rua Conselheiro Lobato, 179 – 4700 BRAGA

Telefs. 053-272967/616540 – Fax 053-612008

E-mail: aclitografia@mail.telepac.pt

Distribuição:

gradiva publicações, lda.

Rua Almeida e Sousa, 21, r/c. Esq.

1350 LISBOA

Telefs. 3974067/8 – Fax 3953471

E-mail: gradiva@ip.pt

Março de 1999.

Tiragem: 1.000 exs.

Depósito legal nº 27405/89

ISSN: 0304 – 243 X

Para o volume 39 (fascs. 1-2 e fascs. 3-4) desta revista foi solicitado o apoio do IPLB - Instituto Português do Livro e das Bibliotecas ("Programa de Apoio a Revistas"). Esperamos que essa e outras entidades continuem a possibilitar a obra cultural e científica que a SPAE regularmente elabora e difunde através dos TAE.

Desejamos estabelecer intercâmbio com outras publicações.
Nous souhaitons établir l'échange avec d'autres publications.
We wish to establish exchange with other publications.
Tauchverkehr erwünscht. Sollicitiamo intercambio.

SUMÁRIO

<i>Preâmbulo</i>	7
<i>Lembrança do Zby</i> , por Vítor Oliveira Jorge	11
<i>A violência “hard” e a violência “soft”. Exercício para uma teoria crítica das violências</i> , por Cândido da Agra	17
<i>O pensamento dos selvagens</i> , por Tito Cardoso e Cunha	29
<i>Outros mapas: impactes sócio-culturais e antropologia de urgência</i> , por Paulo Castro Seixas	45
<i>On the embedment of classical models of dichotomy in modern anthropology: the case of literacy studies</i> , por Manuel João Ramos	61
<i>Antropologia portuguesa. A opção etno-folclorista e o Estado Novo</i> , por Alice Duarte	81
<i>Um pequeno enigma em clave de incesto</i> , por Francisco Vaz da Silva	97
<i>Mineiros ou minados: trajectórias biográficas e sistema paternalista no lugar do Lousal</i> , por Paula Rodrigues	103
<i>The entrance fee in Vîpasca baths: women – 1 as; men – half an as</i> , by Maria Pilar Reis	143
VÁRIA	
<i>Que é a arqueologia?</i> , por Vítor Oliveira Jorge	151

<i>La vallée de la Côa, par où coule l'histoire</i> , por Vítor Oliveira Jorge	155
<i>Rio Côa, património aberto à humanidade</i> , por Vítor Oliveira Jorge	158
<i>Produtos multimedia de conteúdo cultural</i> , por Maria Isabel Costeira	161
<i>QUEM É QUEM NA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA – 1998</i> , Coord. de V. O. Jorge	167

PREÂMBULO

Este é o sétimo tomo dos *TAE* que produzimos, desde 1996, de acordo com a nova estratégia da revista após a publicação das Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular (1993-1995) – um espaço de reflexão interdisciplinar que, embora ancorado na antropologia, está aberto à totalidade das ciências sociais e humanas.

É assim que o leitor encontrará de novo, aqui, estudos, ensaios, informações diversas, interessantes para a antropologia, a arqueologia, a sociologia, a história, a própria filosofia. Contribuem para a temática destas páginas, a par de alguns autores (por sinal, e para sermos mais precisos, autoras!) mais jovens, outros que são já figuras bem conhecidas da nossa vida científica e universitária. A participação de todos, que agradecemos, orgulha-nos muito, e anima-nos a prosseguir, até 2001, no caminho traçado e ratificado pelos sócios nas eleições, de Fevereiro último, dos corpos sociais para o presente triénio. Não falta mesmo, no fim deste tomo, e graças à colaboração de uma outra entidade, de formação recente – a ADECAP (Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular) – um primeiro esboço de resenha dos arqueólogos portugueses, que será desenvolvido em ulteriores trabalhos, e constituirá decerto um útil elemento de consulta, permanentemente corrigível e actualizável.

A vitalidade das ciências sociais e humanas em Portugal é, neste momento, um fenómeno de assinalar. Cada vez nos consciencializamos mais, todos, da sua importância vital para o conhecimento do país, para a sua reflexão sobre si próprio, para a sua modernização, e, passados 25 anos sobre o 25 de Abril, para a consolidação e aprofundamento da vida democrática que permitiu que essas próprias ciências emergissem do obscurantismo anterior. O debate aberto, o estudo aprofundado de todas as questões, o reforço do associativismo, a descentralização das realizações e dos eventos, o pluralismo das iniciativas e dos pontos de vista, a consciência de cidadania, a assunção da responsabilidade colectiva na construção do país, são factores decisivos para a melhoria da qualidade de vida e para a atmosfera de criatividade que actualmente respiramos. Sem elas esta revista, respeitada por colegas do mundo inteiro, não seria hoje possível. Como seriam impensáveis inúmeras iniciativas, que se multiplicam por todo o lado, tendentes a reflectir sobre importantes questões da actualidade, que sendo turbulenta e problemática, aguça a nossa imaginação no sentido de a conhecermos melhor e de mais eficazmente contribuirmos para a solução de tantos impasses que ainda nos afligem.

O ano de 1999 será importante, em particular, para a antropologia e para a arqueologia portuguesas. A Associação Portuguesa de Antropologia (APA) – a que a SPAE está ligada por um protocolo de cooperação assinado em 1997 – realizará em Lisboa, em Novembro (15 a 17), um novo congresso, desta vez subordinado ao tema “Práticas e Terrenos da Antropologia em Portugal”. A multiplicidade de temas propostos é bem ilustrativa da variedade de temáticas que hoje estão em curso de investigação, afirmando uma disciplina em plena maturidade, não só debruçada sobre a realidade concreta do país, como aberta ao exterior. Tal se demonstra, por exemplo, pela inclusão, nesse congresso, de um seminário sobre aquilo que se está a fazer no Brasil. Portugal dialoga com os seus parceiros – nomeadamente os de países de expressão portuguesa – e “exporta” mesmo os seus investigadores para os diferentes pontos do mundo onde a nossa diáspora se fez sentir, e onde temos uma responsabilidade histórica de colaboração, bem distante do comemoracionismo etnocêntrico do passado. A comunidade nacional enriquece-se, aliás, com numerosos contributos de pessoas de toda a parte (simples cidadãos ou conceituados investigadores), que, integrando-se nela, ou visitando-a de passagem, ajudam ao estabelecimento da convivência intercultural que será a matriz do próximo século.

Também a arqueologia conhecerá, em Setembro (22 a 26), na UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – a efectivação de mais uma importante reunião internacional, o 3º Congresso de Arqueologia Peninsular, organizado por aquela Universidade e pela já citada ADECAP. As centenas de comunicações inscritas, a maciça presença de colegas espanhóis (mas também de diversos americanos, ingleses, franceses, alemães, italianos, para só citar alguns), o profundo envolvimento da comunidade científica, e igualmente o empenhamento das autoridades centrais e locais, bem como a presença assegurada de inúmeros jovens estudantes, são sinais de que este congresso marcará mais um passo significativo na afirmação da nossa arqueologia, da sua internacionalização, da sua maturidade, da sua radicação em todo o território, da sua profissionalização. Aspectos positivos que passam, naturalmente, por um cada vez maior envolvimento de todos os investigadores ibéricos, e de outros países, em projectos comuns, esbatendo as barreiras administrativas, linguísticas, e sobretudo psicológicas e culturais, que durante tanto tempo tolheram o nosso desenvolvimento e nos confinaram ao anquilosamento metodológico e problemático.

A SPAE, em particular, está bastante activa – apesar das suas conhecidas dificuldades estruturais, como sejam a inexistência de uma verdadeira sede, a incapacidade financeira para dispor de um funcionário a tempo inteiro, um certo alheamento dos sócios, que muitas vezes nem as suas quotas pagam, ou, quando o fazem, não participam suficientemente na vida da associação, como se a sua filiação na mesma se reduzisse apenas ao benefício de, por essa via, “assinarem”

esta sua revista... Em colaboração com outras instituições, como a Faculdade de Letras do Porto, o Instituto Francês da mesma cidade, etc., a SPAE tem trazido a Portugal entidades como o historiador e politólogo Daniel Lindenberg, o jornalista e também politólogo Ignacio Ramonet, o economista e sociólogo Marc Guillaume... todos professores universitários e pensadores marcantes da realidade contemporânea. Longe de se fechar na antropologia ou na arqueologia, que eram a sua matriz tradicional, a associação – tal como esta revista espelha – tornou-se uma entidade voltada para a discussão dos problemas da actualidade nacional e internacional, sem cujo esforço caminharia inelutavelmente para a extinção. Até a própria biblioteca de periódicos, que as condições logísticas da Faculdade de Ciências do Porto tornavam praticamente inacessível aos sócios e demais interessados, está sendo transferida progressivamente, a título de depósito, para a Biblioteca Central da Faculdade de Letras do Porto, graças a um protocolo assinado em 1998 com o Conselho Directivo desta instituição. Esperamos assim que, num futuro próximo, tão rico acervo seja inventariado e disponibilizado como instrumento de trabalho para todos os investigadores que o procurem.

A SPAE tem contribuído, também, para a realização, no Porto, das chamadas “mesas redondas de Primavera”, das quais apenas a segunda (em Março de 1998, sobre a “arqueologia e os outros patrimónios”) não foi da sua iniciativa (mas sim da já citada ADECAP). Sozinha, em Fevereiro de 1997, ou em colaboração com esta outra associação (já em Fevereiro de 1999), a Sociedade tem-se assim preocupado em abrir um outro espaço de diálogo democrático e interdisciplinar, onde não há autores que apresentam comunicações (“sábios” que apenas respondem a “perguntas” do “público”), mas onde todos os participantes podem intervir activamente, vendo depois reflectidas em livro as suas ideias, num ambiente de total descontração e de máxima criatividade possível. O facto do primeiro livro – resultante da mesa-redonda de 1997, sobre a problemática actual da arqueologia – ser já aconselhado nas bibliografias universitárias como obra de referência, é significativo de como este modelo de reflexão colectiva corresponde a um real anseio da nossa sociedade. Esperamos que o mesmo venha a suceder com a obra que resultará da mesa-redonda deste ano – sobre a relação entre o património e os *media* – tão ampla foi a gama dos assuntos tratados, e tão vivo o debate que se gerou. Assim, longe – mau grado toda a divulgação que fazemos – das “luzes da ribalta”, e até por vezes sofrendo de uma certa “distracção” de alguns responsáveis e dos próprios meios de comunicação social – para quem parece que os acontecimentos significativos se reduzem a certas realidades, não raro propagandísticas, que auto-produzem em circuito fechado – vamos fazendo o trabalho de fundo que cria uma comunidade, que gera e fixa um público, que dinamiza os jovens e os demais cidadãos, que sedimenta a cultura de um país – assumindo-se como um foco de educação cívica. Por isso preparamos já a quarta

mesa-redonda para Março de 2000, acreditando que a própria ciclicidade do evento – e a sua cada vez maior abrangência temática – acabará por trazer ao Porto um número crescente de pessoas interessadas em discutir as questões do ambiente, do património cultural, do desenvolvimento sustentável, tendo como motivação as próprias virtualidades do diálogo, o interesse dos assuntos em si, e não a promoção de protagonismos individuais, que só são legítimos se forem amplamente partilhados. Não desconhecemos – isso seria uma total cegueira – que estamos numa sociedade do efémero, trabalhada por poderosos *lobbies* invisíveis, mas acreditamos nos valores do trabalho continuado e na potencialidade da concretização de acções que, se multiplicadas, podem contribuir para contrariar o perigo que espreita as democracias: a tendência demagógica para os “efeitos de enunciação”, para a auto-propaganda, para o carreirismo pessoal, para a formação de clientelas, tanto mais perversas quanto utilizam os ardis da inteligência e se revestem dos artifícios da isenção. Ao pragmatismo do “vale tudo” dos aparelhos tentaremos continuar a contrapor o pragmatismo das acções participativas de base democrática, onde se gera a consciência crítica, o inconformismo, a rebeldia construtiva. A satisfação dos públicos que se acercam do que fazemos e, em particular, a generosidade e alegria dos jovens, que na nossa esteira e de tantos outros, multiplicam as suas próprias iniciativas por todo o país, são a nossa recompensa. E assim prosseguimos.

Porto, Março de 1999.

Vítor Oliveira Jorge

LEMBRANÇA DO ZBY

por

Vítor Oliveira Jorge

Fui pela primeira vez ao Museu dos Serviços Geológicos (actual Instituto Geológico e Mineiro), na R. da Academia das Ciências de Lisboa, quando era estudante dos anos iniciais do liceu, e hesitava em escolher “ciências” ou “letras” (ainda hoje me rebelo contra tão absurda dicotomia com que “canalizaram” o nosso futuro).

“Ciências” seriam, nessa opção abandonada, as ciências naturais, porque a matriz de quase tudo o que me tem preocupado liga-se muito à educação cristã da infância (por ex., as enigmáticas explicações da catequese sobre a criação do universo, o paraíso original, Adão e Eva, a Torre de Babel e a confusão das línguas...) e às profundas insatisfações que ela me provocou, mal cheguei à adolescência. Os seus rituais, onde a assistência só participava passivamente, sem a criação de um sentimento de comunidade, cansaram-me, no sentido mais profundo do termo.

A “génese do mundo”, a história da Terra, dos seres vivos, e da humanidade remota, na sua interface com essa realidade viva, foi sempre o que mais me fascinou. Não tanto a história recente, que nos prende porque está próxima, porque nela como que nos vemos ao espelho, mas que nos confina a uma fracção mínima do tempo... que só nos parece importante porque a grande duração é quase, para nós, impensável. Somos vultos efémeros, enfunados de presente, que, observado a uma escala mais ampla, é como o pequeno, invisível, incógnito movimento que faz um grão de areia ao deslizar uns centímetros num deserto infundável. E como podemos às vezes ser ridículos nessa nossa obcecação do vivido, e no entusiasmo de pensamentos e emoções que nos enaltecem (quando não nos fazem sentir quase divinos), e que estão destinados, como tudo o resto, a serem aspirados para o buraco universal do esquecimento!

Lembro-me de ver lá nos Serviços Geológicos muitos fósseis, algo como uma respiração parada que faz dos museus (sobretudo dos antigos) uma espécie

de locais de culto esotérico, com os seus peculiares silêncios e cheiros, e uns raros senhores de batas brancas que circulavam naquela semi-obscuridade de templo científico. Um deles, muito grande e alto, com um sorriso acolhedor, era certamente o Zby – o Doutor Georges Zbyszewski, funcionário superior do serviço – que eu só muito mais tarde viria a re-conhecer na sua especificidade. Naquele momento foi apenas uma criatura que, na sua imponência, me pareceu corporizar esse universo imenso onde sonhei entrar um dia, o dos homens que pareciam deter o segredo dos lugares certos das coisas e dos seres, o modo sublime como tudo se ordenava em classes e ocupava o seu lugar preciso, nas vitrinas e na arquitetura do mundo. E pegavam nas pedras, sujando as mãos habituadas, com o carinho e o saber com que o criador tinha sopesado o universo.

Ainda não tinha acordado então para o facto de também nos “templos da ciência” outros poderes e contra-poderes circularem, e de a “razão libertadora” andar tantas vezes a jogar (no claro-escuro dos espaços entre os expositores ou as bancas de análise) com essa “verdade” que pode ser opressiva, na medida em que esquece que é apenas um código partilhável e se arroga o supremo direito de se apresentar como a realidade-em-si, indiscutível.

Recordo hoje, com saudade, o Doutor Zbyszewski como um dos meus mestres informais (uma vez que nunca fui seu aluno), sempre disposto a receber-me nos Serviços Geológicos e a generosamente ensinar-me o que sabia. Essa convivência, embora esporádica (mas mais acentuada nos últimos anos desta fase), deu-se fundamentalmente entre 1965/66 e 1971/72, altura em que frequentei a Faculdade de Letras de Lisboa, e acabei por optar por uma dissertação de licenciatura sobre aspectos do Paleolítico inferior e médio do litoral sul do país. Devo-lhe fundamentalmente a aquisição de uma experiência empírica indispensável, que só se obtém à força de observação de muitos materiais: a de saber distinguir os objectos líticos talhados intencionalmente, e a de perceber a lógica do seu afeiçoamento, talhe, e/ou retoque para preparação dos mais diversos utensílios.

Georges Zbyszewski nasceu na Rússia em 22 de Outubro de 1909, mas formou-se como geólogo na Fac. de Ciências de Paris (licenciatura em Ciências Naturais em 1931), onde foi discípulo de Jacques Bourcart, que dirigia o Laboratório de Geografia Física e Geologia Dinâmica daquela faculdade. Bourcart desenvolvera, a partir do seu trabalho de campo em Marrocos, a teoria da “flexura litoral”, e encorajara Zbyszewski, com quem veio a Portugal em 1935, a procurar provas de tal fenómeno na costa portuguesa. Assim, na segunda metade dos anos trinta, Zby deslocou-se diversas vezes ao nosso país, concentrando a sua atenção no quaternário da faixa litoral. A partir do início dos anos quarenta, porém, o autor entrou no quadro dos Serviços Geológicos, optando por se radicar em Portugal, onde consagrou os seus esforços a um outro aspecto então totalmente inexplorado da nossa geologia, a dos terraços quaternários do vale do Tejo. A sua



Georges Zbyszewski (no Museu do IGM,
Lisboa, em Outubro de 1997 - foto Pedro Cunha - *Público*)

colaboração com Henri Breuil, um dos pré-historiadores mais marcantes da primeira metade do século, que chegou a dar aulas na FLUL (então instalada no mesmo edifício da Academia das Ciências onde os Serviços Geológicos se encontravam), permitiu a ambos construírem, nessa década de 40, a base dos estudos de Paleolítico antigo e médio em Portugal, que nunca teriam sido possíveis sem a experiência internacional de Breuil em indústrias líticas, conjugadas com o saber de Zbyszewski sobre os depósitos quaternários do nosso país. Mas a sua tese de doutoramento em Ciências Naturais, apresentada em Paris (Fac. de Ciências) em 1958 – tinha o autor destas linhas apenas 10 anos de idade – debruçou-se sobre uma problemática bem diferente da da pré-história, intitulado-se “Estudo Estrutural da Área Tifónica das Caldas da Rainha (Portugal)”.

Evidentemente que como funcionário superior dos Serviços Geológicos, numa época pioneira em que a geologia e a geografia física do país davam os seus

primeiros passos decisivos – com figuras da grandeza de um Carlos Teixeira ou de um Orlando Ribeiro, com os quais o autor conviveu e trabalhou – Zbyszewski teve de dispersar a sua actividade por múltiplos temas. O próprio levantamento de cartas geológicas – que se estenderam aos Açores e Madeira – a isso o obrigava, mas também o seu gosto enciclopédico por temas que iam desde a paleontologia, à vulcanologia, à hidrogeologia, à pré-história. Dotado de uma resistência física invulgar – que pôde testemunhar quem procurou acompanhar a sua passada célere em prospecções de campo –, colaborando com investigadores estrangeiros que entre nós trabalhavam, como o casal alemão Leisner, e emparceirando frequentemente com Veiga Ferreira, seu colega nos Serviços, em inúmeras pesquisas, Zby mais se assemelhava a uma máquina produtiva do que a uma pessoa comum. E sempre com uma calma, com uma serenidade, com uma receptividade tão grande para os que o procuravam, que fizeram dele uma verdadeira referência para a minha geração. Por isso não poderia deixar de lhe dedicar aqui estas palavras de reconhecimento, agora que se soube do seu falecimento no primeiro dia de Março deste ano (v. jornal *Público* – secção Ciências, de 4.3.1999). Mesmo depois de reformado, em 1979, Zby continuou a ir todos os dias para o Museu, a vestir a sua bata branca, a preparar os seus trabalhos, como se nada tivesse mudado na sua vida, quase nos fazendo crer que tinha passado para uma espécie de condição de imortalidade.

Diferi (algo audaciosamente), na minha dissertação de licenciatura, de muitas das concepções de Breuil-Zbyszewski sobre o Paleolítico inferior e médio português, tentando propor perspectivas mais actualizadas, inspiradas na obra de François Bordes e de outros autores. Procurei sobretudo pensar aqueles primeiros períodos da nossa pré-história de um ponto de vista que se ancorava nas ciências humanas, embora evidentemente sem esquecer a necessidade imprescindível da base geológica. Mas foi por compreender que esta segunda formação, incontornável, me faltava, que desde 1975 enveredei por trabalhar na Pré-história recente (embora ainda sob a direcção de um paleolítico, francês, o Doutor Jean Roche) não deixando entretanto de encorajar outros a prosseguirem os estudos de Paleolítico, que tão promissores se revelavam em Portugal. Hoje o país dispõe de um conjunto de especialistas neste domínio que, por todo o território, e em íntima colaboração com geólogos e pré-historiadores estrangeiros, desenvolvem pesquisas de grande qualidade. A obra desbravadora de Zbyszewski é a base de um tronco, de uma enorme árvore, que neste como noutros domínios deu os seus frutos. Por isso lhe temos todos de estar gratos.

Porto, Março de 1999.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, GASPAR S., FERREIRA, ANTÓNIO BRUN & SENNA-MARTINEZ, JOÃO C. (Coord.) (1993), *O Quaternário em Portugal. Balanço e Perspectivas*, Lisboa, Ed. Colibri (v. sobret.º contributos de S. Daveau).
- JORGE, VÍTOR OLIVEIRA (1972), *Conjuntos Industriais de Seixos Afeixoados do Sul de Portugal – Aspectos e Problemas*, Lisboa, 2 vols., dissertação de licenciatura em História, policopiada, deposta na Fac. de Letras de Lisboa e em diversas bibliotecas da especialidade (as suas principais conclusões e propostas – visto tratar-se mais de um programa de pesquisas do que de uma investigação conclusiva – encontram-se publicadas em diversos artigos dados à estampa nos anos 70).
- RAPOSO, LUÍS & SILVA, ANTÓNIO CARLOS (1996), *A Linguagem das Coisas. Ensaios e Crónicas de Arqueologia*, Lisboa, Publicações Europa-América (v. sobret.º pp. 281-284).
- VV. AA. (1984), *Volume d'Homage au Géologue G. Zbyszewski*, Paris, Ed. Recherche sur les Civilisations (este volume contém a resenha, até àquela data, das numerosíssimas publicações do autor).

A VIOLÊNCIA “HARD” E A VIOLÊNCIA “SOFT”*. Exercício para uma teoria crítica das violências

por

Cândido da Agra**

Habitado ao trabalho interdisciplinar, que sempre obriga a observar um objecto de diferentes pontos de vista¹ direi que um dispositivo de investigação interdisciplinar sobre a violência não dispensa três grandes pontos de vista (ou três pontos de observação): epistemológico, hermenêutico e empírico. É deles que me vou ocupar neste pequeno e limitado ensaio crítico.

1. A VIOLÊNCIA DO PONTO DE VISTA EPISTEMOLÓGICO

A análise epistemológica do discurso sobre a violência obriga-nos a colocar a questão do seu estatuto científico. Dito de um modo mais actual, a este nível, coloca-se a questão das condições de construção de um saber científico sobre a violência. A resposta a tal questão passa fundamentalmente: pela problematização do campo de objectos e de enunciados que a noção de violência recobre; pela reconstrução lógica dos sistemas que a enunciam; pelos paradigmas que tendem a explicá-la.

A violência é da ordem dos **factos**, da ordem dos **valores** ou de ambos? É o objecto de estudo “violência” susceptível de redução a uma ontologia ou a uma

* Conferência proferida no Supremo Tribunal de Justiça (1997).

** Professor Catedrático da Universidade do Porto. Director da Escola de Criminologia da Faculdade de Direito. Director do Centro de Ciências do Comportamento Desviante da Faculdade de Psicologia.

¹ Tomo a noção de ponto de vista no sentido preceptivo do “miradoiro”, do ponto físico donde se observa um dado objecto ou conjunto de objectos.

axiologia? Reduzida a factos exigiria a abstracção do conjunto de processos que socialmente a constroem. Equivaleria a encontrar, no mundo empírico, esse resíduo que resiste à encenação quotidiana de um certo número de acontecimentos que, actualmente, tanto alimentam as estratégias do poder mediático e político, bem como a sensibilidade da opinião pública, profundamente colonizada por tais estratégias. Reduzi-la à esfera dos valores exigiria o abandono de uma ontologia mínima, condição definitiva para a produção de conhecimento científico.

Não sendo, por um lado, um fenómeno naturalmente dado como os fenómenos da natureza, mas socialmente construído a ponto de se tornar impossível a sua depuração até ao facto na sua crueza e nudeza; não sendo, por outro lado, uma mera produção mitico-ideológica, diremos que o objecto “violência” implica, ao mesmo tempo, a esfera científica para a análise da face ontológica e empírica da violência e a esfera ética para a análise da sua face axiológica.

Assim, a reconstrução lógica passa pela articulação de dois sistemas enunciativos: aquele que procura extrair o sentido da violência, isto é, **interpretá-la**; aquele que no estrito plano empírico procura **explicá-la**. Ora, é através dessa articulação que fugimos à tradicional repartição das ciências nomotéticas e das ciências morais. O saber que a violência reclama inscreve-se num paradigma de produção de conhecimento que é tão crítico em relação ao moralismo quanto ao cientismo: um paradigma que habite o campo situado entre a esfera científica e a esfera ética. Dito melhor, a violência, tal como o crime, a droga e outros objectos de problematização social são **objectos-atractores** que obrigam à comunicação entre a ciência e a ética, entre uma hermenêutica da nossa existência e o estabelecimento de factos empíricos.

2. A VIOLÊNCIA DO PONTO DE VISTA HERMENÊUTICO

O ponto de vista hermenêutico procura a interpretação, compreende, extrai sentidos e intencionalidades. Várias questões se colocam neste ponto de vista.

Qual o sentido da recente emergência do discurso sobre a violência? Que instâncias a delimitam (e.g.: mediática, política), com que esquemas de leitura? (e.g. a violência física, a violência psicológica, a violência social); em que áreas sociais de emergência? (e.g. a violência doméstica, a violência urbana; o abuso de crianças, violência sobre mulheres...). Durante um tempo negámo-la. Não a víamos nem a dizíamos. Agora dizemo-la e identificamo-la. Qual o sentido desta mudança? Porque não existia e agora existe, porque já ocorrendo agora aumentou, ou simplesmente porque nos tornamos sensíveis a ela e, eventualmente, a exploramos movidos pelos mais diferentes interesses? Que queremos nós, “post-modernos”,

fazer da violência? Conhecermo-nos conhecendo-a, interrogarmo-nos sobre o que nos acontece, tomando-a como sinal, ou irradiá-la da sociedade e da nossa condição como se ela nos fosse estranha?

Duas teses poderão esclarecer-nos sobre estas questões: uma de carácter universalista, outra de carácter relativista e historicista.

A primeira tese, sustenta a teoria, que se pretende científica, da violência universal fundamental. É a tese de R. Girard (1972), desenvolvida na obra "A violência e o sagrado". Através da investigação sistemática dos grandes mitos fundadores o autor conclui que as sociedades humanas se fundam na violência e nos processos da vítima expiatória. A modernidade tentou excluí-la; no entanto, ela infiltrou-se sub-repticiamente no seu seio. A tal ponto que o próprio saber da violência representaria, ainda, uma forma de a recalcar. Existiria, pois, uma violência invisível e inacessível, mas também inelutável porque fundadora da condição socio-antropológica.

A segunda, defendida por Chesnais (1981), sustenta que o alargamento da definição de violência, do nível físico ao nível moral e simbólico, é uma indevida extrapolação própria dos intelectuais ocidentais. Atendo-nos à violência física (privada e colectiva) verifica-se, ao longo dos últimos séculos, uma importante regressão da violência (de duas a cinco vezes num século, segundo os países). Assim, contrariamente à actual visão catastrofista da violência, o ocidente moderno seria privilegiado em relação aos seus antepassados no que respeita à violência. A violência é, hoje, mais instrumental e tecnológica (o homem é vítima dos instrumentos que criou) do que criminal. Soterrados por regras e convenções que se destinam a proteger-nos fisicamente emerge, ao mesmo tempo, em nós, um sentimento de violência simbólica. Isto é, uma maior segurança objectiva é paga com uma maior insegurança subjectiva. O medo da violência cristaliza, no fundo, a angústia perante a morte, designadamente a morte violenta.

3. A VIOLÊNCIA DO PONTO DE VISTA EMPÍRICO

Como noutros objectos de conhecimento empírico (e.g. a doença mental), também na violência os grandes quadros de referência que determinam as metodologias e os esquemas explicativos deslocaram-se, do princípio do século até aos nossos dias, do paradigma biológico ao paradigma sistémico-informacional (cognitivo) comunicacional (C. Agra 1983, 1986). Tal deslocamento significa **dominância** de um paradigma sobre outro mas não exclusividade. Quer dizer, no período em que dominam as explicações biológicas co-existem modos de explicação psicológicos e sociológicos.

Assim, indo direitos ao nosso objecto, a violência, podemos caracterizar as transformações da investigação empírica sobre este tópico utilizando o enunciado

de L.D. Eron (1994) “From drives to cognitions”. Efectivamente, até final dos anos 30, dominou a crença segundo a qual a violência e a agressividade são de natureza instintiva, biologicamente enraizada na natureza dos seres vivos. Tese de inspiração psicanalítica que os psicólogos da Universidade de Yale, Dollard, Doodi, Miller, Mowrer e Sears procuraram conciliar com o behaviorismo (ou as leis do comportamento condicionado) na teoria da “frustração-agressão”. Esta teoria procura testar a hipótese freudiana, a nível empírico. Estamos em 1939, data em que aqueles autores publicaram a sua monografia. Segundo esta teoria, a frustração gera agressão e conseqüente comportamento destrutivo, definido como “injury to an organism”. O esquema explicativo causalista é evidente neste paradigma. Como o é em todos aqueles modelos de natureza biológica: genética, endócrina, neuronal e psicofisiológica. A evolução do behaviorismo obrigou a explicações mais dominadas pelo conceito de aprendizagem e, posteriormente, de aprendizagem social, como é suposto na teoria de Bandura. O comportamento destrutivo seria aprendido, socialmente modelado. No entanto, já pelos estudos empíricos longitudinais, entre outros os de L.D. Eron e colaboradores, já pela própria evolução epistémica do behaviorismo para o cognitivismo, (introdução dos modelos de processamento da informação na explicação do comportamento) emerge, nos anos 80, um modelo cognitivista que pretende dar conta de factos não assimilados, quer pela teoria da frustração-agressão, quer pela teoria de aprendizagem social. A evidência empírica, estabelecida por vários desenhos experimentais, demonstra que os modelos de processamento da informação influenciam o comportamento violento. Dissemos influenciam e não determinam. É que, como bem demonstram os estudos de L. Berkowitz (teoria cognitiva – neoassociacionista) (1994) a modelagem influencia mais ou menos consoante o “feeling” que os indivíduos têm das suas acções, fazendo intervir mecanismos de auto-regulação das emoções com tradução no comportamento.

Surge evidente, nestes **modelos informacionais** (assim designo as teorias que fazem intervir os processos cognitivos), a descontinuidade que operam em relação aos modelos determinísticos de raiz biológica ou bio-comportamental. Esta descontinuidade epistemológica é solidificada e aprofundada por quadros conceptuais centrados nos conceitos de **sistema** e de **comunicação**. Neles integro uma diversidade de modelos teórico-empíricos que, através de diferentes métodos, explicam o comportamento violento através do sistema composto por variáveis individuais e socio-ambientais.

Darei três exemplos destes modelos.

- (i) Os estudos longitudinais de Farrington (1994) e o de McCord (1994). O primeiro evidenciou que o comportamento violento (como o holiganismo,

os maus tratos a esposas e o crime violento) está relacionado com as interacções, estrutura e funcionamento do sistema familiar durante a infância; o segundo estudo longitudinal reforça as conclusões do primeiro, desmonstrando que a desarmonia parental constitui um preditor de futuro comportamento violento da criança. Preditor tanto maior quanto essa desarmonia está associada a comportamentos desviantes, quer dos pais quer da própria criança ou adolescente.

- (ii) Os estudos efectuados por R. Huesmann (1994) sobre os efeitos, a longo termo, da exposição repetida à violência mediática durante a infância. Os resultados apontam para uma correlação entre a violência filmada e o comportamento violento. Tal correlação é, no entanto, mediada: pelo desenvolvimento dos programas de comportamento aprendido ("scripts"); pelo reforço ou não do comportamento violento; por outras variáveis (familiares, educacionais e ambientais).
- (iii) É, ainda, o sistema explicativo indivíduo-meio que, em termos genéricos, dirige as investigações de A.P. Goldstein (1996) sobre o vandalismo e sobre os "gangs". Apoiando-se nas clássicas teorias criminológicas do "labelling", do controle, das sub-culturas e do vínculo social, elabora um modelo compreensivo que pode contribuir para a redução da violência dos "gangs" delinquentes.

A hipótese que prevê um importante peso dos contextos na explicação da variância do comportamento violento é agora indiscutível, porque dominante se tornou o paradigma sistémico. No entanto, já K. Lewin, nos anos 30, em pleno domínio do paradigma bio-comportamental, mostrou, através da célebre experiência dos "três climas", como o contexto influi no comportamento. Em três grupos foram criados, experimentalmente, três "climas": o grupo no qual foi criado um clima autoritário desenvolveu comportamentos violentos e não cumpriu a tarefa que lhe foi destinada; o mesmo aconteceu no grupo no qual foi criado um clima (oposto), de "laissez faire"; apenas o grupo no qual foi criado um clima de participação activa, mas com liderança e regras (grupo democrático), não existiu violência e a tarefa confiada levada a bom termo. Dito de modo mais simples, com os riscos de toda a generalização: quer o autoritarismo quer o anarquismo conduzem à violência e à improdutividade.

Em resumo, a investigação empírica sobre a violência passou, ao longo deste século, da explicação simplista (teoria dos instintos) para explicações psico-sociais complexas que implicam o indivíduo e os seus contextos. As explicações unifac-

toriais são raras, hoje. A comunidade científica deste domínio não se contenta com puras explicações biológicas, psicológicas ou sociológicas².

4. A VIOLÊNCIA “HARD” E A VIOLÊNCIA “SOFT”: NA FENOMENOLOGIA, O HERMENÊUTICO E O EMPÍRICO.

O ponto de vista epistemológico obriga-nos à conciliação entre interpretação (ponto de vista hermenêutico) e explicação (ponto de vista empírico), no trabalho de produção de conhecimento crítico sobre a violência. Ora, se explicar ou interpretar já de si não são operações cognitivas simples, mais complexo se torna o processo de conhecimento que procura articulá-los. Façamos, mesmo assim, este exercício provisório de ascensão abstrativa do pensamento. Façamo-lo em três momentos: o fenomenológico, depois o explicativo, para culminarmos no momento de síntese, um modelo integrativo.

4.1. Entre o universalismo e o relativismo: a fenomenologia da violência

A evidenciação hermenêutica e a evidenciação empírica não se casam espontaneamente. Precisamos de prepará-las para uma aliança que possa ser fecunda. Do lado da hermenêutica, teremos de ultrapassar as teses universalista e relativista da violência. Como? Enxertando a hermenêutica na fenomenologia (à maneira de P. Ricoeur, 1969), direi que é ao ser e à existência que temos de pedir contas da violência.

Suspendamos, então, “a violência” como objecto ou coisa do mundo a reclamar saberes e poderes, para a situarmos no puro campo das significações. Tomêmo-la, na sua visibilidade discursiva, como sinal, símbolo. Continuemos o

² Os termos “biopsicossocial” ou “inter” – “multi” – “pluri” – “trans” – disciplinaridade, raros ainda nos anos 80, tornam-se hoje banais. Talvez moda, entre nós. É bom evitar explicações reducionistas. Mas sejamos sérios: não falemos de complexidade de maneira simplista. Porque há pelo menos dois tipos de “biopsicossociologia” e de “inter” – “multi” – “pluri” – “trans” disciplinaridade: uma por simples justaposição, outra por diferenciação seguida de integração complexa (algures chamei ao primeiro, modelo rapsódico; ao segundo, modelo sinfónico). Quando falarmos, pois, da “biopsicossociologia”, ou de “inter” – “multi” – “pluri” – “trans” seria sábio perguntarmo-nos: qual? a rapsódica ou a sinfónica?

Mais vale o solo de um bom saxofonista do que uma charanga desafinada composta por maus músicos e mau maestro. É melhor um bom reducionismo biológico, psicológico ou sociológico do que uma má biopsicossociologia. Faz melhor trabalho um bom médico só, um bom psicólogo só, ou um bom sociólogo só, do que uma “equipe biopsicossocial” ou “interdisciplinar” em que os três elementos que a compõem são medíocres profissionais ou medíocres são as suas interações.

exercício hermenêutico-fenomenológico perguntando-nos: a violência que nomeamos, através dos múltiplos sinais que servem a nossa fala do mundo, é significativa de que significado? Que nos diz ela, a nós existentes, que a transformamos agora em **linguagem**? Que nos diz ela, agora que nos dispusemos na abertura ao Ser? No Ser vem ela interpelar as nossas maneiras de ser. Como? Pois bem, o ocidente moderno constituiu, sob os ideais do progresso, do desenvolvimento, da técnica e do bem-estar, formas de existência nas quais o existente, e as relações entre existentes, se afastam da morada do ser, o **pensar**. Os modos de viver modernos configuram-se no aparecer, nos espectáculos de si do sujeito, numa individualidade que abandonou a casa da sua ontologia fundadora. Esta é a **violência estrutural**, fundadora das sociedades modernas. Nós, existentes nas formas de vida talhadas pela modernidade, somos vítimas do profundo golpe que nos afastou da “clareira do ser” (segundo a expressão de Heidegger). Habitamos, agora, outra clareira, a do **simulacro**: o simulacro do bem (a ideologia do bem-estar), o simulacro da verdade (a ciência e a filosofia), o simulacro da justiça (o direito), o simulacro do belo (a arte), o simulacro da práxis (a técnica), o simulacro da libertação (“as liberdades”), o simulacro da subjectividade (o indivíduo). Eis a violência que nos transformou, de existentes colocados no ser, em átomos (indivíduos) dispersos no vazio, sujeitos às forças dos múltiplos campos gravitacionais definitórios das nossas trajectórias existenciais.

A “vis” (força) perturbadora, através das suas múltiplas formas, interpõe, entre o existente e o mundo, espessas muralhas de simulacros de existência. Assim, de ser vivo que tem um mundo, que se inventa na existência inventando mundos, o existente contemporâneo sofre a violência dos mundos construídos pelas agências públicas e privadas de produção, distribuição e comércio de simulacros de vida boa. A “**governamentalidade**” da vida (conceito forjado por M. Foucault) não é exercida, agora, por nenhum poder visível, identificável em figuras com rosto, mas por poderes difusos, profusos e anónimos funcionando em sistemas de redes. E nessas redes se vai enredando a experiência da existência.

Que nos define como humanos? A relação ao mundo. A ontologia fundadora da humanidade do homem não reside na pura individualidade que povoa o palco do mundo, como os outros seres. O que define a minha humanidade de homem é a experiência da relação eu-mundo. Ora, tal relação é cada vez mais difícil de se constituir, por força das objectivações que impedem e violentam o **jogo auto-poiético** donde emerge a invenção de planos de significação da minha existência. Contentamo-nos com uma existência mecânica e que a todo o custo tentamos prolongar através da “ruse” da técnica. Deixámos de nos **espantar com o facto de existirmos** (como diria Maine de Biran) e de lhe darmos um destino individual e colectivo. O terror que nos causa a ideia da morte, da finitude e da vida espon-tânea levam-nos a inventar e a aceitar acriticamente uma infinidade de normas, de

saberes e poderes especializados que violentam e violam o elo fundamental que nos institui como humanos, acreditando, paradoxalmente, que nessa violência reside o nosso bem-estar. M. Henry fala numa nova “barbárie” que penetra a nossa sociedade e precipita a sua ruína. Este novo tipo de barbárie consiste no divórcio entre a cultura e a técnica: “objectividade monstruosa cujos processos se auto-engendram e funcionam por eles próprios... a vida enfim está condenada a refugiar a sua angústia no universo mediático” (M. Henry, 1987). Um pouco no mesmo sentido, constata Chesnais, através dos seus estudos sobre a história da violência, que a violência voluntária das sociedades rurais e patriarcais deu lugar, nas sociedades industriais, a uma violência involuntária; a violência crua, arcaica, transformou-se em **violência instrumental e tecnológica** (o homem seria vítima do que ele próprio criou). Eis, pois, um outro tipo de violência que não se identifica com a **violência criminal**.

Concluamos este ponto. O ponto de vista hermenêutico-fenomenológico obriga-nos a desocultar um outro tipo de violência que não é directamente visível; até porque ela funda e estrutura os modos da nossa existência quotidiana. Só uma hermenêutica da dramática quotidiana a pode devolver à consciência. Chamemos (utilizando, ironicamente, a linguagem técnica actual) esta violência invisível, inconsciente, mas que desejamos e da qual chegamos mesmo a orgulhar-nos, a **violência “soft”**. À violência que aqui nos convoca, a visível, consciente, indesejável, aquela que nos envergonha, chamemos-lhe **violência “hard”**.

Um mesmo comportamento violento pode ter sido, num dado momento histórico, violência “soft” e em um outro período histórico transformar-se em violência “hard”. É o caso da violência contra as mulheres e contra as crianças.

Esperemos que, por exemplo, a violência tecnocrática e a violência mass-mediática, actualmente violências “soft”, não tardem em chegar à consciência colectiva como violências “hard”, de modo a merecerem o nosso discurso crítico; de modo a desencadear o nosso contra-poder, enquanto violências exercidas sobre a ontologia fundadora do “homo humanus”.

4.2. A explicação empírico-crítica

Dissemos, acima, que a hermenêutica e a investigação empírica não se casam espontaneamente. Para a sua aliança, acabámos de preparar a hermenêutica enxertando-a na fenomenologia. Precisamos, agora, de preparar a investigação empírica, em ordem à aliança epistemológica que pretendemos.

Encontramos na história da ciência três grandes tipos de explicação. A explicação causal, a explicação estrutural e a explicação processual. A primeira explica as variações de um fenómeno através das variações de um outro fenómeno;

a segunda, explica os fenómenos a partir das estruturas que lhe estão subjacentes; a terceira, explica os fenómenos desocultando a lógica que articula os seus diferentes estados no tempo. Vimos como as explicações de tipo causalista e linear foram abandonadas na investigação empírica da violência. As explicações actuais, que se inscrevem, segundo disse, no paradigma sistémico-informacional-comunicacional, situam-se ao nível estrutural e ao nível processual.

As explicações estruturais da violência têm por objecto ora os indivíduos, ora os contextos. As primeiras, mais psicológicas, centram-se nas estruturas do pensamento (modelos cognitivo-informacionais) e nas estruturas do comportamento (modelos cognitivo-comportamentais); as segundas, mais sociológicas, (micro ou macro sociais) procuram explicar a violência a partir das estruturas e funcionamentos dos grupos (e.g. K. Lewin) e das sociedades (e.g. as explicações sociológicas da violência). Também as explicações processuais, tendo por objecto ou indivíduos ou sociedades, explicam o fenómeno da violência situando-o na história de vida dos indivíduos (e.g. os estudos longitudinais de Farrington e de McCord) ou nas transformações sociais: como bem o fez Durkheim, ao explicar a criminalidade nas sociedades modernas como sendo um fenómeno social normal, tendo em conta o tipo de sociedade e o estado do seu desenvolvimento.

Diremos, então, que a via real para a investigação empírico-crítica da violência é aquela que, abandonando os esquemas explicativos causalistas de tipo biológico, psicológico ou sociológico, adopta esquemas complexos capazes de dar conta, ao mesmo tempo, das variáveis estruturais e processuais próprias de indivíduos, grupos, organizações e sociedades. Mas tal esquema complexo, para acolher a análise hermenêutica da violência, sendo necessário ainda não é suficiente. Precisamos, tal como o fizemos para a hermenêutica, de enxertar a explicação empírico-crítica na fenomenologia. Mas para isso não precisamos de inventar nada. Basta adaptar. O quê? O esquema proposto por K. Lewin, de profunda inspiração fenomenológica, segundo o qual o comportamento humano se desenvolve e funciona num campo vital através de vectores ou direcções existenciais. O comportamento é função do indivíduo em interacção com o seu espaço socio-ambiental. Em fórmula, $c = f(i,e)$. Dito em termos fenomenológicos, o comportamento é função da relação eu-mundo. Aplicando à violência o modelo que convém à explicação empírico-crítica, e que designamos por **sistémico-fenomenológico**, diremos que o **comportamento violento** (v) é **função** (f) das relações entre **indivíduos** (i), **grupos** (g) e **sociedades** (s) situadas num **espaço** (e) e num **tempo** (t) próprios: $v = f(i,g,s) - (e,t)$. Mas tal sistema de relações, sob a condição fenomenológica, não é mecânico, mas orgânico. Isto é, não se trata de relações determinísticas, mas auto-organizacionais. O conceito de auto-organização (suposto na explicação estrutural e processual) é um dos conceitos que permite a passagem, que é estreita, entre a interpretação e a explicação, enquanto conceito

fenomenológico. Situado entre o determinismo e o indeterminismo, por ele temos acesso ao conhecimento daqueles fenómenos que implicam, ao mesmo tempo, facto e valor, objectividade e subjectividade, como é o fenómeno da violência. Dizer que a violência é um fenómeno auto-organizacional equivale a afirmar o seu lado “soft” (invisível) e o seu lado “hard” (visível). Que ela, ditando discretamente condições e modos de existência, também viola escandalosamente os princípios da recta consciência e os direitos humanos. Que ela é, ao mesmo tempo, desejada pelo querer inconsciente e repudiada pela vontade consciente.

Podemos nós passar os umbrais da ambivalente experiência humana da violência?

4.3. A vida, a morte e as violências

A “vis” (força) é inerente à própria vida (“vita”). O nascimento é um acontecimento que exige o exercício da força: a necessária para o rompimento de uma relação (com o ventre materno) e o estabelecimento de uma nova relação, que é lenta e progressiva, com o mundo. A relação eu-mundo é fruto de uma primeira violência inelutável. Violência que se prolonga, de modos diferentes, no curso da existência, em cujo campo vital se afrontam sistemas de vectores antagónicos. Forças antagónicas e mutantes, próprias não só dos espaços que habitamos, a nossa morada externa, mas também da nossa própria morada interna. A subjectividade humana é de natureza conflitual; sabêmo-lo desde S. Paulo (“video aliam legem in membris meis, repugnantem legi mentis meae”) até Freud, passando por Maine de Biran (Séc. XVIII) cuja psicologia se estruturou sob a ideia do “Homo duplex”. Nem as relações com nós próprios, nem as relações existentes no mundo são lineares. Assim, a relação ontológica fundadora, eu-mundo, deve ser entendida como um complexo conflitual: já do lado do eu, já do lado do mundo, já, ainda, a própria relação que coloca em presença dois pólos já de si conflituais. A experiência da existência quotidiana, onde se jogam **complexos antropológicos** feitos de actos, afectos, saberes e poderes, leva-nos muitas vezes a dizer, e com fundamento, que “a vida é uma violência”. Assim começou ela e assim termina: por via da violência “hard” (a chamada morte violenta) ou por via da violência “soft”: modos de vida tornados patogénicos que conduzem à morte. A morte põe termo à relação eu-mundo, liberta-nos dessa “vis” fundadora e criadora que pelos seus excessos (as violências) se tornou destruidora e mortífera. Regresso à quietude perpétua, em relação à qual também somos ambivalentes: recalcamo-la e desejamo-la.

O ponto de vista fenomenológico obriga-nos ao pensar profundo. Pensar a violência, tendo por quadro de referência uma fenomenologia empírico-hermenêutica, equivale a situá-la nas fundas coordenadas da vida e da morte. Daqui,

vemos a “vis” fundadora da vida e a ela imanente, exaltada sob o efeito de forças que, com ímpeto, sobre ela se exercem: como a força inpetuosa dos ventos se exerce sobre as águas tranquilas dos oceanos, gerando as vagas que se abatem desgovernadas sobre tudo o que se oferece à sua violência.

O **aqui** fenomenológico, donde avistamos a violência, é equivalente ao “**suave mari magno**” do poema filosófico de Lucrecio quando diz: “É doce contemplar do lado da costa as vagas erguidas pela tempestade e o perigo dum infeliz que luta contra a morte: não porque tenhamos prazer no infortúnio dos outros mas porque é consoladora a observação dos males que não experimentamos. Mas a maior doçura consiste em ocupar os altos lugares fortificados pelo pensamento dos sábios. Essas regiões serenas de onde nos apercebemos, de longe, do resto dos homens errantes à procura do caminho da vida, que lutam pelo génio do nascimento, disputam a glória, que se esgotam em esforços dia e noite para se evidenciar, fazerem riqueza ou apropriarem do poder. Oh miseráveis espíritos dos homens, oh corações cegos! Em que trevas, no seio de que perigos se consomem estes poucos instantes que são a vida” (Lucrecio, II V; de Natura Rerum).

Estudemos então a violência.

Não como mais um objecto do mundo a despertar os olhares do penalista, do criminólogo, do sociólogo e do psicólogo, como os átomos, as moléculas, as células e os organismos despertam o olhar do físico, do químico e do biólogo: como se dum lado existisse o mundo das coisas a conhecer e do outro o mundo dos sujeitos do conhecimento.

Estudemos não apenas aquela violência que a construção social tornou agora visível: a violência sobre as mulheres e as crianças, a violência criminal, a delinquência juvenil, o vandalismo, isto é, a **violência “hard”**: aquela que, no fundo, cristaliza e projecta a nossa profunda angústia existencial e o medo da morte. Situemos, antes, esta violência “hard” no seu lugar próprio, no mar existencial encapelado. Ela é uma “vis” natural exaltada e enfurecida onde abundam muitas outras violências (“soft”), as nossas, as daqueles que não violentam mulheres e crianças, nem comentem roubos nem homicídios ou deles são vítimas. Olhemos criticamente a experiência da nossa existência situando-nos nos “altos lugares fortificados pelo pensamento dos sábios”, como diz Lucrecio. Desse lugar observamos não só os que se confrontam com a ameaça de morte violenta, mas também os que, procurando o caminho da vida, são vítimas das violentas lutas pela glória, pela riqueza, pelo poder, formas de **violência “soft”** a que tanto as sociedades actuais estimulam. Somemos-lhe o mal estar subjacente ao bem-estar, os múltiplos envolvimentos e contradições das sociedades do desenvolvimento, as servidões das “liberdades”, a tirania dos “média”, do espectáculo e do consumo, os “apartheid” sociais criados pela glorificada “globalização”, as ocultações e os doces controles da “sociedade de informação”.

Queremos conhecer e intervir sobre a violência das nossas sociedades?

Pois bem, partamos da “vis” estrutural imanente a toda a existência: violência mínima, pequena ondulação, que já se inicia no próprio acto do nascimento. Analisemos a multiplicidade de forças que se exercem sobre esta violência fundadora, as visíveis e as ocultas. Observemos, em seguida, os processos (sucessão de estados) que conduzem da “vis” normal à “vis” desviante (“a violência”) nas suas diferentes formas de manifestação. Observemos a morfogénese das violências. Enfim, identifiquemos os pontos de resistência às violências e os pontos da sua acção destruidora e mortífera.

E a intervenção sobre as violências? Procuremos os sítios onde se pode resistir e os sítios onde se pode sucumbir; não apenas à “vis” exaltada e ferina, mas também à “vis” secreta e envenenadora. Desenvolvamos estratégias diferenciadas, mas conducentes ao mesmo fim: o regresso do pródigo existente à morada do ser. Nela habita a “vis” serena da experiência crítica da existência.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- AGRA, C. (1986) - *Science, maladie mentale et dispositifs de l'enfance. Du paradigme biologique au paradigme systémique* – Lisboa, INIC.
- AZOUVI, F. (1995) - *Maine de Biran. La science de l'homme* – J. Urin, Paris.
- BERKOWITZ (1994) - Is something missing? Some observations prompted by cognitive – neoassociationist view of anger and emotional aggression – in *Aggressive Behaviour current perspectives*, Plenum Press, New York and London.
- CHESNAIS, J. C. (1981) - *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*, Edition Robert Laffont, Paris.
- ERON, L. D. (1994) - Theories of aggression: From drives to cognitions – in *Aggressive Behaviour current perspectives*, Plenum Press, New York and London.
- FARRINGTON, D. P. (1994) - Childhood, adolescent, and adult features of violent males – in *Aggressive Behaviour current perspectives*, Plenum Press, New York and London.
- GIRARD, R. (1972) - *La violence et le sacré*, Grasset, Paris.
- GOLDSTEIN, A. P. (1996) - *The Psychology of vandalism* – Plenum Press, New York and London.
- HENRY, M. (1987) - *La barbarie* – Gasset, Paris.
- HUESMANN, L. R. and MILLER, L. S. (1994) - Long term effects of repeated exposure to media in childhood – in *Aggressive Behaviour current perspectives*, Plenum Press, New York and London.
- LUCRÈCE - *De la Nature* – traduction, H. Clouard, Flamarion.
- MCCORD, J. (1994) - Aggression in two generations – in *Aggressive Behaviour current perspectives*, Plenum Press, New York and London.
- RICOEUR, P. (1969) - *Le conflit des interprétations, Essais d'herméneutique* – Seuil, Paris.

O PENSAMENTO DOS SELVAGENS

por

Tito Cardoso e Cunha*

Em 1962 Lévi-Strauss publica – “à memória de Maurice Merleau-Ponty” – uma obra, *La Pensée Sauvage*¹, em que, por um lado faz o balanço do seu trabalho anterior e, por outro, prepara a reflexão futura.

É um livro de charneira, poderíamos mesmo afirmar que é o ponto central da sua obra, na medida em que se confronta com o pensamento selvagem no seu estado puro, “essa lógica do concreto” que tinha empiricamente estudado em *Structures élémentaires de la parenté* (SEP) e volta a encontrar nas *Mythologiques* (M).

Entre a estrutura do parentesco e a narrativa mítica existe um aspecto comum, sempre presente por se tratar, em ambos os casos, de produções do pensamento selvagem. O mito, tal como o parentesco, funciona com uma “lógica do concreto” (ou “lógica das qualidades sensíveis”) que se traduz em, primeiro lugar, em sistemas de classificação próprios, apelidados de totemismo. Totemismo que, aliás, encontramos tanto nos sistemas de parentesco (é mesmo o seu fundamento) como nas narrativas míticas.

Mas ao iniciar uma obra que se anuncia de uma extrema tecnicidade antropológica porque razão Lévi-Strauss – tão afastado, aparentemente, de um tipo pensamento como o de Sartre – opta por empregar precisamente a terminologia deste último?

Ele próprio responde, no prefácio, explicando que se trata, em ambos os casos, de reflectir sobre os “fundamentos filosóficos da antropologia” (PS. II) estimando, ao mesmo tempo, ter que esclarecer os seus desacordos com Sartre a este respeito.

Um certo tom bem característico do autor está presente desde as primeiras páginas de PS. Trata-se de mostrar mais uma vez, contra toda a espécie de

* Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Departamento de Ciências da Comunicação.

¹ Claude Lévi-Strauss, *La Pensée Sauvage*. Paris, Plon, 1962. Usaremos a sigla PS.

evolucionismo, que o homem, apesar de por vezes ser selvagem, nunca foi “primitivo”, nomeadamente no seu pensamento, mostrando que está plenamente desenvolvido, não “desde o princípio” mas desde sempre e por toda a parte, apesar de diferentes formas.

Trata-se de compreender como pensa o selvagem, para mostrar, contra todo o hegelianismo, que a Razão opera em pleno desde a origem, sem esperar por um longo processo de desenvolvimento.

A razão não se manifesta sempre da mesma maneira, mas esta diferença não se encontra no eixo da diacronia; distribui-se, em contemporaneidade, entre as diferentes culturas. Temos então que esclarecer as causas de uma “lógica concreta” que dirige o pensamento selvagem, começando por afastar as opiniões – enraizadas num certo formalismo – segundo as quais este pensamento é primordialmente utilitário: só se ocuparia daquilo que é imediatamente necessário ao Homem.

Por exemplo, uma população de pigmeus das Filipinas distingue e classifica diferentes espécies de morcegos não pela sua utilidade imediata, que provavelmente é nula, mas pela relações que mantêm com as outras espécies, neste caso vegetais: “o *tidikin* vive sobre a folhagem ressequida das palmeiras, o *dikidik*, sob as folhagens da bananeira selvagem, o *littit* nos bambusais, o *kolumboy* nas cavidades dos troncos de árvore, o *honanabã* nos bosques cerrados, e assim por diante” (PS. 8).

Isto implica, nas mais diferentes culturas selvagens, um léxico por vezes impressionante pela sua extensão, que designa uma enorme variedade de espécies vegetais e animais, para além da sua morfologia: “Para descrever as partes constitutivas e as propriedades dos vegetais, os Hanunóa têm mais de 150 termos que conotam as categorias em função das quais identificam as plantas...” (PS. 13).

Como muito possivelmente nem todas essas espécies têm uma utilidade visível do ponto de vista prático, todo o saber que a seu respeito é acumulado tem de ser explicado por outras razões.

Razões que, como veremos, se revelaram puramente “científicas”.

Poder-se-á então falar de uma ciência cujo objectivo não é, necessariamente, um fim prático, mas simplesmente a satisfação do desejo de conhecer a natureza, tal como a sociedade.

Esta necessidade de conhecer é essencialmente uma necessidade de classificação; procura, antes de mais, impor uma ordem, visto que “cada coisa sagrada deve estar no seu lugar”, como precisou um “selvagem” citado em PS. 17.

Haverá talvez no pensamento selvagem, aliás como em todos, uma espécie de horror do vazio, da indistinção que seria o caos. É então preciso distinguir, por oposição, para bem classificar: “... a classificação, seja ela qual for, possui uma virtude própria em relação à ausência de classificação.” (PS. 16).

Isto manifesta-se claramente tanto nos sistemas de parentesco como nos

ritos, onde sempre se tenta “não deixar escapar nenhum ser, aspecto ou objecto, a fim de lhe conferir um lugar no seio de uma classe” (PS. 17).

Nesta perspectiva, o pensamento selvagem é tão “acabado” como o pensamento científico que nós conhecemos, dado que, no fundo, também se baseia numa taxionomia.

Existem, por conseguinte duas forma de pensar cientificamente; uma, que é a nossa, bastante conceitualizada, afastada do sensível, e a outra – o pensamento selvagem – bastante mais próxima do concreto e da percepção sensível. É uma “ciência do concreto” que vemos manifestada no totemismo, bem como nos mitos e nos sistemas de parentesco.

Poderíamos afirmar que o pensamento selvagem “pensa com as coisas” e não com os conceitos. Para explicar este facto Lévi-Strauss faz uma comparação, que se tornou célebre, entre o pensamento mítico e a *bricolage*.

Em ambos os casos, o sujeito opera com “os resíduos de construções e de destruições anteriores” (PS. 27) e utiliza-os como instrumentos. É assim que as séries de objectos aparentados que se encontram na natureza, ou pelo menos os termos que os designam, no caso do pensamento mítico, podem ser utilizados num contexto completamente diferente para seriar seres ou realidades sociais.

O mito, por exemplo, é uma *bricolage* intelectual completa que opera com “resíduos” duma primeira linguagem: leopardo, beija-flor, gafanhoto, lagarto, etc.

É evidente que não se trata de *coisas*, nem tão pouco de conceitos, mas de algo que se encontra “a meio caminho”, ou seja, claramente *signos* que, tal como Saussure os definiu, possuem uma face sensível – “imagem acústica” –, o *significante*, e uma face puramente conceptual: o *significado*.

O *sentido* advém da conjunção destes dois aspectos – o *significante* e o *significado* – no *signo*. O *signo*, como conceito, define-se igualmente por uma propriedade que é, aliás, comum a todos: está no lugar de qualquer outra coisa que não é ele; ou como dizia Peirce: “it stands for...”. A ciência trabalha com o conceito e o mito com o *signo*. Ambos substituem outro coisa que não eles, advindo deste facto a sua operacionalidade, mas existe também uma diferença na medida em que o conceito tem uma capacidade de representação muito maior que o do *signo*.

O *signo* presente nos mitemas opera sobretudo num raciocínio por analogia e segundo uma certa retórica (de imagens) determinadas pela natureza dos materiais que constituem o discurso mítico. Proveniente de um outro sistema – a linguagem natural – onde já estão incluídos, mesmo quando se trata apenas de fragmentos que se juntam e se reúnem em diferentes combinações possíveis à procura de um sentido: “O conceito aparece assim como o operador da *abertura* do conjunto com o qual se trabalha, a significação como o operador da sua *reorganização*: não o alarga nem o renova e limita-se a obter o grupo das suas transformações” (PS. 30).

Os signos, que constituem o material do *bricoleur* mítico, são, portanto, os fragmentos de uma outra linguagem com os quais, tal como os vidros partidos de um caleidoscópio, se pretendem fazer as mais variadas figuras que desfrutamos, simultaneamente, como percepção estética e como combinação lógica.

Por conseguinte, numa narrativa, tal como num caleidoscópio, utilizamos materiais secundários. Neste caso é a linguagem corrente que utilizamos para efectuar outras combinações com um outro código sintáctico e para lhe conferir um outro conteúdo semântico.

Desta forma, por exemplo, Lévi-Strauss mostra-nos em *Le cru et le cuit* como certos mitos bororó utilizam por vezes os mesmos “fragmentos” da linguagem quotidiana para dar significado a diferentes sentidos, segundo a relação de oposição em que se encontram inseridos e que lhes confere, precisamente, o seu sentido.

O termo “filho” à partida designa uma categoria classificativa do sistema de parentesco, mas em certos mitos bororó pode referir-se tanto ao céu como à terra.

É o que acontece, por exemplo num mito sobre a origem da água, das pastagens, dos ritos fúnebres e que abre com a violação de uma mulher pelo seu irmão. O marido decide vingar-se matando a mulher e enterrando-a. Mas ela deixa um órfão que não encontrando a sua mãe se transforma em pássaro para melhor a procurar, “não sem antes ter deixado cair os seus excrementos sobre o ombro do pai”. No ombro cresce uma árvore, o que o obriga a errar na floresta, mas sempre que ele repousa surgem lagos e rios enquanto a árvore vai diminuindo.

O personagem torna-se um herói cultural que leva aos seus os enfeites e os ornamentos.

Sabe-se, aliás, – através de informações etnográficas – que os Bororós têm uma “classificação tripartida do reino vegetal” que faz corresponder as plantas aos três elementos: céu, terra, água.

Existe até um mito etiológico que fala da origem, por ordem, das lianas (planta aérea), do jatobá (terrestre) e das plantas dos pântanos (aquáticas). Trata-se, sem dúvida, de um mito cosmológico que dá conta da origem da água, da terra e do céu.

Note-se que neste mito existe uma conotação celeste em relação ao filho quando ele se transforma em pássaro, terrestre como a mãe que é enterrada e aquática como o pai que está na origem da água.

Mas na realidade o contexto etnográfico permite uma outra leitura na medida em que os Bororós acreditam que as almas habitam no elemento aquático; aliás é na água que eles dão sepultura aos seus mortos. O que não faz o herói do citado mito, que enterra a sua mulher para esconder o seu crime. Mas a alma da mãe morta pertence por direito ao elemento aquático. Por seu lado, o marido, se é verdade que ele está na origem da água (intermediário entre o céu e a terra como no caso da chuva) é também o solo terrestre onde cresce a árvore.

Temos, portanto, que: partindo de uma disjunção entre o céu (filho) e a terra (pai) provocada pelo assassinato da mãe que fica sem uma verdadeira sepultura (aquática), o mito diz-nos como o herói restabeleceu a união entre o céu e a terra, dando origem à água, e a forma como ele, após se ter tornado herói no além, vem restabelecer a conjunção entre os mortos e os vivos, ao trazer-lhes os ornamentos e os enfeites.

Trata-se, evidentemente, de uma certa lógica do concreto, tanto neste exemplo como em muitos outros possíveis, em que "... os signos entram na categoria das coisas significadas" (PS. 49) e poderíamos aplicar, com toda a justeza, a este caso as palavras que Lévi-Strauss usou, noutra ocasião, para falar do caleidoscópio: "... essas disposições (no nosso exemplo as disposições entre os signos aquáticos, terrestres e celestes, ou seja, o mito), gerados pelo encontro de acontecimentos contingentes (o incesto, o assassinato da mãe, etc.) e de uma lei (neste caso a classificação tripartida do reino vegetal), projectam modelos de inteligibilidade de alguma forma provisórios..." (PS. 50) (o texto entre parênteses foi aqui acrescentado).

O que se observa frequentemente (ou mesmo permanentemente) na análise dos mitos, é que os acontecimentos podem diferir de mito para mito, enquanto que o mito em si conserva uma *armação* constante tal como as estruturas lógicas, ou seja, o *código* de organização da sua *mensagem*, podem ser elaboradas com a ajuda de diferentes léxicos: "apenas as relações, e não os elementos, são constantes" (PS. 72).

Desta forma, neste exemplo, o céu funciona por oposição à terra. Cada um é o oposto do outro e a água (da chuva) faz a mediação.

Em suma, para interpretar um mito e descobrir a lógica concreta que lhe está subjacente, é preciso, não apenas identificar cada animal, planta, etc., mas sobretudo colocar no lugar certo o sistema de significados próprio da cultura em causa. No mito citado, por exemplo, é necessário identificar o jatobá (*Hymenea Courbaril*) mas é sobretudo preciso compreender a sua "*função de significante*" no sistema de significados Bororó que a relacionam com as lianas (árvores celestes) e as plantas do pântano (aquáticas).

Deste modo Lévi-Strauss pode escrever o seguinte: "Os termos nunca têm uma significação intrínseca; o seu significado é de "posição", função da história e do contexto social, por um lado, e da estrutura do sistema onde são levados a figurar, por outro" (PS. 74).

Portanto, só tendo em conta este contexto múltiplo é que poderemos determinar a "posição semântica" de um qualquer elemento.

Mas tudo se complica quando sabemos que a lógica do sistema pode apelar a diferentes tipos de ligação formal e que certos tipos só são pertinentes em certos casos.

Deste modo, no nosso exemplo existe uma contiguidade entre as lianas e o céu, o jatobá e a terra, as plantas do pântano e a água, mas noutros locais encontramos outras ligações lógicas que são privilegiadas: a *semelhança* (a formiga vermelha e a cobra são parecidas devido à cor, segundo os Nuer) (PS. 85).

Isto quer dizer que, por vezes, é a metonímia e outras é a metáfora que são privilegiadas na retórica da narrativa mítica.

De qualquer forma, o que importa reter é que estas lógicas concretas do pensamento se baseiam sempre em sistemas, muitas vezes bastantes complexos, de *desvios diferenciais* cuja forma circunstancial é muito mais importante que o conteúdo, isto do ponto de vista do significado que pretendemos exprimir, quer se trate das narrativas míticas ou do pensamento concreto que se exerce sobre as taxionomias (taxionomias essas que encontramos, por outro lado, na base das narrativas, na própria lei da sua criação).

Trata-se, portanto, no caso do pensamento selvagem, de construir uma grelha a partir das oposições/desvios diferenciais como, por exemplo, aquele que na classificação bororó opõe/diferencia as plantas.

Só interessa a forma dessa grelha, pois é ela que permite a sua utilização ao nível da narrativa mítica na sua sucessão diacrónica, dividindo-a, mesmo quando isso implica a simplificação da realidade empírica que ela pressupõe. Esta simplificação é exigida pela redução a dimensões discretas, sem as quais não se poderia construir um sistema de significação.

Paralelamente, "... os sistemas de denominação e de classificação, normalmente chamados totémicos, vão buscar o seu valor operatório ao seu carácter formal: são códigos aptos a veicular mensagens transportáveis nos termos de outros códigos e a exprimir nos seus próprios sistemas as mensagens recebidas pelo canal de códigos diferentes" (PS. 101).

Continuando com nosso exemplo bororó, ainda não dissemos que a classificação tripartida é mais que uma taxinomia vegetal e não seria estranho que ela fosse igualmente uma classificação totémica. Em todo o caso, é precisamente assim que funciona o totemismo: as lianas corresponderiam a um clã celeste, os jatobás a um clã terrestre e as plantas dos pântanos a um clã aquático.

Tudo isto se pode reflectir também no plano da própria aldeia, tornando visível a grelha lógica de classificação, projectada no corpo social.

No pensamento de Lévi-Strauss, que inovou bastante a este nível dos estudos etnológicos, o totemismo não é uma espécie de religião mais primitiva, mas uma socio-lógica. Socio-lógica que, aliás, é geradora da narrativa mítica (no eixo diacrónico).

É precisamente a relação entre estas duas lógicas, entre as quais está (pré)suposta uma homologia, que constitui o próprio núcleo do pensamento selvagem.

Existe ainda um outro aspecto do pensamento selvagem que convém sublinhar. Voltando à classificação tripartida notamos que, apesar de ela exprimir a relação do homem com a natureza, não se impõe, no entanto, por si, ela não é universal. Noutros povos os princípios taxionómicos são bastantes diferentes: distingue-se, por exemplo, o sexo dos vegetais (PS. 9). Esta classificação é antes “a *codificação* em termos totémicos, de uma situação natural” (PS. 127). E sobretudo, no mito não se procura explicar a natureza e os seus fenómenos (a água, a terra, o céu e o fogo...), antes pelo contrário, na realidade utilizam-se os elementos naturais (água, céu e terra) para dar conta das diferenças, que irão permitir a organização lógica de uma taxionomia dos vegetais.

Tudo isto se aplica mesmo às prescrições negativas, às proibições portanto; por exemplo a interdição de consumir os animais (ou os vegetais) totémicos (o tabu do totem).

Conhece-se a explicação dada por Freud para o tabu: tratar-se-ia de proibir aquilo que mais se deseja. A força do tabu seria directamente proporcional à intensidade do desejo que se reprime através do tabu.

Mas segundo Lévi-Strauss, a proibição, nomeadamente a alimentar, serviria sobretudo para tornar significativo aquilo que é proibido. Tal é o caso no domínio do parentesco: proíbe-se a irmã para a tornar significativa como mensagem que se troca na aliança. O mesmo se passa com o proibição de consumir o animal do clã: torna-se significativo ao ser subtraído à indiferenciação.

Isto não quer dizer, pelo contrário, que haja uma ligação entre a proibição alimentar e o totemismo. As proibições alimentares existem em povos que não têm totemismo. Lévi-Strauss (PS. 137) dá o exemplo dos Bosquímanos da Kalahari. Neste caso, e ao contrário do totemismo onde “se combina sempre uma equivalência lógica entre uma sociedades de espécies naturais e um universo de grupos sociais” (id.), os Bosquímanos projectam o organismo da caça na sociedade como organismo. Uma parte irá para os chefes, uma outra para os adolescentes, uma outra ainda para as mulheres e crianças. Isto também quer dizer que se proíbe a cada um deles comer a parte que não lhe pertence: “A troca de mulheres e a troca de alimentos são meios de assegurar o enquadramento recíproco dos grupos sociais, onde esse enquadramento se manifesta” (PS. 144). A função é a mesma, o procedimento é que é diferente. Ambos podem estar presentes num mesmo povo ou a função pode ser assegurada por um só procedimento.

Existe um paralelismo e uma relação complementar entre as proibições alimentares e as regras do casamento exogâmico. Encontra-se a mesma função nos dois níveis.

Mesmo esta articulação pode tornar-se mais complexa, fazendo intervir outros níveis (nomeadamente o das castas).

Os Baganda do Uganda (PS. 149 sqq.) estão divididos em diferentes clãs, cada um com o seu totem, sobre o qual pesa uma proibição de consumir, sendo

que cada alimento totémico não pode ser consumido pelos “originários” de um outro totem. Mas a integração social dos diferentes grupos vai ainda mais longe visto que prescreve para cada clã um território próprio e, sobretudo, funções sociais específicas: por exemplo, os ferreiros são todos do mesmo clã.

Neste exemplo baganda os clãs totémicos aproximam-se, portanto, de uma outra instituição social por vezes tida como menos “primitiva”: as castas (funcionais).

Mas existe um aspecto que, à primeira vista, tornaria o totemismo de clã incompatível com o sistema de castas: é que o primeiro caracteriza-se pela exogamia, e o segundo pela endogamia. Mas o próprio Lévi-Strauss tinha, já anteriormente, evocado uma possível continuidade entre os dois sistemas; com efeito, no final de SEP, lança a hipótese do sistema de castas poder estar ligado à passagem das estruturas elementares para as estruturas complexas do parentesco.

A sua proposta vai no sentido de se observar entre os dois sistemas, totémico e de castas, uma relação de transformação que seguiria o seguinte trajecto: no sistema totémico existem grupos ou clãs humanos que são diferentes entre eles dentro da ordem da natureza. Existe, portanto, uma homologia entre estas diferenças: o clã *paiwé* é diferente do clã *bokodori* como o totem tartaruga é diferente do totem tatu.

Entre a natureza e a cultura existe, por conseguinte, uma homologia, que neste caso é puramente formal. Por outro lado os clãs, sendo diferentes, são, pela mesma razão, uma parte da totalidade social e, como tal, mantêm relações (dialécticas) de reciprocidade e de complementaridade, tornadas possíveis pela própria diferença.

Este é o caso do totemismo exogâmico.

O caso do sistema de castas é uma transformação do anterior. Em vez de pressupor uma homologia entre as diferenças, pressupõe uma homologia entre o grupo dos clãs e a sua imagem clânica, o totem:

Natureza:	totem	totem...	totem
	1	2	n
Cultura:	clã	clã...	clã
	1	2	n

Isto é um estado intermédio entre o totemismo e o sistema de castas, que aliás é estudado num certo número de exemplos. Lévi-Strauss cita (PS. 153) o caso dos indivíduos Chipewa, por exemplo, onde as pessoas do clã do urso são tidos como coléricos e combativos (logo, supomos, igualmente bons guerreiros), enquanto que os do clã do grou, supostamente donos de uma “voz estridente”, são os oradores da tribo. Conseguimos já constatar um esboço da especialização funcional.

Em todo o caso este sistema terá tendência a retalhar a totalidade (dialéctica) na medida em que cada grupo, identificado na sua caracterização cultural como natural e hereditário, tem tendência para se fechar sobre si próprio, a tornar-se de alguma forma endogâmico, quebrando os elos de reciprocidade-complementariedade que fazem a coerência da totalidade totémica:

Natureza:	espécie	espécie...	espécie	
	1	2	n	
Cultura:	grupo	grupo...	grupo	
	1	2	n	(PS. 155)

O totemismo e as castas são dois sistemas que permitem conceber a diversidade e de a organizar: um toma como modelo a diversidade concreta das espécies na natureza, o outro toma como modelo a diversidade cultural das posições sociais. Mais uma vez constatamos a transformação de um sistema no outro.

As castas são diferentes do ponto de vista profissional e é nesse ponto que são complementares e exercem a reciprocidade: quando trocam funções culturais/sociais. Elas podem, por conseguinte, ser endogâmicas visto que a reciprocidade foi assegurada de outra forma, contribuindo assim para a coerência da totalidade. Portanto, elas são homogêneas do ponto de vista estrutural.

Por seu lado, os grupos totémicos são homogêneos do ponto de vista funcional: todos produzem mulheres para trocar, mas têm que ser diferentes estruturalmente para que as mulheres sejam também diferentes e possam, desta forma, assegurar a reciprocidade, alcançando assim a totalidade dialéctica.

Pode-se, portanto, afirmar, que é preciso “reconhecer, no sistemas das espécies naturais e também no dos objectos manufacturados, dois conjuntos mediadores de que o homem se serve para ultrapassar a oposição entre a natureza e a cultura, a fim de as poder conceber na sua totalidade.” (PS. 169).

O essencial do pensamento selvagem reside, portanto, em “... esquemas classificativos que permitem compreender o universo natural e social sob a forma de uma totalidade organizada.” (PS. 178).

Os diferentes esquemas (espécies naturais, abstractas, classes nominais) são em princípio análogas do ponto de vista formal e fundem-se em oposições natureza/cultura, geral/específico.

O erro dos antropólogos, que durante muito tempo falaram do totemismo como uma instituição em si, foi, segundo Lévi-Strauss, terem tomado um simples registo classificativo (o das espécies naturais) por uma instituição, quando não passa de um registo entre outros e, até, permutável. Por outras palavras, o totemismo – longe de ser uma “religião” – seria uma sistema de classificação que

utiliza a diversidade da natureza para organizar a totalidade social e *conceber concretamente* esta totalidade.

É precisamente o que acontece na narrativa mítica, que se desenrola na diacronia, visto que de uma narrativa se trata, mas da qual podemos descobrir, através da análise estrutural, a verdadeira razão impulsionadora, ou seja, um esquema de oposições/desvios diferenciais entre entidades discretas que se combinam segundo uma lei. É precisamente o que acontecia no mito bororó, como vimos, em que a narrativa escondia (sob uma aparência diacrónica) uma classificação tripartida que relacionava a natureza e a cultura através da acção do herói cultural.

A razão pela qual os mitos utilizam tantas vezes toxionomias animais ou vegetais em vez de outras é porque: “a diversidade das espécies oferece ao homem a imagem mais intuitiva que ele dispõe e constitui a manifestação mais directa que conseguem conceber, da descontinuidade derradeira do real: é a expressão sensível duma codificação objectiva.” (PS. 181).

Os Hanunó fornecem-nos um bom exemplo apresentando a seguinte taxionomia (PS. 184):

Entidade (qualquer coisa que possa ter um nome);

Coisa (nem pessoa nem animal);

Planta (não é pedra, etc.);

Planta Herbácea (planta que não lenhosa, etc.).

É ao nível das *espécies* que se encontra o princípio de classificação mais frequente (ex.: espécie – jatobá). Mas trata-se, de certa maneira, de um nível médio, que pode ser alargado “para cima”: por exemplo, os *elementos* (terra, fogo, água...), as *categorias* (natureza, cultura; alto, baixo; húmido, seco; cru, cozido); ou que se pode inverter “para baixo”: por exemplo os *nomes próprios*.

Um mesmo sistema de classificação inscreve-se, por conseguinte, em dois eixos: um vertical (do indivíduo às categorias) e um eixo horizontal para cada nível.

Existem sistemas que são homogéneos: que só empregam, por exemplo, espécies animais ou vegetais; ou ainda categorias: alto, baixo. Mas existem outros que são heterogéneas e empregam, indiferentemente, os vários níveis. Os bororó, por exemplo, na única metade *Cera*, têm clãs que utilizam, como forma de classificação, espécies animais: Tatu canastra (bokodori); mas outros utilizam categorias: badegeba cebegiwi [construtores da aldeia superiores (em cima)] e badegeba cobugiwi [construtores da aldeia inferiores (em baixo)] (PS. 362).

O totemismo não é, por conseguinte, uma instituição, é um sistema de classificação da diversidade social e humana que utiliza os desvios diferenciais das espécies zoológicas e/ou botânicas (logo é um sistema entre outros, nomeadamente as castas).

É esta a tese central de Lévi-Strauss, que aliás, já tinha sido apresentada em *Le totémisme aujourd’hui*.

A única coisa que eventualmente pode distinguir o totemismo como um sistema de classificação é a utilização privilegiada da noção de *espécie* (frequentemente animal ou vegetal) como operador lógico.

Isto não exclui, como já se assinalou, a possibilidade do sistema se alargar “para cima” através da universalização ou de se retrair “para baixo” quando se particulariza (individualização): “... no plano lógico, o operador específico efectua a passagem, por um lado, em direcção ao concreto e individual e por outro, ao abstracto e aos sistemas de categorias, ao mesmo tempo que, no plano sociológico, as classificações totémicas permitem simultaneamente definir o estatuto das pessoas no seio do grupo e de alargar o grupo para além do seu quadro tradicional.” (PS. 220).

Mas do outro lado, ou seja, do lado da particularização, os níveis da classificação podem-se estreitar, produzindo grelhas mais apertadas de forma a chegar à classificação do indivíduo. Nesse ponto já se põe a questão do nome, e veremos como a denominação é, também ela, um sistema de classificação que, mais uma vez, opera por desvios diferenciais e oposições.

Esta particularização chega, por vezes, a projectar a totalidade social sobre o indivíduo, como por exemplo naquela tribo australiana (PS. 223) que designa as suas cinco categorias de relação de parentesco através de termos que designam partes do corpo humano: o corpo social é projectado sobre o corpo individual. Mas esta des-totalização anatómica, que confere a cada classe de parentesco o nome duma parte do corpo, leva a uma re-totalização orgânica na medida em que o corpo social é visto como uma totalização integrada, um organismo.

Por outro lado, a designação de um indivíduo membro de uma classe, confere-lhe uma posição na diversidade individual registada no interior dessa classe.

É desta forma que um indivíduo classificado no clã das tartarugas, terá ainda um nome que marca a sua posição entre os membros do clã.

É um pouco como se, nas nossas sociedades, alguém fosse primeiro classificado como pertencente ao clã patriarcal, através do *apelido* do pai e em seguida fosse distinguido, através do *nome próprio*, dos outros irmãos.

Os nomes próprios podem também servir para classificar a ordem de nascimento: “... os indivíduos não são apenas ordenados dentro da clã; o facto de pertencerem à mesma classe não os exclui, mas implica que cada um nela ocupe uma posição distinta...” (PS. 226). Nas sociedades “totémicas” o nome próprio é simultaneamente nome e apelido. Ele desempenha frequentemente estes dois papeis: distinguir os indivíduos entre si e classificá-los como membros de um clã.

É desta forma que entre os Osage (PS. 229) os membros do clã do urso negro são chamados: “olhos cintilantes (do urso)”, “trilhos na pradaria”, “terreno calcado”. Do mesmo modo as mulheres Wik Munkan (PS. 230) do clã caranguejo são chamadas: “O-caranguejo-com-olhos”, “A-maré-leva-o-caranguejo”, “O-caranguejo-esconde-se-num-buraco”.

Por conseguinte, podemos saber a que clã pertence um indivíduo quando conhecemos o seu nome próprio. Isto que dizer que podemos elevar o indivíduo às categorias mais englobantes a que pertence. Trata-se, portanto, de um mesmo sistema global de significação que pode ser percorrido em dois sentidos (ou seja, “descer” ou “subir” do geral para o particular e vice-versa, des-totalizando e re-totalizando).

Mas as coisas nem sempre são tão simples e tão claras. Por vezes a des-totalização da espécie fornece um aspecto ou uma atitude de animal totémico que será utilizado no nome, mas de uma forma suficientemente imprecisa para que não opere uma re-totalização evidente (de indivíduo a espécie). Deste modo, o nome Hopi “Lamahongiana” (PS. 233) que se traduz “Levanta-te” ou “Eleva-te graciosamente” pode estar a referir-se tanto ao “caule de roseira” como às “asas recolhidas da borboleta” (PS. 233).

Mas a própria indefinição quanto à espécie (neste caso: roseira ou borboleta?) manifestada nos nomes é precisamente um momento da operação des-totalização/re-totalização, visto que aquilo que se nos apresenta como nome neste exemplo, são partes ou atitudes que poderemos supor des-totalizadas, de uma espécie, mesmo se não sabemos exactamente qual é.

Lévi-Strauss poderá então concluir que “... a dinâmica dos nomes individuais provem de esquemas de classificação... ela consiste em acções do mesmo tipo e paralelamente orientadas” (PS. 233).

Com efeito, e para concluir, poderemos afirmar que os nomes que designam os indivíduos são como categorias nas quais fazemos “entrar os indivíduos”.

Mas interpretemos esta afirmação de uma forma mais precisa. Muitas vezes constatámos uma certa desvalorização do nome pessoal nas culturas “selvagens” (é o caso, entre uma infinidade de outros exemplo, dos Guayaki do Paraguai, como assinala P. Clastres²) ao ponto de, frequentemente, não se pronunciar, ou então ser mantido secreto, de qualquer forma, não é empregue. Isto é explicado pelo facto de um indivíduo, neste tipo de sociedades, pertencer sempre a uma classe da qual recebe o nome, quer seja um teknónimo, um necrónimo, um patrónimo de clã, etc. No fundo, o nome próprio individual só é utilizado quando o indivíduo não está classificado, situação que ele ocupa temporariamente, enquanto espera a entrada numa classe. Tal é o caso dos jovens que esperam “um lugar” no sistema social. As crianças têm um nome próprio que será rapidamente substituído: “Ou os nomes próprios são à partida operadores de classe, ou então providenciam uma solução provisória até à hora da classificação; representam, por conseguinte, a classe num nível mais modesto” (PS. 261).

² Pierre Clastres, *Chronique des indiens Guayaki*. Paris, Plon, 1972.

Os nomes próprios (individuais) e os nomes comuns (espécie) têm, portanto, a mesma natureza (mesmo grupo). A diferença entre eles reside apenas na natureza do sistema em que estão inseridos, que pode exigir, a certos níveis de classificação, em função da forma como a respectiva cultura perspectiva o real, nomes próprios ou nomes comuns (Cf. PS. 283).

É, portanto, necessário "... sublinhar, sem arriscar um mal-entendido, o carácter simultaneamente sociológico e relativo que está ligado tanto à noção de espécie como à de indivíduo" (PS. 284).

Lévi-Strauss assinala mesmo a existência, em meio tropical, de certas espécies que têm quase a tendência a se restringir a um único indivíduo e chega a escrever o seguinte: "Tudo se passa como se, na nossa civilização, cada indivíduo tivesse a sua própria personalidade por totem: ele é o significante do seu ser significado" (PS. 285).

Segundo Peirce, que via no nome próprio um "índice" da coisa (do indivíduo) ou Russel que nele via um pronome demonstrativo (tal com Peirce, aliás): *dar um nome* enquanto "acto de significar" não seria mais que o prolongamento do acto de mostrar.

Contrariamente a esta perspectiva, o que se deduz da análise feita por Lévi-Strauss do pensamento selvagem é que existe uma descontinuidade entre significar (através do nome próprio) e mostrar (a coisa). O significado do nome é derivado não do prolongamento do acto de mostrar, mas da sua inserção no sistema de classificação por desvios diferenciais, ou seja, onde a alteridade desempenha um papel: "... toda e qualquer classificação age por pares de contrastes: nós deixamos de classificar no momento em que já não é possível a oposição" (PS. 287).

As ciências classificam as espécies com a ajuda de nomes genéricos que são tidos como nomes próprios. O pensamento selvagem vai um pouco mais longe e opera através do nome próprio, dele se servindo para classificar o indivíduo, conferindo-lhe um lugar, ou mesmo para designar a posição do indivíduo no sistema.

O pensamento selvagem não é "primitivo" na medida em que, na história, precede o pensamento doméstico, é simplesmente uma outra forma de operar da parte do espírito humano e que subsiste ainda em grandes domínios das nossas culturas.

Mas falta, justamente, examinar uma última questão, que não é das menos importantes para o que se tem estado a tratar: a relação do pensamento selvagem e a história, tal como Lévi-Strauss a concebe.

Com efeito, sendo o totemismo um "sistema hereditário de classificação", ele não é apenas *concebido* ou pensado como os mitos; ele é sobretudo *vivido* por pessoas, grupos, inevitavelmente submetidos a alterações, nomeadamente demográficas.

O que significa que a estrutura destes sistemas de classificação está constan-

temente ameaçada pelas alterações ao nível demográfico de uma sociedade, visto que é nesse aspecto que esta estrutura encontra o seu apoio concreto. “Existe, por conseguinte, uma certa antipatia entre a história e os sistemas de classificação” (PS. 307).

No totemismo encontramos, sem dúvida, uma referência ao tempo: pelo menos ao tempo mítico, em que a série original de totens (zoomórficos e vegetais...) deu origem à série actual de humanos. Mas trata-se, precisamente, de um tempo mítico e não de um tempo histórico, que está sempre presente para servir de referência às classificações.

Com a história – é o que acontece precisamente nas sociedades históricas – o paralelismo entre as duas séries não é sustentável, o apoio demográfico, por exemplo, excede os quadros de classificação operados na série totémica.

Neste caso “em vez de uma dada homologia permanente entre as duas séries, sendo cada por si acabada e descontínua, postula-se uma evolução contínua no seio de uma única série, que acolhe termos em número ilimitado” (PS. 308).

É a partir desta proliferação que se projectam as sociedades totémicas, chamadas “frias” segundo os termos de Lévi-Strauss, procurando manter o equilíbrio através do imobilismo repetitivo como salvaguarda da homogeneidade do corpo social, evitando o desenvolvimento de desvios entre classes sociais diferentes, como acontece nas sociedades “quentes”. É mais ou menos o que diz o marxismo: “a luta de classes é o motor da história”.

Existe, sem dúvida, uma noção de temporalidade, a diferença entre um antes e um depois. Mas como já referimos trata-se de uma temporalidade mítica, que se refere à origem (o antes) e concebe o presente (o depois) como um reflexo (mítico), uma repetição que procuramos, aliás, tornar o mais fiel possível.

Portanto, o passado está perto do presente visto que um é a repetição do outro, e a repetição dos mesmos acontecimentos, por acontecerem, tornam esses acontecimentos homogêneos, “desindividualizando-os”, se nos é permitido dizer.

Mas por outro lado, o passado afasta-se do presente porque os agentes são de natureza bastante diferente, um divino (o antepassado), outro pura e simplesmente humano.

É sobretudo através do rito que o pensamento selvagem “faz a ligação” entre o registo do afastamento entre o passado e o presente e o da sua proximidade.

É desta forma que nos mitos comemorativos ou históricos, se encena, ou representa, o passado no presente (com efeito, actualiza-se o passado), nos ritos de luto, por seu lado, é o presente do que acaba de morrer que se representa no passado dos antepassados.

O espaço vivido pelo selvagem traz sempre as marcas de um passado acabado, sem dúvida, mas bem presente através dos seus próprios signos e que, por exemplo, os mitos totémicos relembram e os mitos comemorativos repetem: “Se

tivermos em atenção que estes acontecimentos e estes ritos são os mesmos que fornecem a matéria dos sistemas simbólicos (...), devíamos reconhecer que os povos ditos primitivos souberam elaborar métodos razoáveis para inserir, sob o seu duplo aspecto de contingência lógica e turbulência afectiva, a irracionalidade na racionalidade. Os sistemas de classificação permitem, por conseguinte, integrar a história, mesmo, e sobretudo, aquela que poderíamos considerar rebelde ao sistema” (PS. 323).

OBRAS CITADAS

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE - *La pensée sauvage*. Paris, Plon, 1962.

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE - *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris, Mouton, 1967.

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE - *Mythologiques*. Paris, Plon, 1964.

LÉVI-STRAUSS, CLAUDE - *Le totémisme aujourd'hui*. Paris, PUF, 1962.

CLASTRES, PIERRE - *Chronique des indiens Guayaki*. Paris, Plon, 1972.

OUTROS MAPAS: IMPACTES SOCIO-CULTURAIS E ANTROPOLOGIA DE URGÊNCIA

por

Paulo Castro Seixas*

1. O MAPA E O TERRITÓRIO

Um mapa é sempre uma apropriação abstracta e limitada de um território vivido. Um mapa nunca será suficientemente grande para abarcar as vivências ilimitadas de um território e, no entanto, no projecto moderno é fulcral a redução contínua e exaustiva das diferenças vividas numa universalidade mapeada. A apropriação e transformação de vivências ilimitadas em códigos limitados e abstractos fez-se primeiro em explosão, marcando e abstraindo grandes espaços e espaços longínquos, mas quando todos os espaços se reduziram a um único mapa abstracto de ideias simples e claras começou a implosão mapeadora. O século XX é o que viu frutificar esta implosão feita de conquista de pequenos espaços longínquos (os mais recôndidos lugares das florestas tropicais, os cumes das mais altas montanhas, os polos, as profundezas dos oceanos e a estratosfera) a que se seguia a sua mapeação geográfica, biológica, sociológica e antropológica. E o século XXI será, certamente, o da implosão total, feita da conquista e apropriação dos pequenos espaços que nos são próximos, numa expropriação de nós mesmos num qualquer conjunto de códigos universalizantes.

O mapa é uma das mais evidentes relações entre o saber e o poder. Mapeia-se um espaço quando se pretende conquistá-lo integralmente e o próprio acto de o mapear é já, em si mesmo, a evidência de um poder discriminatório e totalitário que reduz um território vivido às referências tomadas como pertinentes à apropriação a efectuar por um determinado grupo. A objectividade *científica* moderna de um mapa é, assim, apenas a de um determinado grupo social hegemónico que tem

* Universidade Fernando Pessoa, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

o poder económico, social e/ou simbólico de inscrever, e de legitimar, actos de conquista sobre o território e a vida de outrem. A mapeação coloca-se, assim, como um problema socio-político em que as estratégias de objectivação – científicas ou outras – têm que, obrigatoriamente, ser polemizadas num quadro pluralista, sem o que um quadro político aparentemente democrático nacional usará constantemente os poderes simbólicos ao seu alcance para legitimar imperialismos fascistas territoriais de carácter regional, local e organizacional.

É neste duplo quadro histórico e socio-político que se impõe de forma premente uma reflexão crítica sobre a implosão imperialista de mapeações totalitárias que vai dos planos urbanísticos – cada vez mais com planos de pormenor – às avaliações dos impactes ambientais e em que, sob a legitimação da *autoritas* das figuras científicas normalmente do Geógrafo, do Arquitecto e do Engenheiro, se legitimam os mais diversos interesses económicos, sociais e políticos. Esta reflexão crítica implica à partida uma resistência tendo em conta os pressupostos já considerados, resistência essa que contrarie o projecto moderno na sua aparente inelutabilidade, que oponha o vivido ao mapeado e que imponha uma lógica pluralista contrapondo ao mapeamento fascista e imperialista único e fechado, uma pluralidade, de mapas construídos em participação a partir das lógicas abertas e do vivido.

A Antropologia, em função da sua preocupação com a produção de sentido interna a um determinado grupo social, pode ser, ao menos, um lugar de partida quer da reflexão crítica quer da resistência necessária à valorização do vivido ao mapeado, do próprio ao expropriado, do situado ao dessituado, do autor à *autoritas*. Não há aqui a ingenuidade de se pressupor a figura do Antropólogo como a de um libertador por oposição à do Geógrafo, do Arquitecto ou à do Engenheiro, acredita-se tão só que a figura do Antropólogo pode atentar, activar e apalavrar interesses que, notoriamente, procuram expressar-se na esfera pública mas não o têm conseguido por ausência de uma linguagem científica legítima que se apresente como alternativa em diálogo à linguagem do Geógrafo, do Arquitecto e do Engenheiro. O mesmo é dizer que, se a nossa sociedade é uma *sociedade de risco*¹ porque cada vez é maior a distância entre o indivíduo e os sistemas abstractos e se temos linguagens científicas que se colam aos sistemas abstractos ou aos interesses que os constituem, necessário se torna que haja linguagens científicas que se colem aos indivíduos e aos seus interesses. É neste sentido que onde quer que haja Geógrafos, Arquitectos, Engenheiros e mapas – só aparentemente

¹ Remeto aqui para toda uma produção reflexiva que Beck (1992); Douglas (1982, 1994); Giddens (1994 e 1996); Giddens, Beck e Lash (1997) têm vindo a fazer, assim como para aplicações práticas no âmbito da Antropologia no sentido de estudar os impactes concretos de uma sociedade tecnológica de risco, como nos estudos de Stoffle (1991) e Mairal Buil (1993 e 1994), entre outros.

não militares² – deveria sempre haver Antropólogos.

Ensaia-se, de seguida, uma leitura da resistência que se propõe, tendo como base uma visita de terreno para avaliar dos impactes socio-culturais de duas mini-hídricas no rio Ulla em Palas de Rey, na Galiza. Serve este caso empírico para aventar a possibilidade de um novo instituto legal, um Direito à Integridade Socio-Cultural da Paisagem³, sendo os detentores de tal direito os habitantes do local a ser afectado por uma qualquer proposta de alteração paisagística. Este Direito à Integridade Socio-Cultural da Paisagem passaria pela consagração de um património paisagístico que compreendesse o respeito por um património de posse e usufruto, por um património cognitivo, por um património emocional, por um património de sociabilidades e por um património cultural, enfim, o respeito por outros mapas. Pretende-se também que este texto possa servir de guia a uma Antropologia de Urgência dos Impactes Socio-Culturais face a intervenções de produção de espaço, evidenciando as diferentes áreas de impacte, propondo metodologias de análise, assim como metodologias de avaliação dos riscos, de forma a impedir ou minorar possíveis resultados críticos (cf. Quadro I).

2. A PAISAGEM⁴ COMO PATRIMÓNIO DE POSSE E USUFRUTO

A Parada das Bestas, uma casa de turismo rural, foi o lugar de ancoragem da visita que antropólogos portugueses e galegos fizeram a convite de uma associação local, a *Ordem das Donas e Cabaleiros do Priorato de Vilar das Donas* (ou simplesmente, *Asociación Os Lobos*) e pelo *Coordenador de Afectados*, para

² Yves Lacoste (1977) é muito claro quando afirma que a Geografia serve essencialmente para fazer a guerra, seja ela, militar, política, económica, etc. O “saber estratégico nas mãos de alguns” que a Geografia é, é-o também a Arquitectura e a Engenharia enquanto autoria e *autoritas* consagradas legalmente na construção do espaço. Enquanto esta autoria e *autoritas* não for partilhada e participada a paisagem humana existirá sob o poder de uma ditadura técnica.

³ Este texto escreve-se no momento em que está em discussão pública uma nova proposta legislativa sobre impactes ambientais e sua avaliação (Site do Ministério do Ambiente). Apesar de nessa proposta se definir a AIA (Avaliação dos Impactes Ambientais) como a “recolha e reunião de dados e processo de identificação e previsão dos efeitos ambientais de determinados investimentos na qualidade ambiental, na produtividade dos recursos naturais e *no bem estar do Homem...*” (artº 2º), a verdade é que os elementos mínimos para a realização de um EIA (Estudo de Impacte Ambiental) (anexo c) não incluem nenhum item relativo às consequências socio-culturais da desintegração de uma paisagem e a sua substituição por outra. A paisagem, enquanto olhar socio-cultural sobre o ambiente, não parece, assim, ter sido tida suficientemente em conta nesta proposta legislativa. Este texto serve, assim, também para que se saiba o que se pode entender por paisagem, enquanto construção socio-cultural, e estimular o seu respeito em futuros EIA.

⁴ A noção de paisagem entende-se ao longo deste texto como a representação do território vivido pelo crivo da sociedade e da cultura, como o olhar dinâmico que unifica e que, portanto, é construtor de identidades (cf, por exemplo, a este propósito o uso da noção de paisagem em Filomena Silvano, 1997).

avaliar do impacte socio-cultural da instalação de diversos “encoros” (mini-hídricas) no rio Ulla, na região de Palas de Rey.

O lugar de onde se partia e onde se chegava no final do dia, depois de nos mostrarem a paisagem que era a sua casa, era também ela uma casa-paisagem, espelho do que de melhor a região tinha para oferecer ao visitante. Era uma casa urbana que evidenciava, pelo menos em parte, o regresso de Bilbao, onde nasceu, de um filho de emigrado galego no País Basco. O aquecimento central, os sofás, as revistas e jornais por sobre a mesa e o interior dos quartos evidenciavam um conforto e uma estética notoriamente citadinas que confrontavam a lareira tradicional, a nudez da pedra, a rudez maciça da madeira de castanho e um certo despojamento mobiliário de uma ruralidade *clean*. Do lado de fora, os passeios, de pedra bem aparelhada, enquadravam um largo rectângulo relvado onde se encontrava colocado no centro um pote de barro inclinado e semi-enterrado numa espécie de evocação arqueológica. Era um simulacro rural feito por um urbanita para a satisfação dos desejos rurais de outros urbanitas. E, no entanto, não havia conflito entre a casa e a paisagem que a envolvia: a paisagem rural *auténtica* servia como enquadramento necessário ao *simulacro* e este era uma nova interpretação da paisagem feita ali à medida dos gostos dos de fora... mas também dos dos galegos que, mesmo quando vão para a cidade, teimam em não deixar o campo.

Se *A Parada das Bestas* é uma nova casa na paisagem, já a “casa de Carlos” é antes uma velha casa na paisagem. A “casa de Carlos” foi, de facto, o destino da nossa primeira visita à região. Não deixa de ser estranho que uma visita organizada por locais, para se avaliar os impactes socio-culturais de duas mini-hídricas num pequeno rio, nos conduza primeiro a uma casa “paceña” em Pidre que data do século XIV e cuja capela a antecede em dois séculos. A mesma família vive, pelo menos, há seis séculos naquela casa e foi certamente essa continuidade na paisagem que fez dela a nossa primeira paragem. De facto, tratava-se de uma casa de família enorme, com um aspecto exterior que devia manter desde há séculos e com um interior que tinha sido musealizado, para usufruto familiar, por um homem que, tal como o dono de *A Parada das Bestas* apesar de doutro estrato social, tinha uma vivência urbana e rural pois era médico e a sua vida alternava entre Lugo e Pidre. Há cinquenta anos atrás, quando se resolveu a fazer obras na casa, ao invés de a urbanizar, manteve-a como casa rural solarenga com um certo ar *kitsch*, em que se misturam a manutenção ou mesmo recuperação de elementos típicos de casa rural (todo o complexo cultural dos quartos e da lareira, com o trasfogueiro, as panelas, os bancos em volta, a capoeira...) com móveis oriundos dos Estados Unidos e peças doutras origens cuja história já se perdeu... Ao longo de cinquenta anos a casa foi investida de uma certa musealização monumentalizadora para usufruto familiar no Natal e na Páscoa, altura em que toda a família

lá se reúne tomando posse e presentificando o seu próprio passado, espelhado aliás num quadro bucólico-burguês por cima do sofá da sala em que toda a família nos olha num relvado com as vacas e a casa como cenário.

Estes foram os primeiros topos da visita e julgo não estar errado ao interpretar uma profunda ligação entre eles por um lado e, por outro, um jogo de espelho entre estas concepções de casa e as concepções da paisagem. A visita tinha sido organizada por rurbanos, quer fossem regressados à terra dos pais, quer tivessem ali ainda a casa dos avós, quer tivessem ali nascido mas trabalhando ou tendo já trabalhado na cidade. Era também este carácter rurbano de classe, aparentemente ali cada vez mais hegemónico, que lhes possibilitava de alguma forma a liderança de um movimento social de contestação que agregava universidades, a televisão e a imprensa. As duas casas que visitáramos eram assim excelentes argumentos que retratavam uma determinada concepção rurbanita da paisagem. De formas diferentes, as próprias casas tinham sido transformadas em paisagens, no sentido de espaços de contemplação e vivência de um determinado espaço-tempo rural imaginário, e o direito conquistado de posse e usufruto daquelas casas-paisagens era o espelho do direito que acreditavam ter de posse e usufruto da paisagem que envolvia as próprias casas e que agora viam ameaçado. E será que estes guardiões da paisagem não devem ver respeitado essa pretensão de posse e usufruto da paisagem? É característico de qualquer local um sentimento de posse e usufruto da paisagem despoído do qual a própria identidade local pode entrar em crise, havendo o risco de uma sensação de expropriação ou deslocalização. Será que os custos dessa expropriação de que são vítimas não devem ser tidos em conta?

3. A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO COGNITIVO

A visita continuou e, de uma forma espontânea, aqueles que não eram locais deixaram os seus carros n' *A Parada das Bestas* e seguiram aqueles que tinham um saber praticado do mapa mental da zona. Nestas situações quem não é local deixa-se guiar por quem sabe e, mesmo seguindo no mesmo carro e fazendo os mesmos trajectos, os caminhos são muito distintos entre aquele que sabe por onde e para onde vai e aquele que, deixando-se guiar, não vê senão estradas e paisagens que parecem repetir-se pela ausência de sentido que destrinça os diferentes locais no espaço abstracto. Por vezes o carro-guia parava e, logo atrás, paravam também os outros que rapidamente buscavam e descobriam na paisagem envolvente a razão de tal paragem. Para os não locais a leitura imediata era impossível, despoídos de qualquer mapa mental local cabia-lhes apenas uma atitude de passividade expectante. Por vezes, mesmo depois de elucidados acerca do porquê da paragem, falta muitas vezes ao não-local todo um contexto cultural específico

que lhe permita compreender a importância do que lhe pretendem mostrar. A paisagem só existe em função de um olhar e esse olhar feito de memória, de emoções, de relações e de valores cimentados no tempo não é traduzível em palavras. É todo um património cognitivo ao qual as palavras tiram sentido e, no entanto, apenas podemos dar-lhe sentido apalavrando-o. A metodologia apropriada é aqui a da descrição/desenho dos mapas mentais e das práticas espaciais pelos próprios locais⁵, sempre suportados por uma observação-participante que evidencie os referentes proxémicos chave, ou seja, aqueles que se constituem como a própria memória viva vertida em praxis espaciais quotidianas constitutivas da própria construção mental do mapa.

Em dois intensivos dias de visita e não contabilizando as horas das refeições, foi mais o tempo que andámos de carro de um lado para o outro do que o que estivemos parados vendo alguma das referências da imaginabilidade paisagística local. E ainda assim era visível uma sensação de frustração nos organizadores locais por não nos terem mostrado mais coisas, enfim, por não termos andado ainda mais. O urbanita enculturado está habituado a não atribuir muito sentido à deslocação de carro em si mesma, sendo esta uma espécie de túnel escuro e sem sentido entre dois pontos luminosos e plenos de sentido, mas esta proximidade não pode aqui ser aplicada. Aqui, a viagem de carro era uma forma compulsiva e engolfante de fazer-ver ao estranho um mapa cognitivo que qualquer local percorria em segundos. Era essa a ânsia, a mensagem e, ao mesmo tempo, a frustração de não a conseguir traduzir nem no filme que fizeram passar, nem pela descrição da zona, nem pelo percurso automóvel. Ao não-local falta o tempo de posse e o usufruto do espaço para o transformar em imaginabilidade paisagística própria numa abrangência de sentido.

Estas viagens de carro, características também de uma certa antropologia de urgência, surgiam ao antropólogo como a tentativa de transmissão de uma imaginabilidade paisagística em risco. A identidade de um local é função de uma relação de mesmidades no tempo, resultante de referentes de orientação proxémica estáveis no espaço, que o olhar pessoal e colectivo sobre esse mesmo território produz. Assim, transformar um território é interferir no património cognitivo paisagístico e pôr em causa as relações de orientação proxémica entre o indivíduo, a colectividade e o território, relações essas que são responsáveis pelo equilíbrio do ecossistema bio-económico mas também socio-cultural. Continuamos a perguntar, será que os riscos de uma desorientação proxémica, e mesmo de um desequilíbrio identitário como resultado daquela, não deverão ser tidos em conta?

⁵ Remete-se aqui especificamente para o trabalho de Lynch (1982) mas também para toda uma tradição de antropologia cognitiva que desenvolveu uma imaginabilidade paisagística.

A imaginabilidade paisagística é um magma representacional dinâmico, pessoal e, ao mesmo tempo, colectivo consoante se trate de um património de emoções, de um património de sociabilidades ou de um património cultural; e são essas sobreposições da imaginabilidade paisagística que se terão em conta nos próximos pontos.

4. A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO EMOCIONAL

É, evidentemente, bastante difícil, na espécie de desenho fractal que a imaginabilidade paisagística constitui e nas ancoragens múltiplas e labirínticas da mesma, encontrar o fio que nos conduza a um património paisagístico emocional. E, no entanto, a sua existência é inelutável. Há, sem dúvida, uma ecologia das emoções que contribui para a *shemata* paisagística que possuímos e que nos possui, só que este imaginário individual da paisagem imiscui-se com um imaginário de sociabilidades e com um imaginário cultural em mapas fractais paisagísticos diversos que, aqui e ali, como as impressões digitais, têm elementos comuns. Por vezes, no entanto, sabemos que uma ecologia das emoções se sobre põe e esta é mais uma sabedoria que se sente e se empatiza do que uma sabedoria que se infira, induza ou deduza de uma forma científica tradicional. É necessário deixar-nos ir com os outros num método de observação-participante que privilegie a *deriva* espacial aparentemente sem sentido⁶ e a compreensão empática para percebermos ao fim de algum tempo – maior ou menor, dependendo da relação que se cria – que estamos de repente no terreno íntimo do outro, no terreno das confissões, nos lugares sagrados de uma liturgia espacial própria. É aí, nessa trama do labirinto topográfico em que o indivíduo se confunde emocionalmente com a paisagem, que encontramos o património paisagístico emocional que devemos apalavrar.

Foi talvez a parte da visita em que mais andámos a pé e não acredito ter sido por acaso pois a paisagística emocional não se adequa muito bem à velocidade e ao isolamento da carapaça automobilizada. A ligação emocional à paisagem implica, as mais das vezes, uma ligação corporal directa à mesma, uma ligação corporal de tal forma que se sinta uma união entre a alma e o corpo, como se a paisagem fosse um útero, um ninho ou uma concha⁷. Depois de tanto andarmos

⁶ A deriva espacial, ou seja, o deixar-se levar pelas retóricas constitutivas da paisagem, enquanto relação de cumplicidade complexa entre o indivíduo, a sociedade, a cultura e o território, parece ter a sua origem em Walter Benjamin e Michel de Certeau. Ver a este propósito Neves (1998).

⁷ Utiliza-se aqui algumas das metáforas da relação poética com o espaço retratadas por Bachelard (1993).

de carro e depois de termos visto o rio ao longe, finalmente chegámo-nos a ele e começamos a caminhar na sua margem. A paisagem emocional é aquela que alguém sentiu ou sente como próxima e levar-nos nesses percursos iniciáticos de caminhos secretos, de pedras e sombras confidentes, de ruídos ao mesmo tempo de fora e de dentro, é partilhar segredos. Foi Marcial que nos levou pelas pedras à beira rio junto do Castelo de Pambre num final de tarde enquanto nos ia falando das sombras e da humidade, dos vimieiros, dos *arranha-cus*, da sensação de andar descalço pelas pedras, dos banhos de rio, das pescarias... enfim, apenas retalhos de uma unidade entre o corpo e a paisagem que não se pode contar mas que apenas se pode construir ao longo do tempo. E nós não tínhamos tempo porque já escurecia...

Compreendi que o rio era elemento chave de uma paisagem emocional para muitos dos que com ele foram convivendo e passando os dias, os meses e os anos. O medo era o de perder o som contínuo das águas, as sombras e a humidade das margens, o gosto das pedras sob as plantas dos pés nus... O medo era de perder o rio e perder o rio era perder uma parte do próprio corpo, uma parte da própria alma. Não há mapas de geógrafos, plantas de arquitectos ou esquemas de engenheiros que codifiquem tal mapa emocional e, no entanto, acredito que todos os geógrafos, arquitectos e engenheiros já tenham sentido essa emoção paisagística de que falo. Como se contabiliza um rio que se perde? Não se contabiliza, sente-se, e enquanto formos humanos, não haverá contabilidade possível para quando se perde uma parte do corpo ou uma parte da alma. Para o risco de desorientação emocional que a perda e o luto de uma paisagem podem provocar, só há compensações e elas são sempre pobres face ao que se perdeu.

5. A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO DE SOCIABILIDADES

Os territórios são cenários de sociabilidades mas as paisagens que a partir deles se constróem são, elas próprias, geradoras de sociabilidades. Olhar um território como um conjunto de lugares unidos num todo, sobre o qual se exerce uma posse e um usufruto, é inscrever nesses mesmos lugares a construção de memórias e expectativas de sociabilidades diversas. Tal qual em relação aos mapas emocionais, também os mapas de sociabilidades são imagens fractais, diferentes de pessoa para pessoa e, no entanto, de uma forma mais evidente do que em relação aos mapas emocionais, é possível encontrar elementos comuns nessa imaginabilidade social paisagística. Não se trata já de uma relação privilegiada e íntima entre uma pessoa, porventura duas, e o território produzindo referentes paisagísticos emocionais, mas sim de relações de várias pessoas entre si e com o território, que marcam determinados pontos neste último como elementos paisagísticos sociais de

relevo. Já não é necessária aqui uma metodologia da deriva, da empatia e da confissão paisagística mas sim uma metodologia da sociometria e da análise de redes que evidencie os locais territoriais que emergem como paisagens centrais de sociabilidades⁸. Parece-me podermos pensar essencialmente em duas técnicas de produção de tais mapas, por um lado tomando as pessoas e as suas relações como pontos de partida para chegar aos locais territoriais onde mais se repetem determinados tipos de relações (de trabalho ou de lazer; de parentesco, de amizade ou de mero conhecimento) ou partindo de pontos seleccionados aleatória ou tipicamente num determinado território para, a partir deles, fazer falar memórias e expectativas de sociabilidades várias.

A zona dos rios Pambre e Ulla congrega inúmeras memórias de sociabilidades que se pegam a determinadas paisagens. É o tempo da caça, o tempo da pesca, o tempo da rega dos campos, são os passeios em canoa com os amigos, são as margens e os trilhos como cenário de percursos a pé ou de corridas de lazer, são os banhos no Verão em que o rio serve de ponte em sociabilidades de família ou amigos e de meros conhecidos... Não se trata, no entanto, apenas de memórias e expectativas cíclicas de sociabilidades domésticas ou locais. É evidente que os rios são elementos-chave neste caso, em particular na paisagem de sociabilidades, geradores ao longo do ciclo anual de pontos de encontro ou espaços-ponte⁹ que possibilitam o cimentar de relações numa cronogeografia de intercepções locais necessária como lubrificante social. Mas estes rios, como noutros territórios outros elementos, funcionam também como pontes que fazem a ligação entre os locais e os estranhos, numa espécie de vasos comunicantes entre o dentro e o fora, enfim numa espécie de espaços-ponte translocais. A memória e a expectativa dessa função de ponte está inscrita nas próprias águas agitadas do rio Ulla que vêem chegar gente de fora no tempo da pesca ou canoistas italianos que no inverno vêem os seus rios gelados para a prática de tal desporto. Memória e expectativa de espaço-ponte inscrevem-se também nas ruínas do Balneário de Frádegas que visitámos. Este balneário, rico em águas termais férreas, ainda há 30 anos era um lugar vivo de gente onde acorriam os de fora e é sobre esta memória

⁸ Para uma análise mais aprofundada destas metodologias ver, entre muitos outros, Hannerz (1983: 209-253); Degenne e Forsé (1994); Bastin (1980).

⁹ O termo “espaço-ponte” foi tomado de empréstimo de Teresa del Valle (1997: 164-167), não sendo no entanto usado aqui exactamente com o mesmo significado, ainda que existam algumas sobreposições. Usei aqui o termo espaço-ponte na evocação do conceito de “nó” na análise de redes ou na de “cruzamento” no método de imaginabilidade urbana de Lynch (1982: 35). De facto, os significados que atribuo a espaço-ponte congregam, de certa forma, a ideia de cruzamento enquanto elemento na paisagem que se constitui como foco organizador, a de nó enquanto convergência de vectores relacionais e a de espaço-ponte enquanto processo ao mesmo tempo de ancoragem identitária e de transformação-criação.

recente que agora se constrói a expectativa – que as mini-hídricas fazem recluir – de uma reconstrução das termas. Espaço-ponte ainda são as próprias casas de turismo rural que vivem da relação entre os de dentro e os de fora em função de uma economia da memória e expectativa de uma paisagem *natural*.

Torna-se necessário, assim, ter em conta todos os espaços-ponte de um mapa da paisagem de sociabilidades quando se intervém sobre um território. Destruir espaços-ponte locais ou translocais significa interferir profundamente nos locus de lubrificação social que possibilitam que a sociedade, na interacção comunicante, se constitua enquanto sociedade. A destruição de espaços-ponte tem assim fortes custos socio-culturais e, apesar de se poder readaptar espaços-ponte ou mesmo formar novos espaços-ponte, tal antropologia aplicada é difícil e morosa.

6. A PAISAGEM COMO PATRIMÓNIO CULTURAL

Tornou-se prática algo comum que, na expectativa de transformação de um espaço, aqueles que se lhe opõem procurem investir nos lugares culturais desse espaço o poder de obstaculização de tal intervenção. Esta prática monumentalizadora de elementos de carácter arqueológico, histórico e/ou etnográfico, por vezes insignificantes, inconsistentes ou até falsos, explica-se pela força e, ao mesmo tempo, pela fraqueza que a cultura parece ter vindo a adquirir na luta contra os interesses puramente económicos. Digo força e fraqueza porque, ao mesmo tempo que em termos ideológicos a ideia de cultura tem vindo a ganhar uma energia capaz de criar movimentos sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, os porta-vozes das disciplinas da cultura ou das humanidades têm contribuído muito pouco em termos práticos na criação ou tão só no auxílio a esses movimentos. De facto, envolvidos as mais das vezes em questões teóricas de tipo medievo e dominados por uma cada vez maior competição interna em termos de conquista de poder académico, raramente levantam os olhos do seu autismo para olharem pela janela e encararem de frente o mundo exterior. A crítica à estreiteza da definição prática e com eficácia legal de cultura passa ao lado das disciplinas da cultura que acabam por aceitar, senão explícita ao menos implicitamente, que a cultura se reduz a mamoas, castelos em ruínas ou outros quaisquer exemplos similares.

A vivência num território ao longo de gerações gera a construção, a posse e usufruto de paisagens que se vão cimentando em torno de um mundo de objectos, um mundo de situações e um mundo de signos. Este é que é o verdadeiro mapa cultural local que é importante revelar, e não um conjunto mais ou menos ruinoso de elementos monumentalizados em função de quaisquer critérios externos às vivências locais. A metodologia que aqui se pode empregar não é nem a

da deriva empática relativa à análise do património paisagístico emocional, nem a sociometria e análise de redes relativa ao património paisagístico de sociabilidades, mas sim uma metodologia de levantamento cultural com base em guiões de entrevista e inquérito por questionário. Tendo em conta que o mundo de situações terá sido mapeado na paisagística de sociabilidades, resta basicamente uma análise que evidencie um mundo de objectos e um mundo de signos colectivamente investidos de fortes significados comuns, ou aquilo que se tem também chamado cultura material e cultura imaterial.

Na visita que empreendemos, vários elementos da paisagem nos foram sendo mostrados na esperança de que uma valorização cultural da zona pudesse constituir uma arma face à intervenção. Parámos umas duas vezes para nos apontarem umas quantas mamoas que só provavelmente um especialista poderia confirmar; vimos o Balneário de Frádegas do qual já falei e que poderia ser alagado; passeámos depois perto do castelo de Pambre que veria talvez uma parte da sua área envolvente também alagada; falou-se dos “sendeiros” (caminhos ao longo da margem) que poderiam desaparecer; referiu-se a perda de alguns dos sistemas de rega; apontaram-nos antigos moinhos que poderiam desaparecer sob as águas ou deixar de ser compreensíveis na sua função por ausência de água; falou-se de pontes que desapareceriam... E à volta de todos estes elementos materiais da paisagem, pertença do património cultural colectivo, imensas histórias se constróem num imaginário colectivo também em perigo.

É este património cultural, material e imaterial, de uma paisagem local comum, que é preciso mapear aquando de uma qualquer possibilidade de intervenção e não o pequeno número de elementos classificados como património por outrem à distância de uma qualquer secretária. Destruir elementos materiais e imateriais de uma cultura é destruir o que gerações demoraram a construir como argamassa simbólica comum e os custos da destruição de uma cultura são tão só os custos de uma desumanização.

7. TOPOCÍDIO E TOPOGÉNESE: CRÍTICA À EXTERNALIZAÇÃO DE CUSTOS DO PROGRESSO

“Não há direito que o benefício de uma empresa possa prevalecer sobre o interesse geral” – disse um dos presentes numa reunião de vizinhos em que se discutia a intenção da FENOSA (empresa de Electricidade) de construir as duas mini-hídricas no Alto Ulla. Este desabafo indica a difícil, senão impossível, concepção do capitalismo como um humanismo. O capitalismo, enquanto processo imperialista de acumulação de capital por um pequeno grupo social, fez-se em função de uma contínua produção do espaço por processos de topocídio e de

topogénese¹⁰ cujos custos foram constantemente externalizados no Outro, quer dizer no não capitalista. Assim, o ambiente, os camponeses, os operários, os povos colonizados e pós-colonizados foram constantemente vítimas que custearam a acumulação de capital por parte de uma minoria. O século XX, ao propiciar processos de maior distribuição de rendimentos, tornou os beneficiários do progresso em maior número mas, ao mesmo tempo, a flexibilidade do investimento e acumulação de capital¹¹ aproveitando os pequenos diferenciais de custo-benefício que os diversos lugares do planeta propiciam, tornaram-nos a todos potenciais vítimas, num momento ou noutro, sobre quem vai pesar a externalização de custos que a acumulação de capital sempre tem implicado. A legitimação de tal externalização de custos, ou seja, do sofrimento de uns em função de um pretensão interesse geral ou progresso, tem sido construída em toda a época moderna pelo cientificismo¹². A consciência desta situação deve implicar uma atenção crítica a todo o processo de produção do espaço pois ele implica quase sempre acumulação de capital por expropriação e uma atenção crítica aos próprios processos científicos de legitimação de tal produção do espaço.

Por um lado, a produção do espaço tem, obrigatoriamente, de caminhar para uma vertente mais cooperativa em que não haja uma concepção de um lado de fora (ambiental ou humano) no qual se possa externalizar os custos de um qualquer investimento; por outro lado, as análises dos custos de uma determinada produção espacial têm, obrigatoriamente, de ultrapassar o reduccionismo de um determinado racionalismo ambiental e económico para abarcarem os custos socio-

¹⁰ O conceito topocídio significando a aniquilação deliberada de lugares terá sido proposto pela primeira vez num estudo do geógrafo britânico Porteous em 1988 sobre a cidade portuária inglesa de Howdendyke. Porteous ter-se-á inspirado nos conceitos de topofilia e topofobia propostos em 1974 por Yi Fu Tuan. Por outro lado, Osvaldo Amorim Filho utilizou o conceito de topocídio em 1996 num estudo sobre Minas Gerais para descrever a “degradação e aniquilamento de paisagens, lugares, construções e monumentos valorizados” (1996: 146), propondo ao mesmo tempo o conceito de toporeabilitação. Parece-me, no entanto, que ao conceito de topocídio tem antes que corresponder o conceito de topogénese, independentemente desta poder ser toporeabilitadora ou topoinovadora. A produção do espaço constitui-se pela destruição e criação de lugares, independentemente do seu carácter.

¹¹ Todos os analistas marxistas parecem concordar que o estudo do capitalismo passa por uma compreensão dos mecanismos de acumulação do capital (Gottdiener, 1993: 93). David Harvey, a partir dos efeitos da compressão espaço-tempo nas esferas da produção, distribuição e consumo, afirma que a acumulação flexível do capital nas sociedades capitalistas avançadas tem uma grande sensibilidade aos diferenciais de mais-valias que os lugares possibilitam no espaço resultando assim numa contínua, acelerada e fragmentária produção e destruição de lugares (Harvey, 1991: 285-307). É esta constante reengenharia dos lugares que apela para uma atenção de vigilância antropológica cada vez maior.

¹² Chamo aqui cientificismo ao carácter ideológico que a Ciência em geral tem adoptado ao longo da época moderna enquanto discurso legitimador da metanarrativa do progresso, quer este se apresente segundo uma ética protestante do carácter redentor das obras, segundo uma ética socialista da imaginabilidade de uma sociedade sem classes ou segundo uma ética liberal da conquista do sucesso individual como forma de sucesso colectivo.

-culturais entendidos como neste artigo, de forma ainda rude, se propôs. Só num capitalismo selvagem o progresso de uns se faz à custa dos outros, um capitalismo humanista – se é que tal pode existir¹³ – implica uma acumulação cooperativa de capital em prol de todos, numa análise não só ecológico-económica mas também socio-cultural dos custos de tal produção espacial em que outros mapas, emocionais, de sociabilidades e culturais possam ser tidos em conta.

¹³ É de certo modo curioso que analistas partilhando uma posição reflexiva crítica face ao capitalismo avançado tenham, no entanto, perspectivas relativamente diferenciadas. Um exemplo bem recente pode constatar-se com a vinda a Portugal, mais ou menos simultaneamente, de Emmanuel Wallerstein e de Ignacio Ramonet. Wallerstein considera que a globalização é uma ideologia recente que retrata uma situação que é estrutural a todo o sistema capitalista desde 1450 e que é o da economia mundo como base do sistema-mundo. Indicia-se mesmo no discurso de Wallerstein que essa ideologia da globalização é mais forte porque o próprio sistema-mundo capitalista começa já a desmoronar-se, indicando Wallerstein modelos alternativos de acumulação de capital (não económico) a ter em conta no futuro como as universidades e os hospitais. Ramonet considera, por seu lado, a década de 90 como a “década da globalização”, de um capitalismo financeiro globalitário em relação ao qual é necessário resistir, propondo Ramonet que se constitua uma ONG para gerir 0,1% das transações do mercado financeiro global, o suficiente para fazer desaparecer a pobreza em que vive cerca de metade da humanidade. Aí estão duas formas bastante diferentes, entre outras que haverá, de criar um capitalismo humanista ou de, pelo menos, humanizar o capitalismo actual na expectativa de outro sistema.

QUADRO I
Antropologia de Urgência dos Impactes Socio-Culturais:
Análise e Avaliação dos Riscos

Impacte Socio-Cultural	Metodologia de análise	Riscos a Avaliar		Resultado Crítico
Posse e usufruto da Paisagem	Observação-participante; Mapas Mentais	Deslocalização		Crise Identitária Local
Património Paisagístico Cognitivo	Observação-participante; Mapas Mentais, Práticas Espaciais	Desorientação Proxémica	Despersonalização	
Património Paisagístico Emocional	Observação-participante; Deriva Espacial e Compreensão Empática	Desorientação Emocional		
Património Paisagístico de Sociabilidades	Sociometria e Análise de Redes	Dessocialização		
Património Paisagístico Cultural	Levantamento Cultural (cultura material e imaterial)	Desculturação		

LEITURAS DE SUPORTE E DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA APRESENTADA:

- BACHELARD, GASTON (1993) - *A Poética do Espaço*, São Paulo: Martins Fontes.
- BASTIN, GEORGES (1980) - *As Técnicas Sociométricas*, Lisboa: Moraes editores.
- BECK, ULRICH (1992) - *Risk Society. Towards a New Modernity*, London: Sage.
- DEGENNE, ALAIN e FORSÉ, MICHEL (1994) - *Les Réseaux Sociaux. Une Analyse Structurale en Sociologie*, Paris: Armand Colin.
- DEL VALLE, TERESA (1997) - *Andamios para una nueva ciudad. Lecturas desde la antropología*, Madrid: Cátedra, S.A.
- DOUGLAS, MARY & WILDAVSKY, A. (1982) - *Risk and Culture: an Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers*, Berkeley: Univ. of California Press.
- DOUGLAS, MARY (1994) - *Risk and Blame – Essays in Cultural Theory*, London and New York: Routledge.
- FILHO, OSWALDO BUENO AMORIM (1996) - “Topofilia, Topofobia e Topocídio em Minas Gerais” in Vicente del Rio e Lúvia de Oliveira (Orgs.) *Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira*, São Paulo: Studio Nobel.
- GIDDENS, ANTHONY (1996) - *As Consequências da Modernidade*, Lisboa: Celta.
- GIDDENS, ANTHONY (1994) - *Modernidade e Identidade Pessoal*, Lisboa: Celta.
- GIDDENS, ANTHONY, BECK, ULRICH e LASH, SCOTT (1997) - *Modernização Reflexiva. Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*, São Paulo: Editora Unesp.
- GOTTDIENER, MARK (1993) - *A Produção Social do Espaço Urbano*, São Paulo: Edusp.
- HANNERZ, ULF (1983) - *Explorer la Ville. Éléments d'Anthropologie Urbaine*, Paris: Les Editions de Minuit.
- HARVEY, DAVID (1990) - *The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Cambridge & Oxford: Blackwell.
- LACOSTE, YVES (1977) - *A Geografia Serve Antes de Mais Para Fazer a Guerra*, Lisboa: Iniciativas Editoriais.
- LYNCH, KEVIN (1982) - *A Imagem da Cidade*, Lisboa: Edições 70.
- MAIRAL BUIL, G. (1994) - “Perder el Pueblo. Antropología Aplicada y Política Hídrica”, in *Revista de Antropología Social*, nº 2, Ed. Complutense.
- MAIRAL BUIL, G.; BERGUA, J. A. y PUYAL, E. (1993) - *Estudio del Impacto Sociocultural derivado de la regulación del río Esera (1976-1992)*, Zaragoza: Confederación Hidrográfica del Ebro.
- NEVES, TIAGO (1998) - “Surrealismo e Etnografia. Relações Antigas, Debates Actuais” in *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 38 (3-4), 1998.
- SILVANO, FILOMENA (1997) - *Territórios da Identidade. Representações do Espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*, Lisboa: Celta Editora.
- STOFFLE, R. e al. (1991) - “Risk Perception Mapping: Using Ethnography to Define the Locally Affected Population for a Low-Level Radioactive Waste Storage Facility in Michigan” in *American Anthropologist*, September, 1991, pag. 611-635.

ON THE EMBEDMENT OF CLASSICAL MODELS OF DICHOTOMY IN MODERN ANTHROPOLOGY: THE CASE OF LITERACY STUDIES

by

Manuel João Ramos*

LITERACY AND STRATEGIES OF TEXTUAL SELF-LEGITIMACY

In the final part of his work *Phaedrus*, Plato presents his readers with a remarkably subtle proposition. In order to distinguish true philosophical knowledge from both oratory and written discourse, he lets Socrates confront Phaedrus in a long dialogue. To Phaedrus, the written word seems *the* effective means to achieve true knowledge, unlike oral speech, laden with rhetoric and persuasion; but for Socrates that is clearly not so. Therefore, he proceeds to “report” (or, as Phaedrus later suggests, to make up) an old Egyptian myth, where the demon-god Thoth offers king Thamus his most cherished invention: the art of writing; writing, he says, would be the solution to overcome ignorance and loss of memory. But the king thinks otherwise; he is really not interested in taking up this invention he sees as both dangerous and utterly useless:

“You, who are the father of writing, have out of fondness for your offspring attributed to it quite the opposite of its real function. Those who acquire it will cease to exercise their memory and become forgetful; they will rely on writing to bring things to their remembrance by external signs instead of on their own internal resources. What you have discovered is a receipt for recollection, not for memory. And as for wisdom, your pupils will have the reputation for it without the reality: they will (...) be thought very knowledgeable when they are for the most part quite ignorant. And because they are filled with the conceit of wisdom instead of real wisdom they will be a burden to society.

(Plato, *Phaedrus*, LX, 275a-b)

* ISCTE, Lisboa.

Having told this story, Socrates then argues that *true* philosophical knowledge cannot be achieved – on the contrary, it is in fact denied – when one naively believes in the all-encompassing power of the written medium. How, indeed, can one search for reminiscences of the ideal pre-forming reality, enclosed deep inside oneself, if one is to rely on shadowy codes from the external material world?

“Writing involves a similar disadvantage to painting. The productions of painting look like living beings, but if you ask them a question they maintain a solemn silence. The same holds true of written words; you might suppose that they understand what they are saying, but if you ask them what they mean by anything they simply return the same answer over and over again. Besides, once a thing is committed to writing it circulates equally among those who understand the subject and those who have no business with it; a writing cannot distinguish between suitable and unsuitable readers. And if it is ill-treated or unfairly abused it always needs its parent to come to its rescue; it is quite incapable of defending or helping itself.

(Plato, *Phaedrus*, LX, 276a)

The subtlety of Plato’s argument may only be adequately apprehended when we take into account the fact that he resorts to the fictional capabilities of his writing style to persuade his readers both of the ontological limitations of written speech, and of the validity of his own point of view. The contents of the book are the presupposed transcription of an oral dialogue between Socrates and Phaedrus (whether the original dialogue has taken place or not is quite irrelevant). So, by simulating an oral context, he offers his readers a seemingly paradoxical and self-referential proposition. Writing techniques – such as story-telling, explanatory commentary, contending dialogue in direct speech – are called upon to help expose the intricate limitations of written words, its pervasively negative influence on human knowledge, its potential for deception and wrongful persuasion. But, at the same time, they serve the writer’s purpose of very strongly convincing the reader, through a “strange loop” of textual composition, that the truthfulness of Socrates’ point of view can be communicated through writing.

Let it be noted that it was the crystallizing and preservative nature of the written support used as communicating medium that has eventually ensured the very lasting presence and influence of Plato’s ideas in western intellectual tradition. As Arthur O. Lovejoy has so masterly demonstrated in his seminal work *The Great Chain of Being*, this was clearly the case with the perpetuation of platonic dualism and its interaction with hierarchical and unilinear models of explanation in western philosophical and scientific productions. To the point that, for many centuries, and to this day, Western thought and linguistic systems have been visibly entrapped by an organizing mould that propounds an unsurpassable, irreversible distinction between material and ideal universes – the path leading from one (“this-worldly”

and concrete) to the other (“other-worldly” and abstract) being conceived as an ascending, linear, ladder or chain (Lovejoy, 1967: 25, 58-59).

In a clear assumption of this heritage, nineteenth century evolutionist anthropological discourses made extensive use of analogical schemes that fused dualistic sociological classifications with a linear conception of Man’s historical evolution culminating in western style modern civilization. This analogical, non-demonstrative thinking was rooted in the possibility of categorizing certain types of society and culture as surviving pictures of civilized Man’s earlier stages. Being a central part of anthropology’s literary tradition, the evolutionist model hasn’t stopped haunting later theories, even if its plausibility was, since, militantly denied.

Interestingly, there has also been a visible, rather uncritical, acceptance of those same ideological constraints of dualism in twentieth century anthropological production. This continued acceptance is somewhat intriguing since the discursive and intellectual matter from which anthropology has traditionally seemed to distil its theoretical propositions derive, partly at least, from wholly distinct (i.e., non-western) modes of thought. Such modes frequently resist every attempt to be encased by our dichotomous models of interpretation – as anthropologist Edmund Leach alerts us in his book *Rethinking Anthropology* (1961: 9-26). Mostly by defect, the history of mainstream anthropological thought has shown us how difficult, how untenable, is the task of translating recursive, cyclical, ambiguous, transformable categories into a dualistic and linear mould.

Moreover, when browsing through anthropological literature, we cannot but confirm the extreme resiliency of the self-legitimizing features of writing techniques and their role in the preservation of ethnocentric ideologies and modes of thought. In fact, even radical cultural relativists refrain from doubting the potential of (their own) written speech to communicate true meaning, to explain, to achieve knowledge – specially since it frequently arises in opposition to the researcher’s oral interaction with non-literate people. One such example is Rodney Needham’s work on symbolic classifications, duly criticized by, among others, Jack Goody – in his 1977 book *The Domestication of the Savage Mind*. Very possibly, the co-existence of these two facets (dualistic and linear models of organizing thought, and self-legitimizing features of written speech) has actually been a unifying factor in an otherwise immensely heterogeneous and eclectic social science.

In the even more specific case of anthropological contributions to the so-called area of literacy studies, where attention to these matters acquires a more stringent expression, the persistency of the dualistic approach has been the subject of much criticism and revision, in the past twenty or thirty years. The “old” dichotomous perspectives that promoted and developed a succession of negative

definitions of the anthropologist's object (as primitive, undifferentiated, a-historical, irrational, pre-logical, etc.), were seen to wane before a supposedly alternative model. Superficially at least, this model implied the abolition of generically opposing methodologies with ethnocentric intentions (i.e., the "West" and the "rest"). That, at least, has been the contention of some of the proponents of such models (see: Goody, 1988; Greenfield, 1972; Olson, 1977; Olson, 1995).

I am referring to those proposals which sought to understand the cognitive and sociological impact of literacy practices which sociologist Brian V. Street has critically defined as "autonomous models" of literacy – to distinguish them from his own "ideological model". Street contends that "what the particular practices and concepts of writing and reading are for a given society depends upon the context, that they are already embedded in an ideology and cannot be isolated or treated as 'neutral' or merely 'technical'" (Street, 1984: 1). According to those who adhere to the "autonomous model" of literacy studies, on the contrary, they can and must be (neutral). In a recent book, cognitivist David R. Olson reasserts this view. He considers technological aspects of literacy – that is, writing and reading as both a communication and cognitive technology – to be sufficiently objective to qualify as independent and fundamental causes for a whole series of both sociological and cognitive historical transformations that have affected the members of literate societies (Olson, 1995: 258-260; see also: Olson, 1977: 258). Similarly, for W. Ong, who is interested in inspecting the origin and evolution of the "self-conscious individual" (Ong, 1976: 134), "writing raises consciousness" and:

...makes possible increasingly articulate introspectivity, opening the *psyche* as never before not only to the external object world quite distinct from itself but also to the interior self against whom the objective world is set.

(Ong, 1982: 105)

But Olson's and Ong's views, like many other researchers', have been deeply influenced by the work of Jack Goody in this field. In many respects, this anthropologist's studies on the impact of literacy have effectively set the terms for an on-going discussion on the relation between literacy, society and cognition. To a large extent, the model developed in his early book *The Domestication of the Savage Mind* (1977), and the arguments advanced therein were not substantially modified in his later research on the same subject (*The Logic of Writing and the Organization of Society*, 1986; *The Interface Between the Written and the Oral*, 1987). Considering this, I presently propose to go back to that study and briefly review some of its methodological constraints.

EXCURSUS: A DEVELOPMENTAL VIEW OF LITERACY AND ITS IMPLICATIONS

In *The Domestication of the Savage Mind*, Goody states that culture can be seen as the sum of communicative acts (Goody, 1977: 37). So, "... an examination of the means of communication, a study of the technology of the intellect, can throw further light on developments in the sphere of human thinking" (1977: 9). Any change in the technology of communication implies changes in culture, social organization and in mental organization: "The written word does not replace speech, any more than speech replaces gesture. But it adds an important dimension to social institutions" (1988: 15). Last but by no means least, the author conceives that those technological changes ultimately imply important and irreversible modifications in mental organization itself: "[I] see the acquisition of these means of communication [i.e., the advent of writing] as effectively transforming the nature of cognitive processes" (1988: 18).

For Jack Goody, the development and the extension of cognitive capabilities in Man are believed to be a function of the development of communication techniques (specially, the "material concomitants of the process of mental 'domestication' [i.e., writing]"; Goody, 1988: 9). Thus, he notes that

A continuing critical tradition can hardly exist when skeptical thoughts are *not* written down, *not* communicated across time and space, *not* made available for men to contemplate in privacy as well as to hear in performance

(Goody, 1988: 43)

On the contrary,

Writing makes speech 'objective' by turning it into an object of visual as well as aural inspection; it is the shift of the receptor from hear to eye, of the producer from voice to hand.

Here, I suggest, lies the answer, in part at least, to the emergence of Logic and Philosophy (...): the formalization of propositions, abstracted from the flow of speech and given letters (or numbers), leads to the syllogism. Symbolic logic and algebra, let alone the calculus are inconceivable without the prior existence of writing. More generally, a concern with the rules of argument or the grounds for knowledge seems to arise, though less directly, out of the formalization of communication (...) which intrinsic to writing.

(Goody, 1988: 44-45)

More specifically, for instance, Jack Goody "finds" that the difference of emphasis in concepts of time (in literate and non-literate societies), "can reasonably

be related to differences in technology, in procedures for the measurement of time”:

For example, the concept of chronology is linear rather than circular; it needs numbered series starting with a fixed base, which means that some form of graphic record is a prerequisite.

(Goody, 1988: 45)

Furthermore, Man’s cognitive capabilities seem to follow a clear cumulative and progressive path. Communication tools, such as writing, “are not only the manifestations of thought, invention, creativity, they also shape its future forms. They are not only the products of communication but also part of its determining features” (Goody, 1988: 9). Among these, alphabetic writing, of the type invented in the West, is the most potent of all, since it clearly affects the structure of the brain:

The existence of the alphabet (...) changes the repertoire of programs [the individual] has available for treating his data. Whether or not it changes the hardware, the organization of the central nervous system, and if so over what time span, is another matter, but on the analogy of language, the possibility is there. (...) I would argue that changes (differences) of the kind I have mentioned could be described as differences in the modes of thought, or reflective capacities, or even cognitive growth.

(Goody, 1988: 110-111)

This view is coupled with a cosmological approach to human evolution, in which technological and cognitive progression follows a historical path, directly correlated to a linear geographical progression, from a central point in the Ancient Middle East:

All these [modes of communication and cognition] were influenced by major changes on the means, such as the development of scripts, the shift to alphabetic literacy, and the invention of the printing press. I repeat that I am not proposing a single-factor theory; the social structure behind the communicative acts is often of prime importance. Nevertheless, it is not accidental that major steps in the development of what we now call ‘science’ followed the introduction of major changes in the channels of communication in Babylon (writing), in Ancient Greece (the alphabet), and in Western Europe (printing).

(Goody, 1988: 51)

As Goody sees this evolution, therefore, the invention of writing in Sumer, of the alphabet in Greece, and of printing in Western Europe, were not the product of historical, civilizational changes. They were instead the actual causes for such

changes (later, we shall deal with his remark on the “single factor theory”). Moreover, he contends, the development of rationality, of analytical thought, of critical capability and, generally, of individual conscious reasoning was brought about by these same inventions (see below).

It is important to focus on the context in which Jack Goody presents his view of the connections between literacy, society and cognition. Such context was one of strong opposition to what he saw as the spread of synchronic binarism in European anthropological thought – itself a consequence of the declension of historical models. As his initial remarks indicate, Jack Goody is particularly interested in re-introducing a “developmental framework”, which may permit him (or, as he writes, “most of us”) to speculate on “the way in which modes of thought have changed over time and space” (Goody, 1988: 1). But, he notes, anthropological and sociological thought in the twentieth century “has been non-developmental”. The reason is

Because the anthropologists and sociologists interested in these questions have tended to set aside evolutionary or even historical perspectives, preferring to adopt a kind of cultural relativism that looks upon discussions of development as necessarily entailing a value judgement on the one hand and as over-emphasizing or misunderstanding the differences on the other. Such objections are founded not only on the appealing premise that all men are equal. They also stem from the undoubted difficulty that speculations upon developmental sequences often create for the analysis of a particular set of data.

[But] in acknowledging the necessity of proving rather than assuming difference, it is only too easy to set aside the developmental questions, as pseudo-historical, as ‘evolutionary’, as speculative. Yet having done so, we nevertheless fall back upon a mode of discourse, a set of categories, such as primitive and advanced, simple and complex, developing and developed, traditional and modern, pre-capitalist, etc. which implies change of a more or less unidirectional kind.

(Goody, 1988: 2)

That is, by refusing to interpret sociological differences in the light of linear and progressive evolution, European anthropology was beguiled by the dichotomies inherited in its methodological choices. Societies studied by anthropologists were (ethnocentrically) characterized in strict opposition to the “West”. “They” were defined by what in them differed from “Us”, and thus the same unidirectional evolutionary scheme was implicitly reaffirmed. Moreover, he reminds the reader that the use of dichotomous classification is illusory and ethnocentric:

The division of societies or modes of thought into advanced and primitive, domesticated or savage, open or closed, is essentially to make use of a folk-taxonomy

by which we bring order and understanding into a complex universe. But the order is illusory, the meaning superficial. As in the case of other binary systems, the categorization is often value-laden and ethnocentric.

(Goody, 1988: 36)

But, on the other hand, Jack Goody considers that an alternative relativist point-of-view can dangerously minimize these important and noted social and cultural differences.

While we need to reject the radical dichotomy that has dominated so many approaches to this problem, it would be a great error to substitute a diffusive relativism that fails to recognize the differences implicit in the means of communication implied in the terms 'oral' and 'written'...

(Goody, 1988: 26)

Jack Goody (see p. 6, above) has already clarified the nature of these "implicit differences", when he evoked how the "hardware" – i.e. the human brain – is transformed on contact with literacy. Below, we shall try to evaluate Goody's contention of a "need to reject the radical dichotomy". Meanwhile, it is worth noting that he sees himself as searching for a "third hypothesis", for a balance between dichotomy and relativism, and between synchronism and evolutionism. Thus, he proposes to resort to a renewed interest in history, viewing (as he puts it) differences as changes: "...the specification of difference is not in itself enough; one needs to point out to mechanisms, to causal factors" (Goody, 1988: 36). Furthermore, "there is no single 'opposition' but rather a succession of changes over time, each influencing the system of thought in specific ways" (1988: 46). His is not, he considers, "a great-divide theory. It sees some changes as more important than others, but it attempts to relate specific differences with specific changes" (1988: 50).

But Jack Goody willingly concedes that anthropology's dichotomous approaches nevertheless point to important, unequivocal differences that do not need demonstrating but outright assumption. In fact, to a certain degree, at least, one should assume difference, instead of feeling the necessity of proving it (1988: 2); Because there are such things as "observed differences" (1988: 10), one would then readily acknowledge that

Problems in human thought cannot be treated in terms of universals alone. Not only anthropologists have called attention to difference in cognitive styles in various cultures; the specification of difference is a commonplace and common sense reaction to the clash of cultures

(Goody, 1988: 161)

In fact, Goody goes as far as informing his reader that those same dichotomies he had critically reviewed earlier are not to be dismissed at all. They simply have to be incorporated in a developmental scheme, able to bring out the “specific causal mechanisms” that end up revalidating the dichotomic principle:

While I would accept most of these statements as pointing out to certain differences between two broad groups of societies, the West and the rest, the dichotomies need to be treated as variables, both as regards the societies and as regards their characteristics. A dichotomization of this kind is often a useful preliminary for descriptive purposes; once we accept it as such, we can go further and attempt to elucidate the possible mechanisms that bring about the differences, a step that usually involves modifying or even rejecting the original dichotomy. Without in any way insisting upon a single-factor theory, I want to try to show how these differences can be partly explained (rather than simply described) by looking at the possible effects of changes in the mode of communication.

(Goody, 1988: 41)

The remark of the “single-factor theory” set aside (we shall deal with it below), some important propositions should be retained:

– Dichotomization is a “useful preliminary” in the process of assessing a previously assumed great divide between “the West and the rest”,

– The specific technological mechanisms that imply changes in the modes of communication, and hence of cognition, eventually explain the existence of the differences described by social scientists;

– The study of the development of the technologies of communication may modify or even reject the *apriori* assumption of a great divide.

We can guess that in Goody’s mind some peculiar methodological constraints had imposed the assumption of an “original dichotomy” between “the West and the rest”, even if its categorical expressions, present in the works of previous social scientists (primitive vs. modern, savage vs. domesticated, etc), had seemed rejectable, at first. By considering “objective” technological changes in human communication, he had believed that the “old” ethnocentric oppositions, as well as the confusing relativist stances, might profitably have been substituted by a more general and inclusive explanation – to be found somewhere in between the relativist and the binarist perspectives:

The balance of my argument continues to be a delicate one. In the first place, I have attempted to set aside radical dichotomies; in the second, I reject diffuse relativism. The third course involves a more difficult task, that of specifying particular mechanisms. (...) I have tried to analyze some aspects of the processes of communication in order to try to elucidate what others have tried to explain by means of those dichotomies.

(Goody, 1988: 50; see also: 16, 47-48)

There is some reason to doubt that Goody is, as he says, searching for a delicate balance between what he sees as Lévi-Strauss' durkheimian strict dichotomies (Goody, 1988: 7, 147) and Ruth Finnegan's loose relativist stances (1988: 26, 164). On the previous occasion of the publication of an article debating Lévi-Strauss' *La Pensée sauvage* (Goody, 1968), he had actually been criticized by Finnegan as a champion of the "great divide" and a proponent of a "single-factor theory" (Horton & Finnegan, 1973). It rather seems that the balance he is looking for is actually a strategic one, superficially influenced by the changes in the reading and writing context of post-colonial anthropology. His self-legitimizing rhetoric thus balances between his radical and rather archaic perspectives on the non-universality of human cognition (hence his benevolent review of Lévy-Bruhl's concept of the pre-logic mind, from which he coined the notion of a pre-literate mind, 1988), and the "anthropologic correctness" implied in his "need to reject the radical dichotomy".

As we can see at the end of his book, he eventually conveys the idea that – probably due to those same constraints – the "original dichotomy" was not after all rejected, nor even radically modified:

I am aware that throughout this discussion I too have tended to drop into a dichotomous treatment of utterance versus text, the oral against the written. But, as has been emphasized, the changes are numerous, so too are the relationships centering upon these changes.

(Goody, 1988: 151)

Taking into account this late recognition, it is now possible to shed some new light on many earlier assertions, such as: "I certainly do not wish to deny that there are differences in the 'thought' or 'mind' of 'we' and 'they'..." (Goody, 1988: 8; see also, for instance, 3). Some others, like the following: "...we need to reject the radical dichotomy that has dominated so many approaches to this problem [oral vs. written communication]" (1988: 26), seem either insincere or a signal of a rhetoric *reductio ad absurdum*.

A crucial argument in Jack Goody's thesis is that writing, on the whole, has introduced Man to the advantages of non-contradictory and differentiating mental processes:

The specific proposition is that writing, and more especially alphabetic literacy, made it possible to scrutinize discourse in a different kind of way by giving oral communication a semi-permanent form; this scrutiny favored the increase in scope of critical activity, and hence of rationality, skepticism, and logic to resurrect memories of those questionable dichotomies (...); the human mind was freed to study static 'text' (rather than be limited by participation in the dynamic 'utterance'), a

process that enabled man to stand back from his creation and examine it in a more abstract, generalized, and rational way. By making it possible to scan the communications of mankind over a much wider time span, literacy encouraged, at the very same time, criticism and commentary.

(Goody, 1988: 37)

Writing has also led mankind into crossing the threshold of the realm of individual conscious reasoning:

I would maintain that the shift from utterance to text led to significant developments of a sort that might be loosely referred to as a change in consciousness and which in part arose from the great extension of formal operations of a graphic kind.

(Goody, 1988: 75)

These differentiating and introspective mental achievements are denied, or at least undervalued, by oral communication in non-literate societies, where intellectual processes are totally permeated by (pre-) logical ambiguity and vulnerable to irrationality: "Inconsistency, even contradiction, tends to be swallowed up in the flow of speech (parole), the spate of words, the flood of argument" (Goody, 1988: 43).

When illustrating the arise of consciousness that the invention of writing permits, Goody refers the way non-literate listeners of a tale deal with repetition and innovation:

[When a story is told] many participants think they are hearing or telling the same tale. But they have no text to effect that comparison and (...) their ability to compare and, what is more important, correct (...) is very limited. In any case, people enjoy a new twist and, in the absence of copy, may convince themselves that this change is in fact part of the true, the earlier version.

(Goody, 1988: 116-117)

Their consciousness of change and their acoustic memory seem to have a very limited scope. Goody recalls that when reciting the "Invocation of the Bagre", a Loo-Daga (a member of a West African society that plays an important illustrative part in Goody's argument, when he reaches out to his "personal experience") is unable to achieve exact repetition: "Repetition is rarely if ever verbatim". Still, if during recitation one makes a mistake, the listeners will immediately correct the speaker. "Do we have here a fixed model, a model in the head as well as a model in the mind?", he asks (1988: 118-119).

It could be argued that matters of consciousness and non-contradiction are not easily subjected to the kind of dichotomizing that Goody favors (between the

oral and the written): if writing is not permeable to unconsciousness and contradiction, how is one to interpret the previous sentences? On the one hand, he ascertains that the Loo-Daga have no consciousness or memory of changes in an oral narrative, but still they enjoy the introduction of changes (in order to convince themselves that these don't exist?). On the other hand, though exact repetition cannot be achieved, any change in an invocation is immediately censored.

But in Jack Goody's view, as we have seen, contradiction and ambiguity are the qualities of "utterance", not of "text". An important and inescapable question is, then, that we must either determine that there are equivalencies between oral modes of communication and cognition in literate and non-literate societies – an equivalence that Goody refuses to make – and thus the central argument for the existence of an "objective" dichotomy is a fallacy; or there is no such equivalencies and we must accept that any non-literate semantic system "is unknown to [us]" (1988: 71). But in this case there can be no doubt that a great divide is being reaffirmed, one that in fact interdicts us from assessing or even guessing what and how "They" think. If that is so, how can we "observe differences" that we imply exist between "our" semantic and cognitive system and "theirs"? Goody prefers not to deal with this dilemma throughout the book, and this is why he ends up, in all likelihood, feeling somewhat surprised by the sudden awareness of his tendency to dichotomize where he consciously thought he was transcending and bridging dichotomies.

It is virtually impossible to ascertain that this trend from holism and logical ambiguity to individualism and abstract rationality was effective in the pre-historical periods when literate societies weren't yet literate. Also, Jack Goody doesn't offer his reader sufficient ethnographic evidence to corroborate the existence of such cognitive gaps. In these matters, and contrary to what he notes early in the book (see p. 9, above), it is not only sufficient, but in fact necessary, to assume difference, instead of proving it when one is willing to work under the constraints of a presupposed, and unconfessed, "Great Divide".

Goody contends that only the alphabet, of the sort invented in Ancient Greece, has allowed more complex forms of mental organization. With those forms, came the development of philosophy, of scientific thought, the analytical and critical search for universal truth. In turn, these forms gave rise to a whole series of sociological and technological changes that culminated in Western style modern civilization (1988: 10, 14, 44). In his view, the establishment of differences must always call for an evolutionist point of view – in this area, at least, distinctions in communication and cognition are to be understood as the result of developmental, progressive change.

There is nothing truly original or new in this argument. A negative vision of what anthropology's traditional object of study is (or is thought to be) becomes

intertwined with an ethnocentric scheme of self-legitimatory value. Jack Goody establishes a sharp split between two mutually incomprehensible modes of cognition: that of “oral societies” which anthropologists study (even if their semantic systems must remain “unknown to them”), and of “literate societies”, to which anthropologists belong to (and to which dualistic moulds they necessarily submit their discourses). He describes the former as totally ambiguous and lacking individual reflective thought, unable to recognize contradiction where it may present itself; the latter is qualified as complex, rational and, since ancient Greek times, impregnated by the virtues of the Aristotelian logic – namely, the principle of non-contradiction or exclusiveness.

It has already been mentioned that the author doesn't for a moment wish more than to assume, instead of to demonstrate, the existence of this cognitive gap. But because such gap actually stands as a regulating rule throughout his whole book, it is important to take notice of its formation. He actually presents himself to his readers as a non-authority in historical studies of literacy (as an “amateur”; 1988: IX, 18, 153). But, all the while, he punctuates his discourse with recurrent and authoritative mementos of his “personal experience” as a field anthropologist among the Loo-Daga of West Africa (1988: 8, 12-13, 108, 116-119). In Goody's argumentation, this so called pre-literate society is actually erected as illustrative proof of the incapacity of all non-literate humanity to use and develop formal ways of knowing – because it lacks the communication technology and the cognitive means to develop individual, rational, dichotomizing and critical thinking.

In fact, what Jack Goody offers his readers is to reinstate the full vigor of nineteenth century evolutionary schemes. To achieve this, he establishes a rule of strict analogy between modes of cognition supposedly characteristic of contemporary non-literate societies (as illustrated by his somewhat meager findings among the Loo-Daga), and pristine modes of cognition that pre-existed the invention of writing in literate societies. To achieve this “examination of the ways of thinking of earlier times and of other cultures” (1988: 51), he considers he has only to reflect upon the “potential effects of writing [that] can be assessed from an ethnographical analysis of contemporary writing or from a historical study of earlier written materials” (1988: 78). Through this conjectural analogy, the otherwise unreachable “savage mind” of pre-historical, pre-literate humanity can then be seen to stand in the opposite pole to that of Western style “domesticated” and alphabetized civilization.

This tendency follows three convergent methodological paths:

1. Monocausality – i.e., writing is described as the motor of outstanding cognitive modifications affecting, as he says, both “software” (modes of thought) and “hardware” (neural structures in the brain);

2. Unilinearity – a clear geo-historical line of changes in the technology of communication, in cognition processes, and in the complexity of social organization (namely the invention of individualism) is established between to extreme poles: pure, pristine orality and western alphabetical literacy. This historical series of transformations follows a path from East to West (from ancient Sumer, to classical Greece and Rome, to post-medieval Western Europe);

3. Dichotomy – The former anthropological dichotomies are substituted by new, supposedly more objective, ones: he contrasts the logic of orality (ambiguous, irreflective, unconscious, circular) and that of writing (non-contradictory, rational, conscious, linear); he further opposes western alphabetical writing (analytical, abstract, critical) and all other writing systems (symbolic, associative, non-dialectical).

There is, in the first chapter of *The Domestication of the Savage Mind*, a sentence of a particularly mystifying character. It reads as follows:

...I am not attempting to put forward a simple, technology determined, sequence of cause and effect; there are too many eddies and currents in the affairs of men to justify a monocausal explanation of a unilateral kind. On the other hand, there is a halfway house between the choice of a single cause and the complete rejection of causal implications, between the diffuseness of structural causality and of functional fit and the selection of a single cause; there is the whole area of causal arcs, of feedback mechanisms, of the attempt to weight a plurality of causes.

(Goody, 1988: 10)

Further on, on chapter three of the book, which is an attempt at tackling the criticisms that Ruth Finnegan and Robin Horton had directed against his earlier book, *Literacy in Traditional Societies* (Horton & Finnegan, 1973), there are three instances of rhetorical negation:

Without in any way insisting upon a single-factor theory, I want to show how these differences can be partly explained... (1988: 41);

I do not maintain that this process is unidirectional let alone monocausal (...). [But] in drawing attention to the significance of this factor, I attempt to avoid the conceptual slush into which one flounders...

(Goody, 1988: 46)

I repeat that I am not proposing a single-factor theory (...). Nevertheless, it is not accidental that major steps in the development of what we now call 'science' followed the introduction of major changes in the channels of communication in Babylon (writing), in Ancient Greece (the alphabet), and in Western Europe (printing).

(Goody, 1988: 51)

Of course that the assertion “what we now call ‘science’” has the same self-referential and legitimizing value as passages such as “the emergence of what we call history” (1988: 148). In the context of a study where an initial dichotic perspective is questioned only to be again validated, the notions of “our “science” or “our” history stand here as exact opposites of “their” myths. The process of “domestication” of the illiterate “savage mind” is one of developmental social and cognitive change induced, or better still, determined by the evolution of literacy. With this methodological framework it would really be a strenuous task to search for the “whole area of causal arcs, of feedback mechanisms, of the attempt to weight a plurality of causes” hidden in the interstices of an (unconsciously) monocausal and unilinear working method and script.

THE HERITAGE OF DICHOTOMY: TRUTH AS ILLUSION AS TRUTH AS ILLUSION

In argumentative terms, the presented vision of classical Greek heritage is an essential key in the elaboration of this thesis. Furthermore, one thing seems clear from this brief outlook: that, in spite of a superficially critical position against anthropology’s dualistic approach, its methodological tradition is not only accepted but turns out to be quite essential to the proper elaboration of Goody’s argument. In cognitive terms, he suggests that there are analogical connections between the macro-history of writing and the micro-history of anthropological thought: he insists on the idea that tabular, pictographic systems must be perceived as the germ from which the later invention of alphabetical writing sprang up (1988: 70). Likewise, he thinks that anthropology’s dichotomous models of French (durkheimian) influence are to be taken in as a “useful preliminary” in the creation of a supposedly more general explanation (his own). Although not explicitly or consciously assumed by the author, the acceptance of such influence had an important consequence in Goody’s proposal: to uncritically reinstate, or revalidate, the dualistic ideologies inherited from classical Greece and modulated by western Christian thought.

The traditional fiction of the separate existence of a lower material universe and a higher, ideal universe, seem here to be translated into the contrast between two antithetical modes of cognition: the concrete, perceptive, “savage” mind; and the abstract, rational, “domesticated” mind. In this system, “We” position ourselves at a much higher level of an ascending linear order than “Them” – that is, all those other past and present non-alphabetized or non-westernized societies.

The heritage of this sort of dualism is such that, being one of many possible ways of organizing and knowing “reality”, its strength seems to have historically

rested upon its self-legitimizing features. Every attempt to approach any “reality” through the filters of this dualism is bound to end up as a self-referential and opposing activity.

When reviewing C. Lévi-Strauss’ discussion of the relation between *mûthos* and *historia*, Goody remarks:

Without going into the many ambiguities involved in the definition of myth, there is a sense in which this concept often involves a backward look, which is either untrue or unverifiable. And in the most literal sense the distinction between *mythos* and *historia* comes into being at the same time when alphabetic writing encouraged mankind to set one account of the universe or the pantheon beside another and hence perceive the contradictions that lie between them. There are thus two senses in which the characterization of the ‘savage mind’ as pre-historical or atemporal relates to the distinction between literate and pre-literate societies.

(Goody, 1988: 14-15)

According to the general precepts of his dichotomic approach, Goody translates the intricate relation between myth and history in *La Pensée Sauvage* as one of simple distinction. But at this stage, the reader feels that “going into the many ambiguities involved in the definition of myth” might be a meaningful checking system to evaluate the idea that the alphabet is the causal factor of a non-contradictory reason. Because it seems from the above quote that the distinction between *mûthos* and *historia*, or indeed between *mûthos* and *lógos*, can only be maintained as long as we accept the existence of a “great divide” between the illusions of non-literate minds and the truths of literate (alphabetic and westernized) ones.

Jack Goody’s founding ideas in the area of literacy studies hardly seem original or truly anti-dualistic. In fact, his view of the influence of the alphabet upon classical thought systems is actually shared by a legion of European classicists. The generally accepted idea is the following: due to the intellectual discipline allowed by alphabetical reading and writing techniques, mythical and magical ways of thinking were progressively superseded by a more consciously rational, analytical and logocentric mind, in classical Greece (see mainly Havelock, 1982). What this might actually mean is that the dualistic ideas that influenced the Western mind with the notions of mutual incompatibility and contradictory opposition, eventually became the vehicle through which the birth of dualism itself was to be understood. In other words, it wasn’t necessarily because the Greek mind became “domesticated” by writing – i.e., that it grew rational, abstract and introspective – that dualism was created as an “objective” organizing mould. On the contrary, it was because dualistic ideas came to impose an unsurpassable contrast between *mûthos* and *lógos* that the “logographer” would qualify his own

writing and ideas as objective and able to express true knowledge.

We shouldn't however, minimize the fact that, historically, implicit and explicit meanings of both *mûthos* and *lógos* haven't presented themselves as non-changeable, extra-contextual, or even dichotomous at all times. On this important topic, we can look for help in the inquiries of French classicist Marcel Detienne on the origin and evolution of the relation between those Greek concepts and their descendants, in his work *L'Invention de la mythologie* (Detienne, 1981). Originally, *mûthos*, like *lógos*, seem to have had the meaning of "truthful speech": "... *mûthos* est et restera un synonyme de *lógos*, tout au long du VI^e siècle et même dans la première moitié du Ve" (Detienne, 1981: 93). As in Homer's epic poems, in Hesiod's *Theogony* the semantic scope of *mûthos* is to a great extent interchangeable with that of *lógos*. Through a *mûthos*, Hesiod narrates the *lógos* of the golden, silver, bronze and iron races; and Empedocle proposes to his disciples that they listen to his *mûthoi*, i.e. his are the words of truth (1981: 95-96). Later, with Herodotus and Pindar, the meaning of *mûthos* seems to have undergone a visible semantic inflexion: the word still refers to the idea of "account" or "discourse", comparable to the *lógoi*, but it wouldn't designate a "truthful speech" anymore. In Detienne's view, the birth of myth was not the expression of a "pensée mythologique des origines", but of a sense of disbelief and from *parphásis*, the "speech of illusion" (1981: 96-97). Herodotus, who describes himself as a "logographer", is, in Aristotle's view, a simple "mythologist" because he reports in writing the oral "illusions des autres" – that is, absurd and unbelievable fictional accounts he had heard in his travels (1981: 104). And so, "né illusion", it becomes a "simple reste, tantôt rumeur grise, parole d'illusion, séduction mensongère, tantôt récit incroyable, discours absurde, opinion sans fondement" (1981: 104, 232).

Later still, Thucydides, the historian of the Peloponese war, radically opposed the concepts of *mûthos* and *lógos*. To Plutarch, as Detienne reminds us, it had seemed possible to extract true *historia* from the mythical order (*muthôdes*), by submitting it to the *lógos*, or rational examination (*The Life of Theseus*, 1, 5; in: Detienne, 1981: 107 n.75). On the contrary, for Thucydides, at the end of the fifth century BC, there is already no possible compromise of the *lógos* with what belongs to "myth". It is as a written truth that permits memories to remain unchanged that *lógos* now opposes *mûthos*, qualified as oral fiction, ephemeral, changeable and thus unreliable (Detienne, 1981: 107).

Thucydides and Plato, whose views were already invoked in the beginning of this article, clearly disagree on which powers should be attributed to writing. Visibly, writing, of the sort invented in Greece, can be either qualified as speech of truth or of illusion. But, nevertheless, both authorities appear to agree on one thing: on the power and utility of the dualistic mould as a means to shape and self-legitimize one's ideas and discourse.

In the thirty years that have gone by since the publication of Jack Goody's *The Domestication of the Savage Mind*, its influence in the area of literacy studies has meant, to many, an acceptance of the ideological mould that shape both its method and its object. It is true that, to others, an alternative approach has implied a "move towards an ideological model" to conceptualize literac(ies), in terms of inquiries into the social value of ideologies of communication (Street, 1993: 10). Nevertheless, a more critical review of the dualistic ideas upon which literacy studies developed must not be neglected, for it may open up a rich field of anthropological inquiry into the connections between our communication medium, our methodological constraints, and the way we define the distance between observer and subject. Only then can we weigh more accurately the importance and scope of the contemporary forms of materialization of thought.

One last word must be said about the context in which the self-legitimizing features of Goody's ideas and their persuasiveness are to be understood. The reader is offered a comparative study that argues for the all-encompassing influence of literacy on the added rational, critical, analytical capabilities of the human mind; and he happens to show a particularly weak will to deny that those capabilities are in fact due to the writing and reading processes. This is maybe due to a situation where the reader is exposed to Goody's seductive *parphásis* and is faced with a flattering self-referential proposition, from which he has trouble distancing himself. That is, thanks to the fact that he can read and write, he learns from Goody that his cognitive capabilities are sophisticated enough to make him understand the justness of the author's ideas about writing's potential to develop one's cognitive capabilities.

And, Plato would add, the reader will "be thought very knowledgeable, when [he is] for the most part quite ignorant".

POST-SCRIPT

What I have intended to put forward for the reader's evaluation is not so much Jack Goody's *parphásis*, but my own. The present English text is actually a rough and hasty reconstruction of lost scribbles presented orally at a Conference of the *International Society for the Study of European Ideas*, that took place in York, in August, 1997. It was discussed at a research seminar jointly held by I.S.C.T.E. and the Universidade de Évora, in March 1998. The original notes, written in Portuguese, were taken from (and annotated on) a Portuguese translation of Jack Goody's *The Domestication of the Savage Mind*, and were used in a series of courses and seminars on Methodological Problems in Social Sciences, in I.S.C.T.E.. I kept taking notes of the resulting (oral) discussions in the margins

of my original Portuguese copy, as well as in the original English copy, in manuscript notes and in computer documents – until the interwoven network of references, opinions, questions from various minds and diverse media became too confusing.

The decision of presenting an English-written inspection of what is implied in the (English) notion of “literacy”, and thus confronting my notes and thoughts with a different linguistic structure was a costly one, since my familiarity with this language is obviously limited. There are, then, some curious challenges implied in the presenting of the present article to a mainly Portuguese public. The original, and very un-systematic, versions of it were written and discussed in Portuguese; later English versions were presented, at different times, to Portuguese and International English-speaking audiences; finally, an unfortunate (?) incident has caused the material disappearance of parts of my first English version of this text. I had to rely on my mental memory of both written and oral inquiries, since I lost a paper notebook I kept and I could not retrieve part of the disk memory of a damaged computer file where I held information on the subject.

I hope the destiny of this text may stand as a test to some limitations of dualistic ideas and of a too self-glorifying vision of “our literacy”.

BIBLIOGRAPHY

- DETIENNE, MARCEL (1981) - *L'Invention de la mythologie*. Paris: Gallimard.
- GOODY, JACK (ed.) (1968) - *Literacy in Traditional Societies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- 1988 (1977) - *The Domestication of the Savage Mind*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GREENFIELD, P. M. (1972) - “Oral or written language: the consequences for cognitive development in Africa, the United States and England”. *Language and Speech*, XV: 354-72.
- OLSON, DAVID O. (1978) - “From utterance to text: the bias of language in speech and writing”. *Harvard Educational Review*, XLVII, 3: 257-81.
- HAVELOCK, ERIC A. (1982) - *The Literate Revolution in Greece and its Cultural Consequences*, Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- HORTON, ROBIN & FINNEGAN, RUTH (eds.) (1973) - *Modes of Thought*. London: Faber.
- LEACH, EDMUND (1961) - *Rethinking Anthropology*. London: The Athlone Press.
- LOVEJOY, ARTHUR O. 1967 (1936) - *The Great Chain of Being. A Study of the History of an Idea*. Cambridge-Massachusetts: Johns Hopkins University Press.
- OLSON, DAVID R. (1995) - *The World on Paper. The Conceptual and Cognitive Implications of Writing and Reading*. Cambridge: Cambridge University Press.

- ONG, WALTER (1976) - *The Presence of the Word*. New Haven, Connecticut: Yale University Press.
- (1982) - *Orality and Literacy. The Technologizing of the Word*. London: Methuen.
- PLATO, *Phaedrus and Letters VII and VIII* (transl. W. Hamilton). Harmondsworth: Penguin.
- STREET, BRIAN V. (1984) - *Literacy in Theory and Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

ANTROPOLOGIA PORTUGUESA. A OPÇÃO ETNO-FOLCLORISTA E O ESTADO NOVO

por

Alice Duarte*

No presente artigo propomo-nos dar conta da situação da antropologia e museologia antropológica portuguesas, atendendo ao período de tempo correspondente grosso modo à primeira metade do século XX. Para equacionar a situação da produção antropológica – utilizando o sentido mais lato do termo – em Portugal nessas décadas temos que começar por constatar a sua falta de actualização teórica. Ela orientar-se-á de modo praticamente exclusivo para a “etnologia nacional”, ou seja, para os estudos folcloristas, apresentando uma natureza essencialmente descritiva.

ANTROPOLOGIA *VERSUS* FOLCLORE

Inicialmente a antropologia constituiu-se como uma disciplina que estudava as populações “exteriores” à Europa (ou ao “mundo civilizado”). Desnecessário se torna frisar a relação inicial entre o privilegiar o estudo das populações extra-europeias e a perspectiva evolucionista, característica do mundo académico do século XIX. Segundo ela, estudar as sociedades extra-europeias era estudar as fases anteriores da evolução técnica e social da humanidade. Esta distinção entre dois mundos, o europeu (= civilizado) e o extra-europeu (= primitivo), traduziu-se na emergência e institucionalização inicial da antropologia na proximidade das ciências naturais, mas traduziu-se também na emergência da sociologia como a ciência positiva que estudava o que hoje designaríamos por sociedades complexas. Assim, nos inícios do século XX a antropologia e a sociologia surgem distinguidas (para além das questões metodológicas) essencialmente pela defini-

* Antropóloga, assistente da FLUP.

ção do seu objecto de estudo. Enquanto a segunda focaliza as suas investigações sobre as mesmas sociedades às quais pertencem os investigadores, sobre o Nós ocidental e europeu (ou norte-americano); a antropologia centra a sua actividade sobre o estudo do Outro extra-europeu. Mesmo quando a antropologia se foi progressivamente diversificando em escolas teóricas e/ou nacionais, o papel do Outro como polo de comparação nunca foi realmente posto em causa como elemento essencial, senão das teorias antropológicas, pelo menos da sua prática. Mesmo quando, depois da II Guerra, os estudos antropológicos se passam a exercer também sobre as populações europeias, o Outro continua a manter-se como um ingrediente indispensável para a disciplina. Daí a escolha de temas ou de comunidades de estudo que se situam “nas margens” da realidade socio-cultural europeia ou norte-americana à qual os próprios investigadores pertenciam. E mesmo quando, mais recentemente, a antropologia pretendeu alargar as suas problemáticas de análise até às sociedades complexas, a distância que parecia faltar, dada a proximidade geográfica e cultural do Outro, é reintroduzida intelectualmente pela utilização de técnicas de pesquisa e de conceitos, em muito, forjados no tempo em que a antropologia se exercia exclusivamente sobre o Outro extra-europeu.

Este é, no entanto, o percurso de desenvolvimento da disciplina antropológica no seu sentido mais específico. Inicialmente englobando um conjunto de saberes diversos, nos primórdios da sua afirmação este campo disciplinar forneceu também um certo enquadramento aos estudos folcloristas, que se não-de, no entanto, progressivamente afastar, seguindo orientações teóricas e metodológicas diversas. O que se verifica no início do século XX é que há países onde os estudos etnológico-folcloristas se desenvolvem pouco. É o caso da Inglaterra, que participa sobretudo no desenvolvimento da antropologia. Noutros países, os estudos etnológico-folcloristas obtêm razoável desenvolvimento, mas em paralelo com os estudos propriamente antropológicos, não chegando a se sobrepor ou a tornarem inexistentes estes últimos. É o caso da França. Pelo contrário, noutros países o “estudo da cultura” reduz-se quase exclusivamente aos estudos etnológico-folcloristas, surgindo os seus desenvolvimentos estreitamente ligados a um discurso sobre a identidade nacional. É o caso da Alemanha e de Portugal.

No que diz respeito ao nosso país, já para o século XIX pudemos mencionar vários autores que se dedicaram ao estudo da sociedade e da cultura portuguesas (Duarte, 1999). Eles constituem os personagens daquilo a que posteriormente J. Dias referirá como “o período positivista, filológico-etnográfico da etnologia portuguesa” (Dias, 1952). Autores como Adolfo Coelho, Consiglieri Pedroso, Teófilo Braga, Rocha Peixoto ou Leite de Vasconcelos desenvolveram, pela primeira vez de forma erudita, o estudo da cultura, da literatura e da linguagem populares, assim como da história nacional e da arqueologia. Nessa altura, porém,

estes estudos enquadravam-se nas tendências e doutrinas então nascentes em toda a Europa. A noção de “cultura popular” servia para afirmar que os vários domínios de estudo deveriam ser tratados como interdependentes. Consiglieri Pedroso di-lo claramente: “O resultado, talvez o mais inesperado, da nova escola histórica foi a importância que de um só golpe adquiriu o estudo das superstições, das crenças e dos usos populares da actualidade para o conhecimento do estado social desta fase do desenvolvimento humano que cognominamos a «pré-história», e ainda «a história das nossas origens» (...)” (Pedroso, 1988 [1884]: 77). Ou seja, no final do século XIX, ainda que o objectivo último destes eruditos folcloristas fosse a explicação da nacionalidade portuguesa, as suas obras enquadravam-se na problemática mais geral de explicação do “desenvolvimento humano” e faziam parte de um debate que se desenvolvia então a nível internacional.

A partir das primeiras décadas do século XX a situação altera-se. As rupturas conceptuais e metodológicas promovidas, sobretudo, pela escola funcionalista britânica, ao desencadear o nascimento da “moderna antropologia”, provocam também a separação dos dois sub-campos inicialmente englobados na mesma área disciplinar: os estudos propriamente antropológicos (antropologia social e cultural) e os estudos etnológico-folcloristas. Daí para a frente as diferentes problemáticas das duas disciplinas deixam de ter qualquer orientação conceptual ou metodológica comum. Até sensivelmente aos anos 70 os desenvolvimentos de uma e de outra realizar-se-ão de forma praticamente estanque.

A OPÇÃO PELOS ESTUDOS FOLCLORISTAS

Para procedermos à análise do contexto português neste período importa compreendermos que, ao contrário da Inglaterra ou da França mas em similitude com a Alemanha e os países escandinavos, em Portugal a opção é pelos estudos etnológico-folcloristas. Ela manter-se-á até à década de 70 em estreita ligação com um discurso sobre a identidade nacional. Esta opção é muito claramente reconhecida por Ernesto Veiga de Oliveira a propósito do papel relevante de J. Dias nas décadas de 40-50. Ele é proclamado, e com toda a legitimidade, o responsável pelo “(...) renascimento dos estudos etnológicos em Portugal (...), da expansão desses estudos e da fundação de instituições onde eles podiam ser prosseguidos.” (Oliveira, 1974: 14).

A prevalência desse sub-campo etnológico-folclorista, com o estudo dos “costumes populares” nacionais em detrimento dos estudos propriamente antropológicos e extra-europeus, poderá explicar, em parte, o facto de Portugal nunca chegar a desenvolver verdadeiramente uma tradição colonial antropológica (Pina-Cabral, 1992). Ao contrário das outras duas potências coloniais europeias, a

Inglaterra e a França, no nosso país a antropologia colonial consistiu, durante muito tempo, sobretudo em estudos de antropologia física de que os trabalhos de Mendes Corrêa e depois Santos Júnior, ligados ambos à Escola Antropológica Portuense, são representativos, ou então em relatórios de missionários e administradores que a partir do seu contacto próximo com as populações relatavam o que lhes era dado observar.

O húngaro Tamas Hofer, que já em 1968 tinha evocado a existência de “duas personalidades profissionais diferentes” a propósito dos profissionais da antropologia e da volkskunde (Hofer, 1968), num artigo mais recente relaciona a opção entre aqueles dois sub-campos disciplinares com questões ideológicas. A maior ou menor precaridade de argumentos fundadores de uma identidade nacional influiria directamente na importância e na orientação dos estudos etnológicos nacionais (Hofer, 1990). Em países onde a identidade nacional se funda em acontecimentos históricos sobre os quais há um largo consenso nacional, os estudos folcloristas desenvolvem-se pouco, como é o caso da Inglaterra; em países onde essa identidade nacional necessita ser posta em evidência ou reforçada, os estudos folcloristas têm amplo espaço de consagração. Neste último caso, segundo se procura pôr em evidência a “unidade de povos” vivendo dispersos por vários Estados ou, pelo contrário, se pretende afirmar a ideia de uma diversidade de “povos iguais” dentro de um mesmo Estado-nação, assim os estudos folcloristas se orientam mais exclusivamente para o estudo da “cultura espiritual” ou para os elementos da “cultura material”. De momento retenhamos apenas que em Portugal, para além da opção pelos estudos etnológico-folcloristas, neste período a sua orientação dominante é de facto no sentido da “cultura material”.

J. de Pina-Cabral, em diversos textos e nomeadamente no artigo curiosamente intitulado *Antropologia e Identidade Nacional em Portugal*, ao equacionar a história da antropologia no nosso país relaciona o interesse pelos “costumes populares” com a “(...) produção e reprodução da identidade nacional num contexto de hegemonia burguesa.” (Pina-Cabral, 1992: 33). Numa sociedade de hegemonia burguesa, cuja definição identitária como grupo social é ela própria instável e conflituosa com outros grupos, a autenticidade atribuída à “cultura popular” faz desta a guardiã perfeita da identidade nacional. Definindo a autenticidade simultaneamente por referência ao que é único num povo e ao que teve uma longa existência no tempo, a “autenticidade nacional” encontrar-se-ia no “povo” e nos seus usos e costumes. “Uma genealogia fictícia é construída segundo a qual os costumes populares são «autênticos» porque são ancestrais, em oposição aos hábitos burgueses urbanos que, se bem que claramente dominantes, não são «típicos» porque são «modernos».” (ibidem: 34). Por outro lado, este recurso à “cultura popular” para a definição da identidade nacional por parte da burguesia não entra em contradição com a sua tentativa de apropriação do capital simbólico

da “aristocracia”, uma vez que o “aristocrata” e o “popular” são ambos igualmente classificados como predominantemente rurais. O “autêntico” é sistematicamente identificado com o antigo e o rural, por oposição ao moderno e ao urbano.

A articulação dos pontos de vista de Hofer e de Pina-Cabral pode trazer vantagens explicativas. Por um lado, não é verdade que Portugal tenha necessitado dos estudos folcloristas para encontrar os argumentos fundadores da nossa nacionalidade. Os acontecimentos históricos em que se funda essa nacionalidade são genericamente consensuais e muito recuados no tempo. Ou seja, em Portugal, ao contrário, por exemplo, do que aconteceu na Grécia moderna (Herzfeld, 1986) ou nos países escandinavos, o estudo do folclore não foi um factor decisivo na formação do Estado-nação. Mas por outro lado, é verdade que os estudos folcloristas foram centrais no desenvolvimento de certas imagens da nacionalidade portuguesa. Terão sido centrais como recurso estratégico de uma classe social dominante que se via, no entanto, desprovida das “fontes de autenticidade” para a definição dessa identidade nacional. Foram-no nos últimos decénios do século XIX e nos dois primeiros do século XX, anos marcados por grave crise económica e política e nos quais o ultimato britânico de 1890 não podia deixar de afectar o prestígio nacional. Mas sê-lo-ão sobretudo nas décadas seguintes, em resultado do regime político instaurado com o Estado Novo.

O regime nacionalista e reformador iniciado em 1926 instaurou uma política “moderna” que era ao mesmo tempo “anti-liberal, anti-capitalista e contra-revolucionária” (Kalaora, 1989: 50), como forma de resolver os problemas económicos, sociais, políticos e até morais que assolavam o país. O quadro ideológico e programático desse regime ditatorial incentivará por diversos meios as pesquisas folcloristas. Em primeiro lugar, porque a tradição etnológica podia contribuir para se alcançar os objectivos de um projecto que se pretendia ele mesmo reformador da identidade nacional. Em segundo lugar, porque estes estudos, essencialmente descritivos e pobres em termos analíticos, não abordavam problemáticas que suscitassem uma reflexão aprofundada da sociedade portuguesa e do próprio regime. Em terceiro lugar ainda, porque esses estudos, ao ignorarem a análise sociológica, permitem mais facilmente a sua manipulação e utilização na forma de propaganda ao regime ditatorial. O concurso da “aldeia mais portuguesa de Portugal”, organizado em 1938 pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) sob a orientação do principal ideólogo do regime, António Ferro (Brito, 1982), é a ilustração perfeita, quase caricatural e alegórica, das três razões que acabamos de enunciar.

Pode-se afirmar, então, que o contexto político-ideológico existente em Portugal contribui para que “(...) aos trabalhos publicados no fim dos anos 20, durante os anos 30 e 40, falte a novidade e a força que marcaram a geração precedente.” (Pina-Cabral, 1992: 38). Além disso, esse contexto político-ideológico impediu ainda a institucionalização académica da disciplina antropológica

(*stricto sensu*), fazendo, aliás, o mesmo relativamente a outras disciplinas da área das ciências sociais e humanas, como a sociologia ou a psicologia.

Porém, esta opção pela “etnologia nacional” não é um fenómeno exclusivamente português nem sequer exclusivo dos regimes totalitários. Como já afirmamos anteriormente, outros países europeus enveredam pelo mesmo caminho, nomeadamente os países escandinavos e os de língua alemã. Trata-se de uma opção entre dois campos disciplinares, agora com desenvolvimentos particulares específicos mas originalmente, de certo modo, inseríveis num mesmo quadro teórico. Além disso, a nível europeu, os anos 30 do século XX foram o período de lançamento de um projecto científico que pretendia o desenvolvimento e a afirmação disciplinar dos estudos etnológico-folcloristas. Associando os termos “Europa” e “etnologia”, esse projecto dará origem à *European Ethnology*, à *Europäische Volkskunde* ou à *Ethnologie Européenne*, segundo as diferentes designações nacionais. O termo foi “inventado” em 1937, pelo sueco Sigurd Erixon, para designar um projecto de pesquisa e de coordenação internacional que reunia investigadores trabalhando cada um no seu país ou região sob designações disciplinares diversas, mas nas quais os termos povo/popular surgem recorrentemente. Restringindo-nos apenas a quatro das onze designações nacionais referidas por T. K. Schippers (1991: 148) temos: *Folk-Lore/Folk studies* na Grã-Bretanha; *Volkskunde* nos países de tradição germanófono; *Folklivsforskning/Folkemindeviden* na Escandinávia; e *Arts e Traditions Populaires* em França.

A pretensão fundamental de S. Erixon de criar um espaço de discussão para a elaboração de problemáticas comuns entre os “europeístas” (que continuavam, aliás, a deter formações científicas muito diversas) nunca foi alcançada. Muito poucos trabalhos produzidos no quadro desta “etnologia europeia” ultrapassaram as fronteiras nacionais (ou regionais), mantendo-se a comparação um objectivo apenas ao nível de projecto. É inegável, no entanto, o efeito dinamizador desta iniciativa na área dos estudos folcloristas. A “etnologia europeia” surge como o emblema de múltiplas actividades que vão desde a realização de congressos internacionais e outros encontros de debate até ao projecto de criação de um atlas etnológico europeu. É natural que ecos dessas iniciativas chegassem também a Portugal, funcionando como incentivos para o desenvolvimento da linha de estudos que era já a dominante no país: os estudos etnológico-folcloristas.

Por outro lado, a *Volkskunde* alemã que tinha alcançado, no quadro específico dessa área de estudos, uma preponderância internacional indelével, era também para Portugal a referência teórica dominante. Os efeitos internacionais da importância institucional da *Volkskunde* são detectáveis quer no domínio da língua alemã nas publicações de vocação internacional até aos anos 70 quer no facto de quase todos os folcloristas latinos participantes no projecto de Erixon serem também germanófonos (Schippers, 1991: 150, nota 18). Como representantes

destacados dessa tradição germanóфона em Portugal podemos referir quer Adolfo Coelho, quer mais tarde Jorge Dias.

Precisemos, agora, alguns dos traços característicos dessas “etnologias nacionais” dos “costumes populares”. Os folcloristas trabalham exclusivamente sobre o seu próprio país, consagrando-se a alguns aspectos da vida local, em particular da vida da “gente simples do povo”. Debruçam-se sobre a arquitectura, as técnicas, a utensilagem, os trajes, etc., tidos como parte do que designam por “cultura material”, ou então sobre a literatura oral,¹ os dialectos, a musicologia, a toponímia, a antroponímia, como partes do que designam por “cultura espiritual”. Aqui, mais uma vez, a tese de T. Hofer parece ter alguma aplicabilidade. No Portugal dos anos 20 aos 50, pelo menos, os estudos dominantes serão na área da “cultura material”, ultrapassando-se a tendência dos estudos filológicos anterior. A esta dominância da “cultura material” poderão não ser alheios os intuitos ideológicos do Estado Novo de tentativa de construção de uma identidade nacional onde, sob um sentimento de pertença comum, pretensamente haveria lugar para todos os particularismos regionais. A posterior concepção do *Lusotropicalismo* é, de certo modo, a expansão do mesmo princípio ideológico, aplicado agora na construção de uma imagem de unidade do Império.

O interesse dos estudos etnológico-folcloristas pelas “práticas e costumes do povo” traduz duas vocações desses estudos. Uma, é o recurso a factos “históricos” para os utilizar sobretudo como argumentos sobre a “autenticidade” dos fenómenos estudados, segundo a fórmula que identifica antigo com verdadeiro. A outra das vocações, é a tentativa de fundar, com o auxílio daqueles argumentos científicos (ou pseudo-científicos), uma especificidade nacional. O resultado final é a percepção da população popular rural como o “conservatório” dos elementos definidores da identidade nacional; esses elementos originais teriam desaparecido nas camadas superiores urbanas pela influência da modernização.

Para além desta postura teórica facilmente possibilitar o seu aproveitamento político e ideológico por parte do Estado Novo, é de salientar ainda que essas pesquisas folcloristas se realizavam num quadro de acções individuais e movimentos extra-universitários, que encontravam, no entanto, um certo eco junto dos eruditos locais e do grande público. Se o fenómeno não é exclusivo para Portugal (Schippers, 1991: 148-49), no nosso país os seus efeitos são, no entanto, ampliados pela total ausência nos meios académicos nacionais não só da antropologia social e cultural mas também de outras disciplinas da área das ciências sociais.

Em resultado de todos estes factores e da procura constante da adesão das populações ao projecto de valorização da cultura e da identidade nacionais, os

¹ I.e., o folclore, *stricto sensu*, na acepção do termo criado por John Thoms em 1846.

levantamentos folcloristas mais do que originarem edições de obras ou publicações regulares em revistas da especialidade, vão traduzir-se sobretudo na proliferação de pequenas iniciativas museológicas locais, ou então na realização de manifestações variadas de âmbito mais ou menos nacional. Como exemplo máximo – e novamente alegórico – de uma manifestação grandiosa que visava a exaltação da nacionalidade não podemos deixar de referir a realização, em 1940, da *Exposição do Mundo Português* (Castro, 1940). É verdade que ela foi uma acção de propaganda ideológica organizada pelo próprio regime político (França, 1980), mas certas iniciativas nela incluídas eram claramente suportadas pelas posições folcloristas, como seja a apresentação de pavilhões para cada província do país onde figuravam essencialmente objectos da “cultura material” supostamente representativos da região, ou a própria ideia de fundar o Museu de Arte Popular.² Quanto aos museus locais, eles eram geralmente pequenas e pontuais realizações de eruditos locais e folcloristas amadores para quem a valorização necessária da nacionalidade passava pela demonstração da sua longa existência. Eram focos museográficos, geralmente ecléticos, onde figuravam lado a lado peças arqueológicas e históricas com objectos da “cultura material” regional.

Com a apresentação deste quadro das actividades etnológico-folclorista, caracterizado pela ausência de análises sociológicas e pela manutenção da perspectiva histórica, assim como pelo seu carácter essencialmente descritivo, pretendemos demonstrar a enorme distância que separa estes estudos folcloristas dos estudos da antropologia social e cultural. Assim sendo, Portugal (como a Alemanha ou os países escandinavos) encontra-se numa situação perfeitamente exterior ao quadro de reformulações teóricas e institucionais da disciplina antropológica realizadas nos anos 20/30 deste século. Mas para além desta opção etnológico-folclorista, o contexto português apresenta ainda outras especificidades que merecem ser referidas e que podem ser postas em evidência através da análise da situação museológica nacional. É sobre ela que nos debruçaremos de seguida para finalizar a análise deste período, em Portugal.

A SITUAÇÃO MUSEOLÓGICA PORTUGUESA ENTRE OS ANOS 20-60

Tentando equacionar a questão, uma primeira constatação se torna evidente.

² O Museu de Arte Popular foi inaugurado em 1948, tendo ficado instalado no pavilhão da “vida popular” da *Exposição do Mundo Português* que se torna assim definitivo. Constituído-se como uma galeria de exposição permanente, nele eram exibidos, segundo um critério regional, os artefactos da “cultura popular”. Não deixa de ser interessante verificar que na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (1948: 249), este museu é referido como Museu do Povo.

Para além dos pequenos núcleos museológicos, de que já falamos, e do Museu de Arte Popular em Belém, cujo enquadramento científico e institucional não permitem considerá-lo propriamente um museu mas antes “(...) uma galeria com exposições etnográficas permanentes (...)” (Freitas-Branco, 1995: 164, nota 32), para além deles, o “entusiasmo folclorista” nacional, de facto, não se reflectiu na constituição de nenhum museu etnológico nacional.

É verdade que existia, já desde o século passado, o Museu Etnológico Português dirigido por Leite de Vasconcelos (Duarte, 1999), mas o que também é verdade é que a sua área de especialização dominante sempre foi a arqueologia. A sua designação e a própria mudança, em 1897, de *etnográfico* para *etnológico* “(...) teve por finalidade não colidir com museus já instalados, disputando-lhes, pelo menos a este nível, alguma legitimidade (...)” (Freitas-Branco, 1995: 149), mas o “(...) museu de J. Leite de Vasconcelos enveredou, estruturou-se, consolidou-se pela via arqueológica.” (ibidem). Assim sendo, há então a reter que se existe similitude entre Portugal e outros países europeus relativamente à opção pela vertente folclorista, ao nível dos resultados museológicos concretizados ela deixa de se fazer sentir.

Até por contraste com a situação acabada de referir, há um segundo aspecto da museologia nacional deste período que merece destaque. Estamos a falar da existência de museus, afinal, antropológicos mas claramente orientados para a sub-especialidade da antropologia física, como é o caso do Museu e Laboratório Antropológico, da Universidade de Coimbra, e do Museu e Laboratório Antropológico, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. A situação é duplamente interessante porquanto, confirmando a ausência da antropologia social e cultural, demonstra em simultâneo a aceção exclusivamente biológica atribuída aos estudos antropológicos. Ou seja, a opção pelos estudos folcloristas impede a afirmação da antropologia social e cultural; quanto à antropologia física, ela adquire alguma relevância.

Relativamente ao Museu e Laboratório Antropológico, de Coimbra, em 1907 o seu director – Bernardino Machado – tinha sido substituído por Eusébio Tamagnini, que se manterá no lugar por quase 40 anos. O novo director tem como área de docência mas também de investigação a antropologia física, pelo que a partir daquela data o Museu se orientará claramente para essa sub-especialidade, sendo enriquecido com diversas colecções osteológicas. Quanto às colecções etnográficas lá existentes, se bem que em 1916, aquando da instalação do Instituto de Antropologia no Colégio de S. Boaventura, Eusébio Tamagnini tenha procedido à sua conveniente reinstalação (Gouveia, 1985), o facto é que o próprio director reconhece (Tamagnini e Serra, 1942: 7) que durante a sua direcção o sector etnográfico não recebeu muita atenção. A comprová-lo está o facto do ensino da

cadeira de Etnologia³, que se começou a leccionar na Faculdade de Letras daquela Universidade, se processar completamente desligada do Museu e do seu núcleo etnográfico. E isto apesar do Museu estar integrado na mesma estrutura académica e de ter um cunho eminentemente escolar.

O Museu de Coimbra volta a mudar de instalações no início da década de 60, passando agora para o espaço remodelado do antigo Colégio de S. Bento. Não se verifica, no entanto, nenhuma alteração no sector etnográfico que se mantém secundarizado. Esta preferência pela antropologia física manter-se-á até 1975, só nessa altura passando o ensino da “antropologia cultural” a ter existência regular no Instituto de Antropologia, da Universidade de Coimbra (Gouveia, 1985).

Quanto ao Museu e Laboratório Antropológico, da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, ele constituiu-se como a instituição museológica da chamada Escola Antropológica Portuense (Corrêa, 1940), cujo discurso antropológico assentou de modo exclusivo no paradigma biológico. A opção do Porto pela vertente da antropologia física tem uma importância significativa porquanto, até 1974, esta será a única Escola antropológica academicamente instituída, dominando até à mesma data “(...) o panorama antropológico nacional.” (Freitas-Branco, 1988: 128).

A Universidade do Porto foi criada em 1911. Na mesma data, é criada na Faculdade de Ciências dessa Universidade a cadeira de Antropologia, sendo seu primeiro professor tutelar, de 1912 a 1958, António Augusto Mendes Corrêa (1888-1959). Os interesses científicos deste médico que leccionava biologia levam-no a fundar o Museu e Laboratório Antropológico: “A Antropologia surge como uma das cadeiras da secção de ciências-naturais e são [neste âmbito] criados um museu e um laboratório antropológicos e um posto de antropologia criminal (...)” (Corrêa, 1937, cf. *in* Pacheco, 1992: 18). Em 1926, através de um Decreto governamental que o considera um estabelecimento anexo à Faculdade de Ciências, o Museu adquire autonomia e passa a ficar adstrito ao Instituto de Antropologia então constituído. Relativamente ao núcleo original do seu acervo não há muitos dados. Sabe-se, no entanto, que nos finais da década de 20 o Museu dispunha de colecções osteológicas e somatológicas, algumas peças de pré-história e arqueologia, assim como um pequeno número de objectos etnográficos portugueses, “(...) donde sobressaem rocas, fusos, candeias e lampiões doados por um particular.” (Freitas-Branco, 1988: 124). Quanto ao Instituto de Antropologia, a sua actividade centrava-se sobretudo em investigações antropométricas que vinham já sendo desenvolvidas de forma sistemática desde 1902, a partir de um

³ Pela reforma universitária de 1911, a cadeira de Etnologia fazia parte dos *curricula* dos cursos de Ciências Históricas e Geográficas e Filosofia.

Posto Antropométrico, instalado junto à Cadeia Central do Porto e funcionando na dependência da Escola Médico-Cirúrgica (então enquadrada na Academia Politécnica do Porto). Esta Escola terá continuidade a nível universitário através da Faculdade de Medicina que tentará, também ela, incrementar as pesquisas relacionadas com a aplicação da “Antropologia Criminal”. No Instituto de Anatomia – órgão anexo àquela Faculdade – realizavam-se investigações tendentes a determinar as causas dos comportamentos desviantes dos criminosos, recorrendo-se a métodos que tentavam estabelecer constantes entre os elementos obtidos pela antropometria, os fundamentos biológicos da personalidade e esses comportamentos desviantes. Em 1938, o Posto Antropométrico é transformado em Instituto de Criminologia.

A hegemonia da antropologia física no Instituto de Antropologia do Porto é, de certa forma, a consequência lógica da sua localização na Faculdade de Ciências e das ligações estreitas que sempre manteve com a antropobiologia praticada na Faculdade de Medicina, nomeadamente através do seu fundador, Mendes Corrêa. Mas esta imposição do determinismo biológico foi também facilitada pela supressão da área das Humanidades na Universidade do Porto. A Faculdade de Letras, que tinha sido criada em 1919 e albergara a Filosofia, a Filologia Clássica e a Filologia Moderna, a Arqueologia, a Geografia e a Etnologia, foi extinta por decisão governamental em 1928, só vindo a ser novamente instituída em 1962.

Não nos devemos iludir quanto aos efeitos que a não supressão da Faculdade de Letras poderia ter provocado na viragem do discurso antropológico em direcção à antropologia social ou cultural. Em primeiro lugar, porque a opção em Portugal, como temos vindo a demonstrar, não era essa mas sim os estudos etnológico-folcloristas. Em segundo lugar, porque o docente responsável pelas matérias ministradas nas cadeiras de Geografia e Etnologia da Faculdade de Letras era o mesmo Mendes Corrêa. De qualquer modo, durante a curta existência desta Faculdade foram criadas algumas estruturas, nomeadamente museológicas, que deixam antever uma possível inflexão para o exterior da vertente antropobiológica. Em 1921, é criado o Museu de Arqueologia Histórica que albergava, para além de antiguidades luso-romanas cedidas a título de empréstimo pela Câmara Municipal do Porto, uma grande colecção assíria proveniente de prolongadas escavações arqueológicas alemãs e destinada aos museus de Berlim, mas que devido à I Guerra tinha ficado retida em Portugal juntamente com o barco que a transportava. Este espólio acabará por ser devolvido à Alemanha, em 1926, mas no ano seguinte chega ao nosso país uma “remessa de compensação”, contendo objectos etnográficos extra-europeus de origem diversa, incluindo a única colecção da Melanésia existente em Portugal (Freitas-Branco, 1988; Pacheco, 1992). Em 1927, fica também instalado na dependência da mesma Faculdade o Museu de Etnografia Ricardo Severo, cuja direcção é entregue a Mendes Corrêa (Pina, 1966).

Acontece, porém, que com a extinção da Faculdade de Letras, em 1928, estas instituições museológicas foram encerradas e todo o património da Faculdade ficou depositado na Reitoria, acabando o seu espólio por ser transferido, em 1940, para o Instituto de Antropologia. O facto da colecção da Melanésia – única no país – e os restantes objectos etnográficos provenientes de museus de Berlim, terem permanecido não estudados e praticamente desconhecidos até 1983⁴ é mais um indício do predomínio incontestável da antropologia física naquele Instituto.

Sendo a única escola académica e institucionalmente enquadrada, a Escola Antropológica Portuense “(...) marcou decisivamente a orientação do pensamento antropológico português por toda a metade do século, quer essa antropologia se referisse ao perímetro continental quer ela se reportasse aos territórios coloniais.” (Pereira, 1989: 64).⁵ Podemos concluir, então, que na primeira metade do século XX, Portugal não só estava distante das problemáticas da disciplina antropológica (no sentido de antropologia social e cultural) como também os próprios estudos folcloristas tinham um desenvolvimento e importância muito reduzidos. Esta situação e o próprio facto da Escola Portuense ser a única academicamente institucionalizada teve reflexos importantes, nomeadamente ao nível da chamada “antropologia colonial”. Convém não esquecer que foi o grupo de antropobiologistas da Escola do Porto que iniciou, e prolongou durante vários anos, o estudo oficial das populações coloniais. Aquando do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial, efectuado no Porto em 1934, os seus organizadores lançam a sugestão de realizar “missões antropológicas” nas colónias. O seu principal objectivo seria coligir dados antropométricos, considerados de valor prático em termos de uma exploração mais rentável da mão de obra colonial. Aliás, grande parte das comunicações apresentadas, abordava já a mesma questão:

“(...) nem todos os indígenas se prestam para o serviço militar, como há outros que são insusceptíveis de trabalhar rudemente nas fábricas. É, pois, um tal seleccionamento prévio que se pretende organizar para evitar inutilizações pessoais e fracassos económicos. A caracterização do grau de desenvolvimento físico relaciona-se com a observação antropométrica vulgar, cujos resultados ou fórmulas práticas são expressas por meio de índice ou coeficientes de robustez de fácil aplicação prática. E, quanto ao seleccionamento funcional, mesmo dentro da própria vida militar, deve efectuar-se mediante as mensurações ergográficas, reflexomotoras, etc.” (Silva Correia, 1934: 179-180, cf. *in* Moutinho, 1982: 427-428).

⁴ Nesta data a referida colecção foi enviada para o Museu de Etnologia, de Lisboa, onde foi estudada, restaurada e só então reconstituída a história da sua origem, tendo sido com ela montada, em 1988, a exposição *Artefactos Melanésios. Reflexões Pós-modernistas*.

⁵ Para que o sentido da afirmação fique completamente claro e possamos perceber todas as suas implicações é necessário termos em conta que para Rui Pereira (1988 e 1989) – ao contrário da posição da autora deste artigo – os estudos etnológico-folcloristas são tidos como uma dimensão da antropologia no seu sentido lato.

Aceitando a pertinência de tais argumentos e a utilidade de tais conhecimentos, o Estado Novo apoia e promove a realização de numerosas “missões” que são, então, enviadas para todas as colónias. A sua concretização realizar-se-á entre 1936 e 1955, período durante o qual foram enviadas, nomeadamente para Moçambique, seis missões (Pereira, 1989). Só no fim dos anos 50, e em parte devido ao sentimento crescente de que a questão colonial não permaneceria pacífica por muito mais tempo, é detectável uma certa inflexão, ideológica e conceptual, na antropologia colonial portuguesa (Pereira, 1988). Esta alteração será concomitante quer com a redução de preponderância da escola do Porto quer com o ressurgimento dos estudos etnológico-folcloristas, nomeadamente através da figura de J. Dias.

Em 1945, o Instituto de Antropologia da Universidade do Porto promove a criação do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular que sendo dirigido por Mendes Corrêa comportava, no entanto, três secções: antropologia física e biológica, pré-história e etnologia. Tendo sido convidado para organizar a secção de etnologia em 1947, J. Dias e a equipa de colaboradores de que se rodeia conseguem obter uma progressiva autonomização daquela secção, desenvolvendo diversas actividades de investigação na área dos estudos etnológico-folcloristas. J. Dias permanecerá ligado ao Centro de Estudos de Etnologia Peninsular até 1959⁶, mas entretanto vai leccionando, primeiro em Coimbra e depois em Lisboa. Em 1956, inicia a sua actividade de docente no Instituto Superior de Estudos Ultramarinos,⁷ passando a colaborar também nas actividades da Junta de Investigações do Ultramar. Será no quadro desta participação, e nomeadamente através do Centro de Estudos Políticos e Sociais fundado por aquela Junta, que J. Dias iniciará o estudo das populações do “*ultramar português*” num quadro exterior ao âmbito da antropologia física, até aí o único existente (Pereira, 1989).

Em 1957, depois de no ano anterior ter feito uma viagem prospectiva à Guiné, Moçambique e Angola, J. Dias é encarregado pelo Ministro da tutela de

⁶ Estreitamente relacionada com a saída de J. Dias, em 1959, está a transferência do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular para Lisboa, em 1963, assumindo-se nas décadas seguintes como grupo dedicado à etnologia europeia (Oliveira, 1968: 23).

⁷ Este Instituto tem como antecedente remoto a Escola Superior Colonial criada em 1906 e reestruturada em 1926 que, funcionando na dependência da Sociedade de Geografia de Lisboa, tinha por finalidade a formação de funcionários coloniais. Em 1946, mantendo-se na Sociedade de Geografia sob a tutela do Ministério das Colónias, passa a deter dois cursos: um de administrador colonial, outro dirigido ao público e colonos em geral com o objectivo de fornecer conhecimentos relacionados com as colónias (Moutinho, 1982: 420-421). Na década de 50, passando a funcionar em edifício próprio, muda a sua designação para Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, posteriormente Instituto Superior de Ciências Políticas e Ultramarinas, que é hoje o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (Pereira, 1989).

chefiar a *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português*, na qual será assistido por Margot Dias e Viegas Guerreiro. Entre 1957 e 1961 foram realizadas diversas campanhas em Moçambique e Angola sendo-lhes atribuído um duplo objectivo: fornecer relatórios confidenciais sobre as condições políticas e sociais dos grupos indígenas e relatos etnográficos sobre algumas populações das colónias⁸ (ibidem). Em resultado das actividades da *Missão* é publicada, em 1964, a monografia em quatro volumes *Os Macondes de Moçambique*. As actividades da *Missão* serão suspensas a partir do início da década de 60 em virtude da eclosão da guerra colonial.

Perante o conjunto de opções conceptuais, doutrinárias e institucionais passadas em revista ao longo destas páginas, nada tem de surpreendente que o contexto museológico nacional só em termos marginais comportasse algum museu de etnografia exótica. Já referimos noutro sítio que em 1892 tinha sido criado na Sociedade de Geografia de Lisboa, o Museu Colonial e Etnográfico (Duarte, 1999). Embora não exclusivamente votado à etnografia extra-europeia e permanecendo integrado numa instituição particular cujas actividades não eram especificamente orientadas para a museologia, até à década de 60 esta é a única instituição museológica que pode ser referida.

Em 1962 é iniciado o processo que virá a dar origem ao Museu Etnológico Ultramarino, actual Museu Nacional de Etnologia. Embora, desde 1945, estivesse atribuída à Junta de Investigações do Ultramar a tarefa de organizar um museu ultramarino português onde ficariam reunidas todas as colecções etnográficas dispersas pelos vários departamentos do Ministério do Ultramar, os diversos projectos elaborados acabam por ir sendo adiados (Oliveira, 1972). Tendo realizado, em 1959, uma exposição etnográfica intitulada *A Vida e Arte do Povo Maconde* que exhibia materiais colectados nas campanhas da *Missão* a Moçambique, J. Dias com o conjunto desses artefactos inaugura, no ano seguinte, um pequeno museu de carácter escolar, instalado numa dependência da Junta de Investigações do Ultramar. Em consequência desta iniciativa, a partir de 1962 J. Dias é encarregado de organizar o tal Museu que o Ministério do Ultramar há muito tinha em vista, sendo para isso disponibilizados os meios logísticos e financeiros que permitiram o aumento considerável do pequeno acervo inicial.

Não se pode, no entanto, afirmar que os esforços de J. Dias fossem devidamente compensados: não tendo instalações próprias nem adequadas e ocupando sucessivamente diversos espaços provisórios (ibidem), o Museu Etnológico Ultramarino só conseguia dar-se a conhecer ao público através das exposições tempo-

⁸ Foram realizados estudos, nomeadamente, sobre os Maconde e os Chope, respectivamente do norte e sul de Moçambique, e sobre os Boschímane de Angola.

rárias que ia realizando de forma intermitente ao longo dos anos. Só pouco antes da sua morte, em 1973, o projecto de construção de um edifício de raiz foi definitivamente aprovado, o qual veio a ser concluído em 1975. Mesmo assim, devido a vicissitudes várias, acaba por só abrir as portas ao público em 1985.

Como último comentário podemos apenas referir que, de facto, também este Museu não é exclusivamente votado à etnografia extra-europeia. Adoptando o que E. Veiga de Oliveira designa por “concepção universalista” (1989: 58), o Museu inclui no seu acervo quer colecções nacionais quer exóticas. “Esta posição do Museu de Etnologia, colocando as colecções não europeias a par das colecções europeias e sobretudo portuguesas, constitui um traço original do Museu (...)” (ibidem: 61). Assim será, mas a preferência nacional pela área dos estudos etnológico-folcloristas não deixa também de a favorecer.

BIBLIOGRAFIA

- BRITO, J. PAIS DE (1982) - “O Estado Novo e a Aldeia mais Portuguesa de Portugal”, in *O Fascismo em Portugal*, Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 511-532.
- CASTRO, AUGUSTO DE (1940) - *A Exposição do Mundo Português e a sua Finalidade Nacional*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
- CORRÊA, A. A. MENDES (1940) - “A Escola Antropológica Portuense”, *Congresso do Mundo Português*, XII, Lisboa, Bertrand, pp. 619-636.
- DIAS, JORGE (1952) - *Bosquejo Histórico da Etnografia Portuguesa*, Coimbra, Supl. Bibl. da *Revista Portuguesa de Filologia*.
- DUARTE, ALICE (1997) - *Colecções e Antropologia. Uma Relação Variável Segundo as Estratégias de Objectivação do Saber*, Braga, Universidade do Minho (Tese de Mestrado, não publicada).
- (1999) - “A Museologia Antropológica no século XIX em Portugal”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 39, fascs. 1/2, pp. 71-82.
- FRANÇA, J. AUGUSTO (1980) - “1940: Exposição do Mundo Português”, *Colóquio Artes*, 2ª série, nº 45, pp. 34-47.
- FREITAS-BRANCO, JORGE (1988) - “A ‘Escola Antropológica Portuense’”, in *Catálogo de Artefactos Melanésios. Reflexões Pós-modernistas*, Lisboa, Museu de Etnologia, ICT, pp. 124-131.
- (1995) - “Lugares para o Povo: Uma Periodização da Cultura Popular em Portugal”, *Revista Lusitana* (Nova Série), 13-14, pp. 145-177.
- GOUVEIA, H. COUTINHO (1985) - “Colecções africanas do Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra”, *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, vol. I, tomo II, pp. 484-520.
- HERZFELD, MICHEL (1986) - *Ours Once More: Folklore, Ideology, and the making of Modern Greece*, New York, Pella.
- HOFER, THAMAS (1968) - “Anthropologists and Native Ethnographers in Central Euro-

- pean Villages: Comparative Notes on Professional Personality of Two Disciplines”, *Current Anthropology*, 9/4, pp. 311-315.
- (1990) - “Construction of the ‘Folk Cultural Heritage’” *Tauscrit Rutger Center for Historical Analysis*.
- KALAORA, BERNARD (1989) - “Paul Descamps ou la Sociologie Leplaysienne à l’Epreuve du Portugal de Salazar”, *Gradhiva*, nº 6, pp. 50-65.
- MOUTINHO, MÁRIO (1982) - “A Etnologia Colonial Portuguesa e o Estado Novo”, in *O Fascismo em Portugal*, Actas do Colóquio realizado na Faculdade de Letras de Lisboa em Março de 1980, Lisboa, A Regra do Jogo, pp. 415-442.
- OLIVEIRA, ERNESTO V. (1972) - “Museu de Etnologia do Ultramar”, *Geographica*, VIII, 29, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.
- (1974) - “António Jorge Dias: Biography and Bibliography”, in *Memoriam António Jorge Dias*, vol. I, Lisboa.
- (1989) - “O Museu de Etnologia”, *II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa*, Lisboa, Conselho Internacional dos Museus, Comissão Nacional Portuguesa.
- PACHECO, M. ISABEL (1992) - “Museu de Arqueologia e Pré-História, Coleções do Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa”, *Boletim da Universidade do Porto*, nº 14-15 (3-4), pp. 18-19.
- PEDROSO, CONSIGLIERI (1988) [1884] - *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e Outros Escritos Etnográficos*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- PEREIRA, RUI (1988) - *Antropologia Aplicada na Política Colonial Portuguesa*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. (Tese de Mestrado)
- (1989) - “A Questão Colonial na Etnologia Ultramarina”, *Antropologia Portuguesa*, vol. 7, Nº esp., Actas do II Colóquio sobre a Investigação e o Ensino da Antropologia em Portugal, Museu e Laboratório Antropológico, Universidade de Coimbra, pp. 61-78.
- PINA-CABRAL, JOÃO DE (1992) - “Anthropologie et Identité Nacional au Portugal”, *Gradhiva*, nº 11, pp. 31-46.
- SCHIPPERS, THOMAS K. (1991) - “Regards Ethnologiques sur l’Europe”, *Terrain*, nº 17, pp. 146-152.
- TAMAGNINI, V. EUSÉBIO E SERRA, J. ANTUNES (1942) - *Subsídios para a História da Antropologia Portuguesa*, Coimbra.

UM PEQUENO ENIGMA EM CLAVE DE INCESTO

por

Francisco Vaz da Silva*

Sabe-se que Claude Lévi-Strauss baseou *Les Structures élémentaires de la parenté* na hipótese de que o interdito do incesto opera o advento da Cultura, dado impor a Regra às modalidades (naturalmente indeterminadas) da aliança, assim como engendra a Sociedade ao instituir a reciprocidade entre grupos de consanguíneos. Na medida em que obriga cada homem a renunciar às suas consanguíneas próximas, aquele interdito incita à reciprocidade matrimonial entre grupos de homens. Sendo o casamento entre primos cruzados a fórmula elementar do casamento por troca, três formas de casamento entre primos cruzados¹ constituem outras tantas manifestações do imperativo cultural de reciprocidade no domínio das estruturas elementares do parentesco: o casamento com a prima cruzada bilateral realiza a troca restrita; o casamento com a prima cruzada matrilateral opera o ciclo longo da troca generalizada; o casamento com a prima cruzada patrilateral configura o ciclo curto da troca generalizada.

No entanto, ao apresentar o casamento matrilateral como “a mais lúcida e a mais fecunda das formas simples de reciprocidade”, Lévi-Strauss (1967: 520) diz ser o casamento patrilateral simultaneamente a sua contrapartida e a sua negação (*ibid.*: 523). Afirma, com efeito, que no seio dos sistemas de reciprocidade o casamento patrilateral (ciclo curto) está para o casamento matrilateral (ciclo longo) como o próprio incesto está para a reciprocidade (*loc. cit.*); acrescentando que “os

* Departamento de Antropologia, I.S.C.T.E., Lisboa fgvs@mailhost.iscte.pt

¹ Primos paralelos são filhos de dois irmãos ou de duas irmãs, assim como primos cruzados são filhos de germanos de sexo diferente (de irmão – irmã, de irmã – irmão). Assim, a prima cruzada matrilateral dum homem dado (*Ego*) é a filha do irmão da sua mãe; a prima cruzada patrilateral é a filha da irmã do seu pai; enfim, a prima cruzada bilateral é simultaneamente (ou indiferentemente) a filha da irmã do pai e do irmão da mãe de *Ego*.

grupos que não hesitaram em lançar-se nessa grande aventura sociológica que é o sistema da troca generalizada [...] permaneceram obcecados pela fórmula patrilateral” (*ibid.*: 520). É que, explica, as sociedades humanas pensaram sempre a troca generalizada “por oposição – portanto, ao mesmo tempo associada – à fórmula patrilateral” (*ibid.*: 522); a qual – definida enquanto “tentação irresistível dum “incesto social” “(*ibid.*: 523) – provê “um elemento de segurança de que nenhuma [sociedade] se mostrou suficientemente audaciosa para se libertar completamente” (*ibid.*: 522).

Assim, segundo Lévi-Strauss as sociedades mais marcadas do ponto de vista da reciprocidade não dispensaram o incesto. Tendo reconhecido este fenómeno, Marie-Claude Dupré (1981: 27, 32-4) interpreta-o enquanto reconhecimento da coexistência dos contrários na realidade etnográfica; o qual qualifica de “descoberta magna”. Mas a autora acrescenta que Lévi-Strauss – tendo escolhido o partido da “estrutura pura” – não pôde afinal integrar no seu modelo estrutural o fenómeno intuído. Dever-se-ia assim ao “rigor exemplar” do trabalho de Lévi-Strauss o afloramento da coexistência dos contrários na confrontação – de que *Les Structures élémentaires de la parenté* seria o palco – entre um investigador imbuído do princípio da não contradição e um concreto “governado pelo princípio de contradição”.

No entanto, um outro dado sugere a possibilidade de falar-se em congruência entre o investigador e o dito concreto. Observemos, nesta perspectiva, o modelo teórico pelo qual Lévi-Strauss (1967: 151) demonstra “a verdadeira natureza do casamento dos primos cruzados” (contrapostos aos primos paralelos) enquanto fórmula elementar do casamento pòr troca.

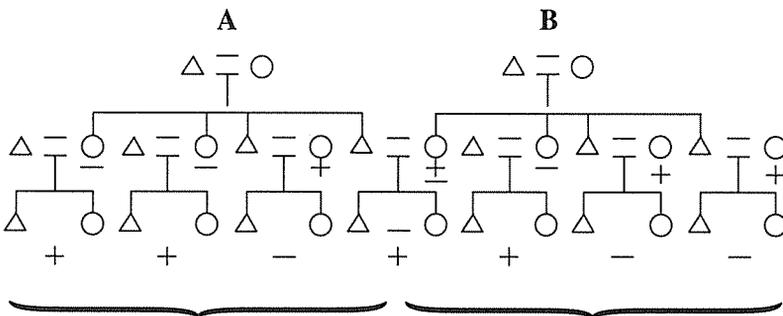


Figura 1

Segundo o autor, num sistema de troca directa entre dois grupos patrilineares e patrilocais (Figura 1), do ponto de vista de cada grupo as mulheres parentes são

perdidas (-) e as aliadas são ganhas (+). Em cada grupo, os sinais (+), (-) mudam pois ao passar-se dos irmãos às irmãs, dado aqueles adquirirem esposas e estas serem perdidas para a própria família. Os sinais alteram-se também entre cada geração e a seguinte, visto só estar em posição de exigir uma mulher quem tiver cedido uma na geração anterior e, simetricamente, só ter que ceder mulher quem antes tiver recebido uma. Dito isto, na terceira geração a noção de reciprocidade permite deduzir imediatamente a dicotomia entre primos paralelos e cruzados, visto serem paralelos todos aqueles que ostentam sinais idênticos (ambos sendo pois igualmente devedores ou credores) e serem cruzados os portadores de sinais complementares (que estão assim em posição de parceiros numa estrutura de reciprocidade). Segundo Lévi-Strauss, decorre disto que o casamento dos primos cruzados exprime o facto de que, em matéria de casamento, só se pode receber de quem tem a obrigação de dar e deve-se dar a quem tem o direito de receber (*ibid.*: 151-153).

Para além deste raciocínio explícito, um outro – implícito – situa no entanto o incesto no cerne da reciprocidade fundada no interdito do incesto. Eis as três características peculiares do modelo que indiciam – por três vias convergentes, cuja redundância exclui o acaso – a concomitância entre reciprocidade e incesto.

1. Sendo igualmente tomados em conta os pontos de vista respectivos dos dois grupos representados na Figura 1, cada mulher dada como perdida por um grupo é tida como ganha pelo outro. Consequentemente, cada mulher da geração intermédia (assim como a sua descendência) é representada nos dois grupos mediante uma inversão de sinais. Nestas condições, dizer que na geração dos primos “todos aqueles que estão na relação (+ +) ou (- -) são paralelos, enquanto que todos aqueles que estão na relação (+ -) ou (- +) são cruzados” (*ibid.*: 152) implica confundir, na mesma afirmação de possibilidade de casamento, os estatutos paradigmáticos da reciprocidade (primos cruzados) e do incesto (germanos)².

2. Lévi-Strauss mostrou ser o critério residencial teoricamente irrelevante num sistema de metades exogâmicas (*ibid.*: 247); mas especifica que o seu diagrama ilustra uma perspectiva patrilinear e *patrilocal*. Porquê? Trata-se, explica, duma perspectiva “paterna” genérica, que não postula nenhum tipo preciso de instituição (*ibid.*: 153-54). De resto – prossegue o autor –, se o caso teórico apresentado corresponde a algum caso real, este é o “dos bandos primitivos compostos por famílias biológicas justapostas em estrita contiguidade ou, ao contrário, sem contactos regulares e, ainda, num estágio de organização social muito elementar” (*ibid.*: 154). Esta dupla imagem de famílias biológicas justapostas, em estreita

² Cabe a José Carlos Gomes da Silva (comunicação pessoal) a autoria desta importante observação.

contiguidade ou sem contactos regulares, corresponde segundo Lévi-Strauss à imagem dum hipotético estágio de predominância do incesto:

Famílias biológicas que vivessem isoladas, justapostas umas às outras, formariam cada qual um grupo fechado que se auto-perpetuaria, inevitavelmente entregue à ignorância, ao medo e ao ódio. Opondo-se às tendências separatistas da consanguinidade, a proibição do incesto consegue tecer as redes de afinidade que dão às sociedades a sua armadura e sem as quais nenhuma perduraria (Lévi-Strauss 1983: 90-2. Cf. Lévi-Strauss 1967: 48).

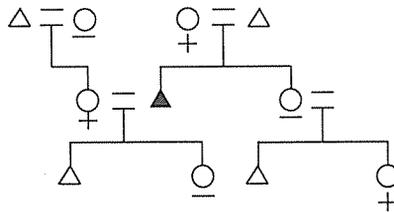


Figura 2

3. A troca directa de irmãs ou de filhas entre dois grupos de homens realiza teoricamente a reciprocidade em cada geração segundo a fórmula AB, representando um “ciclo nulo” ligado ao casamento bilateral (Lévi-Strauss 1967: 533). Mas Lévi-Strauss faz intervir no seu modelo uma mudança de sinal entre cada geração e a seguinte; estendendo assim a reciprocidade no tempo (*ibid.*: 152. Cf. 1983: 88-9) segundo a fórmula, correspondente a um “ciclo curto” ligado ao casamento patrilateral (Lévi-Strauss 1967: 533). Com efeito, o autor explica a inversão dos sinais em cada geração através do seguinte modelo (Figura 2): “[...] *Ego* tem um direito sobre a filha da sua irmã porque cedeu a mãe da sua sobrinha a título de irmã, devendo ceder a sua própria filha porque adquiriu a mãe da sua filha como sua esposa” (*ibid.*: 168). Isto é, filhas devem ser cedidas para compensar a aquisição das mães respectivas; o que revela uma perspectiva oblíqua da troca (*ibid.*: 515) a que é congruente o casamento patrilateral, interpretado como “o resultado do facto de que um homem, que cedeu a sua irmã, reivindica, em troca dessa irmã, a filha a nascer, para si ou para o seu filho” (*ibid.*: 515-516). Segundo Lévi-Strauss, esta reivindicação constitui “uma estrutura de reciprocidade ainda mais simples que aquela que se estabelece entre primos cruzados” (*ibid.*: 500); o que reenvia ao incesto. É que, quando um homem que cedeu a irmã reivindica a filha desta, “a identidade substancial da coisa reivindicada com a coisa cedida é perseguida, através da irmã, na filha desta” (*ibid.*: 517). Este “laço concreto e

substancial” subsiste “mesmo quando o direito é cedido ao filho pelo seu pai” (*ibid.*: 516). O casamento patrilateral – “forma tão elementar que se pode dificilmente qualificá-la de troca” (*ibid.*: 517) – é efectivamente “o perigo sempre presente, mas também a tentação irresistível, dum ‘incesto social’ mais perigoso ainda, para o grupo, que o incesto biológico” (*ibid.*: 523). A introdução duma perspectiva “oblíqua” no diagrama do casamento dos primos corresponde pois à afirmação concomitante da reciprocidade e da atitude que, no universo desta, representa o incesto.

Em suma, Lévi-Strauss afirma então que as sociedades que levaram mais longe a reciprocidade mantêm no seu cerne costumes incestuosos que não dispensam, assim como sugere que os modos de casamento que representam respectivamente o auge da reciprocidade e o incesto social só são pensáveis na sua relação recíproca. O próprio Lévi-Strauss faz isto ao sustentar, numa obra fundada na tese de que a reciprocidade assenta no interdito do incesto, que o incesto perdura no cerne da reciprocidade. O pretenso confronto entre um investigador e um concreto governado pelo princípio de contradição surge pois enquanto propriedade da reflexão do dito investigador. No entanto, permanece misterioso o mecanismo deste fenómeno. Por um lado, é dificilmente concebível que Lévi-Strauss tivesse construído o seu modelo do casamento dos primos sem ter a consciência de que no diagrama os primos são duplamente representados; de que a imagem duma justaposição mecânica de grupos familiares configura a sua ideia duma situação de incesto “pré-social”; de que a menção da reciprocidade oblíqua conota a sua noção duma configuração de “incesto social”. Por outro lado, não é mais fácil conceber que o autor, afirmando nos modos implícito e explícito a permanência do incesto no cerne da reciprocidade, visasse minimizar o valor do modelo tipológico que funda sobre a oposição de noções – incesto/reciprocidade; troca restrita/troca generalizada; ciclo curto/ciclo longo – de que admite afinal a justaposição (cf. Lévi-Strauss 1967: 522, 532, 591).

Seja como for, parece certo que em *Les Structures élémentaires de la parenté* coexistem dois planos de discurso; um fundado numa perspectiva binária e tipológica, o outro anulando as descontinuidades fundadoras do primeiro. Desta constatação resulta um enigma, cuja eventual solução implicará certamente reconsiderar a obra de Lévi-Strauss no seu conjunto³.

³ Este problema – de que a presente exposição visa fornecer os dados de base – vem sendo objecto de uma investigação ainda em curso.

REFERÊNCIAS

- DUPRÉ, MARIE-CLAUDE (1981) - “Sous l’échange, l’inceste (Brève relecture des “Structures élémentaires de la parenté”)”. *L’Homme XXI* (3): 27-37.
- LÉVI-STRAUSS, CLAUDE (1967) - *Les Structures élémentaires de la parenté*. Paris/La Haye: Mouton (2^a ed.).
- (1983) - *Le regard éloigné*. Paris: PLON.

MINEIROS OU MINADOS: TRAJECTÓRIAS BIOGRÁFICAS E SISTEMA PATERNALISTA NO LUGAR DO LOUSAL*

por

Paula Rodrigues**

Resumo: Considerando as minas e os mineiros como realidades sociais pouco estudadas pelas ciências sociais e dotadas de fraca visibilidade social no contexto português, e o Lousal, em particular, como um lugar singular porque “em crise” pela ausência do espaço de concentração – a mina – que lhe conferiu sentido, surgiu aos olhos da investigadora um objecto de investigação extremamente apelativo: um “estudo de caso” sobre o modo de vida mineiro na sociedade “estabilizada” do Lousal nos anos 40-60, portanto, em pleno Estado Novo. Por um lado, permitia problematizar a relação entre o espaço e a sociedade e o lugar do sujeito social nessa relação e, por outro lado, convidava a uma abordagem sociológica situada numa posição de rótula relativamente ao trinómio antro-po-socio-história. O modelo de análise e a estratégia metodológica preconizados relevaram a importância da diversidade das modalidades de produção de informação, mas elegeram a “narração biográfica” como o seu principal instrumento. Atribuindo ao conceito de “modos de vida” o estatuto de “interpelador” da realidade social em causa, procura-se, neste artigo, evidenciar a pertinência explicativa que decorre da sua relação com conceitos próximos (porque também de natureza totalizante) à luz de alguns resultados empíricos ilustrativos. O tom descritivo do texto que se segue resulta da opção em fornecer um conjunto significativo de elementos práticos que facilitem a reflexão.

1. ENQUADRAMENTO

O ciclo de vida do lugar das Minas do Lousal¹ está indissociavelmente ligado ao ciclo de vida da actividade extractiva, que lhe deu origem.

* Este artigo segue de perto um dos capítulos da dissertação de mestrado da autora, designada *Espaço Social e Modos de Vida em Contexto de Crise: o Lugar das Minas do Lousal*, apresentada no Departamento de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa em 1998. Aos interessados no maior aprofundamento das temáticas aqui abordadas, remete-se para esse texto de maior fôlego.

** Assistente Convidada da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

¹ Integra a freguesia de Azinheira de Barros, que se localiza no interior (extremo sudeste) do concelho de Grândola. Este, por sua vez, situa-se no Alentejo Litoral (NUT III) e é limitado, a Norte pelos concelhos de Alcácer do Sal e de Setúbal, a Sul por Santiago do Cacém, a Este por Ferreira do Alentejo e a Oeste pelo Oceano Atlântico, com cerca de 45 Km de costa.

Grosso modo, as Minas entraram em actividade no início do século XX, tiveram o seu apogeu nas décadas de 40, 50 e 60 (primeiro, como efeito dos fluxos migratórios que geraram, mais tarde como efeito das alterações tecnológicas e consequente acréscimo de produtividade), o seu declínio tornou-se latente na década de 70, apresentaram sinais evidentes desse processo na década de 80, que acabou por desembocar no seu encerramento em 1988².

Das Minas do Lousal extraía-se pirite (enxofre), principalmente para exportação para os mercados europeus mas também para o mercado interno. Em Portugal, o enxofre era utilizado na produção de ácido sulfúrico e na (consequente) fabricação de adubos que eram comercializados, em larga escala, no Alentejo – assegurando-se, assim, uma cadeia de produção que se estendia do Lousal às Praias do Sado, em Setúbal, onde se localizavam as instalações industriais e o porto privativo da SAPEC (empresa proprietária do terreno e das edificações).

O “fechamento” territorial do Lousal foi favorecido tanto pelos limites da concessão mineira, como pelo carácter concentracionário da própria marcação geográfica do lugar. Nos extremos Norte e Sul encontra duas barreiras naturais, respectivamente, a albufeira da ribeira de Espinhaço de Cão e a ribeira de Corona, esta última afluente do rio Sado. A Este, a fronteira é dada pelo caminho de ferro (Linha do Sado), enquanto a Oeste é definida pelo Caminho Municipal 545, que assegura a sua ligação à pequena localidade de Ermidas do Sado e ao Itinerário Principal Lisboa-Algarve, através do CM 1105 (ambos distam cerca de 4 Km do Lousal). (Anexo 1)

De pequena dimensão territorial e elevada densidade populacional, o lugar das Minas do Lousal surge aos nossos olhos envolvido por uma extensa área de montado de sobre e geograficamente bastante isolado face a aglomerados populacionais de nível superior: uma específica unidade ecológico-urbanística sobressaindo da paisagem rural alentejana.

Lugar concentracionário, é também lugar centrípeto. A mina (de subsolo) constitui o espaço de centralização por excelência, extravasando a sua centralidade meramente física: prática, símbolo e poder para onde (de onde) conflui toda a dinâmica da comunidade.

² Do ponto de vista demográfico, dois grandes períodos de sentido inverso caracterizam a evolução do Lousal. No primeiro período, entre 1911 e 1960, observa-se uma dinâmica positiva muitíssimo acentuada, devido ao facto de nos primeiros 30 anos (de 1911 a 1940) a população quase octuplicar: em 1911, o Lousal contava com 167 indivíduos, em 1940 com 1273 e em 1960 com 1906. No segundo período, entre 1960 e 1991, constata-se um significativo decréscimo populacional, progressivo embora irregular, em que o Lousal perde mais de 60% da sua população residente. Nos anos 60, 1 em cada 3 indivíduos saiu do Lousal, situação que quase se volta a repetir na década de 80, em virtude da crise então instalada e do encerramento da actividade mineira em 1988. Em 1991, no Lousal residiam 704 indivíduos (INE, Recenseamentos Gerais da População).

Ao longo do tempo foi-se desenvolvendo um lugar “patronal”, caracterizado por um controle social extremamente apertado sobre todas as áreas da vida social lousalense.

Regra geral, ao ser imposta a localização das minas por condicionalismos naturais, estas situam-se em lugares ermos que é preciso transformar e gerir para servir de suporte à actividade extractiva. Torna-se, então, necessário atrair e fixar um enorme contingente de trabalhadores, pelo que quase todas as companhias mineiras desenvolveram um tipo de gestão paternalista que se concretizou em todo um conjunto de políticas sociais de apoio aos trabalhadores (cedência de horta, criação de infra-estruturas de saúde, de ensino, de actividades livres e de culto; dotação de estabelecimentos comerciais), de que se destaca a cedência de habitação como a de efeitos práticos mais conseguidos.

Não obstante, a fixação num lugar mineiro está intrinsecamente associada a uma outra medida de especial relevância posta ao serviço da gestão paternalista: a contenção salarial. Quer seja vista como mecanismo de controle social, quer como necessidade económica da companhia mineira (o risco económico foi tradicionalmente diminuído à custa da intensificação dos sistemas de exploração de mão-de-obra – baixos salários e mais trabalho), o certo é que a contenção salarial resulta eficazmente no “apego ao lugar”, pela incapacidade de geração de poupança, a médio prazo, por parte dos trabalhadores.

Mas a população que reside numa mina nada tem de homogeneidade social. Embora correndo o risco de uma certa simplicidade esquemática, a imagem de uma pirâmide ilustra bem a importância populacional dos grupos socioprofissionais identificados nas Minas do Lousal: do vértice para a base, um número ínfimo de chefias superiores e intermédias, um número reduzido de empregados de escritório, um número considerável de operários do exterior e um número muito significativo de trabalhadores do fundo, ideologicamente considerados como “operariado selvagem”. A mesma pirâmide invertida ilustra, igualmente, a importância social (relações sociais de poder) dos respectivos grupos socioprofissionais.

Indissociável da “esfera do trabalho” e da hierarquia de posições profissionais desdobrada em dois planos espaciais (fundo/superfície), esta “morfologia social” é atravessada por um sistema de estratificação social extremamente hierarquizado.

No Lousal, como, em regra, em todas as concentrações mineiras, a rigidez da estrutura social está expressa não só nas práticas e nas representações, mas também na estrutura e organização do espaço, dando conta de uma homogamia socioespacial que se traduz em distância social e proximidade espacial.

A criação de uma identidade social “unificadora”, visando coordenar e harmonizar interesses divergentes, exige que o paternalismo das companhias mineiras se associe a uma outra forma de controle social: o patrocínio. Significa que o poder se exerce (aparentemente) de forma discricionária e ambígua, resultando

numa continuada ausência de regras formais e num comprometimento clientelista que a todos toca e a todos torna cúmplices, incapazes de transformar as “injustiças” em “resistência”. Igualmente, a possibilidade de usufruto de determinados bens – de que a casa e a horta são os mais emblemáticos – por parte dos trabalhadores, mesmo que desigual, tende a estabilizar os conflitos sociais, por intermédio de uma pretensa sensação de propriedade, de posse. Ou seja, ocorre uma naturalização das relações hierárquicas de poder.

No final da década de 80, culminando um processo de crise que se vinha estendendo desde o início dos anos 70 e que é particularmente devedor do contexto económico externo³ e da conjuntura política e social criada com o 25 de Abril de 1974, as Minas do Lousal encerram a sua actividade. O seu encerramento provocou uma descontinuidade no modelo social (patronal) vigente e fechou um ciclo na história da comunidade.

Considerou-se, então, que o fim da actividade das Minas do Lousal em 1988 era o “acontecimento” irreversível de esgotamento do referido modelo social, e que a crise de reformulação dos códigos sociais vinha detrás e se estendia ao longo dos oito anos que desde então passaram⁴, tornando o “presente” particularmente oportuno para uma avaliação, gestão e projecção das histórias de vida e de todo o real social local, a partir da perspectiva dos sujeitos. De certo modo, no “presente” que condensa estes anos pós-encerramento da mina, as biografias individuais e toda a memória colectiva estão em processo dialéctico de reelaboração e renegociação face à “nova” situação social.

A quebra/diluição do auto-centramento espacial (mina) e do controle social instaura/constitui um contexto de “crise” que acresce a visibilidade das relações sociais, facilitando a desmontagem dos processos de dominação/subversão das redes de poder, bem como as estratégias e as táticas que os actores sociais desenvolvem nos momentos de “risco na transição de papéis” e/ou na passagem a outros ciclos de vida.

O olhar retrospectivo sobre a sociedade “estabilizada” dos anos 40-60 privilegiou, como sua principal ferramenta de “observação”, as narrações biográficas das famílias⁵ mineiras isto é, famílias que integram trabalhadores do fundo da

³ Descida dos preços da pirite no mercado internacional, em virtude da descoberta de novas fontes de enxofre (novos jazigos e novos métodos); importação de ácido sulfúrico a preços mais baixos do que os conseguidos pelo processo de ustulação da pirite; entrada no mercado nacional de adubos estrangeiros fabricados com moderna tecnologia e a partir de matérias-primas de baixo preço de custo.

⁴ A recolha das narrações biográficas decorreu ao longo do ano de 1996.

⁵ Apesar de, genericamente, o narrador corresponder apenas a um membro de uma família, tomou-se como “lugar de observação” a família (as suas estratégias, os seus objectivos, a sua lógica de funcionamento) na sua relação com a mina.

mina directamente ligados à extracção do minério⁶, e também as das famílias dos “empregados de escritório” – uns e outros protagonistas da “contratação social” do Lousal, em plena idade activa durante o período temporal assinalado. Entre uma memória discursiva ancorada em relações sociais de subordinação (porque (re)elaborada de dentro de um lugar “patronal”) e as reais capacidades e características discursivas dos protagonistas⁷ (Anexo 2), afirma-se a ideia de que a memória social é comandada pelo presente, na perspectiva em que é nele que se opera a “filtragem”/selectividade das percepções do passado e se constrói um balanço da história pessoal que tenderá a preservar a necessária segurança “ontológica” da identidade pessoal e social.

Não cabe, neste artigo, discutir as virtualidades, limites e condições do conceito de “modos de vida”, mas estamos em crer que a imprecisão conceptual que o caracteriza (tal como outros conceitos de carácter globalizante como, por exemplo, o de cultura e o de identidade) não se resolve por via unicamente terminológica.

Todavia, enquanto detém o estatuto de “analisador” da realidade social em causa, importa, do ponto de vista analítico, explicitar que partimos da assumpção de que os “modos de vida” definem-se como conjuntos coerentemente estruturados de inserções sociais diversas – relevando-se o triângulo trabalho, família, sociabilidades – que constituem “lugares” de mediação entre as estruturas e as práticas dos sujeitos, através das suas experiências e trajectórias sociais.

Ou seja, temos o entendimento de que os “modos de vida” constituem um nível de análise da realidade social (um recorte com capacidade explicativa) que nos dá conta e se define na combinatória entre outros níveis de análise (práticas, representações, valores, etc.) com várias dimensões da vida social (família, trabalho, etc.) de um modo particular e implicando um certo grau de estabilização, de sedimentação, de consistência desse mesmo articulado face ao sentido que comporta para determinados grupos sociais.

⁶ Particularmente martelheiros e entivadores.

⁷ Destacam-se os factores conjunturais e mnemónicos associados à avançada idade dos principais narradores num contexto marcado pelo fim da actividade mineira, bem como os factores culturais associados à especificidade do universo socio-linguístico marcada por uma quadrupla pertença: gíria própria do linguajar mineiro; linguagem técnica das profissões mineiras; regionalismos alentejano e algarvio, dados quer pela inserção geográfica, quer pelas migrações que o Lousal acolheu; e galicismos ou francesismos lexicais, em virtude da presença continuada de indivíduos de nacionalidade belga e francesa no lugar. Estes factores, apelando para a relação entre sociedade, linguagem e comunicação, não podem deixar de ser interpretados à luz de uma cultura da oralidade (que busca a fisicalidade e não a abstracção) e não da escrita. Os problemas eminentemente semânticos apresentados pelos textos das narrações biográficas levaram à elaboração de um Glossário de Palavras e Expressões utilizadas pelos Entrevistados.

2. PRODUÇÃO DO ESPAÇO E MODOS DE VIDA

De um ponto de vista analítico, duas interrogações podem ser colocadas a propósito das relações entre o espaço e a sociedade:

- de que forma as relações sociais marcam o espaço?
- de que forma o espaço marca as relações sociais?

Enquanto a primeira interpelação nos situa no campo teórico da “produção social do espaço”, a segunda reenvia-nos para a “apropriação social do espaço”.

Importa, então, reconhecer que a produção do espaço decorre das relações sociais de poder, tem efeitos sociais e, deste modo, contribui para a construção de distintos modos de vida.

O lugar das Minas do Lousal apresenta-se como um exemplo paradigmático de como através daquilo que o espaço tem de mais básico – a materialidade, a forma física – se procuraram impôr determinadas práticas sociais e determinadas significâncias associadas a essas práticas sociais.

Já o dissemos, o modelo social claramente patronal do Lousal concretizava-se numa específica articulação entre a contenção salarial, a dotação de serviços básicos *in loco* (saúde, escola, equipamentos desportivos, etc.), a disponibilização de horta e, em especial, a cedência de habitação. Mas tal estratégia exigia a subordinação do uso social do espaço, implicando um território produzido segundo uma lógica “regulamentar”, ou seja, um modo de espacialização que traduzisse uma ordem não negociada, legível no ordenamento territorial do lugar, na organização das áreas residenciais e, também, no domínio privado do espaço doméstico.

Embora a vção rasante, procede-se, de seguida, a uma leitura da estrutura e organização do espaço social (Anexo 3).

O lugar das Minas do Lousal apresenta dois eixos viários pavimentados que estruturam o território: a Rua Principal e a Rua 25 de Abril. O primeiro eixo viário desenvolve-se no sentido Sudoeste-Nordeste, atravessando o aglomerado até à linha de caminho de ferro. O segundo, entronca na Rua Principal quando esta inflecte para Este, acompanhando o limite da propriedade da SAPEC no seu prolongamento a Poente.

A Rua Principal não possui continuidade para além do Lousal, apenas assegurando, no seu extremo Sudoeste, a ligação à localidade de Ermidas do Sado e ao Itinerário Principal Lisboa-Algarve. Coincide com a linha que une os pontos mais altos (linha de cumeeada ou de festo), fazendo a separação entre duas áreas bastante distintas, em termos do relevo. Enquanto a área a Sul é bastante acidentada, a área a Norte, que se desenvolve na zona mais elevada, apresenta-se mais regular.

Esta via marca, também, uma importante distinção em termos de organização social e simbólica do território.

É a Sul da Rua Principal que se localizam as instalações industriais, os dois malacates e a extensa pedreira (corta), gozando de uma evidente centralidade socioespacial.

Os bairros residenciais de população directamente ligada à esfera produtiva, dispõem-se em torno desta área central, genericamente ocupando os cumes das elevações existentes. Esta é a área, ainda hoje, mais densamente ocupada do Lousal.

A Norte da referida área da exploração mineira, e na sua proximidade imediata, situam-se os escritórios da mina e a “Casa da Direcção”, edifício imponente, de dois pisos, rodeado de muros e portão elevados. Estes imóveis, que se localizam na área de confluência da Rua Principal com a Rua 25 de Abril, funcionam como “marcadores” territoriais quanto a duas formas de legibilidade do espaço social: o espaço-tempo mineiro e não mineiro.

No trecho Nordeste da Rua Principal até à linha de Caminho de Ferro, e numa área claramente excêntrica face às instalações mineiras, localizam-se as vivendas das chefias superiores, destacando-se no lote que ocupam.

Entre a Rua Principal e a Rua 25 de Abril encontra-se, numa zona mais elevada, uma mancha de eucaliptal que constitui uma barreira visual entre a mina e as edificações implantadas nesta via, em particular um Bairro tradicionalmente ocupado por empregados de escritório.

Contudo, a ocupação urbana na Rua 25 de Abril foi-se consolidando, sobretudo, nos terrenos privados que confinam com os limites da concessão, de modo linear e contíguo à via. Aí, instalaram-se também estabelecimentos comerciais, tornando-a o único eixo funcional, ainda que incipiente, identificável no Lousal. Apenas restam os cafés e mini-mercados que substituíram as tabernas e mercearias.

Junto à Estação da linha de Caminho de Ferro foi-se consolidando um bairro – o Bairro da Estação – também implantado em terrenos privados fora da propriedade da mina.

Embora fora da alçada da empresa mineira, o bairro da Estação e a Rua 25 de Abril foram, ao longo do tempo, servindo de “rectaguarda” habitacional mais próxima para o excesso de procura a que a empresa mineira não dava resposta imediata. Nestas áreas, os alojamentos eram arrendados pelos proprietários, enquanto dentro dos limites da concessão da mina eram ocupados em regime de comodato (cedência gratuita, que implica a restituição do imóvel, mediante certos princípios).

Enquanto a mina esteve em funcionamento todos os trabalhadores dispunham de uma horta, embora de dimensões variáveis. Actualmente, e dado que já não se procede à bombagem de água da Tapada, as áreas cultivadas praticamente não têm expressão.

Quanto aos serviços colectivos básicos de apoio à comunidade, que se localizavam no interior da propriedade, refira-se que a colectividade, a cantina (hoje transformada em vários estabelecimentos comerciais privados) e a igreja se en-

contram implantados de modo disperso, paralelamente à Rua Principal e predominantemente no seu lado Norte. Os serviços de saúde (actualmente, Extensão do Centro de Saúde de Grândola) localizam-se no extremo Norte do imóvel em que também se encontram os antigos escritórios da mina. O edifício do posto da Polícia de Segurança Pública (serviço que, actualmente, também já não existe) e as Escolas (1º e 2º ciclo do ensino básico) situam-se na zona em que os dois eixos viários se separam. No caso do ex-posto da PSP é visível a posição de charneira que detinha relativamente à Rua 25 de Abril, enquanto eixo comercial, e à área de exploração mineira, na envolvente da qual se localizavam os bairros mineiros. A lógica subjacente à implantação dos equipamentos colectivos era, pois, a de pulverização territorial.

O desenho urbano do aglomerado caracteriza-se, em traços largos, por: evidente centralidade socioespacial das instalações ligadas à actividade mineira, dando conta da polarização em torno da “esfera do trabalho”; dispersão e descontinuidade da ocupação edificada; ausência de espaços canais de circulação interna; ausência de largos, praças ou jardins; uniformidade da volumetria das edificações habitacionais dada pela construção de casas térreas (apenas a “Casa da Direcção” e alguns edifícios da Rua 25 de Abril possuem dois pisos).

Centremo-nos, agora, nos espaços residenciais.

Os bairros residenciais de população directamente ligada à esfera produtiva (quartéis operários) dominam a paisagem, envolvendo a área da exploração mineira, em sentido estrito. Mostram simplicidade e homogeneidade quanto ao perfil arquitectónico, em que se repetem bandas contínuas (a passagem privado/público não inclui qualquer espaço de transição), com pequenas portas e janelas de madeira (sem molduras, observando-se também muitas sem socos), cobertas de telha de lusalite, pintadas de branco e despojadas de ornamentos. Cada agrupamento destas bandas habitacionais surge no terreno como uma unidade isolada, em virtude da sua disposição segundo as linhas de maior declive (portanto, praticamente sem ligação entre elas). Mas, uma outra característica é dada pela sua implantação territorial e pela própria estrutura interna: os bairros encontram-se virados de costas uns para os outros e a frente de cada banda conflui com as traseiras da banda seguinte.

Ao contrário destes quartéis operários, as habitações dos empregados de escritório praticamente diluem-se na paisagem, não fossem algumas características do habitat facilmente identificáveis à primeira vista: maior área de implantação, espaço exterior de demarcação público/privado usualmente constituído por sebe, elementos arquitectónicos de maior complexidade e ornamentação, ausência de repetição de bandas.

Estas características sobressaem, ainda mais, nas moradias das chefias superiores, que se afastam consideravelmente da área da exploração mineira e dos quartéis operários.

Para melhor compreendermos o modo como a tipologia do habitat condiciona as formas de habitar, procedemos a uma análise da estrutura interna de alguns alojamentos, atendendo ao conjunto habitacional em que se inserem. Tomemos, como ilustração, apenas, o caso de uma habitação num bairro operário (bairro dos Quartéis) e uma vivenda (Anexo 4).

O alojamento do bairro dos Quartéis apresenta uma estrutura ortogonal, configurando uma quadrícula que se foi ajustando, ao longo do tempo, às necessidades da procura. Esta estrutura assenta numa construção em banda (de que este e outros alojamentos fazem parte) segundo uma lógica modelar, em que se pode acrescentar ou diminuir uma divisão, acabando por se tornar a cozinha o único espaço funcionalmente demarcado (anteriormente, possuía apenas uma chaminé).

Predominam uma porta e uma janela, à vez, na frontaria da banda habitacional, mas em algumas situações é, ainda, observável a sequência de duas ou mais portas, fazendo imaginar uma cadência contínua e ritmada de “quartos” que uniformizavam a dinâmica da arquitectura exterior do “quartel” mineiro. Cada fogo possui um único acesso ao interior e directamente para a cozinha, um reduzido número de divisões (multiplicam-se os exemplos de famílias com mais de quatro elementos que viveram, temporariamente, em fogos com apenas uma ou duas divisões), uma dimensão, em área e pé direito, exígua por divisão (dando conta da também exígua e utilitária mobília que se transportava de casa para casa), uma apertada fenestração e uma utilização de materiais não prestigiados (nomeadamente, piso de cimento e chapa de lusalite na cobertura).

Os bairros mineiros transportam consigo a marca minimalista que serve a ideia de lugar de “consumo” para a reprodução da força de trabalho. As características do espaço interior, polivalente e flexível, implicam uma apropriação gregária do mesmo, que resulta numa compulsiva contrição do espaço doméstico como espaço de sociabilidade.

Contrariamente, a vivenda mostra-nos uma outra filosofia. O fogo foi concebido como um todo, de modo a não admitir a sua ocupação por mais do que uma família. A tipologia deste alojamento é bastante mais complexa. O alojamento usufrui de casa de banho de raiz (equipamento que, na maioria das casas operárias, ficará associado ao marco temporal do 25 de Abril, embora nalguns casos a sua instalação tenha ocorrido antes desta data), também de dispensa (reveladora da capacidade de armazenamento de bens de consumo) e de garagem (à época, o automóvel era, de facto, um bem muito escasso). A sala de estar é, agora, definida pela presença da lareira. O acesso a esta e à cada de jantar faz-se através de portas de duas batentes, que simbolizam a entrada no domínio semi-público do alojamento. Os materiais de construção utilizados são nobres: predomina o soalho de madeira e a cobertura de quatro águas em telha lusa. A entrada principal já não desemboca na cozinha. Para além da entrada de serviço

(essa sim, de acesso à cozinha), existe uma ligação, pela sala, a um alpendre lateral decorado. O desenho exterior é enriquecido em termos arquitectónicos e decorativos (decoração das portas, socos com pedra à vista, etc.). Assinala-se, ainda, uma extensa área verde, rodeada de sebe, na envolvente da vivenda.

Mas o que, efectivamente, introduz uma outra noção do espaço é a sua distensão (pé direito, área útil, fenestrações), permitindo uma racionalidade e uma organização específicas que potenciam a fruição do espaço habitado para além da função de “dormir e comer”, a relativamente livre acumulação de móveis e objectos decorativos, a sociabilidade no interior do lar.

Estas observações permitem tecer alguns comentários.

Em primeiro lugar, o desenho urbano do Lousal imprime uma forte restrição à sociabilidade mineira, criando espaços abertos ao controlo social: uma restrição que começa na casa (mínima dimensão, despojamento ornamental, materiais precários), que passa para a banda de habitações (viradas de costas umas para as outras na mesma “unidade de vizinhança”) e para a sua localização umas em relação às outras (pequenos núcleos dispersos e sem caminhos de ligação, a não ser os calcorreios pelos habitantes para encurtar as distâncias) e culmina na ausência de espaços exteriores de apropriação colectiva.

Une os bairros mineiros esse marco visual – a mina – que se vê de quase todos eles, e os curtos caminhos que nela desembocam.

O desenho urbano do Lousal engendra a noção de periferia para toda a “esfera fora do trabalho”, consumada pela apropriação social que decorre da deslocação casa-trabalho. Trata-se, no entanto, de um constrangimento socioespacial subtil, um “pano de fundo” que se entretetece na vida quotidiana, que através dela se afirma, mas que ela não é capaz de reconhecer, por isso aumentando a eficácia do controle social exercido para a dissolução das relações sociais de sociabilidade e de vizinhança entre o operariado.

Em segundo lugar, há no Lousal uma clara homogamia social e espacial (um zoning) a que corresponde uma extrema proximidade física e uma enorme distância social. De facto, da programação do desenho urbano faz, também, parte uma segregação socioespacial que se associa a mobilidades residenciais também diferenciadas (é preciso voltar às redes de poder): para os mineiros, impele-se a uma intensa mobilidade residencial no perímetro da concessão mineira que não é acompanhada por uma melhoria significativa das condições de habitabilidade (e que é refreada pela própria representação da homogamia socioespacial). Para as chefias superiores e empregados de escritório, a mobilidade residencial é, genericamente mais curta e/ou tende a acompanhar (quando não a premiar) a mobilidade social. Quer num caso, quer noutro, a mobilidade residencial não se inscreve como “projecto” na estratégia das famílias: ou resulta de uma determinação exterior (decisão deliberada da empresa, expansão da área ocupada pela actividade mineira, per-

missão para transferências habitacionais com débeis efeitos sociais), ou se insere na trajectória de promoção social, como parte integrante da mesma, tornando as acções desencadeadas individualmente, através de pedidos verbais feitos ao responsável pelo sector, meros pré-requisitos para a sua efectiva atribuição.

Em última instância, a espacialização da vida social incorpora “capitais” que implicam uma específica socialização do espaço.

3. APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO E MODOS DE VIDA: FUNDO/SUPERFÍCIE

Mas o espaço, enquanto espaço socializado, vivido, apropriado, tem também ele próprio a capacidade de induzir efeitos sociais específicos que participam na definição de diferentes modos de viver a vida.

No contexto de uma mina de subsolo, o “fundo” e a “superfície” representam duas categorias sociais que, embora ganhando toda a sua significância na “esfera fora do trabalho”, são instrumentalizadas a partir da “esfera do trabalho”.

O facto do local de trabalho, plenamente inserido no local de residência, se materializar em dois planos espaciais distintos (o fundo e a superfície) torna mais clara a influência do espaço como mediatizador de relações sociais e, em particular, como agenciador de efeitos autónomos. Estes dois espaços configuram, em primeiro lugar, dois contextos de trabalho distintos mas, como veremos, ultrapassam esta dimensão para se assumirem não só como produtos, mas também como produtores de poderes, práticas e símbolos diferenciados e contrastantes da realidade social. Ou seja, a esfera do trabalho assume-se como o principal campo de socialização cruzada para a construção de distintos modos de vida e para a configuração da identidade social do Lousal, enquanto é dotada de transversalidade e de carácter estruturante face às outras esferas da realidade social.

Três aspectos parecem-nos pertinentes para caracterizar os contextos de trabalho dos “mineiros” e dos “empregados de escritório”, enquanto parecem assumir-se como factores determinantes na configuração das identidades socioprofissionais: as mobilidades profissionais, as hierarquias socioprofissionais e as condições de trabalho. A nossa atenção deter-se-à, sobretudo, no que respeita às trajectórias e poderes socioprofissionais.

Convirá, desde logo, relevar que o modelo de gestão das Minas do Lousal se baseou numa grande informalidade das relações sociais de trabalho, denotando a sua natureza paternalista e de patrocinato.

Para os empregados de escritório, a obtenção do diploma da 4ª classe era condição *sine qua non* para o acesso ao espaço profissional dos escritórios da mina, embora não constituísse uma garantia. Em primeiro lugar, era necessário

dispor de um relacionamento favorável face a protagonistas sociais com relativa influência local (atendendo ao reduzido quantitativo de trabalhadores com esta profissão), depois era preciso passar por uma fase mais ou menos longa de transição para o desempenho efectivo do “ofício”.

Não obstante, o ingresso na carreira de escriturário significava a garantia de progressão na vida profissional, em respeito às regulamentações do trabalho então vigentes (escriturário de 3ª, 2ª, 1ª e eventualmente, chefe de secção).

A selecção do operário mineiro, não implicava exigências escolares, mas, antes, a capitalização de um qualquer conhecimento interpessoal que, estrategicamente, possibilitasse diferenciar o candidato dos restantes, num contexto de procura de trabalho muito superior à oferta.

Sem frequentar a escola ou com uma muito breve passagem por ela, já com uma precoce experiência na agricultura, os mineiros começavam a trabalhar na mina (superfície) ainda durante a infância, inaugurando uma relação com ela quase irreversível.

A qualidade de “trabalhador do fundo” resulta de um processo que passa, quase inevitavelmente, (i) pelo cumprimento de um ritual iniciático à superfície da mina (desempenho de actividades desqualificadas, entre as quais se destaca o trabalho do safreio na corta), (ii) pela subsequente descida ao fundo da mina, nunca antes dos 18 anos, para continuar a trabalhar em actividades indiferenciadas (como safreio ou como extraccioneiro), (iii) até à aprendizagem de um ofício específico na categoria de “ajudante” (onde adquire experiência por via do saber aprendido na prática, nomeadamente na profissão de marteleiro ou de entivador), (iv) para culminar na categoria de “mestre”. Esta trajectória não tem tempos preestabelecidos, podendo não se chegar a verificar na íntegra (porque o trabalhador pode continuar indefinidamente numa mesma função desqualificada, porque pode mudar de ofício ou de posição na hierarquia socioprofissional), pois a possibilidade de promoção passa sempre por decisões superiores. Em qualquer caso e na maioria das vezes, outro ritual é seguido pelo trabalhador, (v) este de passagem para a superfície da mina, depois de muitos anos passados no fundo e na proximidade da idade da reforma. A razão principal é a observância de problemas de saúde que resultam em desvalorização permanente, normalmente associada à elevada percentagem de sílica nos pulmões – silicose como doença profissional –, embora também se registe a diminuição da capacidade auditiva. A cessação da actividade enquanto “trabalhador do fundo” significa o fim da experiência mais marcante da sua vida activa. À superfície, o ex-trabalhador do fundo, volta por um tempo curto, a desempenhar tarefas várias, mais ou menos desqualificadas em função do anterior exercício da actividade profissional.

O trabalho no fundo da mina, particularmente o que corresponde às profissões de safreio e extraccioneiro, exigia um enorme esforço físico, pelo que o

fulgor da juventude dos trabalhadores (aos 18 anos) constituía uma condição importante para a prossecução das metas de produção, a qual a empresa mineira não se poderia permitir desperdiçar, já que, rapidamente, o cansaço se instalaria nos operários mineiros, implicando o incremento de medidas de estímulo à produtividade. Ao mesmo tempo, para os jovens trabalhadores, a afirmação do género masculino passava pelo reconhecimento da valentia e da força, a que acrescia, em alguns casos, a responsabilidade recente de assumpção da situação de conjugabilidade e/ou de paternidade.

Para os trabalhadores mineiros, os conceitos de “mobilidade” e de “ascensão” profissional estão praticamente ausentes dos seus discursos: as modalidades de recrutamento não assentam em critérios formais; a trajectória profissional não está regulamentada, dependendo da compulsividade das chefias; a distância promocional/social entre ser ajudante e mestre é muito curta; o saber-fazer profissional que caracteriza o “ofício” de mineiro dificilmente significa “poder” no sentido de legitimação do grupo profissional, quer no espaço profissional do fundo da mina, quer no espaço social do Lousal.

Daqui decorre uma relação com o trabalho meramente “instrumental” e não como fonte de valorização e afirmação pessoal.

A este propósito vale a pena realçar algumas características formais do discurso produzido pelos entrevistados. Embora não pretendendo proceder a uma análise morfológica das proposições, não podemos deixar de relevar que a utilização dos verbos na construção das frases é particularmente esclarecedora (ou seja, expressiva) quanto aos campos em que a mobilidade pode ou não ser objecto de uma estratégia a desenvolver pelos sujeitos sociais.

De facto, nos discursos dos mineiros sobre o campo do trabalho predominam construções frásicas em que o “eu” não é o sujeito que pratica a acção designada pelo verbo, mas antes o agente que sofre a acção (conjugação do verbo com a forma pronominal “me”) praticada por um sujeito impessoal subentendido na 3ª pessoa do plural (“eles”): “passaram-me”, “tiraram-me” e “mandaram-me” são as palavras mais importantes das frases relativas a esta temática.

As estratégias profissionais dos mineiros caracterizam-se, genericamente, pela “submissão”, através duma complexa gestão em que se jogam os recursos subjectivos associados ao parentesco e às relações interpessoais (dentro e fora da esfera do trabalho), embora individualmente se tenda a enaltecere o “valor do trabalho” e as “qualidades de bom trabalhador” como o móbil público para o reconhecimento de que eventualmente se foi alvo.

Genericamente, o poder discricionário e a “(...) lógica do ‘favor contra favor’ (...)” (Oliveira, 1996: 353) exercem uma pressão sobre os trabalhadores em geral que acompanha toda a sua biografia profissional e que se prende, essencialmente, com o receio de perder o trabalho.

Os mineiros eram psicologicamente “punidos” com a ideia de, sem justificação credível, lhes poder vir a ser entregue o “bilhete da conta” (punição definitiva que significa o abandono da mina).

Do mesmo modo, eram, também, objectivamente “punidos” com castigos, desde multas a “dias de porro” (suspensão do trabalho, sem auferir salário), em função das mais díspares razões, que tanto recobriam problemas de erosão da relação com as chefias (nomeadamente, resistência ao acatamento das ordens) como a ocorrência de algum acontecimento perturbador que constrangia o normal desenvolvimento das suas tarefas.

O reverso da punição encontrava-se, justamente, na recompensa: a possibilidade, ou melhor, a obrigatoriedade de aderir às “contratas”, poderoso incentivo à produtividade num contexto caracterizado pela penúria das condições materiais de existência.

Não obstante todo o trabalho mineiro entroncar numa lógica de punição/recompensa, é a carga punitiva que tende a prevalecer⁸.

Valerá a pena introduzir, agora, a distinção entre “assalariado” (operários) e “empregado” (empregados de escritório, chefias superiores e intermédias), já que

⁸ A hierarquia de poder no fundo da mina contemplava, grosso modo, 3 níveis: um chefe geral do fundo, dois ou três capatazes de relevo (= turno) e vários capatazes de piso. A conotação social dos atributos prescritos pelos mineiros às chefias do fundo da mina é, genericamente, negativa e tende a inscrever-se num processo de crítica sincrético, sem identificações precisas. Não obstante, é o “capataz de piso”, enquanto protagonista do nível hierárquico mais básico da hierarquia que, ao exercer autoridade directa sobre os mineiros, acaba por constituir o alvo focalizado da crítica desenvolvida por eles. A representação social negativa que os mineiros têm dele comporta uma dupla acepção: o não reconhecimento das suas qualidades no modo como foi recrutado para ocupar tal lugar de chefia (saber-fazer e nível escolar) e a desvalorização do seu papel de autoridade legítima (“os outros é que mandam, estes são paus-mandados”, se não fossem os outros, ainda era pior para nós”). Pelo capataz de piso não passa, de facto, a tomada das decisões mais importantes, apesar de, tal como refere Luísa Oliveira, a propósito da relação entre os mestres e os encarregados no âmbito do sector dos lanifícios na Covilhã, “(...) a relação era vivida num conflito interno entre a defesa da agressão exterior, a revolta sempre contida e a vontade de lhe “cair em graça.” (Oliveira, 1996: 352) É que, em todo o caso, é ele que veicula boa parte das imagens positivas ou negativas que servem aos níveis subsequentes da chefia da mina para informar as suas tomadas de decisão. Mas também o estatuto socioprofissional dos capatazes de piso era extremamente frágil (eram considerados “assalariados” e não “empregados”), porquanto tinham que demonstrar sistemática e veementemente aos seus superiores a razão de ser da sua promoção, sob pena de serem destituídos do cargo. Ao mesmo tempo, contribuir para atingir as metas de produção e para reduzir o número de acidentes constituíam duas tarefas quase inconciliáveis, mas cuja concretização significava a obtenção de “prémios” (percentagens e/ou gratificações) – afinal, a grande mais-valia desse controverso estatuto socioprofissional. Em última instância, o primeiro objectivo parecia dominar sobre o segundo, embora ao longo do tempo este tenha vindo a ganhar uma importância crescente, à medida que os mecanismos de regulação da relação salarial se foram institucionalizando. A exacerbação do exercício de autoridade por parte dos capatazes de piso, tomada pelos mineiros como insensibilidade para com as duras condições do trabalho mineiro, entronca, também, na lógica de punição/recompensa que caracterizava toda a organização do trabalho e a hierarquia de poder no fundo da mina, marcando, assim, uma distância social significativa entre as chefias, em particular os capatazes de piso, e os mineiros, tornando as respectivas representações sociais bastante discrepantes.

ela congrega, ao nível da “esfera do trabalho”, todas as diferenças que encontramos entre “empregados de escritório” e “mineiros” enquanto grupos sociais que protagonizavam a contrastação social do Lousal.

A identidade dos escriturários era produto de um modo de socialização no trabalho que se inscrevia num espaço profissional específico e de pequena dimensão – os escritórios da mina – conferindo um elevado prestígio social a quem neles trabalhava, quase independentemente da tarefa desempenhada. Não obstante, mais do que os aspectos técnico-organizacionais (existência de “carreira”), mais do que a especificidade das tarefas desempenhadas (trabalho limpo e “intelectual”, ausência de turnos e de avisos sonoros, etc.), mais do que as eventuais diferenças salariais relativamente aos outros grupos profissionais, o que os distinguia era o seu estatuto de “empregado” por oposição ao de “assalariado”.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (Boletim do INE, 1968), Empregado é *“Todo o indivíduo que trabalhe por conta de outrém, recebendo a sua remuneração ao mês ou à comissão”*, enquanto Assalariado é *“Todo o indivíduo que trabalhe por conta de outrém, recebendo a sua remuneração à quinzena, à semana ou ao dia”*. Estas definições utilizadas na organização interna de classificação do pessoal da mina pressupõem relações laborais e salariais distintas (por exemplo, aos “empregados” a empresa pagava a parte não coberta pelo seguro no caso de “baixa”), mas também recobrem significações sociais que extravasam aquele âmbito. É no contexto extra-laboral e extra-económico que elas ganham todo o seu sentido e plenitude, produzindo uma marcação fundamental da vida social que se reflecte em várias das suas dimensões (escolar, residencial, etc.).

Enquanto modalidades de controle social, a diferente apropriação social do fundo e da superfície da mina, ilustrada através das trajectórias e poderes socio-profissionais, em articulação com a distinção entre “empregado” e “assalariado”, estruturam a construção diferenciada dos modos de vida dos empregados de escritório e dos mineiros, produzindo a sua clivagem essencial.

4. MODOS DE VIDA E IDENTIDADES SOCIAIS

Pela sua capacidade “totalizante” de dar conta do complexo de dimensões que configura os modos de vida, as identidades sociais são um dos seus níveis de análise que importa reter⁹.

⁹ O conceito de identidade é assim definido por Isabel Guerra: *“É um conceito que pretende integrar a percepção e a acção sobre o mundo articulando, não apenas um sistema de representações e de imaginários sociais, mas também uma rede de pertenças a categorias sociais específicas.”* (Guerra, 1993: 69). Possuir um carácter eminentemente relacional e processual é, sobremaneira, a sua

Referimos a identificação de dois modos de vida no lugar do Lousal: o dos empregados de escritório e o dos mineiros. Mas essa identificação não teria sentido se não fosse reconhecida mutuamente pelos próprios protagonistas.

Uma das dimensões da identidade social que mais capacidade explicativa parece possuir tem a ver com a representação social do “mineiro”, pelo que convirá desmontar os seus níveis de referenciação identitária.

Ser-se mineiro é ser marleteiro: O nível “micro” de identidade social remete para a identificação do mineiro com uma categoria profissional – a de marleteiro – pois é ele que “arranca” o minério do fundo da mina.

Ser-se mineiro é viver num aglomerado mineiro: O nível “macro” de identidade social respeita à forte identificação entre comunidade e mina. A mina é o centro aglutinador da identidade social, fechando o círculo das várias identidades, no sentido em que é o eixo estruturante/estruturador dos modos de vida. Há um “nós” (lousalenses que vivem num lugar mineiro) que se afirma perante um “outros” (exteriores à comunidade). Trata-se, pois, não de uma homologia com o “mineiro”, mas com a “mina”.

Ser-se mineiro é trabalhar no fundo da mina: O nível “meso” de identidade social respeita à forte identificação entre mineiro e fundo/interior da mina. Quanto a nós, este é o nível mais fecundo de produção de identidade, ao instaurar uma linha divisória ideológica, prática e simbólica entre fundo/superfície, entre interior/exterior.

O nível em que os atributos prescritos e assumidos pelas categorias sociais coincidem é aquele em que “mineiro” corresponde ao trabalhador que desce ao fundo da mina, independentemente da sua profissão no interior desta. O “fundo da mina” não configura apenas um contexto específico de socialização no trabalho, mas toda uma imagética com significativos efeitos sociais para a configuração dos modos de vida, produzida a partir do interior da própria localidade, isto é, dos que a vivem.

principal característica. Em termos simples e abstractos, convirá relevar que a produção social de identidade implica a convergência de dois processos: o de identificação, através do qual os actores sociais se integram em grupos de referência e/ou pertença (e em que a afectividade é uma componente sempre presente) e, o de identização, através do qual os actores sociais se distanciam e diferenciam de outros (os conceitos de “processo de identificação” e “processo de identização” são desenvolvidos por Pinto, José Madureira, “Sobre a Produção Social do Sentido”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 1991, p. 218, que refere, por sua vez, ter retirado as expressões de Pierre Tap). Ou seja, a identidade refere-se a um “nós” que supõe os “outros”, a uma articulação entre o que é assumido por “nós” e atribuído pelos “outros”, pelo que há que estar atento à falácia de aparentes identidades imutáveis e “fechadas” ao exterior. É, então, importante assentar que “(...) as identidades sociais se constroem por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão, por intermédio de práticas de confirmação e de práticas de distinção classistas e estatutárias, e que todo este processo, feito de complementaridade, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes.” (Pinto, 1991: 219)

A identidade social é sujeita a construções ideológicas, visando estabilizar os conflitos decorrentes de interesses divergentes. A dicotomia entre o “lado de dentro” da mina e o “lado de fora” é socialmente reconhecida na comunidade local, contribuindo para a formação de grupos de pertença e para a eficácia do controle social exercido pelo poder dominante. Para os empregados de escritório, elevados à categoria de protagonistas do “lado de fora”, a identidade social que lhe é prescrita pelos mineiros é constituída por um conjunto de estereótipos com conotações socialmente negativas, não coincidente com os que eles reconhecem para si próprios. Isso mesmo fomos constatando ao longo da análise das entrevistas. Mas, para os mineiros, verifica-se uma coincidência entre a identidade social virtual e a real, dito de outra maneira, entre os atributos assumidos e prescritos.

O mineiro é elevado, e eleva-se, não só à condição de “mártir-operário” – a ele se deve a façanha de fazer andar a empresa, mas tal implica sacrifício, ou seja, nele aliam-se as qualidades de coragem e de renúncia –, mas também à condição de mártir das classes trabalhadoras. Mesmo quando comparada com a figura do pescador, cuja representação social está mais próxima, a do mineiro é enaltecida.

Ao “interior da terra” correspondem imagens particularmente metafóricas e alegóricas de um conjunto de valores sociais dicotômicos que caracterizam a cultura ocidental judaico-cristã: obscuridade/luz, prisão/liberdade, inferno/paraíso, morte/vida. Em consequência, a representação social do mineiro, ao mesmo tempo romântica e trágica, entronca, precisamente na ideia de “martírio”, enquanto padecimento e morte.

Mas a imagem da morte lenta, provocada pela silicose, foi-nos, sobretudo, dada por aqueles que nunca trabalharam no fundo da mina. Para os homens cuja experiência praxeológica do fundo da mina ocorreu por via do trabalho lá desenvolvido quotidianamente, envolvendo o uso do corpo no contacto com a terra “profunda”, e para as mulheres (cônjuges) que com eles partilharam, embora de modo delegado, essa experiência, o que se realça é, sobremaneira, a dureza do trabalho (elevada temperatura, pó, ruído, débil iluminação, sujidade) e o perigo sistemático de acidentes, a que não se escapa desde que se entre na “jaula” para “baixar/descer à mina”.

Em todo o caso, o “risco” de contracção de doenças – silicose e surdez – e de ocorrência de acidentes é palpável, visível, permanente, para quem trabalha no fundo da mina. O risco pressupõe o perigo, mas é muito mais abrangente no sentido em que *“Reconhecer a existência de um risco, ou de um conjunto de riscos, é aceitar não só a possibilidade de que as coisas podem correr mal, mas também que esta possibilidade não pode ser eliminada.”* (Giddens, 1995: 91). Trata-se, obviamente, de um ambiente de risco aceitável e é nessa medida que envolve a confiança de quem o corre. Embora muito ligada à contingência, a

confiança pressupõe a possibilidade de redução ou minimização do perigo e, neste sentido, serve a noção de um cálculo do padrão do risco. Não obstante¹⁰, é na “pessoa” (trabalhador) e não no “sistema” (organização do trabalho no fundo da mina) que se encontra depositada a ideia de credibilidade e de fiabilidade perante o acaso.

O conceito de “risco mineiro”, sob a forma de doença e de acidente de trabalho, dá corpo à ideia de que a “natureza” do interior (espaço-tempo de mineiros) se contrapõe claramente à natureza do exterior (espaço-tempo de empregados de escritório) da mina.

5. MODOS DE VIDA E SABER BIOGRÁFICO

Ao problematizarmos a relação entre modos de vida e saber biográfico¹¹ cumpre afirmar que se efectivamente foi identificado um “modo de vida mineiro” no Lousal, dando corpo a uma sociedade que se considerou “estabilizada” e que corresponde aos anos 40-60, tal constatação não nos autoriza a falar de um percurso biográfico das famílias mineiras inscrito de modo fatalista na sua trajectória social.

¹⁰ Tal como observámos a propósito das representações sociais associadas às chefias (ver Sub-capítulo 4.3; ponto 4.3.3.3 da dissertação de mestrado da autora).

¹¹ Idalina Conde (1993a: 124) propõe que se pense a “vida”, enquanto condição humana comum, a partir de três dimensões constitutivas, a designar, o **saber**, a **experiência** e o **projecto** que, articulados, se exprimem como “**saber biográfico**”. Memória, acção e projecto atravessam o saber biográfico, no sentido em que se faz na prática e é inseparável da reflexividade sobre essa prática: passado, presente e futuro tornam-se presentes nos modos de ser e fazer de cada indivíduo, a quem a vida confere **competência**, ao mesmo tempo se assumindo como **recurso** e como **meta**, no quadro da sua capacidade de acção voluntária. Assim, o saber biográfico, como aprendizagem feita na vida é produzido e apropriado na experiência. Especificando, o saber adquirido na experiência do passado reenvia-nos para o papel da memória, o saber realizado na experiência do presente delimita a acção, o saber tornado virtual inscreve-se na experiência do futuro. A ideia de “projecto” associada à de “modos de vida” reveste-se de um carácter central, porquanto coloca de forma ineludível a questão das “margens de liberdade do sujeito”. Como refere Idalina Conde (1993a: 121), se é certo que a vida já vivida é irreversível também há que reconhecer que a tomada de consciência reflexiva desafia o constrangimento futuro dessa irreversibilidade (dependentemente do grau de acomodação projecto-experiência). Associa-se, pois, ao projecto, um papel importante nas lógicas estruturantes das práticas, enquanto organiza a estratégia dos sujeitos no sentido da concretização das suas aspirações e objectivos. O projecto inclui uma componente interpretativa e operatória, significando o reconhecer da racionalidade intencional da acção humana e, como tal, o reconhecer da capacidade relativa dos sujeitos em moldar os seus destinos, assim influenciando a dinâmica social. Associado ao conceito de “projecto” está, indubitavelmente, o de “imaginário”: imaginário-memória fundado quer na memória histórica/colectiva quer nas experiências passadas vividas e, imaginário-sonho que remete para uma dimensão verdadeiramente prospectiva os “projectos” do sujeito social. Se a propósito da memória destacámos a sua capitalização em contextos de crise, a mesma chamada de atenção fazemos em ordem à maior visibilidade do imaginário-sonho nas mesmas condições.

Defendemos, assim, que no Lousal não existe um *habitus mineiro*, no sentido em que este é o produto de uma trajetória social definida por numerosas gerações e não de uma condição social de origem. Ou seja, as *estruturas objetivas* que intervêm na produção do *habitus* inscrevem-se na diacronia ao mesmo tempo que incluem os itinerários de mobilidade social e suas relações, flexibilizando as trajetórias de vida dos sujeitos sociais.

Embora aplicada às grandes classes sociais, a ideia subjacente é a mesma: *“Um filho de operário, neto de camponês, inteiramente orientado para a ascensão social e para a saída da condição operária, não será educado da mesma maneira do que um filho de operário, neto de operário e convencido que não é possível sair da condição operária. Enquanto o primeiro terá possivelmente um “habitus pequeno-burguês” – apesar de ser de origem operária, teve uma socialização antecipadora de pequeno-burguês – o segundo terá um habitus operário “tradicional”. (...) Assim, o primeiro terá sucesso escolar, investirá nos estudos para “não ser operário como o pai”, enquanto o segundo sairá eventualmente da escola mais cedo com, por exemplo, um diploma de ensino técnico “para ter um bom ofício (operário) como o pai”. Nesta segunda interpretação, o habitus não é primeiramente a cultura do grupo social de origem mas antes uma orientação de linhagem (a “tendência” que corresponde à “inclinação” da trajetória familiar, cf. 1974, p. 16), uma identificação antecipada com um grupo de referência cujas condições sociais não são idênticas às da família ou grupo de origem.”* (Dubar, 1991: 69-70).

Tudo leva a crer que a relativamente curta história do Lousal (do final dos anos 30 até ao final da década de 80), a recente “identidade herdada” de ruralidade e de assalariamento agrícola da população mineira, a existência de outro tipo de experiências profissionais associadas, a localização geo-estratégica do Lousal entre o Alentejo e a Área Metropolitana de Lisboa, constituiriam constrangimentos significativos à reprodução da condição mineira, caso a mina não tivesse encerrado em 1988.

É certo que estávamos perante um lugar patronal: tudo apelava a uma ligação irreversível ao lugar – de que a casa e a horta cedidas pela empresa mineira articuladas com a incapacidade de gerar poupança no médio prazo e a existência de um trabalho fixo (porque a mina é um recurso teoricamente inesgotável) são os elos mais relevantes. A reprodução da “condição de proletarização” já vivida na agricultura (de onde eram originários boa parte dos entrevistados), acentuada pela continuada relação com o meio rural e agrícola envolvente (onde, sobretudo, as mulheres trabalhavam) acresceram a atracção e fixação ao Lousal.

Mas, se a fixação na condição mineira foi irreversível para aquelas famílias e a luta pela sobrevivência amarrou o seu “projecto de vida” ao quotidiano e esgotou o horizonte “prospectivo” da união conjugal, a dura experiência praxeológica

da mina configurou uma específica forma de resistência ao “habitus mineiro”: os “projectos de vida” enquanto inscrição no futuro são “projectos delegados” nos filhos. A obtenção do diploma da 4ª classe e a aprendizagem de um ofício¹² por parte dos filhos configuram estratégias assumidas pelos pais, em que normalmente se capitalizam as redes de parentesco localizadas fora do Lousal. São os “projectos delegados” nos filhos que dão corpo à ideia de que o centro de gravidade da família não é o casal mas os filhos e de que o trabalho apenas é central na medida em que é instrumentalizado para perseguir esse objectivo, sendo, portanto, valorizado pela “negativa”.

Em suma, o padrão de expectativas profissionais da população operária em geral apenas inclui a garantia de conhecimentos escolares básicos (no sentido de ultrapassagem do *handicap* social que seria não saber ler e escrever), já que o investimento é feito na aprendizagem de um ofício que resulte na aquisição de competências técnicas adquiridas por via prática, por conseguinte, pouco associado à escola. Pelo que representa de continuidade com alguns traços da inserção social destas famílias, subsiste uma significativa coincidência entre os projectos dos pais delegados nos filhos-homens e a trajetória concreta destes: mantém-se a instalação na *condição operária* e a experiência de assalariamento, mas “escapa-se” à *condição mineira*.

Se é possível perceber um sentido de orientação social quanto à reprodução de um *habitus operário* no Lousal, tal não inviabiliza o reconhecimento das possibilidades concretas de mudança social no interior da *classe operária* (de que os lugares profissionais são um indicador relevante) enquanto operadas pelas próprias *condições de funcionamento do habitus*.

6. PERSPECTIVAS

1. Mas, agora, o que significa o fechamento da mina do Lousal para os entrevistados que nasceram nos anos 20/30 e que naquele território viveram e partilharam largos anos da sua vida?

Dada a sua qualidade perdida de “espaço de contração”, ou seja, dado o desaparecimento da experiência praxeológica da mina, os sentimentos emergentes são contraditórios e complexos.

É certo que estes sentimentos são atravessados por relações sociais, profissionais e de género, em virtude das diferentes experiências praxeológicas da mina.

¹² O ofício de electricista é o que grange um maior grau de aceitação: uma carreira, um trabalho “limpo”, uma remuneração condigna, uma qualificação que pode ser utilizada noutros contextos de trabalho que não a de uma exploração mineira.

Não obstante, deparamo-nos com um traço comum: a mina, identificada com o fundo/o interior, era o “coração” da vida da comunidade, pelo que o Lousal já não é o que era antes.

O espaço social do Lousal perdeu, pois, o seu “centro vital” de construção identitária. Dito de outro modo, desapareceu a “mina-fundo” como elemento estruturante e, portanto, socializador das relações sociais num tempo concreto, que se inscreve na história e no tempo e lhe confere especificidade económica, social e cultural.

A avaliação faz-se do ponto de vista do binómio vida-morte correspondente a passado-presente.

De facto, mesmo para as famílias mineiras, o fundo de “sofrimento” que foi dando conteúdo e sentido aos seus discursos é, agora, subtraído às representações da “mina em funcionamento”. A selectividade da rememoração trata de preservar um certo nível de “segurança ontológica” que opere o imprescindível elo entre o ontem e o hoje. Ao se tender a anular as condições de vida associadas ao fundo da mina para valorizar a dinâmica passada à superfície, acaba por se “neutralizar” os conflitos e as tensões vividas entre e a propósito destes dois espaços sociais.

Apesar do espaço social do Lousal dever a sua especificidade à natureza de exploração mineira, portanto, ao trabalho desenvolvido no fundo, o que está ausente de modo *visível* e, por isso se recorda, é a actividade gerada à superfície (mina) e não no fundo (contra-mina), aquela valorizada positivamente e quase como se se estivesse perante um espaço socialmente “neutro”. Em causa está a ideia da “mina-território” como elemento estruturado, cuja organização material e imaterial configura as práticas dos sujeitos sociais, implicando uma apropriação quotidiana.

A disciplinarização do dia-a-dia encontra no relógio de ponto sonoro um dos seus instrumentos mais emblemáticos e mais eficazes para “automatizar” os movimentos repetitivos casa-trabalho. O controlo horário exercido sobre o trabalhador fez coincidir as categorias de tempo e de espaço e assumiu uma dimensão, ao mesmo tempo, pública e privada. Ainda assim, foi muito mais exigente para os trabalhadores do fundo. O fim do ruído que decorria da própria actividade mineira, ao que tudo indica intenso, também constitui uma marca do passado referida pelos entrevistados. Por isso, a mudança do ambiente sonoro foi sentida substancialmente nos primeiros tempos após o encerramento da mina, e continua a sê-lo para alguns residentes.

A propósito das festas surgidas espontaneamente, valerá a pena recuperar a ideia de que, actualmente, elas cumprem uma certa função “mitológica” de vivificação, no sentido de “fuga” à ideia de luta pela sobrevivência sistematicamente enunciada.

A representação social que lhes corresponde situa-as no espaço social da unidade de vizinhança – o bairro, ao domingo, durante o Verão e com a permissão

da direcção da mina. O Verão é, também, o tempo, por excelência, da recordação da sociabilidade entre vizinhos.

As principais festas enquadradas pela empresa mineira respeitavam à festa de S. João e à festa de Sta. Bárbara. A primeira está associada a um santo popular, comemoração tradicional bastante arreigada em Portugal; a segunda está associada à padroeira dos mineiros, comemoração que se festeja no dia 4 de Dezembro. Ambas eram participadas monetariamente pela empresa mineira, mas enquanto a festa de S. João tinha um carácter essencialmente lúdico (e ainda tem), a festa de Sta. Bárbara (que já não se realiza) tinha um cariz religioso e mobilizava todas as forças vivas do Lousal de modo “institucional”, destacando-se a escola.

Por ter um carácter essencialmente popular, a festa de S. João participa das raízes tradicionais da cultura popular e, neste sentido, surge menos investida do papel de regulação social que coube à de Sta. Bárbara. Recordada precisamente pela exuberância festiva, ela era, de facto, *a festa maior do Lousal*, permanecendo até à actualidade.

Estamos em crer que a festa de S. João tendia a consubstanciar-se num conjunto de práticas festivas que, de certo modo, se afiguravam como resistência aos efeitos ideológicos da cultura dominante, ou seja, uma actividade fora do trabalho, de tempo livre, que não corresponde a um mero espaço-tempo residual face às determinações de classe.

Entendendo-se o campo cultural como um campo de relações de força entre posições sociais com interesses divergentes faz, então, sentido pensar que a empresa patronal tenha procurado “enquadrar” a festa de S. João, em particular ao subsidiar a mesma, e tenha “investido” na festa de Sta. Bárbara como festa “ritualista”, onde a dimensão catártica de harmonização de interesses divergentes é o objectivo principal, pelo que ela foi, de facto, *a festa principal (de maior importância colectiva) do Lousal*.

A propósito essencialmente da festa de Sta. Bárbara, convém, então, ter presente que, tal como nas minas do Pejão, *“Essa ideologia paternalista encerra um conjunto de representações que a tornam eficaz, isto é, que permitem a “comunicação” entre dirigentes e trabalhadores, naturalizando o poder instituído. Isto acontece principalmente aquando das grandes festas da empresa e da região ou, como lhe chamam, da “Família Pejão”, que são os momentos fortes de reafirmação e de reactualização da realidade que elas pretendem representar, e por isso também elementos estruturadores das identidades. A aparente participação de todos e de modo igual nos acontecimentos culturais, religiosos e recreativos das festas serve para tornar real uma das maiores dessas representações: a que respeita à imagem da empresa como uma grande família, a Família Pejão. (...) A empresa como uma família significa que apesar da necessidade da existência*

do patrão e de chefes e de subordinados, ela não deixa, contudo, de ter também um pai e de aí todos serem irmãos.” (Duarte, 1996: 118).

Feito o balanço entre o passado e o presente da vida na comunidade nos tempos áureos da exploração mineira, importa compreender de que modo persistem, na relação específica com o futuro, as formas ideológicas de controlo, ao ter continuamente favorecido o desenvolvimento de atitudes de acomodação e consentimento. A partir do presente, quais as modalidades de articulação entre memória e identidade na consubstanciação de uma perspectiva de futuro para o Lousal – a do reinício da exploração mineira?

Independentemente da condição social, a possibilidade de reinício da actividade mineira suscita opiniões contraditórias, em que se cruzam diferenciadamente elementos da história familiar e colectiva.

O reinício da actividade mineira surge como uma possibilidade a observar, dado o crescente desemprego que se considera afectar a população jovem do Lousal, bem como o saldo actividade/inactividade “vivencial” do lugar. Estamos perante representações sociais cuja continuidade é difícil prever num cenário de eventual assumpção clara da possibilidade de reactivação da mina, tanto mais que a mesma é pública e reconhecidamente muito improvável.

Interessa-nos, contudo, recordar que as gerações mais recentes que ainda habitam no Lousal ou tiveram uma curta experiência na actividade mineira em virtude do seu fechamento, em alguns casos com continuidade na mina de Castro Verde, ou, não tendo essa vivência, são “herdeiras” de um património sociocultural imaterial em vias de desaparecimento, adquirido e transmitido praticamente a posteriori. Este tempo de crise identitária motivada pela ausência da mina como espaço de centralização constitui, para estas gerações, uma oportunidade especial e irrepetível da memória afrontar o esquecimento, possibilitando a afirmação de uma dinâmica equilibrada (não disruptiva) de reconfiguração dos modos de vida do Lousal.

2. Gostaríamos de terminar, salientando que um dos pressupostos que estiveram na base do processo da investigação tem a ver com a diluição da partição disciplinar, em termos teóricos e de metodologia empírica. Defendemos uma abordagem sociológica que funcione numa posição de “rótula” relativamente ao trinómio antropo-socio-história. Ou seja, a teoria sociológica exerce uma função de comando em todo o processo de condução da pesquisa e, em particular, na configuração teórico-metodológica da mesma mas, a compreensão multidimensional do objecto de análise faz apelo às aquisições das outras disciplinas afins, numa óptica “heterodoxa” e estratégica de inserção e adequação ao plano da investigação sociológica.

Como refere Robert Burgess, a propósito da pertinência e crescente recor-rência da pesquisa de terreno, “*A investigação sociológica foi, em dada altura,*

estritamente identificada com os métodos de inquérito, enquanto a investigação antropológica se baseava em estudos intensivos, usando métodos de trabalho de campo incluindo a observação participante. Uma tão marcada dicotomia entre a prática e os procedimentos destas duas disciplinas já não existe, pois os sociólogos usam o trabalho de terreno, tanto quanto os antropólogos se empenham na realização de inquéritos.” (Burguess, 1997: ix).

O estudo de caso a que se procedeu no âmbito desta pesquisa envolveu uma área territorial de estudo geograficamente circunscrita; não a residência no local e uma observação-participação intensa e aprofundada do investigador em variadas situações sociais, mas um contacto regular do mesmo com os informantes durante um tempo prolongado em que manteve quer conversas informais, quer conversas previamente definidas que resultaram em entrevistas semi-directivas; a recorrência a fontes documentais primárias e secundárias de informação relativas a momentos distintos e significativos do ciclo de vida da comunidade em estudo. Não estamos, pois, perante uma monografia antropológica ou um estudo histórico, mas perante uma pesquisa de terreno elaborada no âmbito dos fundamentos sociológicos. Assim sendo, merecem destaque três considerações: **(i)** A ideia de que é na conjugação e na coerente articulação entre os diversos métodos e técnicas de análise que se encontra uma importante mais-valia científica deste tipo de estudos. De facto, sejam as técnicas oriundas da Sociologia, da História ou da Antropologia, em todas se pode discutir as condições de validade metodológica do dispositivo e o estatuto científico dos dados produzidos, já que eles são sempre dependentes das próprias condições da sua produção. Mas, a par dos limites, todas as técnicas incorporam diferentes potencialidades e eficácias na maneira como abordam a realidade social, quer porque não existem técnicas “puras”, quer porque é precisamente no jogo entre a “lógica-processo” e a “lógica formalizada” que se encontra vinculada a sua pertinência analítica. Fora do quadro e do espartilho formal da disciplina em que foram reconhecidas e desenvolvidas, abre-se um campo criativo e profícuo de aplicação das mesmas. **(ii)** A ideia de que a “observação” é o princípio estruturador e o procedimento prevalecente na recolha e tratamento da informação, supondo uma relação dinâmica e de efeitos não negligenciáveis entre o investigador e os investigados, que varia de modo flexível consoante as técnicas e as fases da investigação. **(iii)** A ideia de que os processos sociais observados são alvo de um esforço interpretativo, que procura compreender as experiências de vida dos investigados, a partir do seu ponto de vista e “de dentro” dos seus quadros de interacção.

Ainda em relação ao saber biográfico, torna-se necessário um último apontamento, este sobre as narrações biográficas.

Podemos considerar que o reconhecimento de uma mesma linguagem é também uma condição fundamental para a configuração de distintos modos de vida.

Assim, e embora não se tenha procedido a um tratamento sistemático do discurso dos entrevistados, a leitura dos mesmos aponta algumas pistas interessantes.

No caso dos mineiros, os discursos acentuam um “linguajar mineiro”, ou seja, ligado à sua actividade profissional, que os empregados de escritório não reconhecem ou não valorizam na expressão verbal, nem mesmo no que respeita à sua própria actividade profissional – este um primeiro aspecto e que remete para o papel da linguagem e dos processos de comunicação.

Um segundo aspecto tem a ver com o modo distinto como os mineiros e os empregados de escritório constróem as suas narrativas biográficas: os primeiros acentuam recorrentemente, em discurso directo ou indirecto livre, a ocorrência de determinados acontecimentos ligados ao trabalho no fundo da mina (acidentes, excessos de autoridade, doenças) e à sua própria relação com os empregados de escritório; estes contam uma história linear da sua vida (quase sem “história”), onde praticamente se perde a referência ao lugar mineiro.

7. BIBLIOGRAFIA

- AAVV (1980) - *Cahiers Internationaux de Sociologie*, Vol. LXIX, PUF, Paris.
- AAVV (1981) - *Approches sociologiques aux modes de vie*, 2 Vols., Centre de Sociologie Urbaine, Paris.
- AAVV (1994) - *Espaces et Sociétés*, nº 73 (Espaces et Styles de Vie), L'Harmattan, Paris.
- ALMEIDA, Ana Nunes (1986) - “A fábrica e a família – tópicos para uma reflexão”, in *Análise Social*, Vol. XXII (91), Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 279-312.
- ALMEIDA, Ana Nunes (1990) - *A Fábrica e a Família – Famílias Operárias no Barreiro* (policopiado), Dissertação de Doutoramento, Biblioteca ISCTE, Lisboa.
- ALMEIDA, Ana Nunes (1992) - “Meio social, família e classes operárias”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 11, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 27-41.
- ALMEIDA, João Ferreira (1981) - “Alguns problemas de teoria das classes sociais”, in *Análise Social*, Vol. XVII (66), Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 231-251.
- ALMEIDA, J. F.; PINTO, J. M. (1990) - *A Investigação nas Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa.
- ALMEIDA, J. F.; COSTA, F.; MACHADO, L. (1988) - “Famílias, estudantes e universidade – painéis de observação sociográfica”, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 4, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 11-44.
- ALMEIDA, Miguel Vale (1995) - *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*, Fim de Século Edições, Lisboa.
- ALMEIDA, Miguel Vale; AMÂNCIO, Lígia; PEREZ, Rosa; WALL, Karin (1996) - “O género nas ciências sociais: interdisciplinaridade, inovação, crítica”, in *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*, Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Vol. II, Ed. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 129-144.

- ALVES, Helena (1992) - *Formação Social e Identidade Mineira. O caso da Aldeia Mina de S. Domingos entre 1858 e 1940* (policopiado), Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- ALVES, Helena (1996a) - "Sobre a Arte e o Engenho da Mineração em Portugal" in REGO, Miguel (coord.), *Mineração no Baixo Alentejo*, Câmara Municipal de Castro Verde, Castro Verde.
- ALVES, Helena (1996b) - "Rotas do Minério" in REGO, Miguel (coord.), *Mineração no Baixo Alentejo*, Câmara Municipal de Castro Verde, Castro Verde.
- AMARO, Rogério Roque (1985) - "O Alentejo Abandonado?", in *Economia e Socialismo*, nº 66/67, Revista Trimestral de Economia Política, Editorial Economia e Socialismo, Lisboa.
- BARDIN, Laurence (1994) - *Análise de Conteúdo* (1ª ed. 1977), Edições 70, Lisboa.
- BARROSO, António (1992) - "A Mina do Lousal", *SAPEC Jornal*, nº 17, SAPEC, pp. 6-7.
- BARROSO, António (1996) - *História da SAPEC*, Edição Comemorativa Especial, Corlito, SAPEC, Setúbal.
- BELO, Maria; ALÃO, Ana P.; CABRAL, Iolanda N. (1987) - "O Estado Novo e as Mulheres", in *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926. 1959*, Vol. II, Fragmentos, Lisboa, pp. 263-279.
- BERNARDO, Joaquim (1993) - "Perfis Culturais numa empresa mineira", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 14, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 73-90.
- BERTAUX, Daniel (1978) - *Destinos Pessoais e Estrutura de Classe*, Moraes Editoras, Lisboa.
- BERTAUX, Daniel (1980) - "L'Approche Biographique: Sa Validité Méthodologique, ses Potencialités" in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXIX, PUF, Paris, pp. 197-225.
- BERTAUX, Daniel (org.) (1981) - *Biography and Society: the Life Story Approach in the Social Sciences*, Sage, London.
- BLANCHET, A. et al (1987) - *Les Techniques d'Enquête en Sciences Sociales. Observer, interviewer, questionner*, Dunod, Paris.
- BLANCHET, Alain; GOTMAN, Anne (1992) - *L'Enquête et ses Méthodes: L'Entretien*, Éditions Nathan, Paris.
- BONNAULT-CORNU, Phanette (1997) - "Travail et Pratiques Langagières", in *Pensée*, nº 310, pp. 75-93.
- BOUDON, Raymond (1984) - *La Place du Désordre. Critique des théories du changement social*, PUF, Paris.
- BOUTINET, Jean-Pierre (1986) - "Le Concept de Projet et ses Niveaux d'Appréhension", in *Educação Permanente*, nº 36, pp. 5-26.
- BURGUESS, Robert G. (1997) - *A Pesquisa de Terreno. Uma Introdução* (1ª ed. 1984), Celta Editora, Oeiras.
- CALDEIRA, Paulo (1995) - "Identidades dos Portadores do Vírus da Sida", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 17, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 74-95.
- CONDE, Idalina (1993a) - "O nosso comum saber biográfico", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. II, nº 13, Associação Portuguesa de Sociologia e Editorial Fragmentos, Lisboa, pp. 120-134.

- CONDE, Idalina (1993b) - "Problemas e Virtudes na Defesa da Biografia", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 13, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 39-57.
- CONDE, Idalina (1993c) - "Falar da Vida (I)", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 14, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 199-222.
- COSTA, António Firmino (1984a) - "Entre o Cais e o Castelo: Identidade Cultural num Tecido Social Inegalitário", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 14, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, pp. 77-107.
- COSTA, António Firmino (1984b) - "Alfama: Entreposto de Mobilidade Social", in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 2, Edições Afrontamento, Porto.
- COSTA, António Firmino (1989) - "A Pesquisa de Terreno em Sociologia", SILVA, A.S.; PINTO, J.M. (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais* (1ª ed. 1986), Cap. V, Edições Afrontamento, Porto, pp. 129-148.
- CURIE, J.; CAUSSADE, G.; HAJJAR, V. (1986) - "Comment saisir les modes de vie des familles?", *L'Esprit des Lieux. Localités et changement social en France*, Éditions du CNRS, Paris.
- CUTILEIRO, José (1977) - *Ricos e Pobres no Alentejo*, Descobrir Portugal, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa.
- DENZIN, Norman (1989) - *Interpretive Biography*, Sage, Newbury Park.
- DIGNEFFE, Françoise (1995) - "De L'Individual au Social: L'Approche Biographique", *Pratique et Méthodes de Recherche en Sciences Sociales*, Armand Colin, Paris, pp. 145-173.
- DUARTE, Ana Maria (1996) - "Desemprego e reconstrução de identidades, o caso dos mineiros do Pejão", in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 17, Edições Afrontamento, Porto, pp. 105-134.
- DUBAR, Claude (1991) - *La Socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*, Armand Colin, Paris, pp. 1-34.
- DUBET, François (s/d) - *Sociologia da Experiência* (1ª ed. 1994), nº 48, Instituto Piaget, Lisboa.
- EVEREAERT, J. e STOLS, E. (dir.) (1991) - "História de uma Sociedade Belga em Portugal", *FLANDRES E PORTUGAL na confluência de duas culturas*, Europália, Edições Inapa, Lisboa, pp. I-XV.
- FERRAROTTI, Franco (1983) - *Histoire et Histoires de Vie: la méthode biographique dans les sciences sociales*, Librairie des Meridiens, Paris.
- FERREIRA DA SILVA, Artur (1968) - "As Minas do Lousal", in *Boletim de Minas*, nº 5, Lisboa, pp. 161-181.
- FRANCO, A.L. de Sousa (1994) - "A Economia", in REIS, A. (coord.), *Portugal, 20 anos de Democracia*, Círculo de Leitores, Lisboa.
- FRANÇOIS, Étienne (1984) - "Historia Oral y Nazismo", in *Debats*, nº 10, pp. 66-71.
- GHIGLIONE, R.; MATALON, B. (1992) - *O Inquérito. Teoria e Prática* (1ª ed. 1978), Celta Editora, Oeiras, pp. 1-21 e 63-104.
- GIDDENS, Anthony (1995) - *As Consequências da Modernidade* (1ª ed. 1990), Celta Editora, Oeiras.
- GREGORY, Derek e URRY John (org.) (1994) - *Social Relations and Spatial Structures* (1ª ed. 1985), Macmillan, Londres.
- GUERRA, Isabel (1987a) - *A Territorialização das Relações Sociais – Elementos para a Análise da Vida Social Local* (policopiado), Provas de Aptidão Pedagógica e Capa-

- cidade Científica, Biblioteca ISCTE, Lisboa.
- GUERRA, Isabel (1987b) - "A espacialização da vida social", in *A cidade em Portugal: como se vive*, Coleção Povos e Culturas, nº 2, Universidade Católica Portuguesa, pp. 171-191.
- GUERRA, Isabel (1991) - *Changement Urbains et Modes de Vie dans la Péninsule de Setúbal de 1974 a 1986* (policopiado), Tese de Doutoramento, Université François Rabelais, Tours, Tomos 1 e 2, Biblioteca ISCTE, Lisboa.
- GUERRA, Isabel (1993) - "Modos de vida. Novos percursos e novos conceitos", in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 13, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Lisboa, pp. 59-73.
- GUERRA, Isabel (org.) et. al (1992) - *Uma Aproximação às Identidades de Lisboa* (policopiado), Centro de Estudos Territoriais, Lisboa.
- GUIMARÃES, Paulo (1989) - *Indústria, Mineiros e Sindicatos*, Coleção "Estudos e Documentos ICS", nº 19, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- GUIMARÃES, Paulo (1991) - "Duas aldeias mineiras do Baixo Alentejo na segunda metade do séc. XIX", in *Vértice*, II Série, Editorial Caminho, Lisboa, pp. 55-63.
- GUIMARÃES, Paulo (1994) - *Indústria e Conflito no Meio Rural: Os mineiros alentejanos dos finais da monarquia ao Estado Novo* (policopiado), Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- GUIMARÃES, Paulo (1995) - "A intervenção do Estado Novo na Indústria Mineira: a criação do Serviço de Fomento Mineiro", in *Boletim de Minas*, nº 32 (3), Lisboa, pp. 203-212.
- GUIMARÃES, Paulo (1996) - "O Alentejo e o Desenvolvimento Mineiro durante a Regeneração", in REGO, Miguel (coord.), *Mineração no Baixo Alentejo*, Câmara Municipal de Castro Verde, Castro Verde.
- HALL, Edward T. (1986) - *A Dimensão Oculta*, Relógio de Água, Lisboa.
- HARRIES, Patrick (1990) - "La Symbolique du sexe: l'identité culturelle au debut de l'exploitation des mines d'or du Witwatersrand", in *Cahiers d'Etudes Africaines*, nº 30, pp. 451-474.
- JOUTARD, Philippe (1984) - "El Tratamiento del Documento Oral", in *Debats*, nº 10, pp. 72-84.
- JUAN, Salvador (1991) - *Sociologie des genres de vie: morphologie culturelle et dynamique des positions sociales*, PUF, Paris.
- JUAN, Salvador (1995) - "Os níveis de análise sociológica dos sistemas de representações e práticas", in *Sociedade e Território*, Edições Afrontamento, Porto, nº 21, pp. 124-131.
- KELLER, Suzanne (1975) - *El vecindario urbano - una perspectiva sociológica*, Siglo Veintiuno Ed., Madrid, pp. 1-21 e 127-183.
- LENTZ, Carola; VEIT, Erlmann (1989) - "A Working Class in Formation? Economic Crisis and Strategies of Survival among Dagara Mine Workers in Ghana", in *Cahiers d'Etudes Africaines*, nº 29, pp. 69-111.
- LYTTELTON, Adrian (1984) - "Historia Oral y Fascismo", in *Debats*, nº 10, pp. 62-66.
- LOPES, A.; RETO, L. (1990) - *Identidade da Empresa e Gestão pela Cultura*, Edições Sílabo, Lisboa.
- MACHADO, F. Lufs (1985) - "As práticas de sociabilidade em Queluz Ocidental", in *Sociedade e Território*, nº 3, Edições Afrontamento, Porto, pp. 90-99.

- MAROY, Christian (1995) – “L’Analyse Qualitative d’Entretiens”, *Pratique et Méthodes de Recherche en Sciences Sociales*, Armand Colin, Paris, pp. 83-110.
- MARTINS, I. P.; LOPES M. C. M. (1996) - “Minas do Lousal – Recuperação Urbano-Turística na Perspectiva Ambiental”, in *Actas da 5ª Conferência Nacional Sobre a Qualidade do Ambiente*, Vol. I, Universidade de Aveiro, Aveiro, pp. 451-460.
- MATOS, Madalena (1994) - *La Démocratie au Portugal. Analyse du Débat Politique entre 1974 et 1976* (policopiado), Tese de Doutoramento, Université de Genève, Genève, Biblioteca ISCTE, Lisboa.
- MATZKE, K. (1971) - “Mina do Lousal”, in CARVALHO, D.; GOINHAS, J.A.C.; SCHERMERHORN, L.J.G., *Principais Jazigos Minerais do Sul de Portugal*, I Congresso Hispano-Luso-Americano de Geologia Económica, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa, pp. 25-32.
- MICHELAT, Guy (1975) - “Sur l’utilisation de l’entretien non directif en sociologie”, in *Revue Française de Sociologie*, XVI, pp. 229-247.
- MORIN, Edgar (1970) - *Alarme em Orleães. Escravatura Branca ou Anti-Semitismo?* (1ª ed. 1969), Editorial Infício, Lisboa.
- NÓVOA, António (1992) - “A Educação Nacional”, in ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, SERRÃO, Joel; OLIVEIRA MARQUES, A. H. (directores), *Nova História de Portugal*, Vol. XII, Editorial Presença, Lisboa, pp. 455-519.
- NÓVOA, António (1996) - “Educação Nacional”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (directores), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 286-288.
- NÓVOA, António (1996) - “Ensino Liceal”, “Ensino Primário”, “Ensino Superior” e “Ensino Técnico”, in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (directores), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 301-309.
- OLIVEIRA, Luísa (1996) - “Tempo histórico, tempos sociais, (re)construção de identidades e sentidos da mudança – um caso elucidativo sobre Portugal”, in *Dinâmicas Multiculturais, Novas Faces, Outros Olhares*, Actas das Sessões Temáticas do III Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Vol. II, Ed. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 343-360.
- O’NEILL, B. R. (1991) - “Espaços Sociais e Grupos Sociais no Nordeste Transmontano”, in O’NEILL, B. R., BRITO, P. (orgs.), *Lugares de Aqui*, Actas do Seminário “Terrenos Portugueses”, D. Quixote, Lisboa, pp. 143-166.
- PAIS, José Machado (1986) - “Paradigmas Sociológicos na Análise da Vida Quotidiana”, in *Análise Social*, nº 90, vol. 22, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- PAIS, José Machado (1993) - “A Contextualização Sociológica pela Via do Quotidiano”, in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento*, Actas do II Congresso Português de Sociologia, Vol. II, nº 13, Associação Portuguesa de Sociologia e Editorial Fragmentos, Lisboa, pp. 519-531.
- PINTO, José Madureira (1991) - “Sobre a Produção Social de Identidade”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, pp. 217-231.
- PINTO, José Madureira; MARIA CIDÁLIA, Queirós (1990) - “Lugares de Classe e Contextos de Aprendizagem Social”, in *Sociologia e Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do I Congresso Português de Sociologia, Vol. I, Associação Portuguesa de Sociologia e Editorial Fragmentos, Lisboa, pp. 109-120.

- POIRIER, J.; VALLADON, S.; RAYBAUT, P. (1995) - *Histórias de Vida. Teoria e Prática*, Celta Editora, Oeiras.
- PROENÇA, M. Cândida (1996) - "Analfabetismo", in ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (directores), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 46-49.
- REMY, Jean (1995) - "As modas, as posições intermédias e as especializações do social", in *Sociedade e Território*, nº 21, Edições Afrontamento, Porto, pp. 132-143.
- REMY, Jean; VOYÉ, Liliane (1976) - *La ciudad y la urbanizacion*, Instituto de Estudios de Administracion Local, Madrid, pp. 41-61.
- REMY, Jean; VOYÉ, Liliane (1981) - *La ville ordre et violence – formes spaciales et transaction sociale*, PUF, Paris, pp. 207-222.
- ROSAS, Fernando (1994) - "O Estado Novo (1926-1974)", in MATTOSO, J. (dir.), *HISTÓRIA DE PORTUGAL*, 7º vol., Círculo de Leitores, Lisboa.
- SAMUEL, Ralph (1984) - "Desprofesionalizar la Historia", in *Debats*, nº 10, pp. 56-62.
- SARIEGO, Rodriguez; JUAN, Luis (1980) - "Los mineros de la Real del Monte: un proletariado en formacion y transicion", in *Revista Mexicana de Sociologia*, nº 42, pp. 1379-1404.
- SCHERMERHORN, L. J. G. (1971) - "A Faixa Piritosa do Sul de Portugal", in CARVALHO, D.; GOINHAS, J.A.C.; SCHERMERHORN, L.J.G., *Principais Jazigos Mineiros do Sul de Portugal*, I Congresso Hispano-Luso-Americano de Geologia Económica, Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos, Lisboa, pp. 15-25.
- SILVA, Augusto Santos (1994) - *Tempos Cruzados. Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Edições Afrontamento, Porto.
- SILVA, J. M. Leal (1996) - "À Laia dum Esboço Histórico sobre a Utilização Industrial Contemporânea das Pirites do Alentejo", in REGO, Miguel (coord.), *Mineração no Baixo Alentejo*, Câmara Municipal de Castro Verde, Castro Verde.
- SILVANO, Filomena (1997) - *Territórios da Identidade. Representações do Espaço em Guimarães, Vizela e Santa Eulália*, Celta Editora, Oeiras.
- SOBRAL, José Manuel (1995) - "Memória e Identidades Sociais – Dados de um Estudo de Caso num Espaço Rural", in *Análise Social*, Vol. XXX (131-132), Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, pp. 289-313.
- STOER, Stephen R.; ARAÚJO, Helena Costa (1987) - "A Contribuição da Educação para a Formação do Estado Novo: Continuidades e Rupturas, 1926-1933", in *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, 1926.1959*, Vol. II, Fragmentos, Lisboa, pp. 125-145.
- THOMPSON, Paul (1984) - "La Historia Oral y el Historiador", in *Debats*, nº 10, pp. 52-56.

ANEXO 2 – Glossário de palavras e expressões utilizadas pelos entrevistados.

GLOSSÁRIO DE PALAVRAS E EXPRESSÕES UTILIZADAS PELOS ENTREVISTADOS

Palavras

(Ordem Alfabética)

Barcal (1)
 Barrena (2)
 Barreno (3)
 Bétão (4)
 Capataz/Chefe de Relevo (5)
 Capataz/Chefe de Turno (6)
 Capataz de Piso (7)
 Castelete (8)
 Cavalete (9)
 Chefe Geral do Fundo (10)
 Conductor de Trabalho/de Serviço (11)
 Concassagem (12)
 Contra-mina (13)
 Cordeira (14)
 Corta (15)
 Dresine (16)
 Enchimento (17)
 Entivação (18)
 Entulho (19)
 Extraccioneiro (20)
 Galeria (21)
 Gasómetro (22)
 Grazine (23)
 Jaula (24)
 Liso (25)
 Malacate (26)
 Máquina de Extracção (27)
 Marteleiro (28)
 Minério Grado (29)
 Morraça (30)
 Motorista de Locomotiva (31)
 Palanca (32)
 Paleira (33)

Paleirista (34)
 Piso (35)
 Planta de Exploração (36)
 Poço de Armazenamento (37)
 Poço de Extracção (38)
 Poço nº1 (39)
 Poço nº2 (40)
 Quadro (41)
 Quartilho (42)
 Realço (43)
 Relhano (44)
 Rodízio (45)
 Rodo (46)
 Rolete (47)
 Safreiro (48)
 Trituração (49)
 Vagona (50)
 Vagoneta (51)
 Vigilante (52)

Expressões

À Boca do Poço
 Andar na Escolha
 Começar a Realçar
 Dar Plantas
 Baixar/Descer à Mina
 Estar/Trabalhar no Relevo da Batata
 Sanear o Trabalho
 Dar Dias de Porro
 Fazer o Reparte

Palavras

Palavras	Conteúdo
Associadas à Extração	
Barcal, Paleira, Paleirista, Rodó, Safreiro (1) (33) (34) (46) (48)	O barcal é um recipiente de ferro (espécie de tabuleiro com duas asas), com uma dimensão aproximada de 40x30cm. O rodó é uma espécie de sacho ou enxada com cabo de madeira e planta triangular de ferro. Ambos os instrumentos eram utilizados pelo safreiro no carregamento das vagonetas no interior da mina, segundo um processo completamente manual. Com o advento da mecanização, passaram a ser utilizados veículos com pás mecânicas pneumáticas, que asseguravam o carregamento, transporte e despejo do minério nas chaminés de produto (pequenas toldas de madeira ¹ de ligação entre as galerias) ou nos poços de evacuação do minério (espécie de silo), estes com saída para a galeria de rolagem (nível de base dos pisos) servida pelo poço de extração. Na gíria local, a pá mecânica pneumática é designada de paleira , palavra que deriva do francês, eventualmente por aglutinação de outras duas, "pelle mécanique". O safreiro foi, então, substituído pelo paleirista , condutor das referidas máquinas carregadoras e transportadoras.
Barrena, Barreno, Marteleiro (2) (3) (28)	A barrena é uma broca que serve para perfurar a rocha, com vista à colocação dos explosivos e conseqüente disparo. Antes da mecanização, as barrenas eram afiadas na forja, mas as utilizadas nos martelos pneumáticos são barras de aço, na ponta das quais está montado o dispositivo de corte (pastilha de carboneto de tungsténio). Ao marteleiro compete executar os furos, carregar e disparar fogo. Na gíria local, os disparos têm, também, o nome de barrenos .
Bétão, Poço de Armazenamento, Poço de Extração (4) (37) (38)	O bétão corresponde a um poço de armazenamento e evacuação do minério, na base do qual o minério é descarregado para vagonetas e transportado até ao poço de extração . A palavra utilizada na gíria local parece derivar do francês, "béthume", que significa na sua forma literal "escoadoiro de mina". Não obstante, uma outra explicação para esta designação pode ser sugerida. Na mina do Lousal, o revestimento destes poços interiores, inicialmente de placas de diorito, passou a fazer-se com betão.
Extraccioneiro, Motorista de Locomotiva, Dresine, Grazine (20) (31) (16) (23)	A dresine é uma locomotiva accionada por acumuladores (tração mecânica) que puxa as vagonetas, normalmente até ao poço de extração ao nível de base dos pisos. Na gíria local, esta locomotiva é designada de grazine . Anteriormente à mecanização do método de lavra, era apenas o extraccioneiro que, empregando a força muscular, empurrava as vagonetas que rolavam sobre carris. Dá-se o aparecimento de uma nova profissão - a de motorista/condutor de locomotiva - que, lentamente, acaba por substituir a de extraccioneiro.
Gasómetro (22)	Objecto de iluminação individual do mineiro. Corresponde a um candeeiro a gás (acetileno) que utilizava carboneto de

¹ Uma tolda, torva, tolva ou tremonha é um recipiente, de dimensão variável, que permite o movimento de um produto de um nível superior para um nível inferior, por gravidade.

	cálcio. Com a modernização tecnológica, o gasómetro foi substituído por lâmpadas eléctricas colocadas nos capacetes e accionadas por acumuladores.
Liso (25)	Grande placa de rocha, apenas suportada pelas extremidades, que se revela em consequência do disparo para extracção do minério. O liso é bastante instável e difícil de perceber a olho nu.
Malacate, Máquina de Extracção, Cavalete, Jaula, Poço nº1, Poço nº2 (26) (27) (9) (39) (40)	O malacate corresponde ao sistema de extracção e seus componentes. A máquina de extracção movimenta os elevadores que correm no poço de extracção, dando acesso às galerias. Na gíria mineira, os elevadores são designados por jaulas e é neles que se faz o transporte das vagonetas, do pessoal e do material de apoio. O cavalete é o topo do maquinismo de extracção composto por roldanas em que passam os cabos dos elevadores movidos pela máquina de extracção. Simplificadamente, o cavalete é designado por malacate, identificando de modo emblemático a paisagem mineira. No Lousal, o Poço nº1 destinava-se à circulação de vagonetas (poço de extracção) e o Poço nº2 à de pessoal e materiais de apoio.
Palanca (32)	Instrumento que corresponde a uma barra de ferro, pontiaguda numa extremidade e sextavada na outra. A palanca possui uma função polivalente (por ex. verificar o estado do terreno depois do arranque do minério e desobstruir as chaminés de produto e os poços de evacuação do minério, funcionando como alavanca).
Vagona, Vagoneta (50) (51)	A vagoneta é um veículo utilizado no interior e no exterior da mina (embora com formas diferentes) para transporte do minério, o qual rolava sobre carris quando as distâncias eram significativas. Com a mecanização do método de lavra, as vagonetas são substituídas por pás carregadoras pneumáticas, que asseguram o carregamento, transporte e despejo do minério nas toldas. A vagoneta também é designada por vagona .

Associadas ao Enchimento e à Entivação

Castelete (8)	Vigas de madeira empilhadas, com a forma de um pequeno castelo, as quais suportam o tecto das galerias. Ao longo das galerias são dispostos, regularmente, diversos casteletos .
Corta, Enchimento, Entulho (15) (17) (19)	A corta corresponde a um espaço a céu aberto (pedreira) de onde se extrai o entulho (material estéril) para enchimento das zonas em que já se procedeu ao desmonte do minério. O enchimento é tanto mais importante quanto o jazigo do Lousal é composto por massas lenticulares (e não por filão ou camada), fazendo-se o desmonte do minério quase até à exaustão e havendo perigo de abatimento devido aos enormes vazios deixados.
Entivação (18)	A entivação designa o processo de escoriamento e de revestimento dos poços e das galerias, visando sustentar terrenos (impedir a queda das paredes laterais ou do tecto) e, assim, garantir a segurança do trabalho mineiro.
Morraça (30)	Morraça é a designação dada, na gíria local, ao material estéril (entulho) e ao minério pobre.
Quadro, Cordeira, Rodízio ou Rolete (4) (14) (45) (47)	O quadro é uma construção rectangular de madeira composta por seis peças (dois largueiros, dois travessões e duas cabeceiras), que tem como função suportar a rocha encaixante (poços e galerias). A cordeira é uma guia, ou seja, uma estrutura de madeira ao

	<p>longo da qual desliza o elevador. As cordeiras são apertadas aos quadros através de cunhas. O rodízio ou rolete é uma pequena peça do elevador que corre sobre a cordeira.</p>
--	---

Associadas à Estrutura e Organização Funcional no Fundo da Mina

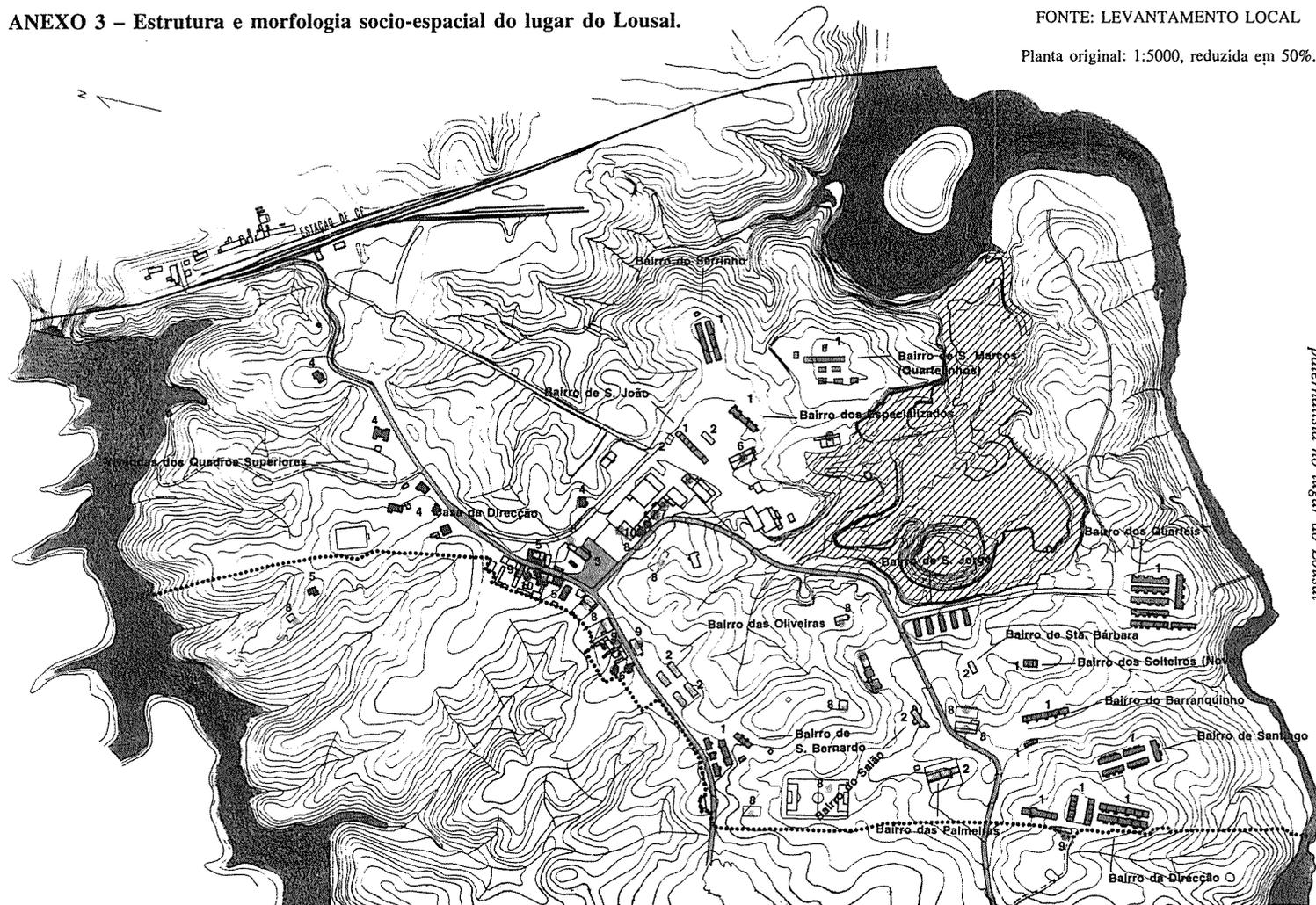
<p>Chefe Geral do Fundo, Condutor de Trabalho/de Serviço, Contra-Mina (10) (11) (13)</p>	<p>A contra-mina designa o fundo da mina, onde se faz a extracção do minério. É ao chefe geral do fundo, antigamente designado de condutor de trabalho/de serviço que cabe a responsabilidade de coordenar e dirigir todo o trabalho da contra-mina.</p>
<p>Galeria (21)</p>	<p>Via (corredor) de acesso à zona de desmonte e de circulação de minério, materiais e pessoas dentro da mina. De cada galeria saem vários recortes para exploração.</p>
<p>Capataz/Chefe de Relevô, Capataz/Chefe de Turno, Capataz de Piso, Piso, Vigilante (5) (6) (7) (35) (52)</p>	<p>O piso é o nível de profundidade do sub-solo a que se processa ou processou a exploração do minério. O piso ou nível de exploração é composto por várias galerias e recortes. Em cada piso, as orientações do trabalho são dadas aos trabalhadores pelo capataz de piso ou vigilante, enquanto a organização da actividade em todos os pisos cabe ao capataz/chefe de relevô, que também pode ser designado de capataz/chefe de turno. A palavra relevô deriva do francês, "relève", que significa "substituição", "revezamento", "rendição" (relevô = turno).</p>
<p>Planta de Exploração (36)</p>	<p>A planta de exploração corresponde à camada em exploração, na frente de desmonte.</p>
<p>Quartilho (42)</p>	<p>O quartilho é um pequeno armazém onde se guardam os explosivos utilizados no desmonte do minério.</p>
<p>Realço (43)</p>	<p>O realço é a zona em que se procede ao arranque e desmonte do minério.</p>

Associadas às Operações de Preparação Mecânica do Minério

<p>Minério Grado (29)</p>	<p>O minério grado corresponde a minério com uma granulometria superior a 50 mm.</p>
<p>Concassagem, Relhano, Trituração (12) (44) (49)</p>	<p>As três operações de fragmentação do minério são a quebragem (blocos não superiores a 50 mm), a trituração (blocos com uma dimensão entre 12 e 8 mm) e a moagem (redução do minério a dimensões inferiores a 1mm). Estas operações decorrem numa instalação de preparação mecânica (física) do minério, visando a transformação do minério bruto em utilizável. No Lousal, a oficina de preparação do minério localizava-se à boca do poço e nela se desenvolviam as operações de escolha manual (separação de material estéril) e de fragmentação do minério (excluindo a moagem). Trituração e concassagem são utilizadas, de modo simplificado, para referenciar a oficina de preparação do minério. A palavra concassagem, mais recorrente na gíria local, deriva do francês, "concassage", que significa precisamente "trituração". Algum do material estéril que se separa na operação de escolha é designado de relhano.</p>

Expressões

À Boca do Poço	Designa a zona de acesso (entrada e saída de minério, trabalhadores e materiais de apoio) ao fundo da mina, ou seja, o local preciso em que se toma ou se abandona a jaula à superfície.
Andar na Escolha	Actividade que se desenvolve na oficina de preparação mecânica do minério e que visa separar o material estéril do minério, o qual corre devagar através de um transportador (tela). É desempenhada sobretudo por mulheres, que se colocam em fila de um e de outro lado da tela.
Começar a Realçar	Dar início aos trabalhos de arranque do minério na frente de desmonte.
Dar Plantas	Acção de distribuição dos trabalhadores pelas frentes de desmonte.
Baixar/Descer à Mina	Acção de descida ao fundo da mina, que se inicia com a entrada na jaula, à boca do poço. Normalmente, significa o começo do turno de trabalho mas pode, também, representar o momento que inaugura a imprevisibilidade do trabalho mineiro (ocorrência de acidentes, nomeadamente).
Estar/Trabalhar no Relevo da Batata	Cada relevo corresponde a um turno de trabalho (vide <i>Glossário de Palavras</i> , (5)). Durante o período de maior dinamismo na extracção do minério, o trabalho no fundo da mina compreendia três turnos (7.30h-15.30h; 15.30-23.30h; 23.30h-7.30h), sendo que o da noite se designava por relevo da batata. Não foi possível encontrar o fundamento desta expressão. Para alguns, tem a ver com o facto de que, antigamente, os mineiros cozinhavam à noite no fundo da mina, sendo a batata a base da sua alimentação. Para outros, tem a ver com o facto de que, depois daquele turno, os mineiros seguiriam para a horta, sendo a batata uma das principais culturas (cavar, semear, apanhar).
Sanear o Trabalho	Verificar as condições do terreno no realço antes de se proceder aos trabalhos de desmonte. Especificamente, o objectivo é identificar e remover, usualmente com uma palanca, as pedras que ficam instáveis depois do disparo para arranque do minério. Esta actividade é levada a cabo pelo escombrador-saneador. No entanto, na mina do Lousal, esta responsabilidade estava cometida ao marteleiro e ao seu ajudante.
Dar Dias de Porro	Dar dias de castigo que, normalmente, correspondem a suspensão do trabalho. Não foi possível encontrar o fundamento desta expressão. No entanto, porro significa moca, cacete, calo proveniente de uma fractura (<i>Dicionário da Língua Portuguesa, Porto Editora, 6ª ed.</i>), podendo estabelecer-se uma relação simbólica com aquela expressão, em virtude de se tratar de um acto punitivo.
Fazer o Reparte	Acção de distribuição directa e normalmente <i>in situ</i> (fundo da mina) dos trabalhadores por locais e por tarefas, segundo o programa de trabalho estipulado para o turno. É levada a cabo pelos capatazes de piso.



Áreas Residenciais: 1. Bairros de Operários; 2. Bairros de "Empregados"; 3. Casa da Direcção; 4. Vivendas dos Quadros Superiores; 5. Outros Imóveis da "Mines et Industries"/SAPEC.

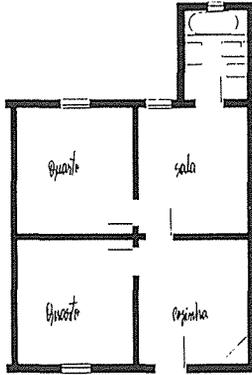
Levantamento Funcional: 6. Indústria e Armazéns; 7. Serviços de Apoio à Actividade Económica; 8. Serviços de Apoio à Comunidade; 9. Comércio e Restauração;

10. Serviços Pessoais. Via Pavimentada: - - - - - Pedreira: ||||| Limite da Área de Intervenção do Projecto RELOUSAL:

Mineiros ou mirandos: trajetórias biográficas e sistema paternalista no lugar do Lousal

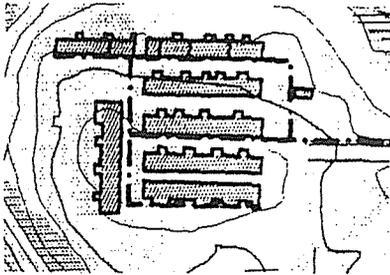
**ANEXO 4 – Plantas esquemáticas dos alojamentos dos entrevistados
(Entrevistas B e M).**

Planta Esquemática do Alojamento do Entrevistado B (Bairro dos Quartéis)

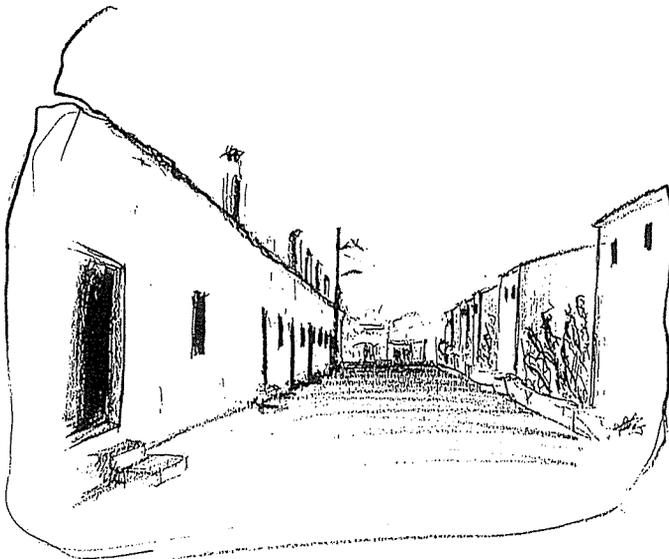


EX. 1309

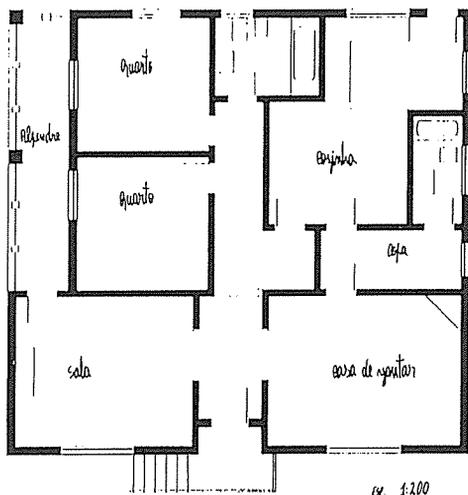
Planta Esquemática do Alojamento



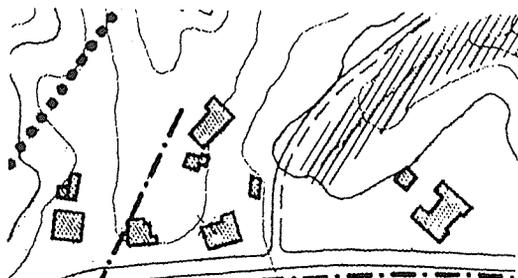
Planta Geral do Bairro



Planta Esquemática do Alojamento do Entrevistado M (Vivenda)



Planta Esquemática do Alojamento



Planta Geral da Área Residencial



THE ENTRANCE FEE IN VIPASCA BATHS: WOMEN – 1 AS; MEN – HALF AN AS*

by

Maria Pilar Miguel dos Reis

The third chapter of the legal inscription of one of the bronze plates from Vipasca, which is usually known as Vipasca I or as the first Vipasca law, is dedicated to the running of the bathing resort¹ – **Map 1**.

Let us turn our attention to the third line of this article (**Fig. 1**). It says: “The contractor will charge men half an *as* each and women one *as* each”². That is, in order to be admitted inside the Vipasca (or Vipascum) Baths and enjoy a minimum of services, women had to pay exactly twice as much as men. This curious situation surely did not occur only for sexist reasons; it rather includes a large number of situations which will lead us on a long journey. We can, therefore, start by asking ourselves whether the entrance fee for women was expensive or not. Pompeii will give us this valuable information through the picture of the domestic accountancy of someone living there in the first century AD.

By studying the inscriptions in Pompeii³, we know that a lamp or a plate cost as much as entering Vipasca Baths, that is, one *as*; but, for example, a drinking glass would cost two *asses*. The cost of having a tunic washed is even more interesting: one denarius, i.e. four sesterces, that is sixteen *asses*. And if this information is not enough, we may resort to another valuable text, also from Pompeii. It is a kind of an accountancy book, which tells us in some detail the expenses of someone over nine consecutive days⁴ (we understood it as being a

* This text is the result of an assignment for the course ‘Society and Demography in Roman Hispania’, part of the Masters degree in Classical Archaeology at the Faculty of Arts of the University of Coimbra, Portugal; I am grateful for the generous guidance of Prof. José d’Encarnação.

¹ This Bronze plate was found in 1876, amid copper slag brought from the Algares (Aljustrel) mine.

² Encarnação, 1984.

³ Etienne, 1992; CIL, IV, 5380.

⁴ CIL, IV, 4227.

family that owned a slave). The daily amount of money spent on bread can be estimated as between eight and two *asses*, the latter figure being only the slave's portion. This man had a daily expense of twenty-five *asses*, which curiously did not include any money spent on the city baths. Therefore, and bearing in mind that the entrance fee to Rome's public baths was four times lower than in Vipasca, the entrance fee for women from this village to the public baths would not represent a very high expense in the daily family budget. Anyway, perhaps women did not visit the baths daily – it is more certain that men were the main customers there especially if we think about Vipasca's main occupation. To reinforce this idea Domergue⁵ gives us the example of another mining enclave, Alburnus Maior, in Asia Minor, where a miner daily earned two or three sesterces, that is eight to twelve *asses*. We take for granted that the miner from Alburnus Maior could not bear the expenses of a Pompeiian family, but the act of going to the baths was seen as a duty and as a need.

The entrance fee is expensive, when compared to Rome, but we should also emphasise that neither the freed, nor imperial slaves, nor children nor the garrison soldiers in Vipasca paid it (1.4), which, clearly reduces the revenue.

We can, therefore, approach the subject from another point of view: we must then put ourselves in the bath resort *conductor's* shoes, i.e., the person who rents it so that it can be utilised. In other words, how much could the *conductor* earn from this business and what were the maintenance costs? We shall begin with the raw materials. In order for the baths to function, two things are essential: water and wood.

About the first, we know only that the bath resort renter had to maintain a certain water level and that the liquid had to be in huge quantities. But wood is a more difficult problem. In a mining settlement, wood is extremely important, even indispensable, so that if the *conductor* sold it “illegally”, he would be fined (1.10)⁶. Wood is one of the constant expenses that the *conductor* had to support, and its price could not have been very low, as the fine applied to a hypothetical parallel trade is quite high. In fact, wood is, in some cases, the object of public offers, the *summa honoraria*, as in the case of Pliny the Younger. He gave away, besides the 300,000 sesterces destined for the decoration of his home city (Comum) baths, another 200,000 sesterces for its maintenance – this is, undoubtedly, a fine example of private generosity. But, if wood was expensive, water would also be a source of expenses for our *conductor*, as well as the plumbing maintenance, the covering of the pool and any damage caused by the use of the building.

This means that the fee the customers paid to be admitted to the baths was not enough to cover all the expenses, and so there was no profit at all. However,

⁵ Domergue, 1983.

⁶ The fine was 100 sesterces.

in public baths (such as the ones mentioned on the bronze plate in Vipasca) there were other services which could make the business profitable: massage, depilation, unction and sale of perfumed oils, rental of towels and tunics, in short, all sorts of services not included in the entrance fee.

If we are to consider that the baths were multifunctional complexes and that all aspects of urban social life were enclosed therein, we may resort to examples such as the ones shown by the Pompeii Baths (the Central Baths) or by the Neptune Baths in Ostia. The latter constitute a canonical building: the south, turned towards the *decumanus*, was occupied by a number of *tabernae* facing the street and the internal part of the *palestra*. This is certainly another example of baths granted by means of contract, as in Vipasca, and the *tabernae* rental would be the true source of profit for the owner, in order to counterbalance the “political price” of the entrance fee. And if we bear in mind the late timetable of the men, we cannot disregard the possibility of food and wine sales.

We can, therefore, conclude that the reasons that led to the promulgation of higher fees for women were not strictly economic – perhaps it was a question of balance. The social role of women in Roman society does not justify this variation. Woman is, in some cases, a *civis romana*. However, we should remember that a Roman mining settlement would probably have a rather different social composition from a standard town. Another reason might be attributed to the timetable: in fact, women’s timetable was longer.

In the case of Vipasca Baths, as was the common practice throughout the Empire, there were different timetables for men and women: the morning was reserved for women, and the afternoon for men. With this method, the division between both sexes was guaranteed. Separate units are exceptional cases in the Empire, the Stabian Baths in Pompeii being one of the most quoted examples. This care in dividing spaces is linked with moral factors, as proved by Hadrian’s law about it in the second century AD, which was later confirmed by Marc Aurelius⁷. The fact is that women who went with men to the public baths did not have a good reputation. This happened, for example, in Caracalla Baths (Rome), where a part of the baths was common to both sexes – the *Frigidarium* pools. In this case, the majority of women would rather use other places where their reputation would not be harmed.

Returning to Vipasca, we are confronted, therefore, with the explicit stipulation of these timetables, according to the orders of the mine procurator. Women (1.1) were admitted from dawn – 6:00 or 8:00 – until the seventh hour – around 12:00; men were admitted between the eighth hour – 13:00 – and the second hour of the night.

⁷ “Lavrcra pro sexibus separavit” (SHA, Adriano, 18,10 and SHA, Marcus Aurelius, 3,8). This law was abolished by Heliogabalus (SHA, Heliogabalus, 31, 7).

From 6:00 to 7:00 and between 12:00 and 13:00 the building was closed to the public, probably for cleaning. This means that women had the right to use the baths for six to eight hours and men could only use it for five hours. We should note that the inscription spoke of the Summer timetable, as generally the eighth hour corresponds to that period of the year, while in Winter it was the ninth hour.

Anyway, different timetables do not justify different entrance fees, as – even supposing that more wood is needed to heat up the baths in the morning, since they would have to work for one or two more hours – the men’s time would have to have artificial lighting, at least during the later hours (and that would be another expense for the *conductor*).

To conclude, we may say that the public baths in Vipsasca set a different entrance fee depending on sex mainly due to a question of balance in the *conductor*’s profits. But the price is still symbolic: after all, it is a public good and a symbol of Romanization. There is not, in my opinion, an intention of “overloading” female expenses. Moreover, the knowledge we have about the population in Vipsasca, or more precisely, of these baths, is only provided by the inscription, as we do not have archaeological proof of the existence of this building, nor of its plan or dimension.

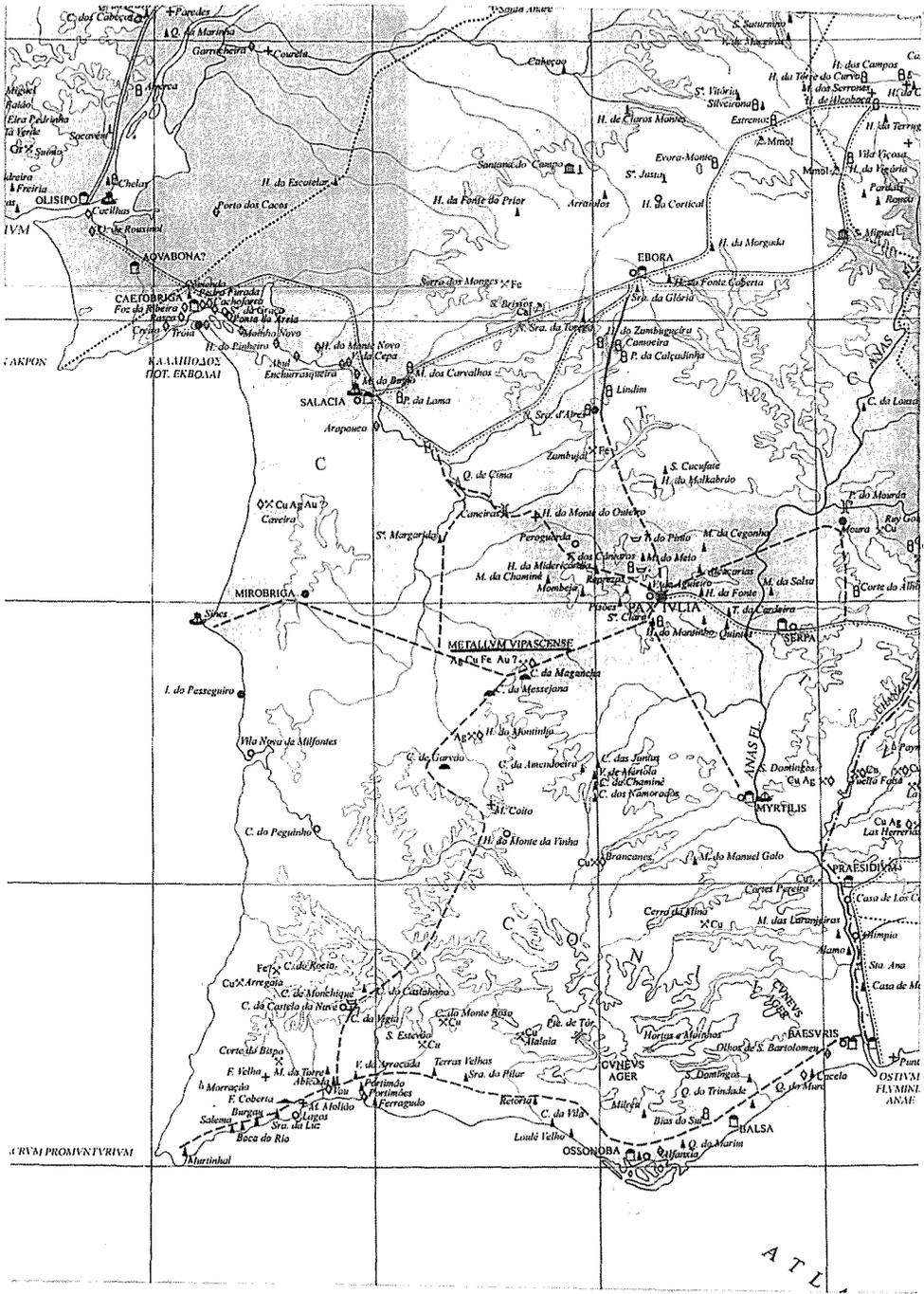
Nevertheless, we should not overlook another question. There certainly were other baths, and perhaps this was only public one. We may assume there would have been private baths, the *balnea*, belonging to the wealthiest families, where a certain number of women could enjoy the pleasures of bathing without paying an *as*.

BIBLIOGRAPHY

- ALARCÃO, A. M. (Direcção de) (1997) - *Portugal Romano. A Exploração dos Recursos Naturais*, Direcção de Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.
- DOMERGUE, C. (1983) - “La Mine Antique d’Aljustrel (Portugal) et les Tables de Bronze de Vipsasca”, *Conimbriga*, XXII.
- DOSI, A. e SCHELL, F. (1992) - *Spazio e Tempo; Vita e Costumi dei Romani Antichi*, n° 14, Museo della Civiltà Romana, Ed. Quazar.
- DUBY, G. e PERROT, M. (1994) - *Storia delle Donne. L’Antichità*, Ed. Laterza, Milano.
- ENCARNAÇÃO, J. d’ (1984) - *Inscrições Romanas do Conventus Pecensis*; Coimbra; Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, Lisboa.
- ÉTIENNE, R. (1992) - *La vita quotidiana a Pompei*, Mondadori Editore.
- NIELSEN, I. (1990) - *Thermae et Balneae. The Architecture and Cultural History of Public Baths*, Aarhus, University Press.
- PAVOLINI, C. (1996) - *La Vita Quotidiana a Ostia*, Edizioni Laterza Economica, Bari.
- YEGUL, K.F. (1992) - *Baths and Bathing in Classical Antiquity*, The MIT Press, Cambridge (Mas.).

○ ○
 CENTESIMAE ARGENTARIAE STIPVLATIONIS CONDVCTOR EAI
 NEM · INTRA FINES METALLI VIPASCENSIS MENT EXCEPTIS IIS · QVAS · PROC · METALLORVM IN
 RE ACCIPITO CONDVCTOR EX · PRETIO PVTEORVM · QVOS PROC · METALLORVM VENDET · CEN
 SI INSTITVTA AVCTIONE VNIVERSALITER OMNIA ADDICTA FVERINT · NIHILO MINVS VENDITOR · CL
 5 RIVE EIVS · PRAESTARE · DEBETO CONDVCTORI SOCIO ACTORIVE EIVS · SI VOLET STIPVLARI A
 SOCIVS ACTORVE EIVS QVOQE SVMMAE QVAE EXCEPTA IN AVCTIONE ERIT CENTESIMAM EXIGITO
 HABVERIT SI · EAS NON ADDIXERIT ET · INTRA DIES DECEN QVAM · SVB PRAECONE FVERINT · DE CONDICI
 DVCTORI SOCIO ACTORIVE EIVS · CENTESIMAM · D · D · QVOD EX HOC CAPITE LEGIS CONDVCT
 10 SCRIPTVRAE PRAECONII QVI PRAECONIVM · CONDVXERIT · PRAECONEM INTRA FINES PRAEB
 K L · MINOREMVE FECERIT · CENTESIMAS DVAS AB EO QVI MAIOREM K C · FECERIT · CENTESIMAM EXIC
 DEDERIT · SI QVINQVE MINOREMVE NVMERVM VENDIDERIT · CAPITVLARIVM IN SINGVLA CAPITA · V
 DERIT · IN SINGVLA CAPITA · X III · CONDVCTORI SOCIO ACTORIVE EIVS · DARE DEBETO SIQVAS
 DET LOCABITVE · IIS REBVS CONDVCTOR SOCIVS ACTORVE EIVS · PRAECONEM PRAESTARE DEBETO
 15 DAE NOMINE PROPOSVERIT · CONDVCTORI SOCIO ACTORIVE EIVS · X I · D · D PVTEORVM QVOS
 FTOR CENTESIMAM · D · D · QVOD SI IN TRIDVO NON DEDERIT · DVPLVM · D · D CONDVCTORI SOC
 QVI MVLOS MVLAS ASINOS ASINAS · CABALLOS · EQVAS SVB PRAECONE VENDIDERIT · IN F · I · X III · D · D · C
 PRAECONEM SVBIECERIT · ET INTRA DIES · XXX · DE CONDICIONE VENDIDERIT · CONDVCTORI SOCIO
 → BALINEI FRVENDI · CONDVCTOR BALINEI SOCIVSVE EIVS OMNIA SVA INPNSA BALINEVA
 20 PR · K · IVL · PRIMAS OMNIBVS DIEBVS · CALFACERE ET PRAESTARE DEBETO · A PRIMA LVCE IN HORAM · SEPTIM
 IN HORAM SECVNDAM NOCTIS VIRIS ARBITRATV PROC QVI METALLIS PRAEERIT A QVAM IN
 CAVSTIS ET IN LABRVN TAM MVLIERIBVS · QVAM VIRIS · PROFVENTEM · RECTE · PRAESTARE DEBETO
 AERIS SEMISSES ET A MVLIERIBVS AERIS ASSES EXIGITO · EXCIPVNTVR · LIBERTI ET SERVI
 COMMODA PERCIPIENT ITEM · INFVBERES · ET MILITES CONDVCTOR SOCIVS · ACTORVE EIVS
 25 EI · ADSIGNATA ERVNT · INTEGRA CONDVCTIONE PERACTA REDDERE DEBETO NISI SIQVA VETVSTATE C
 VETVTV · LAVARE TERGERE YNGVEREQVE ADIPE E RECENTI TRACENSIMA QVAQVE DIE · RECTE DEBETO
 ERIT QVO MINVS · LAVARE RECTE POSSIT EIVS TEMPORIS PRO RATA PENSIONEM · CONDVCTOR REPVTARE DEB
 ALIVT · EIVSDEN BALINEI EXERCENDI CAUSA · FECERIT · REPVTARE NIHI · DEBEBIT CONDVCTORI VE
 BVS RAMORVM · QVAE OSTILI · IDONEA NON ERVNT NE LICETO · SI ADVERSVS HOC QVID FECERIT · IN SINGV
 30 SI ID BALINEVM · RECTE PRAEBITVM NON ERIT · TVM PROC · METALLORVM · MVLTAM CONDVCTORI · QVO
 AD HS CC · DICERE LICETO LIGNVM CONDVCTOR · REPOSITVM · ONNI TEMPORE · HABETO · QVO
 SVTRINI QVI CALCIAMENTORVM QVID LORAMENTORVMVE QVAE SVTORES TRACTARE SO
 REM FIXERIT · VENDITAVERITVE SIVE QVID ALIVT QVOD SVTORES VENDERE DEBENT VENDIDIS
 CONDVCTORI SOCIO ACTORIVE EIVS · DVPLVM · D · D CONDVCTOR · CLAVOM EX LEGE FERRARIAR
 35 ACTORIVE EIVS · PIGNVS CAPERE LICETO REFICERE CALCIAMENTA · NVLLI LICEBIT · NISI CI
 VE CONDVCTOR OMNE GENVS · CALCIAMENTORVM PRAESTARE DEBETO NI ITA FECER
 ESTO TONSTRINI CONDVCTOR FRVI DEBETO · ITA NE ALIVS IN
 TERRITORIS · EIVS · TONSTRINVM QVAESTVS CAUSA FACIAT QVI ITA TONSTRINVM FECERIT IN SIN
 CONDVCTORI SOCIO ACTORIVE EIVS · D · D · ET EA FERRAMENTA · COMMISSA CONDVCTORI SVNTO
 40 DOMINOS AVT CONSERVOS · SVOS CVRAVERINT CIRCITORIBVS · QVOS CONDVCTOR
 DVCTORI SOCIO ACTORIVE EIVS PIGNORIS CAPTIO ESTO · QVI PIGNVS CAPIENTEM PROHIBVERIT
 DEBETO CONDVCTOR · VNVM PLVRESVE ARTIFICES · IDONEOS IN PORTIONEM RECIPITO
 TABERNARVM · FVLLONIARVM VESTIMENTA RVDA VEL RECVRATA NEMINI V
 CIVS · ACTORVE EIVS LOCAVERIT PERMISERITVE LICETO · QVI CONVICTVS FVERIT · ADVERSVS EA QVI
 45 X III · CONDVCTORI SOCIO ACTORIVE EIVS · D · D PIGNVS CONDVCTORI · SOCIO ACTORIV
 SCRIPTVRAE SCAVRARIORVM ET TESTARIORVM QVI IN FINIBVS · MET
 AS ARGENTARIAS · AERARIAS PVLVEREMVE · EX SCAVRIS · RVTRAMINA · AD · MESVRAM PONDVS
 DIRE FRANGERE CERNERE · LAVARE VOLET · QVIVE LAPICAEINIS · OPVS · QVO QVO MODO FACIEN
 SERVOS MERCENARIOSQVE · MITTENT · IN TRIDVO PROXIMO PROFITEANTVR · ET SOLVAR
 50 INTRA PR · K QVASQVE NI ITA FECERINT · DVPLVM · D · D QVI EX · ALIS LOCIS VBERTVMBSIAE
 FINES · METALLORVM · INFERET · IN · P · C · X I · CONDVCTORI SOCIO ACTORIVE EIVS · D · D · QV
 CTORI SOCIO ACTORIVE EIVS DEBEBITVR · NEQVE EA DIE QVA DEBERI COEPTVM ERIT · SOLV
 CONDVCTORI SOCIO ACTORIVE EIVS · PIGNVS CAPERE LICETO ET QVOD EIVS SCAVRIAE PV

Fig. 1



Map 1
 From *Tabula Imperii Romani*, hoja J-29: Lisboa.

V Á R I A

QUE É A ARQUEOLOGIA?

por

Vítor Oliveira Jorge

A arqueologia é antes de mais uma ciência social, que visa, a partir da análise das materialidades que nos rodeiam, contribuir para o conhecimento da história da nossa espécie. Nesse sentido, há muito que ela abandonou a sua matriz inicial de “estudo de antiguidades” para assumir, como âmbito da sua actividade, a totalidade do espaço planetário e do tempo histórico, até à actualidade.

Mas, para além de ser uma forma de conhecimento, e sobretudo um modo de ver a realidade, a arqueologia é também uma actividade profissional, um serviço, que incide sobre uma área do património cultural permanentemente ameaçada pelas grandes obras, ou outras intervenções “agressivas” do território, contemporâneas, e portanto com importância crescente no mundo em que vivemos.

O património arqueológico, tanto o existente em meio terrestre como o subaquático, caracteriza-se pela sua dispersão no espaço, pela sua frequente ocultação (pelo menos parcial) e, portanto, pelo seu aparecimento, muitas vezes, inesperado, fortuito, aquando de revolvimentos do solo produzidos pelas referidas obras, ou por outros fenómenos naturais, como a erosão. Consequentemente, nenhum inventário arqueológico, seja a que escala for, se poderá considerar alguma vez completo; há um factor de imprevisibilidade na própria delimitação quantitativa do universo de materialidades sobre as quais incide a actividade da arqueologia. Cada vez mais assumidos como bens públicos, elementos caracterizadores dos lugares, e por isso também recursos, finitos, de um desenvolvimento sustentável, os “testemunhos arqueológicos” são seriamente considerados, nos países mais conscientes, aquando do planeamento de quaisquer acções transformadoras da fisionomia do território. Daí que hoje tenha uma importância primordial a chamada “arqueologia preventiva”, que consiste em prospectar sistematicamente o solo (por métodos tradicionais, de observação directa, ou por métodos geofísicos, de detecção remota, etc.), por forma a identificar todos os indícios de vestígios invisíveis à superfície, com o fim de os analisar, registar, e se possível proteger e valorizar, integrando-os no âmbito do planeamento do território.

Apesar de ter os seus antecedentes longínquos num período que vai do Renascimento ao séc. XVIII, a arqueologia desenvolve-se na Europa e nos Estados Unidos (até hoje, em que se pratica por todo o mundo) a partir da segunda metade do séc. XIX. Durante essa primeira fase, até aos inícios do séc. XX, dão-se algumas inovações teóricas e metodológicas muito significativas, no cruzamento de diversos saberes (história, geologia/biologia, etnolo-

gia): o “Sistema das 3 Idades” (Pedra, Bronze, Ferro), aplicado pelo dinamarquês Thomsen para organizar em fases sucessivas os objectos do Museu de Copenhaga, na Dinamarca; o conceito de evolução das espécies, desenvolvido por C. Darwin; e a comprovação da grande antiguidade da espécie humana, através das descobertas de B. de Perthes no Norte de França, e de outros investigadores.

Paralelamente, a antropologia cultural, evolucionista, arranca com obras como as de Lewis Morgan (passagem da humanidade pelos estádios da selvajaria e da barbárie, até à civilização). Entretanto, acompanhando o expansionismo ocidental, a sua “descoberta” constante de novos “mundos”, o desenvolvimento das viagens até aos recantos mais ignotos, e o apuramento de técnicas de trabalho de campo e de gabinete, dá-se a revelação de grandes civilizações (egeia, por Schliemann; maia, por Stephens), ou a decifração das suas extintas formas de escrita (egípcia, por Champollion; cuneiforme, por Rawlinson).

A primeira metade do séc. XX assiste a desenvolvimentos em múltiplos sentidos: preocupações tipológicas e cronológicas, muito atentas ao estabelecimento de sequências culturais regionais, à classificação e ordenação de artefactos; melhor apuramento das técnicas de arqueologia de campo (quadriculagem do terreno, registo tridimensional dos achados); início da fotografia aérea, raiz da futura “arqueologia da paisagem”, paisagem essa cada vez mais entendida como um palimpsesto (sobreposição de vestígios da acção humana sobre o território); primeiras preocupações por uma perspectiva ecológica, integrando as comunidades no meio (atenção aos restos de fauna, de flora, à reconstrução do clima, etc) e explicando o devir histórico através dessa relação. Impôs-se definitivamente a grande antiguidade da arte, com a plena aceitação da arte rupestre (e não apenas móvel) paleolítica, e, também, a ideia das remotas raízes do processo de hominização.

Uma figura domina, nesta época, as tentativas de síntese da pré-história europeia e próximo-oriental, e de teorização da arqueologia: V. Gordon Childe. Nos meados do séc. dá-se a descoberta revolucionária do método de datação pelo carbono 14 (Libby), que viria acabar com muitas explicações difusionistas e permitir o estabelecimento de comparações dos processos de evolução cultural à escala do globo.

Os anos 60 do nosso século veriam, por sua vez, o eclodir de um movimento teórico renovador (protagonizado por L. Binford), conhecido do exterior como “nova arqueologia” americana, que dá início a uma terceira e última etapa da história da arqueologia, em que esta, como alguém disse, “perdeu a inocência”, e no fundo se abriu à complexidade problemática que hoje a caracteriza. Na Europa, é conhecida como “arqueologia processual”, e um dos seus principais expoentes é Colin Renfrew.

Fundamentalmente, esta perspectiva propugna: é preciso explicar “processos”, não apenas descrever “dados”; há que partir de hipóteses, de objectivos explícitos, e em função deles realizar as observações, superando portanto o empirismo tradicional e incrementando o debate teórico; há que encarar a cultura não como um bloco, mas como um sistema composto de subsistemas, que têm diferentes dinâmicas e interagem em múltiplos sentidos, incluindo o meio-ambiente; também o que “resta” arqueologicamente de uma cultura, aquilo que às vezes se chama impropriamente o “registo arqueológico”, não é homogéneo, nem se modifica de forma linear, mas polimorfo, muito diversificado; importa criar uma teoria da mudança cultural que seja a correspondente da teoria da evolução das espécies – talvez tal se consiga através da comparação, a diferentes escalas, dos processos evolutivos que se verificaram nas várias regiões do globo, em relação com os biomas terrestres. Ao optimismo subjacente a esta perspectiva, que se inspirava largamente das ciências naturais,

vinha ajudar a aplicação cada vez mais frequente de métodos quantitativos, de meios laboratoriais, e da velocidade permitida pelos computadores, aos “dados” arqueológicos.

Iniciou-se então, ou ganhou novo alento, uma arqueologia de grandes projectos interdisciplinares, orientados por objectivos definidos, abarcando regiões inteiras, e procedendo por vezes por amostragem estatística, tanto ao nível da prospecção, como da escavação. Ficaram famosos, embora na sua maioria já viessem de trás, estudos sistemáticos sobre as origens da humanidade (casal Leakey na África oriental), ou da agricultura (por R. Braidwood no Curdistão iraquiano, ou por McNeish no vale de Tehuacán, México), ou da “civilização” (Adams na Mesopotâmia, Flannery também no México, em Oaxaca). Mas muitos outros se lhes seguiram, podendo dizer-se, hoje, que não tem sentido (excepto quando se trate de arqueologia de emergência) realizar uma arqueologia que não seja “de projecto”, orientada por objectivos definidos e realizada por equipas interdisciplinares. Trata-se de uma postura perfeitamente interiorizada em toda a parte, tanto ao nível da investigação como da administração. Marca a passagem de uma arqueologia amadorística a uma arqueologia profissional, nos seus vários aspectos.

De facto, a “nova arqueologia” não acabou com o velho arqueólogo isolado, mas tornou-o, a prazo, uma caricatura do académico ou do profissional moderno. A arqueologia mundializou-se; recorreu cada vez mais a métodos de outras ciências (por ex., os métodos de datação absoluta passaram a ser utilizados de modo frequente); às preocupações estratigráficas, até então dominantes na escavação, sucederam-se perspectivas “antropológicas”, que levaram à escavação em área e à decapagem das superfícies em que, supostamente, as pessoas viveram no passado. Note-se que esta perspectiva foi desde sempre corrente em arqueologia histórica, onde, obviamente, os investigadores deparavam com estruturas “sólidas” e níveis bem nítidos que os induziam a uma leitura “horizontal”, já não tão evidente para o pré-historiador. Nesta fase recente desenvolveu-se também muito a etnoarqueologia (estudo dos processos de formação do “registo arqueológico” na actualidade, observação da realidade “etnográfica” segundo preocupações e métodos arqueológicos) e a arqueologia experimental (fabricação de réplicas de artefactos ou criação de “estações” inteiras para testar a sua eficácia na acção ou a sua resistência à degradação, permitindo compreender melhor, por ex., os chamados processos pós-deposicionais, ou seja, as transformações que os objectos ou estruturas sofrem quando soterrados, etc.).

A arqueologia tornou-se, em países mais desenvolvidos, um serviço público, tendendo para um novo tipo de profissionalização. Ao lado do antigo pessoal dos museus, ou dos professores universitários, surgiu uma geração mais jovem, ligada, para o bem e para o mal, a uma arqueologia “técnica”, movida pela urgência das grandes obras públicas, ou pelo afã contínuo dos revolvimentos do solo nas cidades. A arqueologia (sobretudo na fase relacionada com prospecções e escavações) deixou de ser uma actividade sazonal para se transformar num serviço, onde ainda, muitas vezes, só são concedidos meios e tempo para a primeira etapa das tarefas, ou seja, a das recolhas e registos de campo, sem que exista verdadeiro espaço para tratar os dados, digeri-los, e produzir assim aquele acréscimo de conhecimento (que é sempre um acréscimo de novas perguntas, na verdade) que, com frequência, os poderes públicos não estão dispostos a pagar. A arqueologia, perigosamente, tecnocratizou-se.

Por outro lado, este domínio “explodiu”, nos nossos dias, numa multiplicidade de arqueologias diferentes. No sentido cronológico, falamos de uma arqueologia pré-histórica, de uma arqueologia romana, como de uma arqueologia moderna ou de uma arqueologia

contemporânea, por ex. No sentido temático, conforme os aspectos da sociedade ou da realidade a que os autores dão mais relevo, podemos ter uma arqueologia económica, uma arqueologia social, uma arqueologia simbólica, uma arqueologia do género, uma arqueologia espacial, uma arqueologia rural, etc. No campo das relações interdisciplinares, falamos em arqueozoologia, arqueometria, geoarqueologia, etnoarqueologia, etc. Quando nos referimos aos diferentes “meios” em que a arqueologia é praticada, podemos falar de uma arqueologia subaquática, de uma arqueologia urbana, etc. Para traduzir diferentes opções epistemológicas, referimo-nos à arqueologia processual, à arqueologia contextual, à arqueologia marxista, à arqueologia estrutural, à arqueologia pós-estrutural, à arqueologia interpretativa, etc. Existe, de facto, desde os anos 70-80, todo um “pró-processualismo” despoletado por autores como I. Hodder, que, em muitos casos, é fecundo de sugestões interpretativas, mais consciente do papel social e político da arqueologia, e indispensável para ultrapassar o positivismo e neo-ecolucinismo da “nova arqueologia” ou da arqueologia processual.

Quando, tradicionalmente, queríamos caracterizar diversas vocações institucionais ou de serviço, falávamos por vezes de arqueologia de investigação ou “universitária” *versus* arqueologia de salvamento ou de emergência (arqueologia patrimonial) – mas deve dizer-se que esta é uma dicotomia perversa, pois, na verdade, toda a arqueologia é investigação ou não é, verdadeiramente, arqueologia, mas uma prática rotineira sem sentido, sem qualidade, e sem aproveitamento para a sociedade que a financia. Infelizmente, no entanto, esta prática tem-se intensificado em todo o lado, criando mais emprego do que aumento de conhecimentos, no curto prazo. Impõe-se uma visão crítica da prática arqueológica, repensando o seu papel na modernidade tardia, e recusando a sua banalização como apenas fornecedora de elementos (tantas vezes de baixa qualidade) para as “indústrias do lazer”.

BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL

- J. DE ALARCÃO (1996) - *Para uma Conciliação das Arqueologias*, Porto, Ed. Afrontamento.
- J. DE ALARCÃO & V. O. JORGE (coord.) (1997) - *Pensar a Arqueologia, Hoje*, Porto, SPAE.
- P. BAHN (1997) - *Arqueologia. Uma breve introdução*, Lisboa, Gradiva.
- SUSANA O. JORGE e VÍTOR O. JORGE (1998) - *Arqueologia. Percursos e Interrogações*, Porto, ADECAP.
- C. RENFREW & P. BAHN (1996) - *Arqueología. Teorías, Métodos y Práctica*, Madrid, Akal, 1993 (trad. espanhola).
- CLÁUDIO TORRES & V. O. JORGE (coord.) (1999) - *A Arqueologia e os outros Patrimónios*, Porto, ADECAP.

LA VALLÉE DE LA CÔA, PAR OÙ COULE L'HISTOIRE*

par

Vítor Oliveira Jorge**

La vallée de la Côa, affluent de la rive gauche du Douro, située au Nord-Est du Portugal, près de la frontière espagnole, est maintenant connue au monde entier¹. En fait, des gravures préhistoriques, em quantité hors du commun, y ont été découvertes, pratiquées sur les roches du complexe, de schistes et de grauwackes, croisé par le fleuve. Beaucoup d'elles présentent un style typiquement paléolithique supérieur, mais, parmi les milliers de figurations trouvées, il y en a qui appartiennent à d'autres époques, notamment à l'Âge du Fer. Malheureusement, cette découverte s'est produite (vers 1992, et surtout à partir de Novembre 1994) quand les travaux préparatoires de la construction d'un grand barrage, près de l'embouchure de la Côa, étaient déjà très développés. Pendant la fin de l'année 1994 et presque toute l'année suivante, une gigantesque campagne s'est mise en route pour sauver ce patrimoine, demandant l'arrêt des travaux du barrage et l'implantation d'un parc archéologique dans la région. Cette campagne internationale a eu du succès, car le gouvernement issu des élections du 1er Octobre 1995 a pris l'hardieuse décision qui s'imposait. Ainsi, un programme de développement régional, axé sur la création du parc archéologique lui-même, a été créé (ProCòa)². La vallée de la Côa entrait dans l'histoire de l'archéologie du XXe siècle. Non seulement parce qu'elle contient le plus grand complexe de gravures paléolithiques à l'air libre de l'Europe; mais aussi parce qu'elle a été

* Texte écrit à la demande du directeur de la Maison Européenne de la Culture (Suisse), pour une publication qui n'a jamais vu le jour.

** Professeur titulaire. Institut d'Archéologie. Faculté des Lettres de l'Université de Porto. Via Panorâmica, s/n. 4100 Porto – Portugal.

¹ Pour d'autres détails, on conseille au lecteur deux ouvrages: V. O. Jorge (dir. de), *Dossier Còa*, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1995 (en vente chez: Liv. Leitura, R. de Ceuta, 88 – 4000 Porto-Portugal); *Vale do Còa. Arte Rupestre e Pré-história*, brochure éditée par le Ministère de la Culture, 1996 (Palácio da Ajuda – 1300 Lisboa – Portugal; une version anglaise est disponible), Lisboa, 1996; António Sá Coixão, *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Còa*, éditée en 1996 par la Mairie de V.ª N.ª de Foz Còa – 5150 V.ª N.ª de Foz Còa – Portugal.

² Adresse du Programme ProCòa et du Parc Archéologique de la Vallée de la Côa: Av. Gago Coutinho, 19 – 5150 Vila Nova de Foz Còa – Portugal.

l'objet d'un des plus émouvants mouvements culturels de notre pays. Pour une fois, la mémoire millénaire de l'humanité a vaincu les intérêts immédiats du béton. Au même temps, la question de la Côa a averti les autorités et le public portugais pour la nécessité de prêter beaucoup plus d'attention aux valeurs archéologiques, en réorganisant les services de l'État compétents dans la matière.

Le bassin hydrographique de la Côa occupe une surface de plus de 1000 km² (le fleuve lui-même a une extension de 135 km). Il s'étend dans le sens sud-nord, depuis la Serra das Mesas, en amont, jusqu'à Foz Côa, en aval, et recoupe le territoire de plusieurs communes ("concelhos") de la Haute-Beira et du Haut-Douro. Le socle géologique est surtout granitique, au sud, et, vers le nord, constitué par le complexe de schistes et de grauwackes anteordovicien dont on a déjà fait mention. D'un point de vue géomorphologique, la Côa traverse, depuis sa source jusqu'à son embouchure, la "surface de la Meseta", zone haute et plate (800 m. d'hauteur moyenne) qui fait suite, dans le territoire portugais, au vaste plateau de Castille. D'amont en aval, ce territoire s'échelonne en plusieurs niveaux, progressivement plus bas, de plus de 1000 m. (Mesas) jusqu'à 180 m. (où la Côa rencontre le Douro). Le climat de ce bassin allongé dans le sens de la latitude, n'est pas évidemment uniforme. Toujours continental, à amplitudes thermiques fortes et précipitations faibles, il présente pourtant ces caractéristiques moins accentuées dans la moitié sud; dans son extrémité méridionale on trouve un climat de montagne – ici passe la ligne de division climatique entre le Nord et le Sud du Portugal. Ce sont surtout les précipitations reçues par ces hauteurs qui alimentent la Côa, un cours d'eau à débit faible, mais qui peut connaître des crues impressionnantes. Au fur et à mesure qu'on s'approche du Douro, on entre dans une ambiance "méditerranéenne", qui permet le développement des cultures de la vigne, de l'olivier, de l'amandier et d'arbres de fruit comme l'oranger. On est dans la terre du vin fin, dit "de Porto". Région à paysage magnifique, mais qu'il est préférable de visiter au printemps ou en automne: pendant les mois de Juillet et de Août il peut faire très chaud dans la vallée de la Côa. Un long hiver et un court "enfer", voilà comment les habitants de la région caractérisent leur environnement naturel.

Nous savons aujourd'hui que la vallée de la Côa et ses alentours ont toujours été occupés par des communautés humaines. Du lointain Paléolithique inférieur (Acheuléen – des centaines de milliers d'années avant nous) nous avons des outils lithiques, pour le moment épars. Quelques cinq gisements du Paléolithique supérieur, en cours d'étude dans la vallée, prouvent que des groupes de chasseurs, cueilleurs et pêcheurs y ont bien habité il y a plus d'une dizaine de milliers d'années. Mais la marque la plus significative de leur passage est constitué par les milliers de gravures auxquelles on a fait allusion.

Les roches gravées, normalement dans une disposition verticale, se concentrent dans les derniers 17 km du fleuve, et aux alentours de son embouchure, dans des petites vallées de rivières voisines, affluentes du Douro. Il y a des zones plus denses de représentations, dont les toponymes sont déjà célèbres: Vale de Cabrões, Vermelhosa, Canada do Inferno, Penascosa, Quinta da Barca, Piscos. Les motifs sont surtout animaliers: l'aurochs, le cheval, l'ibex et le cerf. Les signes existent, et il y a un anthropomorphe phallique, très intéressant (rivière de Piscos); mais, sans doute, ici comme ailleurs, tant à l'air libre (par ex., le site voisin de Siega Verde, en Espagne, sur l'Agueda) comme en grotte, ce sont les animaux les thèmes, sans doute symboliques, choisis par les paléolithiques. Ce qui impressionne, c'est la distribution topographique de ces motifs: ils ne sont pas faits au hasard, mais, au contraire, organisent, et en quelque sorte monumentalisent, tout l'espace environnant. Il y a des panneaux

où les figures se concentrent, se superposent, parfois sur des surfaces visibles et imposantes dans le paysage; tandis que d'autres supports ont été laissés nus. Et il y a tout le jeu du visible et de l'invisible: des gravures très petites, exécutées au trait fin, ne sont perceptibles qu'à la lumière rasante, tandis que d'autres, faites par piquetage, s'imposent à l'observateur. Détail extraordinaire, dans tout l'art paléolithique européen, est celui des animaux à double ou triple tête: ibex mâle à Quinta da Barca, cheval à Penascosa. Il y a là, sans doute, l'intention de "donner" le mouvement des figures; mais cette intention n'était probablement pas d'ordre naturaliste, descriptive, mais plutôt symbolique. Peut-être, dans certains cas, ce symbolisme était en rapport avec le mouvement du fleuve lui-même; en fait, il y a, dans le même panneau, des figures qui "regardent" dans la direction du courant, tandis que d'autres le font dans la direction opposée.

L'art du Paléolithique supérieur de la zone de Foz Côa, malgré son importance mondiale, n'épuise pas l'intérêt archéologique et patrimonial de la région. Le visiteur intéressé y trouvera beaucoup d'autres sites d'art rupestre, du Néolithique à l'Âge du Fer; des habitats fortifiés des Âges du Cuivre et du Bronze (III^e et II^e millénaires av. J.-C.); des locaux occupés à l'époque romaine (capitales de *civitates*, *villae*, *vici*, etc.); des constructions religieuses, des demeures ou des châteaux d'époque médiévale ou moderne; des palais d'âge baroque, etc.

Un site où le visiteur trouvera un habitat fortifié des Âges du Cuivre et du Bronze digne de son attention est celui de Castelo Velho ("Vieux Château") près de Freixo de Numão (à 11 km de V.^a N.^a de Foz Côa), fouillé et restauré depuis 1989. Autour d'une tour centrale, dans une enceinte intérieure définie par un mur en schiste, se dressaient plusieurs structures utilisées pour le tissage, l'emmagasinage des grains, la préparation de la farine. La population, qui pratiquait l'élevage du boeuf, des ovicaprinés et, probablement, du porc, n'aurait pas pu vivre qu'en dehors de la "muraille" intérieure (entre celle-ci et une deuxième "muraille", extérieure), ou encore dans les alentours du site fortifié. De là, elle avait une vision panoramique sur les successives vallées, vers le sud, jusqu'au rives qui entourent le canal encaissé de la Côa.

Car, finalement, le plus inoubliable de tout est, sans doute, le paysage. Un paysage ouvert, où la vue s'élargit jusqu'aux montagnes schisteuses de Marofa ou Malcata et, plus loin, vers les étendues applaties de la Meseta ibérique. Un paysage où les activités agricoles (vignobles, amandiers, oliviers) sont encore largement prédominantes, mais où les gens veulent, comme partout, progresser et se mettre en rapport avec le grand monde, surpassant un passé d'émigration, de vieillissement de la population, de manque d'espoir. Le succès des caves coopératives, comme celles de Foz Côa ou de Freixo de Numão; la haute qualité des vins produits dans la région, comme ceux de la ferme d'Erva Moira; le dynamisme des associations locales, comme celle de Freixo de Numão, parmi d'autres³; et les nombreuses initiatives économiques, culturelles et touristiques permises par le programme de développement en cours (ProCôa) changeront, sans doute, pour le mieux, une zone du Portugal trop belle et trop longtemps oubliée.

Porto, Décembre 1996.

³ Pour visiter le Musée de "Casa Grande" et les gisements archéologiques des alentours de Freixo de Numão, contacter: A. C. D. R. de Freixo de Numão – 5155 Freixo de Numão – Portugal.

RIO CÔA, PATRIMÓNIO ABERTO À HUMANIDADE*

por

Vítor Oliveira Jorge**

Há dias, atravessando a noite atlântica, a caminho da Madeira, onde ia pronunciar uma conferência sobre o papel da Arqueologia nos tempos de hoje, desfolhei a revista da TAP (de Maio/Junho de 1997). E foi com um sentimento de conforto que vi imagens familiares: lá vinha um artigo bilingue sobre as gravuras pré-históricas do vale do Côa e sobre o Parque Arqueológico ali em curso de instalação. Um património único, pelo qual arqueólogos portugueses e estrangeiros tanto haviam lutado, juntamente com uma parte da “consciência culta” nacional e internacional, tinha ganho asas, e já ia agora nas mãos de todos os passageiros, como mais um logotipo de Portugal. Repeti, de novo, para mim próprio: valeu a pena!

A primeira vez que fui a Foz Côa foi nos inícios de 1989, na companhia de minha mulher, Susana Oliveira Jorge, também professora na FLUP, e de outros colegas. O arqueólogo Dr. Sá Coixão, da ACDR de Freixo de Numão, tinha descoberto, perto desta localidade, um importante povoado pré-histórico, o do Castelo Velho, no decurso das suas pesquisas para a carta arqueológica da região. Os serviços regionais de Arqueologia do IPPC da Zona Centro convidaram então aquela investigadora para dirigir as escavações na estação, o que tem acontecido desde essa altura. Tais escavações revelaram um importante “povoado murado” das idades do Cobre e do Bronze (IIIº e IIº milénios antes de Cristo), que é hoje ponto frequente de visita, devidamente assinalado.

Anos antes, por ocasião da construção da barragem do Pocinho, e no mesmo concelho, tinham sido detectados, num terraço baixo do Douro, túmulos pré-históricos, e gravuras, estas atribuíveis (pelo menos maioritariamente) à Idade do Ferro (Iº milénio a. C.) (estudos de A. M. Baptista). Hoje sabemos que o alto vale do Douro português, até à fronteira, e o próprio vale do Côa, estão pejados dessas gravuras proto-históricas. E, para remontar mais alguns anos no tempo, a 1981, tínhamos podido revelar ao mundo, não longe dali, no concelho de Freixo de Espada-à-Cinta, as primeiras gravuras de estilo paleolítico de ar livre conhecidas na Europa, localizadas em Mazouco, assinaladas por um

* Texto escrito para a revista *ProCôa*, vol. 2, a pedido do seu director (este volume nunca chegou a ser publicado).

** Prof. catedrático da Faculdade de Letras do Porto.

aluno da FLUP (N. Rebanda). Tinham, com muita probabilidade, mais de 10.000 anos de idade; mas eram apenas os primeiros sinais de uma longa aventura, ainda então insuspeitada, e que continua no presente.

Numa inesquecível noite dos inícios de Novembro de 1994, a colega Mila Simões de Abreu telefonou-nos, emocionada, contando ter visto, nas margens do Côa, um impressionante conjunto de gravuras de tipo paleolítico, semelhantes às de Mazouco, na área que ia ser inundada pela barragem de Foz Côa. Tinham sido detectadas pela equipa do IPPAR (coordenada então por N. Rebanda) encarregada das prospecções no vale. Vieram-me à memória os estudos de Siega Verde, no vizinho rio Águeda, perto de Ciudad Rodrigo, conduzidos por Rodrigo Balbín, Javier Alcolea, e Primitiva Bueno, da Univ. de Alcalá de Henares. Telefonei-lhes de imediato, e foi com naturalidade que encararam o previsível prolongamento, para ocidente, ao longo do complexo geológico xisto-grauváquico, daquelas manifestações artísticas de ar livre. Aliás, mesmo em gruta, a arte paleolítica vinha afirmando cada vez mais a sua presença na Meseta espanhola, pelo que, sendo sensacional, a notícia nada tinha de inverosímil.

Só que continha uma novidade importante para Portugal e para o conhecimento da humanidade pré-histórica: é que o nosso país, reduzido até então, no que toca à arte do Paleolítico superior (30.000-10.000 anos), às gravuras de Mazouco, e às pinturas e gravuras da gruta do Escoural, no Alentejo, tinha pela primeira vez a hipótese de possuir, ao ar livre, um conjunto monumental equiparável, em quantidade e qualidade, às famosas grutas de Altamira (na Espanha cantábrica) ou Lascaux (no Sudoeste da França), para apenas apontar dois exemplos entre várias centenas. De periferia da arte paleolítica, o NE português podia tornar-se um dos seus “centros”, graças aos achados do Côa; e aquele “ciclo artístico”, até então essencialmente “cavernícola”, passava a assumir uma faceta inteiramente nova: os caçadores-recolectores da última glaciação tinham “organizado simbolicamente” paisagens inteiras, e não apenas topografias subterrâneas. Uma descoberta capital da arqueologia do século XX estava a desenrolar-se perante os nossos olhos. Essa noção ficou, para nós, inteiramente consolidada, quando, nos finais de Janeiro de 1995, nos dirigimos ao Côa na companhia dos melhores especialistas de toda a Península Ibérica, e vimos pela primeira vez os núcleos da Penascosa e da Ribeira de Piscos. Saltava à vista que o vale do Côa era, no seu conjunto, um importante monumento a preservar, para o país e para a humanidade; e que portanto as obras da barragem de Foz Côa tinham de ser suspensas, e repensada toda a estratégia de aproveitamento daquele território. Hoje, o que parecia ser então uma utopia, tornou-se realidade, graças a um imenso trabalho de esclarecimento público que foi desenvolvido, e, também, à clarividência dos actuais governantes do país. O programa ProCôa é agora o instrumento legal e financeiro de uma nova realidade, em que pela primeira vez em Portugal um património arqueológico se perfila como eixo da estratégia de desenvolvimento integrado de toda uma região tradicionalmente interiorizada e economicamente deprimida.

Trata-se de um desafio imenso, lançado aos arqueólogos, mas também a muitos outros técnicos e agentes de investigação e desenvolvimento. Impõe-se uma mentalidade de trabalho em equipa e um modo de actuação aberto à crítica e a um permanente ajustamento aos procedimentos mais adequados, para promover convenientemente o património arqueológico da região de Foz Côa, aos níveis científico, cultural e turístico. Foi aliás esse o teor de um conjunto de reflexões que pude exprimir no Colóquio realizado em Abril de 1997 em Freixo de Numão, aquando da abertura oficial de um conjunto de circuitos

turístico-culturais naquela zona. Aponto aqui, apenas, alguns tópicos, de forma esquemática, daquilo que me parece ser essencial:

Uma permanente articulação das equipas do parque arqueológico e de outras trabalhando na região. A abertura de concursos para tarefas de investigação e de gestão dos bens arqueológicos, históricos, etnográficos e naturais do parque e da sua área envolvente. A participação de investigadores de diferentes universidades e de equipas internacionais, acautelando naturalmente os legítimos direitos de todos. A realização de debates públicos sobre as metodologias mais eficazes e rentáveis nos diversos aspectos. A promoção de diferentes tipos de turismo, partindo do princípio de que a mais-valia da arte paleolítica (e posterior) da região de Foz Côa é encontrar-se ao ar livre, e portanto potencialmente acessível a um número de visitantes muito maior do que uma gruta. O incremento da participação das populações locais e a rentabilização de unidades de acolhimento já existentes, com reflexos económicos palpáveis. A preparação de material explicativo e até lúdico dirigido a diferentes tipos de público. A fixação, durante alguns dias, dos turistas, diversificando o “produto” que se lhes oferece, etc., etc.

Após tão grandes expectativas criadas, e dispondo-se de meios financeiros adequados e de uma divulgação internacional já feita, resta apenas provar a todos que a opção tomada não foi só a mais correcta do ponto de vista patrimonial do país, mas também a mais ajustada ao desenvolvimento regional. Assim se ganhará não apenas a adesão das populações para uma realidade nova para elas, mas o seu empenho activo na construção do futuro.

Porto, Maio de 1997.

PRODUTOS MULTIMEDIA DE CONTEÚDO CULTURAL*

por

Maria Isabel Guimarães Costeira**

O presente Inquérito decorreu entre Setembro de 1997 e Janeiro de 1998, no quadro da actividade académica da signatária enquanto aluna da Pós-graduação em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Neste contexto, e num momento em que se multiplicavam os Encontros, Congressos e Seminários para análise e debate das muitas e variadas questões suscitadas pelo multimedia de conteúdo cultural, designadamente no que respeita ao seu papel no estudo e salvaguarda do património cultural e natural, suas implicações no desempenho dos profissionais do sector, nomeadamente na sua relação com o *objecto cultural* e com o público, ou ainda sobre questões bem mais técnicas, como sejam as condições de produção, financiamento, divulgação e aceitação do produto no mercado, pareceu-nos oportuno tentar perceber qual era a realidade em Portugal e que factores a condicionavam.

Sobretudo, interessava-nos saber até que ponto este produto específico estava a ser utilizado como um recurso museológico, quer na área da investigação, quer na da divulgação.

Mas importava-nos igualmente saber até que ponto a produção era “artesanal” ou especializada; na área do financiamento, quais os níveis e a natureza do investimento e em que modalidades é que este se processava; que entidades promoveram, estavam a promover ou tencionavam promover a produção multimédia de conteúdo cultural e qual o seu envolvimento no desenvolvimento do projecto; a que público se dirigiam e com que objectivos.

A estratégia escolhida consistiu na elaboração de um Inquérito, promovido pelo Curso de Pós-Graduação em Museologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o apoio da Iniciativa Mosaico do Ministério da Cultura, dirigido ao maior número possível de potenciais produtores e editores, num total de 600 entidades.

* Trabalho apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Museologia, Departamento de Ciências e Técnicas do Património (FLUP). Este documento pode ser consultado em: <http://www.letras.up.pt/museolog/cdrom/index.html>

** Directora do Mosteiro de Alcoçaba (IPPAR).

Cento e doze responderam ao nosso desafio, merecendo-nos uma referência especial todos quantos informaram lamentar não poder responder satisfatoriamente, por não terem produção multimédia de conteúdo cultural em CD-Rom, e muito especialmente, aqueles que, tencionando fazê-lo, nos comunicaram as razões pelas quais os seus projectos não passavam de projectos de intenção, devido à inexistência de recursos humanos, técnicos, financeiros...

Da responsabilidade de algumas das entidades, das quais não lográmos obter resposta, é conhecida a existência de outros produtos, no mercado, em projecto e em execução. Também nestes casos, e em função do acesso que tivémos ao produto ou ao projecto, apresentamos os dados possíveis, sob a indicação **outras fontes**.

Foi, assim, possível identificar um total de **64 produtos** multimedia de conteúdo cultural, incluindo-se neste total alguns produtos não CD-ROM, opção justificada no facto de, em todas as situações consideradas, se encontrar presente a vontade e a disponibilidade para usar as novas tecnologias de informação ao serviço da divulgação do património cultural português.

Embora este número possa não corresponder à totalidade da produção multimedia de conteúdo cultural, o total apresentado contempla os produtos **no mercado**, os produtos **em execução**, os produtos **em projecto** e os produtos **em intenção**.

Da informação recebida, retirámos as principais conclusões. Ressalvamos, todavia, que este trabalho não está concluído, não só pela informação a que não nos foi possível ter acesso, como pelas muitas outras leituras que podem ser feitas, levando-nos, naturalmente, a outras conclusões.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Inclui os dados resultantes do inquérito e os obtidos através de outras fontes.

CONTEÚDOS/OBJECTIVOS

O multimedia como recurso museológico:

A **divulgação**, destinada preferencialmente a um público indiferenciado, é o primeiro dos **objectivos** perseguidos pela produção multimedia de conteúdo cultural, sendo de salientar, porque essa era a nossa primeira preocupação com este trabalho, que ainda é muito cedo para falar do multimedia como recurso museológico.

Num cenário em que os **conteúdos** predominantes são *cultura e turismo e património natural*, o conteúdo *museus* surge em quinze produtos, a par com outras áreas de conhecimento, como sejam a *arquitectura e história*, a *arte* e a *arqueologia*.

A produção multimedia de conteúdo cultural tem como objectivo fundamental a Divulgação junto de um público indiferenciado. No que aos Museus respeita, ainda é cedo para considerar a produção multimedia como **recurso museológico**, quer na **área da investigação**, quer na da **divulgação**. Neste contexto, as excepções são os produtos **Museu Municipal Abade Pedrosa** e **Museu Municipal Quinta do Conventinho**, cujos objectivos são a divulgação, a investigação e pesquisa e a conservação e restauro.

É, todavia, de registar que vários Museus tenham manifestado a intenção de vir a “produzir” cd-rom e alguns outros tenham instalados quiosques multimedia (Museu do Ar,

Museu Alberto Sampaio, Museu do Abade Baçal e Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso).

Se nos reportarmos a outras entidades, como sejam os Institutos Públicos, já é possível destacar o reconhecimento do papel do multimedia e, particularmente do CD-ROM, como um recurso e um instrumento de investigação científica.

Em concreto, os produtos identificados caracterizam-se por uma grande variedade de objectivos e conteúdos, assim distribuídos:

Objectivos:

Conservação e Restauro – 5; Diversão/Entretenimento – 8; Divulgação – 41; Educação e Ensino – 24; Gestão e Documentação – 7; Investigação e Pesquisa – 12; Outro – 4.

Conteúdos

Arqueologia – 10; Arquitectura e História – 16; Arte – 13; Artes e Ofícios – 5; Ciência e Técnica – 7; Cultura e Turismo – 22; Etnologia – 8; História – 26; Literatura e História – 8; Jogos – 5; Museus – 15; Património Industrial – 5; Património Natural – 18; Outro – 1.

Quanto aos destinatários, a maior parte dos produtos dirige-se a vários públicos, sendo inexistentes os produtos destinados a um público específico. O público indiferenciado surge em 38 produtos, seguindo-se o público estudantil (32), o público cultural (25), os investigadores (14) e, finalmente, o público infantil (9).

ENTIDADES

Um dos dados mais interessantes da caracterização das Entidades envolvidas em projectos multimedia de conteúdo cultural respeita à distribuição geográfica da produção: embora Lisboa detenha a 1ª posição – 21 produtos para um total de 64 –, a grande revelação está no facto de a maioria esmagadora da produção se distribuir pelo resto do território, com especial concentração na área a norte de Coimbra – 23 produtos para um total de 64.

Mais interessante ainda é o facto de 17 destes produtos serem promovidos por entidades localizadas na área de influência da Comissão de Coordenação da Região Norte.

Esta situação permite-nos, de alguma forma, concluir que a atenção para a importância das novas tecnologias ao serviço do desenvolvimento e da cultura, que se traduz em iniciativas editoriais multimedia, se está a deslocar do centro para a periferia.

Numa análise por categorias, os Institutos Públicos ou entidades afins dominam a produção, recorrendo, para o efeito, às Universidades e a empresas especializadas na edição e/ou na produção de software.

No total, responderam ao Inquérito: 64 Câmaras Municipais; 15 Museus; 17 Institutos e/ou Entidades Públicas; 9 Associações – Culturais, de Defesa do Património e de Desenvolvimento Regional; 4 Empresas de produção de Software; 2 Editoras; 1 Parque Natural; 1 Reserva Natural; a que devemos acrescentar, em resultado do recurso a outras fontes, 5 outros Institutos e/ou Entidades Públicas e 2 Editoras.

PRODUÇÃO

No que se refere às condições de produção, a distribuição das respostas é bastante equitativa, oscilando entre os **18** da produção por encomenda e os **14** da produção própria. Em termos globais, a produção em parceria está ao mesmo nível, apesar de ligeiramente superior (**22**).

A realização do produto é genericamente da responsabilidade de empresas profissionais, em número já bastante razoável, e das universidades.

O Grupo Forum assume lugar de destaque, não só pela sua implantação no mercado, mas sobretudo por quase toda a sua produção ser produção própria.

A informação disponibilizada pelas entidades promotoras permitiu-nos identificar as seguintes entidades, exclusivamente envolvidas nas áreas da concepção e execução do projecto: Fundetec; Ciberbit; Orsis; Inesc; Avs Criações Multimédia; Tecnologias Multimedia Lda; Cnpdp (Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses); Universidade do Minho; Etnos; Idite Minho; Centro Atlântico (tb. Promotor); Universidade Nova de Lisboa; Cet/Universidade de Aveiro; Sidra Multimedia; Dot. (Documentação e Tratamento de Imagem, Lda); Património e Ambiente Multimedia (Empresa da Liga dos Amigos de Conimbriga); Texto Editora; Neurónio.

No conjunto, é de referir que, na maior parte dos casos, a entidade promotora apenas detém a autoria da ideia original. O trabalho de concepção já pertence à entidade que o vai realizar, mesmo nos casos em que existe um coordenador interno. O recurso às Universidades como prestadoras de serviços nesta área é outro factor a salientar.

FINANCIAMENTO

No item respeitante às condições de produção e de financiamento, as respostas foram de alguma imprecisão, pois frequentemente os itens ficaram em branco.

De qualquer modo, constata-se que a produção só avança com um bom suporte financeiro, preferencialmente público, num claro reconhecimento do *seu valor* institucional.

São várias as razões que concorrem para este efeito, das quais, à partida, nos parecem merecer destaque:

- a) **os custos de produção**, com as consequentes dificuldades ao nível do **consumo**;
- b) **os recursos técnicos e humanos disponíveis**.
- c) **a ainda incipiente afirmação das vantagens deste tipo de produtos junto dos potenciais produtores, financiadores e utilizadores/consumidores**;

Ainda assim:

Predomina a opção pelo co-financiamento, que, como já referimos, é maioritariamente público – Seturismo, IICT, Parque Expo, IEFP – e comunitário – Programas Life, Leonardo, Leader e Feder/Pronorte.

Na área do financiamento privado, a EDP surge como financiadora do Cd-rom *Espécies Ameaçadas em Portugal*, do Grupo Forum.

Em síntese, é a seguinte a distribuição do financiamento: Auto-Financiamento – 18; Co-Financiamento – 32; Público – 25; Privado – 8; Público/Privado – 1; S/Informação – 9.

No que se refere às diferentes modalidades de que se reveste o financiamento, os patrocínios, que quase não têm expressão neste processo, revestem a forma da cedência de imagens e de texto.

Situação do projecto/produto

Sendo imperioso voltar a referir que os dados apresentados foram recolhidos no último trimestre de 1997, o dado que se nos afigurou mais interessante é o que resultou do cruzamento da informação relativa ao ano de edição com a relativa à situação do produto: mesmo considerando que a informação disponível não esgota os produtos existentes e em execução, tomando apenas estes dados como referência, constata-se que, relativamente a 1995, a produção aumentou cerca de 300%: 1995 – 4; 1996 – 5; 1997 – 18; 1998 – 9 S/informação – 23.

Finalmente, no que respeita à situação do produto face ao mercado, identificaram-se 7 produtos em intenção; 9 em projecto; 1 em candidatura; 21 em execução; 25 no mercado e 4 sem informação.

CD-ROM: Títulos identificados

Obs: alguns dos produtos foram apresentados com *título a definir*

- *Montesinho: um parque natural à sua espera*
- *História da sericicultura em Trás-os-Montes*
- *Mértola vila museu. Visita interactiva*
- *Património industrial textil de VNFamalicão-100 anos de história para (re)conhecer*
- *Boletim da filmoteca ultramarina portuguesa*
- *Revista Studia*
- *Cartoteca digital*
- *Guia de fontes documentais para a história das antigas colónias portuguesas do sec. XVI a XX*
- *O Museu Municipal Abade Pedrosa*
- *Vale do Cávado*
- *Patrimonium (Terra de Sousa)*
- *Minho virtual*
- *Sistema de exploração ambiental da Expo/98*
- *A Universidade de Coimbra*
- *Espacidiomático*
- *Portugal natural*
- *Viver em Lagos*
- *Pergaminhos e iluminuras*
- *Reserva natural do estuário do Sado*
- *Viver e trabalhar em Portugal*
- *10 anos salão nacional de caricatura*
- *Mértola vila museu*

- *Ophir/biblioteca virtual dos descobrimentos portugueses*
- *1º vol. da revista Studia*
- *Mértola cá dentro*
- *Expedição através da história e geografia de Portugal*
- *A bandeira e o hino: símbolos de Portugal*
- *Descobrir Portugal*
- *Castelos de Portugal*
- *As aventuras da Peregrinação*
- *Descobrir Lisboa*
- *Catbib = catálogo colectivo das publicações periódicas em bibliotecas portuguesas*
- *Gouveia interactiva*
- *Museu municipal Quinta do Conventinho*
- *Uma aventura na biblioteca municipal D. Dinis*
- *Projecto Mangualde 2000*
- *Museu virtual*
- *Cidades históricas de Portugal*
- *Percursos naturais*
- *Nas origens do homem*
- *Navegar-o tempo português*
- *Biblioteca virtual de autores portugueses*
- *Passeios pelo barroco português*
- *Fernando Pessoa multimedia*
- *A caminho da Índia*
- *Arte contemporânea portuguesa*
- *Arte da iluminura*
- *Santa Clara-a-Velha*
- *Museu Nacional de Arte Antiga*
- *100 anos de cinema português*
- *Filmografia portuguesa*

ADECAP
ASSOCIAÇÃO PARA O
DESENVOLVIMENTO DA COOPERAÇÃO
EM ARQUEOLOGIA PENINSULAR

**QUEM É QUEM
NA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA
1998**

Coordenação de V. O. Jorge

INTRODUÇÃO

Nos inícios de 1998, a ADECAP divulgou entre os arqueólogos que trabalham sobre o território português, por todos os meios ao seu alcance, um questionário destinado a poder elaborar uma base de dados, muito simples, sobre os profissionais do sector, e a disponibilizá-la publicamente através de uma brochura (intenção que de futuro se pretendia alargar a toda a península), brochura essa cuja utilidade é tão óbvia que dispensa comentários. Contou para tal com a colaboração de outras entidades, como a APA e a APAI, que muito agradece. O prazo limite de resposta era o fim de Março desse ano, pelo que os dados que se seguem se reportam a tal época, estando já, necessariamente, desactualizados.

Os elementos pedidos foram:

1. Nome
2. Instituição
3. Cargo ou função que desempenha
4. Data e local de nascimento
5. Graus académicos, datas e instituições onde os obteve
6. Cinco títulos mais importantes que publicou
7. Projecto(s) de trabalho em curso
8. Associações científico-profissionais de que é membro
9. Outros dados do seu curriculum que considera relevantes
10. Morada de contacto
11. Telefone; Fax; E-mail

Responderam apenas 58 pessoas (das quais algumas não figuram adiante, porque o seu c.v. não corresponde, exactamente, ao perfil do que o organizador deste trabalho entende por um “arqueólogo”). Seja como for, o documento que se produziu mantém, a nosso ver, a sua utilidade, pelo que decidimos propor à SPAE que o integrasse na “Vária” da sua revista, o que foi aceite, e explica o facto destes dados acabarem por aparecer nos *TAE*, numa manifestação de colaboração entre as duas associações.

Trata-se, pois, de uma primeira tentativa. Lançamos de novo o repto aos arqueólogos que trabalham sobre Portugal: *enviem-nos os seus dados, desta vez em disquete*, e cingindo-se aos elementos pedidos, para a ADECAP – R. Aníbal Cunha, 39 – 3º – sala 7 – 4050 Porto – até ao fim de 1999, para que, em 2.000, possamos editar uma brochura mais completa e significativa. Aqueles que figuram

adiante terão assim oportunidade de actualizar e corrigir os elementos sobre os seus respectivos c.v.'s. Solicitamos o maior rigor no envio das informações, por forma a facilitar o trabalho agora tido pelo signatário a dactilografar tudo, “peneirando” os elementos pertinentes para o fim em vista, o que, como se compreenderá, foi árduo, mas se tornou indispensável. O ponto 9 foi o que suscitou (como era de esperar) respostas mais díspares; dado o carácter sucinto do “produto” a que se pretende chegar, pede-se aos colegas que só preencham aquela alínea com elementos de absoluta relevância e quando pensem que é estritamente necessário. Evidentemente que isto comporta uma grande margem de subjectividade... esperamos não melindrar ninguém nos “cortes” que nesta rubrica tivemos, por vezes, de fazer.

Pedimos ainda desculpa aos colegas de alguma falha involuntária deste primeiro “ensaio”, corrigível na próxima edição, que esperamos seja mais participada. Apenas tentámos, por esta via, prestar um serviço; colaborem agora, por favor, connosco, por forma a melhorá-lo. Desde já os nossos agradecimentos aos que ora responderam, mas também aos que (talvez vencendo alguma inércia, ou interiorizando melhor a utilidade deste documento) proximamente o venham a fazer.

Porto, Dezembro de 1998.

V. O. J.

ALARCÃO, Jorge de

2. Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras de Coimbra.
3. Director.
4. Coimbra, 3.11.1934.
5. Doutor em Pré-história e Arqueologia pela Faculdade de Letras de Coimbra (1974).
6. *Portugal Romano*, Lisboa, Ed. Verbo, 1973; *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, Europa-América, 1988; *Roman Portugal*, Warminster, Aris & Phillips, 1988; *Para uma Conciliação das Arqueologias*, Porto, Ed. Afrontamento, 1996; *Fouilles de Comimbriga*, 7 vols. (com a colaboração de Robert Étienne), Paris, Diffusion du Bocard.
7. Teoria da Arqueologia. Arqueologia da paisagem.
8. Associação dos Arqueólogos Portugueses; Sociedade Martins Sarmento; Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia; Instituto Arqueológico Alemão; Hispanic Society of America.
10. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
11. 039-4191600; 039-4191609 (fax).

ARRUDA, Ana Margarida

2. UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa).
3. Assistente de investigação.
4. Porto, 14.7.1955.
5. Licenciatura em História (1979); provas ECDU (equivalentes a mestrado).
6. “Orientalismo” e “orientalizante”: génese e aplicação dos conceitos na Idade do Ferro do Centro/Sul de Portugal”, *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, INIC, 1992, pp. 33-48; “A ocupação da Idade do Ferro da Alcáçova de Santarém no contexto da expansão fenícia para a fachada atlântica peninsular”, Lisboa, Inst.º Oriental da UNL, *Estudos Orientais*, 4, 1993, pp. 193-214; “Particularidades, especificidades e regularidades na Idade do Ferro do Sul de Portugal: aproximação a um modelo explicativo”, *Hispania Romana*, Salamanca, Universidade, 1996, pp. 37-50; *A Cerâmica Ática do Castelo de Castro Marim*, Lisboa, Colibri, 1997.
10. R. Sousa Lopes, P.Q., – 171, 1600 Lisboa.
11. 01-7969987; 01-7960584 (fax).

ARSÉNIO, Paulo

2. Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar.
4. Caldas da Rainha, 10.12.1963.
5. Lic.ª em História (var. Arqueologia), FLUL, 1996; Lic.ª em Ensino da Educ. Física, ISCE, 1993.
6. “Sepulturas escavadas na rocha” (com Carlos Batata), *Boletim Cultural e Informativo da Câmara Municipal de Tomar*, 16, 1992, pp. 11-30; “As ânforas vinárias de Sellium (Tomar) – Conventus Scalabitanus” (com Carlos Batata), *Actas do Congresso do Vinho, a História e a Cultura Popular*, Lisboa, Inst. Sup. de Agronomia,

Junho 1994 (no prelo); “A gruta da Pedreira do Sobral”, *As Origens de Tomar – Carta Arqueológica do Concelho*, Tomar, CEPRT, 1997, pp. 321-324; “Sepulturas escavadas na rocha”, *ibidem*, pp. 325-330.

7. Levantamento Arqueológico do Concelho de Ferreira do Zêzere.
8. Centro de Estudos e Protecção do Património da Região de Tomar; Centro de Arqueologia de Almada; Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.
10. Rua Professor Andrade, 24 – 2º Dtº – 2300 Tomar.
11. 049-311075.

BARATA, Maria Filomena

2. IPPAR.
4. Luanda, Angola, 18.5.1957.
5. Licenciatura em História (Fac. de Letras de Lisboa), 1980; Mestrado de Arqueologia (Fac. de Letras do Porto), 1997.
6. “A cidade romana de Miróbriga”, *Almadan*, 1993; “Mirobriga: una ciudad romana en la Lusitania atlantica”, *Revista de Arqueología*, Madrid, nº 145; “O tesouro da Lameira Larga”, *Revista de Arqueología*, Madrid, 1995; *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar* (coord.), Lisboa, IPPAR, 1997; “As cidades e as memórias”, *Mérida, Ciudad y Patrimonio*, Mérida, 1997.
7. Projecto de Valorização das Ruínas de Miróbriga “(coord.); programa “Itinerários Arqueológicos do Alentejo e do Algarve” (coord.).
8. Associação dos Arqueólogos Portugueses; Associação Profissional de Arqueólogos; International Association of Classical Archeology (AIAC).
10. R. Dr. Almeida Amaral, nº 26, 4º Esq. – 1150 Lisboa.
11. 01-35355384 (telef. e fax). filomenabarata@mail.telepac.pt

BARROCA, Mário Jorge

2. Fac. Letras da Univ. Porto.
3. Professor auxiliar.
4. Porto, 2.12.1960.
5. Lic.ª em História, var. Arqueologia (Fac. Letras U. P.), 1982; Doutoramento em Pré-hist.ª e Arqueologia (Fac. Letras U. P.), 1996.
6. “Do castelo da Reconquista ao castelo românico (Séc. IX a XII)”, *Portugalia*, n. s., XI/XII, Porto, 1990/91, pp. 89-136 (ed. em livro, Lisboa, 1994); *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, diss. dout.º, ed. polic.ª, 3 vols em 4 tomos, Porto, 1995 (ed. no prelo – FCT); “A Ordem do Templo e a arquitectura militar portuguesa do séc. XII”, *Portugalia*, n.s., XVII Porto, 1996 (vol. de homenagem a C. A. F. de Almeida, no prelo); “Torres, casas-torres e casas-fortes: a concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séc. XII-XV)”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, 1997 (no prelo); *História da Arte Portuguesa. I. Idade Média* (com Carlos Alberto F. de Almeida), Lisboa, Ed. Presença, 1998 (no prelo).
7. Arquitectura Militar Portuguesa (séc. IX-XV); Arquitectura Civil – Casa Senhorial

- (séc. XII-XV); Epigrafia Medieval Portuguesa (séc. IX-XV).
8. Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais; Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia; Associação dos Arqueólogos Portugueses; Sociedade Portuguesa de Numismática; Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.
 10. Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Via Panorâmica, s/n – 4150 Porto.
 11. 02-6077100 (FLUP); 02-6091610 (FLUP). mbarroca@letras.up.pt

BICHO, Nuno Ferreira

2. Área Departamental de História e Arqueologia – Univ. do Algarve.
3. Prof. auxiliar.
4. Carnaxide, 11.1.1958.
5. Lic.^a em História (Univ. Lusíada de Lisboa), 1987; Mestrado em Antropologia (Southern Methodist University, USA), 1990; Ph.D (Southern Methodist University), 1992; em 1994, obteve equivalência ao doutoramento em Arqueologia, pela Univ. do Algarve.
6. “The Portuguese Final Upper Paleolithic”, *Antiquity*, 67, 1993, pp. 761-775; “O Paleolítico Superior Final de Rio Maior: perspectiva tecnológica”, *Trab. de Antropol. e Etnol.*, 33(3/4), 1993, pp. 15-36; “Upper Paleolithic Prehistory in Portuguese Estremadura” (com A. Marks, J. Zilhão & R. Ferring), *Journal of Field Archaeology*, 21, 1994, 1, pp. 53-68; “The end of the Paleolithic and the Mesolithic in Portugal”, *Current Anthropology*, 35, 1994, 5, pp. 664-674; “Lithic raw material economy and hunter-gatherer mobility in the Late Glacial and Early Post Glacial Portuguese Prehistory”, *Lithic Raw Material Economies in the Late Glacial and Early Postglacial Europe* (eds. L. Fisher & B. Ericksen) (no prelo).
7. Paleocologia da Lapa do Picareiro; A Ocupação Humana Paleolítica do Algarve.
8. Assoc. dos Arqueól. Portug.; Assoc. Profissional de Arqueól.; Paleanthropological Society; Society for American Archaeology; ADECAP.
10. UCEH, Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8000 Faro.
11. Telef. (089) 800988; fax (089) 818560. nbicho@mozart.si.ualg.pt

CAETANO, Lucília de Jesus

2. Faculdade de Letras, Univ. de Coimbra.
3. Prof.^a catedrática.
4. Coimbra, 2.7.1942.
5. Doutoramento pela Univ. de Coimbra (1986); Agregação na Univ. de Coimbra (1994).
6. “Elementos para a caracterização da arquitectura industrial. O exemplo das cerâmicas de barro vermelho”, *Actas e Comunicações do I Encontro Nacional sobre o Património Industrial*, Coimbra, 1989, vol. I, pp. 225-244.
7. Difusão da Inovação Tecnológica nas PME’s Industriais.
8. Associação Portuguesa de Geógrafos; Grupo de Geografia Industrial da Associação de Geógrafos Espanhóis; Comissão Nacional de Geografia.

10. Instituto de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra. 3000 Coimbra.
11. Telef. (039) 859900 ext. 4280; fax (039) 36733. iegcb@cygnus.ci.uc.pt

CANINAS, João Carlos

2. Associação de Estudos do Alto Tejo, V.^a V.^a de Ródão.
3. Investigador.
4. Lisboa, 6.9.1959.
5. Lic.^a em Engenharia Electrotécnica (Ramo Telecomunicações e Electrónica), Instituto Superior Técnico, Lisboa, 1995.
6. “Carta Arqueológica do Tejo Internacional”(com F. Henriques & M. Chambino), vol. 2 e vol. 3, *Preservação*, 14-16, V.^a V.^a de Rodão, 221 pp. e 299 pp.; “Rochas com covinhas na região do Alto Tejo português” (com os mesmos auts.), *Trabalhos de Antropol. e Etnol.*, vol. 35, 1995, 4, pp. 191-206; “A ocupação neolítica do Cabeço da Velha” (com J. L. Cardoso, C. T. Silva & F. Henriques), *Materiais*, Museu FTPJ, Castelo Branco, II.^a sér., ano 1, n.^o 0, vol. 1, 1996, pp. 19-35; “A anta 2 do Couto da Espanhola”(com J. L. Cardoso & F. Henriques), *Estudos Pré-históricos*, Viseu, CEPBA, 5, 1997, pp. 9-28.
7. Ocupação Pré-histórica do Alto Tejo Português (Megalitismo); Cartografia Arqueológica no Sul da Beira Interior (no âmbito das actividades da Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT);
8. Assoc. dos Arqueól. Portug.; Assoc. Profission. de Arqueól.; ADECAP; Centro de Arqueologia de Almada; AEAT.
9. Ambientalista, presidente do Conselho Executivo da Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente, em representação do GEOTA.
10. Av. de Roma, 14-3.^o Dt.^o – 1000 Lisboa (particular).
11. Telef. (01) 8473640.

CARVALHO, António

2. Câmara Municipal de Cascais.
3. Técnico Superior de Bibliotecas, actualmente Chefe de Divisão. Investigador da UNIARQ – Centro de Arqueologia da U. L.
4. Cascais, 5.2.1965.
5. Licenciatura em História (FCSH da Univ. Nova de Lisboa, 1987); Pós-graduação em Ciências Documentais (FLUL), 1991.
6. “As ânforas da Lusitânia: uma perspectiva”(com C. Fabião), *Ânforas da Lusitânia. Tipologia, produção e comércio* (dir. J. Alarcão & F. Mayet), Conimbriga, Museu Monográfico/Paris, Mission Archéologique Française au Portugal, 1990, pp. 37-63; “As villae”; “Três villae da Lusitânia romana: S. Cucufate (Vidigueira), Milreu (Faro) e Torre de Palma (Monforte)”; “Os materiais e técnicas de construção romanas”; “A ocupação romana do concelho de Cascais”; “O mosaico romano em Portugal”, *História de Portugal* (dir. J. Medina), Lisboa, Ediclube, 1993, vol. 2, parte

- 3, pp. 275-282; 282-288; 316-321; 325-331; 340-343; “A villa romana da Quinta das Longas (S. Vicente e Ventosa, Elvas): as prospecções de 1990”, *Actas das V Jornadas Arqueológicas* da Assoc. dos Arqueól. Portug., Lisboa, 1993, vol. 2, pp. 239-251.
7. Estudo da Ocupação Romana do Concelho de Elvas (OCRE).
8. Assoc. Prof. de Arqueólogos.
9. Secretário dos Cursos de Verão de Cascais, desde 1994.
10. R. Alexandre Ferreira, nº 22, 7º Esq. 1750 Lisboa.
11. Telef. (01) 7585017; Fax (01) 4836970.

CARVALHO, Rogério

3. Prof. do Ensino Secundário.
4. Zibreira (Torres Novas), 11.3.1948.
5. Licenciatura em História (Fac. Letras Lisboa), 1980; Mestrado em Cultura Portuguesa (FCSH da UNL), 1996.
6. *Belver ao Tempo dos Romanos* (com José d' Encarnação), Portalegre, Ass. Distrital, 1984; “A estação romana da Barragem da Marateca” (com Clara Vaz Pinto), *Portugalia*, n.s., XII-XIV, 1993, pp. 289-296; “A villa romana dos Barros-Oledo. Primeira notícia” (com Madalena Costa Cabral), *Portugalia*, n. s., XV, 1994, pp. 61-82; Algumas peças metálicas do Vale de Junco – Mação (de colab. com a autª. ant.), *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e Sado – las Jornadas sobre a Romanização dos estuários do Tejo e Sado* – Actas, Lisboa, Publ. D. Quixote, 1996, pp. 157-166.
7. Doutorando em Antropologia na FCSH da UNL.
8. Assoc. dos Arqueól. Portug.; SPAE; Assoc. Prof. de Arqueól.
10. Urbanização Quinta da Granja, lote 12-8º B – 6000 Castelo Branco.
11. Telef. (072) 320382.

CATARINO, Helena

2. Instituto de Arqueologia da Fac. Letras da Univ. Coimbra.
3. Professora Auxiliar.
4. Doutoramento em Pré-história e Arqueologia pela Univ. de Coimbra, 1997.
6. “A fortificação muçulmana de Salir (Loulé): principais resultados arqueológicos”, *Al_‘Lelia*, 1, Câm. Mun. Loulé, 1992, pp. 9-51; “Os sistemas defensivos muçulmanos do Algarve Oriental e o castelo velho de Alcoutim”, *III Congreso de Arqueología Medieval Española*, vol. II, 1992, Univ. de Oviedo, pp. 296-305; “O Castelo de Paderne (Albufeira): resultados da primeira intervenção arqueológica”, *Arqueologia Medieval*, 3, Campo Arq. Mértola/Afrontamento, Porto, 1994, pp. 73-87; “Os castelos de taipa do período muçulmano no Sul de Portugal: o exemplo de Salir (Loulé)”, *Trab. de Antropol. e Etnol.*, vol. 34, 3-4, 1994, pp. 335-349.
7. Povoamento e Fortificações Islâmicas do Algarve Oriental: o Castelo Velho de Alcoutim e o seu Território Mineiro; O Castelo de Salir (Loulé).

8. Assoc. Profission. de Arqueól.; Asociación de Arqueología Medieval Española; SPAE.
10. R. de Dilí, nº 6-2º Esq. – 2700 Amadora.
11. (01) 4918663.

COIXÃO, António do Nascimento Sá

2. Assoc. Cultural, Desportiva e Recreativa de Freixo de Numão.
3. Presidente da ACDR e investigador.
4. Freixo de Numão, 25.12.1948.
5. Licenciatura em História (Fac. de Letras da Univ. do Porto), 1979; mestrando em Arqueologia Pré-histórica (FLUP).
6. *Por Terras do Concelho de Foz Côa*, V.ª N.ª de Foz Côa, Câm. Mun., 1996; *Evolução Político-Administrativa do Concelho de Vila Nova de Foz Côa – séculos XII a XX*, V.ª N.ª de Foz Côa, Câm. Mun., 1996; *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, V.ª N.ª de Foz Côa, Câm. Mun., 1996; *Um Projecto – A Investigação, a Musealização e um Circuito – Freixo de Numão, 1980-1997*, Freixo de Numão, ACDR, 1997; *Foz Côa Romana – Notas Epigráficas* (de colab. com José d' Encarnação), V.ª N.ª Foz Côa, Câm. Mun., 1997.
7. Estudo e Valorização de Sítios Arqueológicos na Área de Freixo de Numão (1998-2001); A Ocupação Humana, na Pré-história Recente, na Área de Entre Côa e Távora (dissert. de mestrado – FLUP – em preparação).
8. Soc. Portug. de Antropologia e Etnologia; ADECAP; Associação Profissional de Arqueólogos.
10. R. de Santo António, 1 – 5155 Freixo de Numão.
11. Telef. (079) 789573 ou (079) 789262; fax: (079) 789573.

CORREIA, Alexandre Lourenço

3. Professor do 2º e 3º ciclos.
4. Barrô, Resende, 10.3.1965.
5. Licenciatura em Ciências Históricas (Univ. Portucalense).
7. Estudo, Valorização e Dinamização do Património Arqueológico e Arquitectónico do Concelho de Resende (apoio ProNorte – 1995-98).
8. APA-Associação Profissional de Arqueólogos; ADECAP.
9. Prepara diss. de mestrado em Arqueologia pré-histórica (FLUP) sobre “O megalitismo nas Serras de Montemuro e Leomil”.
10. Gabinete de Arqueologia – Bairro da Portela, 33 – 4660 Resende.
11. Telef. 0931512744; fax: (054) 97424.

CORREIA, Virgílio Hipólito

2. Universidade Aberta.
3. Assistente.
4. Évora, 12.3.1963.

5. Licenc.^a em História, var. Arqueologia (Fac. Letras Porto), 1984; Mestrado em Arqueologia (FLUP), 1994.
6. As necrópoles da Idade do Ferro do Sul de Portugal: arquitectura e rituais, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, SPAE, vol. 33 (3-4), pp. 351-370; Os materiais pré-romanos de Conimbriga e a presença fenícia no Baixo Mondego, *Os Fenícios no Território Português*, Lisboa, Univ. Nova/Inst.^o Oriental, “Estudos Orientais”, 4, 1993, pp. 229-284; The Iron Age in South and Central Portugal and the emergence of urban centres, *Social Complexity and the Development of Towns in Iberia*, Londres, The British Academy, 1995, pp. 237-262; A epigrafia da Idade do Ferro do Sudoeste da Península Ibérica, Porto, Etnos, 1996; Um modelo historiográfico para a Idade do Ferro do Sul de Portugal e a sua Arqueologia, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, SPAE, vol. 37 (3-4), 1997, pp. 41-85.
7. Estudo da Epigrafia Pré-Latina; Arquitectura Doméstica de Conimbriga (diss. de doutoram.^o, em preparação);
8. APA; SPAE; ADECAP; European Association of Archaeologists (EAA).
9. Téc. Super. do Serv. Reg. Arqueol. do Sul (1987-90); Téc. Sup. do Museu Monográfico de Conimbriga (1990-96).
10. R. Alexandre Herculano, 52 – 3000 Coimbra.
11. (039) 33300; fax:(039) 29547; vcorreia@gemini.ci.uc.pt

COUTINHO, Helder M. R.

3. Professor.
4. Lisboa, 6.11.1961.
5. Licenc.^a em História (Fac. de Letras de Lisboa), 1984; Mestrado em História da Arte da Antiguidade (Univ. Nova de Lisboa), 1996.
6. Lisboa muçilmana, *História*, Lisboa, 96, 1986, pp. 43-51; Lisboa sob o domínio romano, *História*, 122, 1989, pp. 66-70; A cerâmica muçilmana do Montinho das Laranjeiras, *Arqueologia Medieval*, Porto, Afrontamento, n^o 2, 1993, pp. 39-54; As estátuas de Sileno e o baixo relevo de Melpómene do teatro romano de Lisboa, *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, Ed. Colibri, 1996; *Terra sigillata clara do Montinho das Laranjeiras – Alcoutim (1990 e 1991)*, Alcoutim, Câmara Munic., 1997.
7. Escavações Arqueológicas do Montinho das Laranjeiras (Alcoutim); Estudo de Cerâmica Sigillata Clara (Sigillata Africana).
8. Assoc. Prof. de Arqueól.; Assoc. Portuguesa de Historiadores de Arte; Assoc. de Prof. de História.
10. Praceta do Comércio, 12-4^o Esq., 1992, Univ. Aberta – Quinta Grande – 2720 Alfragide.
11. heldercoutinho@mail. telepac.pt

CRUZ, Domingos J.

2. Fac. de Letras da Univ. de Coimbra.
3. Assistente.

4. Luanda, 5.12.1954.
5. Licenciatura em História (FLUP), 1980; Provas de aptidão pedag.^a e capac. cient.^a, FLUC, 1992.
6. O megalitismo do Norte de Portugal, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 28 (1-2), Porto, SPAE, 1988, pp. 15-42; *A Mamoa 1 de Chã do Carvalho no Contexto Arqueológico da Serra da Aboboreira*, Coimbra, Instituto de Arqueologia da FLUC, 1992; Resultados dos trabalhos de escavação da Mamoa 1 de Madorras (S. Lourenço de Ribapinhão, Sabrosa, Vila Real), *Actas do Seminário "O Megalitismo no Centro de Portugal"*, Viseu, CEPBA, 1994, pp. 171-232; Cronologia dos monumentos com *tumulus* do Norte de Portugal e da Beira Alta, *Estudos Pré-históricos*, 3, Viseu, 1995, pp. 81-119; A necrópole do Bronze Final do "Paranho" (Molelos, Tondela, Viseu), *Estudos Pré-históricos*, 5, Viseu, 1997, pp. 85-109.
7. O megalitismo do Alto Paiva; Práticas funerárias e/ou culturais dos Finais da Idade do Bronze na Beira Alta (coordenador).
8. Soc. Martins Sarmento; SPAE; Assoc. prof. de Arqueól.; Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta.
9. Prémio "Fundação Calouste Gulbenkian de Arqueologia – 1991".
10. Instituto de Arqueologia. Faculdade de Letras de Coimbra. R. de Sub-Ripas. 3000 Coimbra.
11. Telef. (039) 851604; fax: (039) 851609; iarq@gemini.ci.uc.pt

D' ABREU, Carlos

2. Ministério da Educação (DREC/CAE Guarda).
3. Técnico Superior.
4. Maçores (Torre de Moncorvo), 15.9.1961.
5. Curso Normal (Formação Profs.), AFE-Rio de Janeiro, 1980; Lic.^a em Ciências Históricas, var. Património, Univ. Portucalense, 1994.
6. O concelho de Freixo de Espada à Cinta no séc. XVIII, *Douro Arqueológico*, PARM/Ed. Afrontamento, T. Moncorvo, 1991; O ferro e as ferrarias de Moncorvo, *Brigantia*, XVII, 3-4, Bragança, 1996; A estação arqueológica do Castelejo (Lousa-Moncorvo) – sua descoberta e tentativa de interpretação, *Brigantia*, XVII, 3-4, Bragança, 1996; A sociedade moncorvense no Antigo Regime, *Actas do Congresso Histórico de Bragança*, 1997; O Douro, V.^a N.^a de Foz Côa e Torre de Moncorvo – duas margens de alguma conflituosidade na Idade Média (de colab. com J. I. de la Torre Rodríguez), *Côavisão – cultura e ciência*, nº 0, 1998, V.^a N.^a de Foz Côa, pp. 69-77.
7. Arqueologia Medieval e Moderna de uma Vila do Douro Superior Português (dissert. de mestrado na FLUP, em preparação).
8. Projecto Arqueológico da Região de Moncorvo (PARM); GEAP; SPAE; Ass. Prof. de Arqueól.; ADECAP.
10. Largo do Espírito Santo, nº 22 – 5160 Lousa (T. de Moncorvo).
11. Telef. (079) 996169 e (071) 224227; fax: (071) 221560.

D' ENCARNÇÃO, José

2. Instituto de Arqueologia da Fac. de Letras de Coimbra.
3. Prof. catedrático.
4. S. Brás de Alportel, 24.12. 1944.
5. Licenciatura, Fac. de Letras de Lisboa, 1970; Doutoramento em Pré-hist.^a e Arqueol.^a, Univ. de Coimbra, 1984; Agregação (Univ. Coimbra, 1990).
6. *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, 1975; *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra, 1984; *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Cascais, 1994; *Introdução ao Estudo da Epigrafia Latina*, Coimbra, 3^a ed., 1997; *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra, 1997.
7. Sociedades e Culturas da Lusitânia Romana (proj. internac. – respons. pela parte portug.^a); *Corpus Inscriptionum Latinarum* (idem); *Ocupação Romana de Cascais*.
8. Association Internationale d'Épigraphie Grecque et Latine; Reial Acadèmia de Bones Lletres (Barcel.); Ass. Arqueól. Portug.; Instituto Arqueol. Alemão; SPAE; Assoc. Cultural de Cascais; Instituto de Sintra.
9. Curso de Conservador de Museus.
10. R. Eça de Queirós, 89, r/c. – 2750 Cascais.
11. Telef. e fax (01) 4866409; jdencarnacao@gemini.ci.uc.pt

DIAS, Lino Tavares

2. IPPAR e Universidade Católica.
3. Arqueólogo e professor.
4. Porto, 28.3.1951.
5. Lic.^a em História pela Fac. de Letras do Porto, 1978; Doutoramento em Arqueol. pela Fac. de Letras do Porto, 1995.
6. Área arqueológica do Freixo como espaço colectivo. Uma cidade romana, *Actas do 1º Congresso de História Antiga*, 3, Santiago de Compostela, 1988, pp. 27-39; Necrópoles no territorium de Tongobriga, *Conimbriga*, Coimbra, 32/33, 1993-94, pp. 107-136; Cerâmica comum em Tongobriga, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 35, 2, Porto, SPAE, 1995, pp. 325-340; Contributo para a análise do ordenamento romano do território marginal do rio Douro, *Douro – Estudos e Documentos*, I(2), Porto, 1996, pp. 31-56; *Tongobriga*, IPPAR/Ministério da Cultura, Lisboa, 1997;
7. Investigação de Tongobriga no âmbito das Cidades do Séc. II na Tarraconense.
8. SPAE; ICOMOS; Amigos do Museu D. Diogo de Sousa; Amigos de Conimbriga; Association pour l'Antiquité Tardive/Asociación para la Antigüedad Tardía.
9. Director Executivo da Escola Profissional de Arqueologia (desde 1990); responsável pela Área Arqueológica do Freixo (desde 1980).
10. Gabinete da Área Arqueológica do Freixo (IPPAR) – 4630 Marco de Canaveses.
11. Telef. (055) 531090; fax: (055) 521047. tongobriga@mail.telepac.pt

FARIA, António Marques de

2. Instituto Português de Arqueologia.

3. Coordenação das Publicações.
4. Coimbra, 15.7.1961.
5. Lic.^a em História, pela Fac. Ciênc. Soc. e Hum. da U. N. L., 1984.
6. Ipses, uma ceca hispano-romana do Sudoeste, *Acta Numismatica*, Barcelona, 17-18, 1987-88, pp. 101-104; A numária de *Cantuipo, *Conimbriga*, Coimbra, 28, 1989, pp. 71-8; Sobre a data de fundação de Pax Iulia, *Conimbriga*, 28, 1989, pp. 101-109; Nomes de magistrados em moedas hispânicas, *Portugalia*, n. s., Porto, 15, 1994, pp. 33-60; Plínio-o-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas localizadas no actual território português, *Vipasca*, Aljustrel, 4, 1995, pp. 89-99.
8. Assoc. Prof. de Arqueól.; Assoc. Arqueól. Portug.; Sociedade Portuguesa de Numismática.
10. Calçada da Quintinha, 71-5º Dtº – 1070 Lisboa.
11. Telef. (01) 3879506; fax: (01) 3641310.

FARIA, João Carlos Lázaro

2. Câmara Municipal de Alcácer do Sal – Museu Municipal.
3. Arqueólogo. Conservador de Museus Principal.
4. Alcácer do Sal, 4.6.1960.
5. Lic.^a em História (var. de Arqueologia), pela Fac. de Letras da Univ. de Coimbra, 1985.
6. Estações inéditas da época romana do concelho de Alcácer do Sal – breve notícia (de colab.), *Conimbriga*, XXV, 1986, pp. 41-51; Marcas de terra sigillata de Alcácer do Sal (de colab.), *Conimbriga*, XXVI, 1987, pp. 61-76; Fornos de ânforas de Alcácer do Sal (de colab.), *Conimbriga*, XXVI, 1987, pp. 77-111; Trabalho e produção no Sado durante a época romana, *Movimento Cultural*, Setúbal, AMDS, 6, 1989, pp. 81-92; O Castelo de Alcácer do Sal. Um projecto de arqueologia urbana (de colab.), *Bracara Augusta*, Braga, XLV, 1994, pp. 215-264.
7. Campo Arqueológico do Castelo de Alcácer do Sal; Intervenções Arqueológicas no Regolfo do Alqueva – da bacia do Álamo à bacia do Degebe – margem direita do Guadiana.
8. Assoc. Prof. de Arqueól.; Assoc. Arqueól. Port.
10. R. Bom Jesus dos Mártires – 7580 Alcácer do Sal.
11. Telef. (065) 623769.

FERREIRA, Manuela Almeida

2. Escola Básica 2+3 da Lousã.
3. Doc. do quadro (nom. defin.^a).
4. Santarém, 21.8.1954.
5. Lic.^a em História (Univ. Coimbra), 1976; Mestrado em Arqueol.^a (Univ. de Lovaina).
6. Deux collections de verres portugais: XIIe-XVIe siècle, *Journal of Glass Studies*, New York, vol. 31, 1989, pp. 34-47; *Introdução ao Vidro Medieval*, Lisboa, APAI,

- 1992; Du verre post-médiéval provenant de fouilles à Coimbra – Portugal, *Actes du XIIe Congrès de l' A.I.H.V.*, Amsterdam, 1993, pp. 421-432; Material vítreo e cerâmico do Convento de Cristo em Tomar, *Mare Liberum – Revista de História dos Mares*, n° 8, Lisboa, 1994, pp. 117-161; Seventeenth and Eighteenth Century glass drinking vessels and bottles from Lisbon – Portugal, *Conimbriga*, XXXV, Coimbra, 1997, pp. 255-262.
8. Assoc. Portug. de Arqueol. Industrial (APAI); Association Internationale pour l'Étude du Verre (AIEV – Amsterdam); Association Internationale pour l' Étude des Céramiques Médiévales Méditerranéennes (AICM2 – Aix-en-Provence).
 10. Gândara – Vilarinho – 3200 Lousã.

FONTES, Luís Fernando de Oliveira

2. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
3. Investigador.
4. S. Paulo (Brasil), 7.12.1959.
5. Lic.ª em História (var. Arqueologia), pela FLUP; mestrando em Arqueologia (Paisagem e Planeamento) na Univ. do Minho.
6. Salvamento arqueológico de Dume: 1987 – primeiros resultados, *Cadernos de Arqueologia*, 2ª sér., 4, Braga, 1987, pp. 217-248; O Norte de Portugal no período suevo-visigótico. Elementos para o seu estudo, *Actas XXXIX Corso di Cultura Sull' Arte Ravennate e Bizantina*, Ravenna, 1992, pp. 217-248; O “castelo” de Penafiel de Bastuço, Paços de S. Julião, Braga. Elementos para o seu estudo (de colab. com Henrique Regalo), *Arqueologia Medieval*, 5, Mértola, 1997, pp. 199-220; *Lindoso. O castelo e a região*_(de colab. com H. Regalo), Braga, Instituto de Conservação da Natureza, 1997; Cerâmicas da região de Braga na transição da Antiguidade Tardia para a Idade Média, *Actes du VIe Congrès de l' AIECM2* (13-15 Nov. 1995), Aix-en-Provence, 1997, pp. 203-212.
7. Estudo Histórico-Arqueológico do Mosteiro de Tibães; Estudo da Paisagem e do Povoamento do Território do Lindoso (Ponte da Barca); Salvamento Arqueológico de “Bracara Augusta” (escavações na catedral bracarense).
8. Assoc. Prof. de Arqueól.
10. Unidade de Arqueologia da Univ. do Minho – Av. Central, 39 – 4710 Braga.
11. Telef.: (053) 275320; fax: (053) 616936.

GUIMARÃES, Joaquim António Gonçalves

2. Solar Condes de Resende (C. M. de Vila Nova de Gaia).
3. Director.
4. 30.6.1951.
5. Lic.ª em História, pela FLUP, 1982; Mestrado em Arqueologia, pela FLUP, em 1994.
6. *Contributo para o Estudo da Cerâmica Esmaltada Peninsular da Baixa Idade Média*, V. N. Gaia, Solar Condes de Resende, 1992; *Roteiro Arqueológico de Vila Nova de*

- Gaia*, V. N. Gaia, Solar Condes de Resende, 1993; *Gaia e Vila Nova na Idade Média – Arqueologia de uma área ribeirinha*, Porto, Univ. Portugal., 1995; *Sessenta Séculos sobre Rodas*, V. N. Gaia, Fund. Salvador Caetano, 1996; *Museu de Ervamoira – Guia do Visitante*, V. N. Gaia, Adriano Ramos Pinto, 1997.
7. Povoamento Medieval da Margem Sul do Rio Douro; Arqueologia Medieval do Vale do Côa; Arqueologia do Centro-Histórico de Gaia; Arqueologia da Expansão Europeia.
 8. APA – Assoc. Prof. de Arqueól.; EAA – European Association of Archaeologists; ADECAP – Assoc. para o Desenv. da Cooper. em Arqueol. Penins.
 9. Prof. Auxiliar Convidado da Univ. Portugalense Inf. D. Henrique.
 10. Solar Condes de Resende – 4405 Canelas – V.ª N.ª de Gaia.
 11. Telef. (02) 7625622; fax: (02) 7625622.

HENRIQUES, Francisco

2. Associação de Estudos do Alto Tejo – Núcleo Regional de Investigação Arqueológica.
4. Vila Velha de Ródão, 1.10.1956.
5. Licenc.ª em Antropologia (FCSH da UNL), 1994; Licenc.ª em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica (ESEBB), 1997.
6. *Estações Romanas de Vila Velha de Ródão*, Castelo Branco, NRIA, 1978; Contribuição para a carta arqueológica dos Concelhos de Vila Velha de Ródão e Nisa, *Preservação*, nº 3, 1980; Carta arqueológica do Tejo Internacional, *Preservação*, vol. 3, 1993 (1993) e vol. 5 (1995); Rochas com covinhas na região do Alto Tejo Português (de colab.), *Trab. de Antropol. e Etnol.*, 35, fasc. 4, 1995; A anta 2 do Couto da Espanhola, Rosmaninhal, Idanha-a-Nova (de colab.), *Estudos Pré-históricos*, V, 1997, pp. 9-28.
7. Ocupação Pré-histórica do Alto-Tejo Português (coord.); Cartografia Arqueológica do Sul da Beira Interior.
8. APA; Ass. dos Arqueól. Portug.
10. Av. da Bela Vista, 160 – 6030 Vila Velha de Ródão.
11. Telef. (072) 55341; fax: (072) 541122

JORGE, Susana Oliveira

2. Faculdade de Letras do Porto.
3. Professora Associada.
4. Lisboa, 27.2.1953.
5. Doutoramento em Pré-história e Arqueologia pela Faculdade de Letras do Porto (1986) (Agregação na FLUP em 1994).
6. *Povoados da Pré-história Recente de Trás-os-Montes Ocidental*, Porto, IAFLUP, 1986; *O Povoado da Bouça do Frade no Quadro do Bronze Final do Norte de Portugal*, Porto, GEAP, 1987; *Incurções na Pré-história* (de colab. com Vítor O. Jorge), Porto, Fund. Eng.º Ant.º de Almeida, 1990; caps. sobre Pré-história (do Epipaleolítico

do Bronze Final) de: *Portugal – das Origens à Romanização* (dir. J. de Alarcão), “Nova História de Portugal”, vol. I, Lisboa, Ed. Presença, 1991; *Arqueologia. Percursos e Interrogações* (de colab. com Vítor O. Jorge), Porto, ADECAP, 1998.

7. Estudo e Valorização de Sítios Arqueológicos na Área de Freixo de Numão.
8. Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia; Associação Profissional de Arqueólogos; Instituto Arqueológico Alemão; EAA.
9. Delegada portuguesa à Campanha da Idade do Bronze do Conselho da Europa (exposição MNA; Colóquio CCB, Lisboa, 1995). Representante de Portugal no Comité Organizador da XXVª Expos. do C.E. (1998-2000).
10. R. Aníbal Cunha, 101-3º Dtº Tras./Fr. – 4050 Porto.
11. 02-2026903 (telef. e fax); 02-2087149(fax ADECAP). vojsoj@mail.telepac.pt

JORGE, Vítor Oliveira

2. Faculdade de Letras do Porto.
3. Professor catedrático.
4. Lisboa, 10.1.1948.
5. Doutoramento em Pré-história e Arqueologia pela Faculdade de Letras do Porto (1982) (Agregação na FLUP em 1989).
6. *Projectar o Passado*, Lisboa, Presença, 1987; *Arqueologia em Construção*, Lisboa, Presença, 1989; *Incursões na Pré-história* (de colab. com Susana O. Jorge), Porto, Fund. Eng.º Ant.º de Almeida, 1990; *As Mamoas do Alto da Portela do Pau. Castro Laboreiro, Melgaço* (de colab. com A. M. Baptista, E. J. L. de Silva e S. O. Jorge), Porto, SPAE, 1997; *Arqueologia. Percursos e Interrogações* (de colab. com Susana O. Jorge), Porto, ADECAP, 1998.
7. Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (coord.-1978/1997); Estudo e Valorização de Sítios Arqueológicos na Área de Freixo de Numão (coord.).
8. Associação dos Arqueólogos Portugueses; Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia; Associação Profissional de Arqueólogos; Instituto Arqueológico Alemão; UISPP (Conselho Permanente); Academia Portuguesa da História; EAA.
9. Foi Presidente do Conselho Directivo da FLUP de Dez. de 1994 a Dez. de 1995. Presidiu à Com. Instaladora do IPA (Dez. de 1995 a Set. de 1996).
10. R. Aníbal Cunha, 101-3º Dtº Tras./Fr. – 4050 Porto.
11. 02-2026903 (telef. e fax); 02-2087149 (fax ADECAP). vojsoj@mail.telepac.pt

LEITÃO, Manuela Mesquita

2. Museu da Cidade – Câmara Municipal de Lisboa.
3. Técnica superior de 1ª classe.
4. Moçambique, 26.10.1963.
5. Licenciatura em História (var. Arqueologia) (Faculdade de Letras de Coimbra), 1987.
6. Museu da Cidade na arqueologia de Lisboa, *Al-madan*, 2ª s., 3, 1994, pp. 30-31.
7. Arqueologia Urbana de Lisboa.
9. Frequência do mestrado em Arqueologia Urbana – Univ. do Minho (97/98).

10. Museu da Cidade – Campo Grande, 245 – 1700 Lisboa.
11. Telef. (01) 7580661; fax: (01) 7571858.

LILLIOS, Katina

2. Ripon College.
3. Assistant Professor of Anthropology.
4. Brasil, 7.12.1960.
5. BA – Archaeological Studies, Boston Univ., 1982; PhD – Anthropology, Yale Univ., 1991.
6. *Competition to Fission: the Copper to Bronze Age Transition in the Lowlands of West-Central Portugal (3000-1500 BC)*, Doctoral dissert. in Anthropology, Yale University, 1991; Phosphate fractionation of soils at Agroal, Portugal, *American Antiquity*, 57 (3), 1992, pp. 495-506; *The Origins of Complex Societies in Late Prehistoric Iberia* (ed.), Ann Arbor, MI: International Monographs in Prehistory, 1995; Nationalism and Copper Age research during the Salazar regime (1932-1974), *Nationalism, Politics, and the Practice of Archaeology* (eds. P. L. Kohl & C. Fawcett), Cambridge Univ. Press, 1995, pp. 57-69; Amphibolite tools of the Portuguese Copper Age (3000-2000 BC): a geoarchaeological study of prehistoric economics and symbolism, *Geoarchaeology*, 12 (2), 1997, pp. 137-163.
7. Study of groundstone tool sourcing and exchange in Late Prehistoric Portugal.
8. AAA; SAA; AIA.
10. Dept. of Anthropology, Ripon College, Ripon, WI 54971 USA.
11. Telef. (00-1) 920-7488765; fax: 920-7487243; lilliosk@mac.ripon.edu

LUNA, Maria Isabel Soares de

2. Museu Municipal de Torres Vedras.
3. Conservadora de museu.
4. Amadora, 23.10.1965.
5. Licenc.^a em História, var. de Arqueologia (FLUP), 1988.
7. Preservação, salvaguarda e divulgação do património arqueológico do concelho de Torres Vedras.
8. GEAP, APA, APOM, APAC, SPAE.
10. Museu Municipal de Torres Vedras – Convento da Graça – 2560 Torres Vedras.
11. Telef. (061) 310484/5; fax: (061) 310401.

MACIAS, Santiago

2. Campo Arqueológico de Mértola.
3. Investigador.
4. Moura, 3. 6. 1963.
5. Licenc.^a em História, var. Hist.^a da arte, Univ. Lisboa, 1985; Mestrado em História Medieval, Univ. Nova Lisboa, 1995.
6. Moura na Baixa Idade Média. Elementos para um estudo histórico e arqueológico,

Arqueologia Medieval, Porto, Afrontamento, 2, 1993, pp. 127-157; Um espaço funerário, *Museu de Mértola – Basílica Paleocristã*, Mértola, C.A.M., 1993, pp. 31-62; A arte islâmica no Ocidente Andaluz (de colab. com Cláudio Torres), *História da Arte Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, vol. I, 1995, pp. 150-176; *Mértola Islâmica*, Mértola, C.A.M., 1996; *O Legado Islâmico em Portugal* (de colab. com Cláudio Torres), Lisboa, IPM, 1998.

7. Mértola na Idade Média (Dout.º em preparação).
8. Asociación Española de Arqueologia Medieval.
10. Campo Arqueológico de Mértola – 7750 Mértola.
11. Telef. (086) 62443; Fax: (086) 611089.

MACIEL, M. Justino

2. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL.
3. Professor.
4. Durrães (Barcelos, Braga), 25.12. 1948.
5. Dout.º em História (Hist.ª da Arte da Antiguidade), Univ. Nova de Lisboa, 1994.
6. Vectores da arte paleocristã em Portugal nos contextos suévico e visigótico, *XXXIX Corso sull' Arte Ravennate e Bizantina*, Ravenna, 1992, pp. 435-495; A villa romana fluvial do Montinho das Laranjeiras, junto ao Guadiana (Algarve). Escavações de 1991, *Actas del Encuentro Internacional de Arqueología del Sudoeste*, Huelva-Niebla, 1994, pp. 469-484; A Época Clássica e a Antiguidade Tardia, *Historia da Arte Portuguesa* (dir. Paulo Pereira), Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 76-149; *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro* (Coord.), Lisboa, Ed. Colibri, 1996; *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa, Ed. do Autor (distrib. Ed. Colibri), 1996.
7. Arqueologia e História da Arte da Antiguidade Tardia em Portugal.
8. Assoc. Prof. de Arqueól.; Assoc. Portug. de Historiadores de Arte; Association Pour l' Antiquité Tardive.
10. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL – Av. de Berna, 26-C – 1050 Lisboa.
11. Telef. (01) 7933519; fax: (01) 7977759; e-mail: mj.maciell@fcsh.unl.pt

MARQUES, Teresa

2. Instituto Português do Património Arquitectónico.
3. Assessora Principal.
4. Lisboa, 21.6.1949.
5. Lic.ª em História pela Fac. de Letras de Lisboa (1975).
6. O conceito de Carta Arqueológica a partir da experiência portuguesa, *Vipasca*, 2, 1993; *Carta Arqueológica de Portugal. Portimão, Lagos, Silves, Albufeira, Loulé, S. Brás de Alportel* (coord.), Lisboa, IPPAR, 1992; *Carta Arqueológica de Portugal. Faro, Olhão, Tavira, V. Real de Stº António, Castro Marim, Alcoutim* (coord.), Lisboa, IPPAR, 1995; Cartografia arqueológica – o Algarve como exemplo, *Noven-*

- ta Séculos entre a Serra e o Mar*, Lisboa, IPPAR, 1997; Endovellicus: um Sistema de Informação Arqueológica aplicado ao inventário dos sítios arqueológicos, *Informação e Informática*, 19, Lisboa, 1997.
7. Aplicação do Sistema de Informação Geográfica Endovellicus ao Inventário do Património Arqueológico.
 8. Ass. Arq. Port.; Assoc. Prof. de Arqueól.; Conselho Internac. de Monumentos e Sítios; SPAE; Assoc. Portug. dos Amigos dos Castelos; Assoc. Europeia de Arqueól.
 10. R. da Quinta da Nora, 2 – 1º F – Carnaxide – 2795 Linda-a-Velha.
 11. Telef. (01) 4180443; e-mail: teresa marques @ telepac.pt

MARTINS, Paulo

2. Sociedade Martins Sarmento.
3. Arqueólogo.
4. Guimarães, 12.7.1971.
5. Lic.ª em História (FLUP), 1995.
6. ...*Um Longo Caminhar*, Guimarães, SMS, 1996; *A Suástica e as suas variantes no norte de Portugal, desde a Pré-história até à actualidade* (de colab. com F. A. Coimbra), Guimarães, SMS, 1996.
7. Carta Arqueológica do Concelho de Guimarães; Levantamento Bibliográfico sobre Túmulos e Enterramentos na Pré e Proto-história.
8. SPEC – Sociedade Portuguesa de Exploração Científica; Sociedade Martins Sarmento; GEAP – Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto.
10. Sociedade Martins Sarmento – R. Paio Galvão – 4810 Guimarães.
11. (053) 415969; fax: 415969.

MURALHA, João

2. Museu da Cidade – Câmara Municipal de Lisboa.
3. Técnico Superior.
4. Lisboa, 14.5.1964.
5. Lic.ª em História (Fac. Letras de Lisboa), 1986; Mestrado em Arqueol. (FLUP), 1996.
6. Carta Arqueológica do Concelho de Lisboa-I e II, *Lisboa – Revista Municipal*, Lisboa, Câm. Mun., ano XLIV, 2ª série, nº 23 e 24, 1º e 2º sem., 1988, pp. 3-15 e 3-25, respectivamente; O Castelo de Aljustrel, Campanhas de 1989 e 1992, *Vipasca*, 2, pp. 11-40; O povoamento do Castelo de Aljustrel, seu enquadramento na faixa piritosa portuguesa, *Actas del Encuentro de Arqueología del Suroeste*, Huelva.
7. Actualização da Carta Arqueológica de Lisboa; Reconstituição do Enchimento do Esteiro da Baixa de Lisboa, Estuário do Tejo; Estudo e Valorização de Sítios Arqueológicos na Área de Freixo de Numão.
8. Assoc. dos Arqueól. Portug.; SPAE; European Association of Archaeologists (EAA); Assoc. Prof. de Arqueól.

10. R. Dr. Coutinho Pais, nº 3, 2º esq. – 2780 Paço d' Arcos; ou: Museu da Cidade – Campo Grande, 245 – 1200 Lisboa.
11. Telef. (01) 4410946 (ou 7571727); fax: (01) 7571858;
e-mail: runkelmuralha@mail.telepac.pt

OLIVEIRA; Luís Filipe Simões Dias de

2. Unidade de Ciências Exactas e Humanas – Universidade do Algarve.
3. Assistente.
4. Lic.ª em História (Fac. de Letras de Lisboa), 1985; Provas de aptidão cient.ª e capac. pedag.ª (Hist.ª Medieval), Univ. do Algarve, 1998.
6. A mouraria de Lisboa no séc. XV (de colab. com M. Viana), *Arqueologia Medieval*, 2, 1993, pp. 191-209; As residências dos Coutinhos na região de Lamego (sécs. XIV-XV), *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Ass. dos Arqueól. Portug.*, 2º vol., Lisboa, 1994, pp.299-308; A arqueologia e o património medieval, *Atlas de Arqueologia. Síntese da Arqueologia em Portugal*, Lisboa, 1994, pp. 370-379; Uma fortificação islâmica do termo de Silves: o Castelo Belinho, *III Jornadas de Silves. Actas*, Silves, 1997, pp. 39-51; Os castelos do Leitejo: um alcácer islâmico na Serra de Tavira, *II Encontro de Arqueologia do Sudoeste da Península Ibérica* (Faro, 1996) (no prelo).
8. Assoc. dos Arqueól. Portug.
10. UCEH. Universidade do Algarve. Campus de Gambelas. 8000 Faro.
11. Telef. (089) 800900 (ext. 7513); fax: (089) 818560.

PEREIRA, João Paulo

2. Instituto da Água; profissional liberal.
3. Arqueólogo e avaliador de EIA's.
4. Lisboa, 7. 7. 1958.
5. Lic.ª em História, pela Fac. de Letras de Lisboa, 1986; mestrado em arqueologia pela Univ. de Londres (Inst. de Arqueol.ª).
6. *A Survey Use-Wear Analysis at Cabeço de Porto Marinho (Rio Maior, Estremadura, Portugal)* (Tese de mestrado apresent.ª no Institute of Archaeology, University College London), 1990; A análise dos vestígios de uso em quartzito, *Actas do 1º Cong. de Arqueol. Peninsular*, Porto, SPAE, 1993; A contribuição da Traceologia para o estudo da cadeia operativa, *Vipasca*, 2, Aljustrel, 1993, pp. 91-94; Sistemas de Informação Geográfica: um instrumento para a salvaguarda do património arqueológico, *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Assoc. dos Arqueól. Portug.*, Lisboa, 1994, pp. 9-15; Artefactos líticos. Traceologia e efeitos pós-deposicionais: ideias e problemas, *Al-madan*, IIª sér., 5, 1996, pp. 18-22.
8. APA; Ass. Arq. Port.
10. Largo do Leão, 3-1º Esq. – Lisboa.
11. Telef. 09319943435; fax: (01) 8480933; e-mail: raulc@tote.inag.pt

PEREIRA, Júlio Manuel

4. Coimbra, 23.11.1947.
5. Lic.^a em Ciências Político-Sociais (ISCP), 1975.
6. A Igreja de N.^a Sr.^a do Loreto – *Pedras de um Convento. Palavras de Dois Frades*, V.^a N.^a da Barquinha, 1992; *Barquinha. Com Ferro se Fez Arte*, V.^a N.^a da Barquinha, 1992; *A Região da Barquinha no séc. XVIII. A Visão dos Inquéritos Paroquiais*, V.^a N.^a da Barquinha, 1993; Arqueologia e associativismo. Em busca de formas eficazes de parceria cultural, *Al-madan*, II^a sér., 6, 1997, pp. 121-124.
7. Do Almonda ao Zêzere. Os Artefactos de Pedra Polida. Uma Chave para o Povoamento da Região (Tese mestrado).
8. Assoc. Histórico-Cultural de V.^a N.^a da Barquinha; Centro de Estudos para a Protecção do Património da Região de Tomar.
10. Praceta da Juventude – 2260 V.^a N.^a Barquinha.
11. Telef. (049) 710718.

PEREIRA, Maria Isabel Sousa

2. Museu de Aveiro.
3. Directora.
4. Santa Luzia (Funchal), 19.3.1936.
5. Lic.^a em História, pela Fac. de Letras de Coimbra, 1968; Curso de Conservador de Museu, 1972.
6. Elementos de freios tardo romanos de Conimbriga, *Conimbriga*, 1970, 9, pp. 7-16; Les monnaies d'imitation de Claude Ier trouvées sur le site de Conimbriga, *Numisma*, Madrid, 1973-74, n^o 120-131, pp. 167-181; Les Monnaies (em colab. com J.-P. Bost & J. Hiernard), *Fouilles de Conimbriga -III*, Paris, 1974; *Os Imóveis Classificados do Concelho da Figueira da Foz*, Figueira da Foz, Câ. Mun., 1982; *Museu Municipal: notícia histórica*, Figueira da Foz, Câ. Mun., 1986.
7. Carta Arqueológica do Concelho da Figueira da Foz; Gabinete de Numismática do Porto: I – Moedas Portuguesas (1^a, 2^a e 3^a dinastia).
8. ICOM; APOM; ADECAP.
10. R. da Santa Joana Princesa – 3810 Aveiro.
11. Telef. (034) 23297; fax: (034) 21749.

PONTE, Salete da

2. Instituto Politécnico de Tomar.
3. Professora Coordenadora.
4. Viana do Castelo, 27.11.1949.
5. Lic.^a em História, na FLUP, em 1971; Pós-graduação em Museologia (MNAA, Lisboa), 1973. Estud.e de dout.^o na FLUP.
6. *Fíbulas Pré-Romanas e Romanas de Conimbriga* (diss. de licenc.^a em História apresent. à FLUP), Porto, 1971; *Fíbulas de sítios a norte do Rio Douro*, Centro de Estudos Humanísticos, Porto, 1984; *Villa Rustica de S. Pedro de Caldelas – Tomar*,

- Tomar, Centro de Estudos de Arte e Arqueologia, nº 1, 1988; *Sellium – Tomar Romana*, Tomar, 1989; Enterramentos medievais nas imediações de Sta Maria dos Olivais (Tomar) (em colab. com J. Miranda), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 34, fascs. 1/2, 1994, pp. 419-440.
7. Escavação de Sellium (Tomar); Acções Arqueológicas na Área Rural de Sellium; Investigação Arqueológica do Castelo Templário (Tomar).
 8. APA; ADECAP; AIECMZ.
 10. Instituto Politécnico de Tomar – Quinta do Contador – Estrada da Serra – 2300 Tomar.
 11. Telef. (049) 328100; fax: (049) 328135.

RAPOSO, Luís

2. Museu Nacional de Arqueologia.
3. Director. Prof. Aux. conv. do Depart. de Hist.^a da Univ. Lusfada, Lisboa.
4. Lisboa, 21.2.1955;
5. Lic.^a em História, Fac. de Letras de Lisboa, 1975.
6. Os caçadores-recolectores do Paleolítico, *História de Portugal*, Lisboa, Alfa, vol. 1, 1984, pp. 30-61; Museus de Arqueologia, *Iniciação à Museologia*, Lisboa, Univ. Aberta, 1993, pp. 201-227; *Pré-história de Portugal* (de colab. com A. C. F. Silva e C. T. da Silva), Lisboa, Univ. Aberta, 1993; Paleolítico, *História de Portugal*, Lisboa, Ediclube, vol. I, 1993, pp. 21-99; *A Linguagem das Coisas. Ensaios e Crónicas de Arqueologia* (de colab. com A. C. Silva), Lisboa, Publ. Europa-América, 1996.
7. O Paleolítico Médio na Bacia do Tejo, em Portugal; A Ocupação Humana Paleolítica na Região de Alpiarça; Indústrias Líticas Pós-Glaciárias do Litoral Sudoeste Português.
8. ADECAP; Assoc. Arqueól. Port.; APA; Societé Préhistorique Française; Centre de Recerques Paleo-eco-socials; SPAE; Assoc. Portug. para o Estudo do Quaternário; Grupo de Trab. Portug. para o Estudo do Quaternário; Grupo de Estudos e Ordenamento do Território; Sociedade para a Preservação do Património Construído.
10. Museu Nacional de Arqueologia – Praça do Império – 1400 Lisboa.
11. telef. (01) 3620000; fax: (01) 3620016.

REGO, Miguel Luís Vieira

2. Câmara Municipal de Barrancos.
3. Adjunto do Presidente da Câmara.
4. Pena (Lisboa), 12.4.1963.
5. Lic.^a em História, var. de Arqueol.^a, pela Fac. de Letras do Porto, 1993.
6. *Encontros com Barrancos*, Barrancos, Câm. Mun., 1994; Investigações arqueológicas no Castelo de Noudar, *Arqueología en el Entorno del Bajo_Guadiana*, Huelva, GIAPS, 1994, pp. 37-54; Um povoado calcolítico perto de Mértola (de colab.), *Arqueología en el Entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, GIAPS, 1994, pp. 149-164;

Mertola: una ciudad mediterranea en el contexto de la Edad del Hierro del Bajo Guadiana (de colab.), *Actas de las I Jornadas Transfronterizas sobre la Contienda Hispano-Portuguesa*, Aroche, Escuela Taller Contienda, 1995, pp. 119-132; Barranco, Encinasola, um território de fronteira, *XI Jornadas del Patrimonio de la Sierra de Huelva*, Encinasola, Fed. Asociaciones Culturales, 1996, pp. 65-77.

7. Ocupação do Sítio de Noudar; Idade do Ferro no Baixo Alentejo – a Margem Esquerda do Guadiana.
8. Assoc. dos Arqueól. Portug.; APA; Campo Arqueol. de Mértola.
10. R. Rosa Alho, 3 – 7750 Mértola.

RODRIGUES, Sérgio Emanuel Monteiro

2. Faculdade de Letras da Univ. do Porto.
3. Assistente.
4. Porto, 22.11.1966.
5. Lic.^a em História, var. de Arqueol.^a, FLUP, 1990; Mestrado em Arqueologia, FLUP, 1996.
6. A estação paleolítica do Cerro – Madalena, V. N. de Gaia (de colab. com J. P. Ribeiro), *Rev. da Fac. de Letras da UP*, sér. II, vol. VIII, 1991; Novas perspectivas sobre sociedades de caçadores-recolectores. Revisão crítica de “Man the Hunter”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XXXVII, fascs. 3-4, 1997.
7. A Neolitização do Concelho de Vila Nova de Foz Côa e do Norte de Portugal (proj.^o de doutor.^o).
8. SPAE; GEAP; APA; ADECAP.
10. Av. António Coelho Moreira, 864 – 4405 Valadares.
11. Telef. (02) 7110177; 0936944482.

SANCHES, Maria de Jesus

2. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
3. Professora Auxiliar.
4. Peredo da Bemposta (Mogadouro), 9.7.1959.
5. Lic.^a em História (var. de Hist.^a de Arte e Arqueol.^a), FLUP, 1982; doutoram.^o em Pré-história e Arqueologia, FLUP, 1995.
6. *Pré-história Recente no Planalto Mirandês (Leste de Trás-os-Montes)*, Porto, GEAP, 1992; Les abris peints de Serra de Passos (Nord du Portugal) dans l' ensemble de l' art rupestre de cette région, *Les Représentations Humaines du Néolithique à l' Âge du Fer*, Actes du 115e CTHS, Paris, 1993; Passos/Santa Comba Mountain in the context of the Late Prehistory of Northern Portugal, *World Archaeology*, 28(2), 1996; *Ocupação Pré-histórica do Nordeste de Portugal*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1996; *Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro. O Abrigo do Buraco da Paça (Mirandela) no seu Contexto Regional*, 2 vols., Porto, SPAE, 1997.
7. Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro – Subárea: Mirandela – Murça – Valpaços.

8. GEAP; SPAE; ADECAP; APA; Ass. Arq. Port.; EAA – European Association of Archaeologists.
10. Praceta da Quinta da Belavista, 43-5° Dt°. – 4400 V.ª N.ª de Gaia.
11. Telef. (02) 7814435; E-mail: msanches@esoterica.pt

SANTOS, Maria Luísa Ferreira Nunes dos

2. Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento – Ministério da Educação.
3. Chefe de Divisão.
4. Moscavide (Loures), 11.7.1956.
5. Lic.ª em História, pela Fac. de Letras da U.L. (1981); Pós-graduação em Ciências Documentais, pela FLUL, 1988.
6. *Arqueologia Industrial do Bairro de Alcântara: estudo e materiais* (de colab.), Lisboa, Comp. de Carris de Ferro de Lisboa, 1981; A indústria do papel na perspectiva da arqueologia industrial (de colab.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial: actas e comunicações*, Coimbra, Coimbra Ed., 2º vol., 1990, pp. 483-535; Arqueologia e termalismo, *Actas de las Primeras Jornadas Ibericas del Patrimonio Industrial y de la Obra Publica*, Sevilha, Consejería de Cultura y Medio Ambiente, 1994, pp. 425-437; Inventário do Património Industrial Português (de colab.), *Ibidem*, pp. 63-95; Abordagem ao estudo dos vidros de Coimos (de colab.), *I Encontro Nacional sobre o Património Industrial: Actas e Comunicações*, 2º vol. pp. 231-234.
7. Musealização das Minas do Lousal (Concelho de Grândola).
8. Ass. Port. de Arqueol. Industrial (APAI); The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage (TICCIH).
10. R. de Arroios, 96-3º Esq. – 1150 Lisboa.
11. Telef. e fax: (01) 3555367.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da

2. Universidade Portucalense (Infante D. Henrique), Porto.
3. Prof. do Depart.º de Ciências Históricas; director do Instituto de Arqueologia da Univ. Portuc.
4. Porto, 27.12.1937.
5. Lic.ª em História, pela Fac. de letras da U. P. , 1980.
6. As gravuras rupestres do Monte da Laje (Valença), *Arqueologia*, Porto, GEAP, 13, 1986, pp. 143-158; Descobertas recentes de arte megalítica do Norte de Portugal, *Cadernos Vianenses*, Viana do Castelo, T. XV, 1991, pp. 31-45; Représentations humaines sur deux monuments mégalithiques de la région nord du Portugal, *Actes du 115e Congrès National des Sociétés Savantes*, Paris, CTHS, pp. 21-27; Megalitismo do Norte de Portugal: o litoral minhoto, *Estudos Pré-históricos*, Viseu, vol. II, pp. 157-169; Megalitismo da bacia do Douro (Margem Sul), “Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, SPAE, vol. XXXV (1), 1995, pp. 35-42.
7. Estudo do Megalitismo Minhoto e Sua Correlação com o da Bacia do Douro; Es-

- tudo, Valorização e Divulgação do Património Arqueológico do Concelho de Resende (PRONORTE-C-CCRN, Porto).
8. SPAE (membro dos corpos ger.); GIAN – Grupo de Investigação Arqueológica do Norte (pres. da dir.); Assoc. Prof. de Arqueól. (APA); ADECAP; “Forum Matosinhense”.
 10. Instituto de Arqueologia da Univ. Portucalense – Av. Rodrigues de Freitas, 339 – 4000 Porto. Res.: R. de Santiago, 237 – 4460 Sr.ª da Hora.
 11. Telef. (Univ.): (02) 5190600; (Res.) (02) 9510809; Fax (Univ.): (02) 575127. E-mail (Univ.): ejlds@uportu.pt

SILVA, Fernando Augusto Pereira da

2. Faculdade de Letras da Universidade Católica Portuguesa – Viseu/ Gab. de Hist.ª e Arqueol.ª da C. M. de Águeda.
3. Docente de pré-história Peninsular/Coordenador do GHARq da Câm. Munic. de Águeda.
4. Olhão, 7.7. 1953.
5. Lic.ª em História, var. em Hist.ª de Arte e Arqueol.ª, FLUP, 1982.
6. Monumentos megalíticos da freguesia de Escariz (Arouca). Ponto da situação à luz dos primeiros trabalhos, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, SPAE, vol. 26 (1-4), 1986, pp. 51-74; A necrópole megalítica do Taco (Albergaria-a-Velha), *TAE*, Porto, SPAE, vol. 32, 1992, pp. 263-292; Megalitismo e tradição megalítica no Centro-Norte Litoral de Portugal: breve ponto da situação, *Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Porto, SPAE, vol. 1, 1993, pp. 93-125; O Dólmen 1 da mamoa da Portela da Anta, Albergaria da Serra (Arouca): estudo preliminar, *Ul – Vária. Arquivo de Estudos Regionais*, Oliveira de Azeméis, vol. III (1-2), 1997, pp. 9-39; Problemática em torno do megalitismo do Centro-Norte Litoral de Portugal, *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo*, Santiago de Compostela, Universidade, 1997, pp. 635-656.
7. Megalitismo a Sul do Douro – Bacias do Vouga e do Alto Paiva. Práticas funerárias no Centro-Norte Litoral de Portugal durante a Pré-história Recente (projº de doutor.º a apresent. à FLUP); Geométricos em Monumentos Megalíticos do Centro-Norte Litoral de Portugal no Quadro Atlântico; Estudo e Valorização da Estação Arqueológica do cabeço do Vouga (Lamas do Vouga, Águeda, Aveiro); Carta Arqueológica do Concelho de Águeda; Estudo do Povoado do Bronze Final de S. Julião (Branca, Albergaria-a-Velha, Aveiro) (em colabor.).
8. Ass. Arqueól. Port.; APA; Centro de Arqueologia de Arouca; Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta; GEAP; SPAE; Sociétés Préhistorique Française.
10. R. António Pereira Vilar, 196, r/c. Esq. – 3720 Oliveira de Azeméis.
11. Telef. e fax: (056) 686280; e-mail: pereirasilva@mail.telepac.pt

SILVA, Isabel

2. Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa.

3. Directora.
4. Moçambique, 17.6.1958.
5. Lic.ª em História, pela Fac. de Letras do Porto, 1980.
8. SPAE; ADECAP; ICOM.
10. R. Bombeiros Voluntários – 4700 Braga.
11. Telef. (053) 273706; fax: (053) 612366.

SILVA, Maria Antónia

2. Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
3. Docente.
4. Castelões de Cepêda (Paredes), 30.5.1962.
5. Lic.ª em Ciências Históricas pela Univ. Livre do Porto, 1985; Mestrado em Arqueologia, FLUP, 1994.
6. Moinhos do Rio Sousa do Concelho de Paredes (de colab.), *Revista de Ciências Históricas*, Porto, Univ. Portuc., vol. II, 1987, pp. 341-355; Cerâmica da necrópole galaico-romana dos Ataúdes (Madalena-Amarante) (de colab.), *Rev. de Ciências Históricas*, Porto, Univ. Port., vo. III, 1988, pp. 135-153; Cerâmica da necrópole galaico-romana de Louredo das Almas (Amarante) (de colab.), *Entremuros*, Bol. do Grupo de Amigos do Museu de Amarante, 1990, pp. 15-20; A cista do Gorgulão (Vila da Ponte – Montalegre), *Portugalia – nova sér.*, FLUP, pp. 173-144; *A Cerâmica Castreja da Citânia de Briteiros*, Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, 1997.
7. A Proto-história e Romanização Envolvente à Citânia de Briteiros. Análise Patrimonial (proj.º de doutoram.º).
8. SPAE; APA; Sociedade Martins Sarmiento; Liga dos Amigos de Conimbriga.
10. Barreiras – Mouriz – 4580 Paredes.
11. Telef. (055) 776484.

SILVA, Maria de Fátima Matos da

2. Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense Infante D. Henrique.
3. Técnica Superior de 1ª classe – Arqueóloga.
4. S. Paulo (Brasil), 27.10.1963.
5. Lic.ª em Ciências Históricas, Univ. Portucalense (Porto), 1987; Curso de Estudos Superiores Especializados em Arte, Arqueologia e restauro – var. de Arqueologia, Escola Superior de Tecnologia de Tomar, 1993. Prepara dout.º a apresentar à Univ. de Granada.
6. Subsídios para o estudo da arte castreja – arte decorativa arquitectónica I, *Revista de Ciências Históricas*, Univ. Portucal., I, 1986, pp. 31-68; Subsídios para o estudo da arte castreja – a cultura dos berrões: ensaio de síntese, *Rev. de Ciências Históricas*, III, 1988, pp. 57-93; Contributos para o estudo do Bronze final na Bacia Superior do Rio Coura, *Cadernos de Arqueologia e Património*, Paredes de Coura, 1993/94, 2/3, pp. 45-82; Carta arqueológica do Concelho de Paredes de Coura – uma perspectiva de arqueologia espacial, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*,

- 34 (1-2), 1994, pp. 477-499; *O Povoamento Proto-histórico e a Romanização da Bacia Superior do Rio Coura: estudo, restauro e divulgação*, Paredes de Coura, 1994, “Cad. de Arqueol. e Patrim.º – Monografias”, 2.
7. Estudo, Musealização e Divulgação do Povoamento Proto-histórico e Romanização da Bacia Superior do Rio Coura; Carta Arqueológica da Bacia Superior do Rio Coura; Projecto de Musealização e Divulgação do Povoado Fortificado do Cossourado – Paredes de Coura; Levantamento e Estudo dos Lagares Abertos na Rocha do Norte e Centro de Portugal; Estudo Tipológico de Cossouros de Castros Litorais e de Interior.
 8. APA; SPAE; Sociedade Martins Sarmento; Centro de Estudos da Fortificação Medieval (Trancoso); Arqueojovem (Tomar).
 10. Instituto de Arqueologia da Universidade Portucalense – Av. Rodrigues de Freitas, 339 – 4000 Porto.
 11. Telefs. (02) 5190686/00; fax: (02) 575127.

SILVA, Rodrigo Banha da

2. Câmara Municipal de Lisboa – Museu da Cidade.
3. Técnico Superior.
4. Lisboa, 26.11.1966.
5. Lic.ª em História, FCSH da Univ. Nova de Lisboa, 1988. Espec. em Arquitectura e Urbanismo Romano, Univ. Lusíada, 1995.
6. Molde de lucerna do sítio do Nicolau (Serpa – Beja) (de colab.), *Arquivo de Beja*, sér. II, vol. 3, 1986; Contributos arqueológicos das Caldas da Rainha, *Caldas: Terra de Águas*, Caldas da Rainha, 1994; Caldas da Rainha: a experiência desenvolvida em Santa Catarina, *Actas do 1º Seminário do Património da Região Oeste*, Bombarral, 1996; A ocupação romana de Bocas (Rio Maior), *Actas do III Encontro de História de Leiria e Sua Região*, Leiria, 1998 (no prelo); A Calçada do Garcia e o urbanismo de Olisipo, *Actas das III Jornadas de Arqueologia Urbana*, Almada (no prelo).
7. PIC – Projecto Integrado do Castelo (colab. com o IPPAR); Arqueologia Urbana de Lisboa.
8. Assoc. dos Arqueól. Port.; APA; Council for British Archaeology.
10. Museu da Cidade – Campo Grande, 245 – 1700 Lisboa; ou Av. Sacadura Cabral, 32 – 1000 Lisboa.
11. Telef. (01) 7591617; fax: (01) 7571858.

VALERA, António Carlos

2. Gabinete de Arqueologia de Fornos de Algodres – GAFAL.
3. Director.
4. Londres (UK), 25.8.1962.
5. Licenc.ª em História, Fac. de Letras de Lisboa, 1985; Lic.ª em Hist.ª, var. de Arqueol.ª, FLUL, 1990; Mestrado em Pré-história e Arqueologia, FLUL, 1997.
6. Diversidade e relações inter-regionais no povoamento calcolítico da Bacia do Médio e Alto Mondego, *Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. 3,

- Porto, 1994, pp. 153-171; O habitat da Malhada (Fornos de Algodres): uma análise preliminar no contexto do povoamento local durante o IIIº milénio AC, *Estudos Pré-históricos*, 3, 1995, pp. 249-251; A génese da Idade do Bronze no Mondego Interior: análise de alguns aspectos das suas construções arqueográficas e historio-gráficas, *Trabalhos de Arqueologia da EAM*, 3/4, Lisboa, 1995/6, pp. 215-251; *O Castro de Santiago (Fornos de Algodres, Guarda): Aspectos da Calcolitização da Bacia do Mondego*, Lisboa, 1997; Fraga da Pena (Sobral Pichorro, Fornos de Algodres): uma primeira caracterização no contexto da rede local de povoamento, *Estudos Pré-históricos*, 5, 1997, pp. 55-84.
7. Estrutura do Povoamento no Alto Mondego -EPAM (Finais do IV – Inícios do II Milénio AC).
 8. Ass. dos Arqueól. Portug.; Associação para o Estudo Arqueológico da Bacia do Mondego; SPAE; Assoc. Prof. de Arqueól.
 10. R. Manuel dos Santos, lote 49 – 2º Dtº – 1900 Lisboa.
 11. Telef. (01) 8483890; e-mail: valera.dias@ip.pt

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

3º CONGRESSO DE ARQUEOLOGIA PENINSULAR



VILA REAL

22 A 26 SETEMBRO 1999

ORGANIZAÇÃO GERAL

Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em
Arqueologia Peninsular (ADECAP)

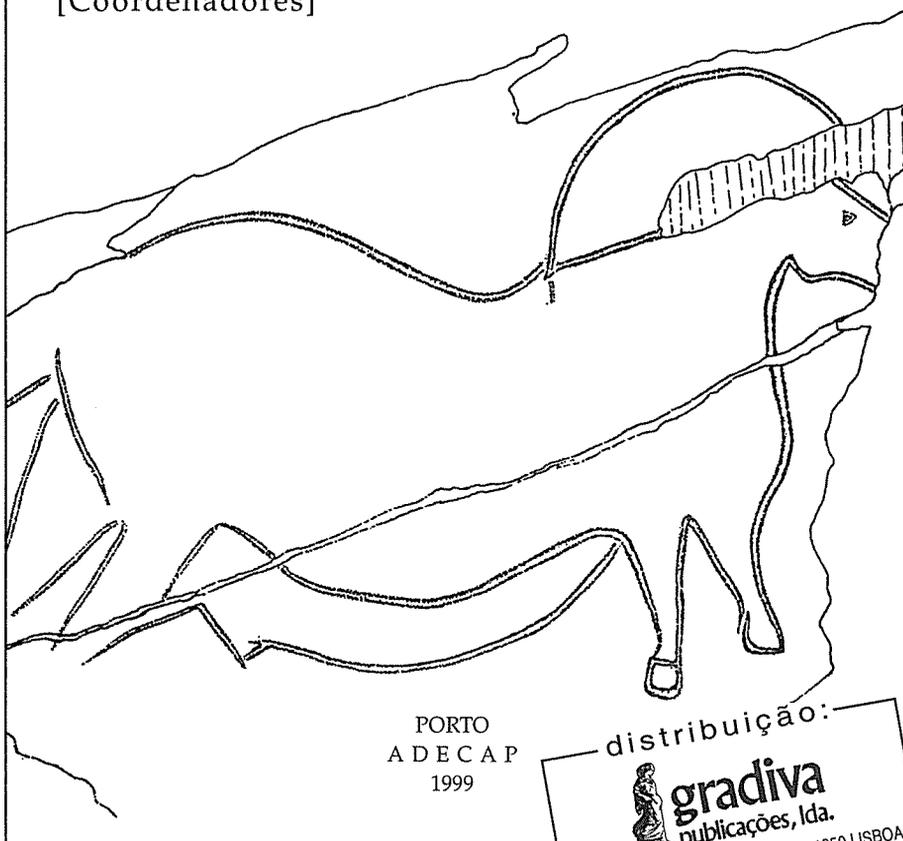
R. Aníbal Cunha, 39 - 3º andar - sala 7 - 4050 Porto - Portugal
Fax: 351-(0)2-2026903 - Page na Internet: <http://www.utad.pt/~cap/>

e

UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Geociências - Campus da Quinta dos Prados
Apartado 202 - 5001 Vila Real - Portugal
Fax: 351-(0)59-325058 - E-mail: msabreu@utad.pt

A ARQUEOLOGIA E OS OUTROS PATRIMÓNIOS

Cláudio Torres • Vítor Oliveira Jorge
[Coordenadores]



PORTO
A D E C A P
1999

distribuição:

 **gradiva**
publicações, lda.

Rua Almeida e Sousa, 21 R/c Esq. 1350 LISBOA
Tels. 3974067/8-3971357-3953470
Fax 3953471 - E-mail: gradiva@jp.pt
URL: <http://www.gradiva.pt>

Susana Oliveira Jorge, ed.

EXISTE UMA IDADE DO BRONZE ATLÂNTICO?*

Lisboa, Instituto Português de Arqueologia**,
1998

Colaboração de Susana Oliveira Jorge, Antonio Gilman, Ana Bettencourt, Patrice Brun, Margarita Díaz-Andreu, Juan Vicent García, Manuela Martins, Martín Almagro-Gorbea, Marisa Ruiz-Gálvez, Jacques Briard, José Gómez de Soto, Jean-Pierre Pautreau, Stephen Shennan, Jean-Pierre Mohen, David Coombs, Philine Kalb, André Coffyn, Stuart Needham, Harry Fokkens, M. Dolores Fernández-Posse, Ignacio Montero, Raquel Vilaça, João Carlos de Senna Martinez, Joaquina Soares, Carlos Tavares da Silva, Kristian Kristiansen, Richard Bradley, Marie Louise Stig Sørensen, Rui Parreira, Vítor Oliveira Jorge.

ISBN 972-97903-0-2

* Colóquio realizado em Lisboa (CCB) pelo IPPAR, sob os auspícios do Conselho da Europa, Outubro de 1995

** Av. da Índia, 136 - P-1300 Lisboa - Portugal

SPAE

Colecção "DEBATES"

distribuição: gradiva publicações, lda

Rua Almeida e Sousa, 21 - r/c esq. - 1350 LISBOA

Telefs. 3974067/8 / 3971357 / 3953470

Fax 3953471 - E-mail: gradiva@ip.pt

Vol. 1 - 1997

PENSAR A ARQUEOLOGIA, HOJE

Coordenação de Jorge de Alarcão e Vítor Oliveira Jorge

ISBN: 972-560-016-9

Vol. 2 - 1998

NÓS E OS OUTROS: A EXCLUSÃO EM PORTUGAL E NA EUROPA

Coordenação de Henrique Gomes de Araújo,

Paula Mota Santos e Paulo Castro Seixas

ISBN: 972-560-020-7

LIVROS RECENTES DA ADECAP - PORTO

distribuição:



gradiva publicações, lda.

L i s b o a

1998 - ARQUEOLOGIA, PERCURSOS E INTERROGAÇÕES

Susana Oliveira Jorge e Vítor Oliveira Jorge

ISBN: 972-97613-0-2

1999 - A ARQUEOLOGIA E OS OUTROS PATRIMÓNIOS

Cláudio Torres e Vítor Oliveira Jorge (Coord.)

ISBN: 972-97613-1-0

Em Espanha e estrangeiro em geral, para aquisição
de publicações da SPAE e da ADECAP, incluindo o novo

JOURNAL OF IBERIAN ARCHAEOLOGY

ISSN: 0874-2677

contactar

PÓRTICO LIBRERÍAS

c/ Muñoz Seca, 6 - 50005 Zaragoza - España

Fax: 34-976353226

E-mail: portico@zaragoza.net

Trabalhos de Antropologia e Etnologia

Vols. 39-41 1999-2001

Conselho Redactorial

Augusto Santos Silva (FEUP)

Brian J. O'Neill (ISCTE)

Cláudio Torres (C. A. Mértola)

Henrique Gomes de Araújo (direcção SPAE)

João Arriscado Nunes (CES-UC)

João Pina Cabral (ICS)

Jorge de Alarcão (FLUC)

Jorge Freitas Branco (ISCTE)

Manuel Rodrigues de Areia (Dep. Antropologia, FCUC)

Maria Eduarda Gonçalves (ISCTE)

Mário Jorge Barroca (FLUP)

Moisés Lemos Martins (ICS-UM)

Paulo Castro Seixas (Univ. F. Pessoa)

Raúl Iturra (ISCTE)

Susana Oliveira Jorge (FLUP)

Tito Cardoso e Cunha (FCSH-UNL)

Viriato Soromenho-Marques (FLUL)

NESTE VOLUME

Lembrança do Zby

A violência “hard” e a violência “soft”. Exercício para uma teoria crítica das violências

O pensamento dos selvagens

Outros mapas: impactes sócio-culturais e antropologia de urgência

On the embedment of classical models of dichotomy in modern anthropology: the case of literacy studies

Antropologia portuguesa. A opção etno-folclorista e o Estado Novo

Um pequeno enigma em clave de incesto

Mineiros ou minados: trajectórias biográficas e sistema paternalista no lugar do Lousal

The entrance fee in Vipasca baths: women – 1 as; men – half an as

VÁRIA

Quem é quem na Arqueologia portuguesa - 1998

APOIO:

MC

MINISTÉRIO DA CULTURA



INSTITUTO PORTUGUÊS DO
LIVRO E DAS BIBLIOTECAS

